



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX SUP. ÚNICO AO Nº 2, QUINTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
- 2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
- 3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
- 4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Deputado Lula da Fonte (PP-PE)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
- 2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
- 3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
- 4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de Dezembro de 2024 4

1.2 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 5ª Reunião, realizada em 3 de Julho de 2024 12

Ata da 6ª Reunião, realizada em 10 de Julho de 2024 61

Ata da 7ª Reunião, realizada em 26 de Agosto de 2024 65

Ata da 8ª Reunião, realizada em 15 de Outubro de 2024 114

Ata da 9ª Reunião, realizada em 4 de Dezembro de 2024 170

Ata da 10ª Reunião, realizada em 11 de Dezembro de 2024 218

1.3 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 11ª Reunião, realizada em 18 de Dezembro de 2024 219





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e dois minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência com a presença dos Parlamentares Efraim Filho, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Lucas Redecker, André Figueiredo, Bia Kicis e Carlos Zarattini, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Romário, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Weverton e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Mário Negromonte Jr. e Marcos Pollon. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Mensagem (CN) nº 2, de 2024** - que: "Encaminha, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Esperidião Amin, que passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui por aprovar a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **ITEM 2 - Ofício (CN) nº 1, de 2024** - que: "Encaminha proposta de ingresso de Unidades Federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)." **Autoria:** Agência Brasileira de Inteligência. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pelo pedido de providências. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo pedido de providências. Aprovada a ata da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatorze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros

Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6137312348>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/12/11>



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6137312348>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Item 1º da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (CN) Nº 2, DE 2024

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Como Relator.) – Presidente, o relatório é extenso, são 56 páginas, e eu não tenho nenhuma razão para ler o que foi apresentado tempestivamente e nos cansar e, especialmente, prejudicar deliberações...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Da CCJ.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... da maior gravidade e importância que estão sendo feitas no Plenário da CCJ, com o debate final do relatório da reforma tributária, da primeira lei complementar regulamentadora.

O que eu posso dizer é que esses documentos são documentos de Estado. Realmente, fazem parte daqueles documentos que terão sempre importância.

Por isso, eu queria cumprimentar todos os nossos assessores. Quero destacar a pessoa do Joanisval, que é um assessor por todos reconhecido, com quem eu conversei, debati e, no final, tenho uma proposta para fazer; mas o relatório merece, portanto, ser considerado um relatório digno da responsabilidade de que é revestido.

A prática tem sido a aprovação através de um decreto legislativo – agradeço, inclusive, ao nosso Secretário. Esta prática passou a ser adotada quando presidia a Comissão de Relações Exteriores o ex-Presidente Fernando Collor, no sentido de valorizar, a meu ver, o papel da Comissão e do Senado.

Portanto, o que a Câmara recebe é um projeto de decreto legislativo, e não é isso que o nosso Regimento, digamos, prescreve. Ele admite, mas não prescreve. Então, eu entendo que deve ser aperfeiçoado para esta prática o texto do Regimento.

Para isso, eu solicitei que seja elaborado um projeto de resolução, mas esse projeto de resolução vai tramitar. Então, enquanto isso, adotaremos o mesmo regime que tem sido adotado: o da elaboração de um projeto legislativo, que é o encerramento do relatório. É isto que eu vou ler.

Aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

Com a seguinte redação, portanto:

O Congresso Nacional decreta [por isso, um decreto legislativo]:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º Fica aprovado o texto do Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

Parágrafo único. O Relatório referido no *caput* deste artigo, com as sugestões e as recomendações do Congresso Nacional, será enviado ao Senhor Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Este é, portanto, o texto que nos compete encaminhar, salientando que o que há para recomendar faz parte do próprio relatório, que acompanha o projeto de decreto legislativo.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação. A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado, com o encaminhamento proposto pelo Senador Esperidião Amin.

Os Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria segue à Mesa do Congresso Nacional para a continuidade da tramitação.

E o item 2 da pauta.

ITEM 2

OFÍCIO (CN) Nº 1, DE 2024

- Não terminativo -





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminha proposta de ingresso de Unidades Federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

Autoria: Agência Brasileira de Inteligência

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela solicitação de informações para instruir a matéria.

O seu relatório é pelo pedido de providências.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Como Relator.) – Presidente, na verdade, no 25º ano da existência do Sistema Brasileiro de Inteligência, não deixa de ser alvissareiro que unidades federadas, especificamente Estados da Paraíba, do Mato Grosso do Sul, do Acre, do Mato Grosso e de Sergipe, solicitem compartilhar, ou seja, participar do sistema. Essa participação enseja uma interpretação mais rigorosa do que venha a ser participar e atuar, e para isso é que eu peço tempo.

Então, o nosso voto, depois de analisar e considerar auspicioso o fato de que unidades federadas se interessem por isso... Queria lembrar que, hoje, na Comissão de Constituição de Justiça, eu tive a satisfação de votar a favor da designação do General Guido Amin Naves, primeiro explicando que ele não é meu parente, porque alguns poderiam não votar nele pensando que era meu parente. *(Risos.)*

Mas o General Guido Amin Naves foi Comandante da Defesa Cibernética do Exército e foi lá que eu comecei a travar algumas relações e conhecer um pouco mais dessa questão que está se tornando hoje um grande problema internacional.

Para o senhor ter uma ideia, o prejuízo somado com os ataques cibernéticos na economia ocidental – da China não temos relatório – e de outros países do extremo Oriente montam um valor de prejuízo que seria o terceiro PIB do mundo, só perdendo para os Estados Unidos e para a China. Quer dizer, é algo muito sensível e de muito peso na economia as incertezas, o que tem que gastar e as reparações.

Só para dar um exemplo, aquele equívoco do sistema que deveria proteger o transporte aéreo nos Estados Unidos foi um equívoco do agente de defesa e resultou na paralisia de um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia. Para se consertar um dia de paralisia dos voos, só imaginem a legislação trabalhista dos operadores, aeronautas e aeroviários, para saber o que isso significa em termos de pandemônio.

Desta forma, eu acho que é muito auspicioso esse interesse dos estados, e o que eu peço no voto, afinal, depois de fazer essa análise, ante o exposto, entendemos que deva ser reavaliada a questão para a manifestação deste órgão de controle externo sobre o Ofício 1, de 2024, que encaminha – a Abin encaminha – as propostas das unidades federadas para compor o Sistema Brasileiro de Inteligência e para que seja realizada a devida instrução do processado, conforme assinalado neste parecer.

Objetivamente, eu creio que, no próximo exercício, o que significa isso? Um diálogo mais intenso com a Abin para saber em que termos se daria essa participação.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. MDB - AL) – Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. Novamente, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

Os Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

As informações serão solicitadas, como encaminhado pelo nobre Relator, ao Diretor-Geral da Abin. *(Pausa.)*

Submeto à deliberação de todos a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente do nosso querido Senador Esperidião Amin, que foi o Relator das duas matérias que apreciamos nesta reunião da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência.

Obrigado a todos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 14 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº2.

Às quinze horas e quarenta e três minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Sidney Leite, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Leila Barros, Humberto Costa, Jussara Lima, Wilder Moraes, Damares Alves, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Zacharias Calil, Gilson Daniel e Ricardo Salles, e ainda dos Parlamentares Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Ciro Nogueira, Paulo Paim e Júnior Ferrari, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Eliziane Gama, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Luiz Carlos Busato, Meire Serafim, Socorro Neri, Flávia Moraes, Sergio Souza, Zé Vitor, Camila Jara, Nilton Tatto e Célia Xakriabá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2024 - CMMC, de autoria Deputado Federal Sidney Leite (PSD/AM). **Finalidade:** Discutir e conhecer as medidas do Governo Federal destinadas a mitigar os efeitos da grande estiagem iminente na Região Amazônica. **Participantes:** Armin Augusto Braun, Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD/SEDEC/MIDR); Vanderson Gomes de Brito, Assessor Técnico do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena do Ministério da Saúde (DAPSI/SESAI/MS); Yuri Giustina, Diretor do Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital do Ministério das Cidades (DAC/SNDUM/MCID); Cinthia Barros dos Santos Miranda, Coordenadora-Geral do Serviço de Proteção em Calamidade Pública e Emergência no Sistema Único de Assistência (DPSE/SNAS/MDS); e Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DAC/DNIT). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada Socorro Neri

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/07/03>



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar os colegas Deputados, convidados, assessores e trabalhadores da imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Objetivo e diretrizes desta reunião: a presente destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e conhecer as medidas do Governo Federal destinadas a mitigar os efeitos da grande estiagem iminente na Região Amazônica, em atenção ao Requerimento 5, de 2024, da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, de autoria do Deputado Sidney Leite.

Convido para tomarem lugar à mesa os seguintes convidados: representando o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, o Sr. Armin Augusto, Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres; da mesma feita, representando o Ministério da Saúde, o Sr. Vanderson Gomes, Assessor Técnico do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena...

Boa tarde. Sejam bem-vindos.

... representando o Ministério das Cidades, o Sr. Yuri Giustina, Diretor do Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital; representando o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a Sra. Cinthia Barros, Coordenadora-Geral do Serviço de Proteção em Calamidade Pública e Emergência no Sistema Único de Assistência Social.

Estamos aguardando o Sr. Erick Moura, que aqui representa o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Diretor de Infraestrutura Aquaviária, que está em deslocamento aqui para o Senado da República.

Informo também que foi convidada a Casa Civil da Presidente da República, que não pôde comparecer a esta audiência.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem perguntas ou comentários.

Com a palavra, o Sr. Armin Augusto, Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres.

O SR. ARMIN AUGUSTO BRAUN (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiro, quero parabenizar o trabalho do Parlamento em trazer esses temas importantes para um debate. A gente vê o Parlamento brasileiro muito engajado em diferentes ações relacionadas ao tema da gestão do risco e da gestão do desastre, e nós temos visto isso em vários setores.

O Brasil é um país que passa por diferentes situações relacionadas a emergências, a maior parte delas relacionadas ao excesso de água ou à falta de água, e a gente tem visto isso com muita frequência. A gente está iniciando esse período de estiagem na Região Amazônica, que recentemente passou por um período de cheia. A gente esteve lá – não é, Vanderson? –, no Acre, no começo do ano, que passou pela segunda maior cheia da história, depois passou por uma estiagem muito severa e, agora, novamente, está com um problema de estiagem.

Da mesma forma, a gente vê isso em outras regiões do país, não só na Região Nordeste, que já tem uma grande área com déficit de água potável à população, com ações importantes do Governo Federal, a gente ainda tem situações como a do Sul. Da mesma forma que o Norte, o Sul tem sofrido com essas chuvas, e também passou recentemente por um período de estiagem, que impacta muito fortemente as populações. Além de impactar a produção do estado, aquela estiagem do ano passado também impactou muito fortemente questões relacionadas à agricultura familiar, subsistência de muitas pessoas.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe uma curta apresentação... Esse é o último eslaide, a gente teria que voltar lá para o começo. Esse eslaide, na minha apresentação, é o último. Se o senhor puder... *(Pausa.)*

Eu sou Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), um órgão vinculado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que é vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Então, nós tratamos, lá na nossa Secretaria, na Defesa Civil Nacional, do que é o desastre: aqueles resultados de eventos adversos, que podem ser naturais ou provocados pelo homem – tecnológicos –, em cenários vulneráveis, causando danos e prejuízos. A gente tem, como principal classificação dos desastres, aqueles cujo evento que os origina é natural, ou o que origina o desastre é um evento tecnológico. Então, aí nós temos os mais diversos tipos de desastres, entre eles, o que afeta, como eu falei, muito fortemente e vem afetando cada vez mais o país, os desastres relacionados à estiagem.

Bom, nós nos organizamos como sistema, trabalhando com agências do Governo Federal, com estados, com setor privado e com municípios. E aí vem uma figura muito importante para se entender o funcionamento e a dinâmica de atuação da Defesa Civil. Nós funcionamos enquanto um sistema, estou falando aqui em nome do sistema nacional. Especificamente, eu atuo no Governo Federal na parte federal do sistema, então nós trabalhamos em Brasília, na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, mas esse sistema é muito importante pela sua configuração, tendo, em cada estado, um órgão estadual de proteção e defesa civil e também, nos municípios, Defesas Cíveis municipais. E aí tem um ponto muito importante: o município é o primeiro órgão que consegue desenvolver alguma ação no ciclo de ações da defesa civil e, para nós, ele é o órgão mais importante de todo esse sistema.

A gente sabe que muitos municípios brasileiros – falando especificamente da Região Norte, em que isso é uma realidade também – não têm órgãos municipais de defesa civil ou, quando têm, é mal estruturado: você tem um Coordenador Municipal de Defesa Civil que, às vezes, responde à uma outra pasta... ele é, às vezes, por exemplo, Secretário de Agricultura e acumula as atividades de Coordenador Estadual de Defesa Civil. Isso faz com que essa Coordenação de Defesa Civil não consiga executar um trabalho dedicado à prevenção de desastres, ações de preparação e, no caso da resposta, empreender uma capacidade que permita a ele acessar



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos ou distribuir os recursos que existem no município, uma vez que esses recursos se tornem escassos – em grandes desastres acontecem logo nos primeiros momentos –, e passar a ter a capacidade de acessar recursos do Governo estadual e do Governo Federal.

Então, há disponibilidade – como vou falar daqui a pouco – do Governo Federal para disponibilizar recursos aos estados e municípios afetados por desastres, mas o município precisa, minimamente, estar preparado, tecnicamente preparado.

E eu queria aqui fazer – estando no Congresso Nacional – aqui uma menção importante de uma iniciativa do Congresso Nacional, de algumas iniciativas, mas uma das mais importantes é a do fortalecimento do Fundo Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O fundo nacional é uma ferramenta muito importante e isso, dentro de outras políticas, demonstra ter sido também uma ferramenta importante, como na saúde, na assistência social – temos representantes aqui –, que conseguiram fortalecer os seus sistemas, o Suas (Sistema Único de Assistência Social) e o SUS (Sistema Único de Saúde), que são sistemas muito parecidos com o nosso – você tem um componente nacional, estadual e municipal –, e conseguiram fortalecer esses sistemas, tendo como um dos mecanismos esses fundos – na assistência social ou na saúde –, que permitem você desenvolver ações que têm um custo pequeno, mas que têm uma efetividade muito grande no município. Então, conseguem, através de transferências de recursos facilitadas, de transferências fundo a fundo, executar essas ações.

Só para contextualizar: o Brasil – o Governo – tem uma metodologia de transferência de recurso padronizada, que é via convênio – a maior parte dos recursos são transferidos a partir dessa modalidade. A gente tem outras possibilidades de transferência de recurso, através de transferência obrigatória ou transferência de defesa civil, mas esse processo não é tão fácil para ser aplicado com pequenos recursos.

Então, você tem uma metodologia que é você ter fundos e, através das transferências fundo a fundo, você ter essa transferência, essa capacidade facilitada. Isso é um mecanismo importantíssimo de fortalecimento da ponta, daqueles que executam as ações de defesa civil no município, porque muitas vezes o município não tem capacidade de colocar gente, de colocar recursos, de comprar um veículo, de desenvolver ações nesse aspecto.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que eu falo isso aqui no Parlamento? Destaco que houve uma ação do Parlamento brasileiro de colocar recurso nesse fundo.

A primeira iniciativa, uma das iniciativas mais importantes, é do Deputado Gilson Daniel, que indicou alguns recursos ambientais para esse fundo, e agora está sendo relatada uma PEC que prevê que uma parte dos recursos de emenda parlamentar possa ser destinada a esse fundo. Eu acredito que isso já foi vencido na Câmara. Se não veio, estar para vir para o Senado. Então, a gente tem essa perspectiva importante, e isso ajuda muito a fortalecer os municípios.

Então, a gente tem todo esse sistema que funciona, e, se a gente olhar esse mapa, essa parte direita do mapa, os sistemas municipais, em geral, ainda são bastante deficitários no Brasil. E são aqueles mais importantes.

Falando de maneira geral, não só da estiagem, mas para qualquer desastre, existem muitas ações que têm um custo muito baixo para ser desenvolvido nos municípios, e algumas dessas ações dizem exatamente como você trabalhar o movimento de uma cultura da prevenção. Quem está no município é quem consegue acessar muito mais facilmente as populações do município. E aí eu vou dar um exemplo das escolas. Quanto potencial existe nas escolas brasileiras para se desenvolver campanhas que consigam desenvolver na população brasileira o senso da percepção do risco, para incentivar a população a estar mais preocupada com ações de prevenção? Então, é um exemplo... Esse exemplo de uma atuação de um órgão municipal de defesa civil junto a uma escola é um exemplo muito claro de como a gente consegue, com ações que têm um impacto financeiro muito pequeno, um impacto muito grande na vida das pessoas.

Outra ação desse tipo que tem baixo custo é um assessoramento municipal para o uso e ocupação do solo. Hoje, a gente sabe que, nos municípios brasileiros, a gente tem muita gente que vive na beira de rios ou em encostas, áreas que, com chuvas intensas, vão ser afetadas com inundações ou com deslizamentos de terra. A gente precisa ter um planejamento para desenvolver o zoneamento do solo no município de maneira muito efetiva, e isso também é um trabalho que o município pode desenvolver.

Eu citei aqui duas ações que têm um potencial muito grande de ação municipal e que têm um custo muito baixo e que conseguem ser desenvolvidas quando você tem um órgão municipal desenvolvido. O fundo de calamidades públicas é uma ferramenta que permite o fortalecimento



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses órgãos, e, mais uma vez, eu faço referência aqui ao Congresso pela iniciativa de conseguir, efetivamente, colocar recursos nesse fundo e trazer alívio e proteção à nossa população.

Bom, essas são as ações que eu citei há pouco. Ações em azul, na esquerda, são as antecipatórias, que você toma antes da ocorrência do desastre, e ações que você toma depois da ocorrência do desastre, para mostrar que o nosso ciclo de atuação e nossa preocupação se dão em todos os aspectos.

Falando agora de estiagem da Amazônia, nós estamos falando num momento em que nós sabemos que uma grande estiagem pode acontecer na região. Então, é o momento de nós tomarmos ações de preparação. É bem aquela ação que está no meio. Ações de preparação para a gente poder levar alívio às populações, uma vez que está praticamente consolidado que nós vamos ter uma estiagem e que a gente vai repetir alguns problemas que nós tivemos no ano passado na região, e, acontecendo, a gente desencadeia as ações de resposta. Mas, mais uma vez, para destacar que as ações em torno do desastre começam lá atrás, começam com ações de prevenção e ações que vão, que começam desde a conscientização da população até você, aqui, no final, trabalhar com recuperação de ecossistemas e áreas que foram afetadas pelo desastre.

Um pouco aqui do monitoramento...

Eu quero chegar a este eslaide.

Então, se nós estamos falando de mudança climática, temos um cenário aqui de perspectivas. Aí estão alguns estudos dos quais foram retiradas aquelas causas potenciais, aqueles efeitos potenciais que vão atingir o Brasil. Tudo o que está colocado – esses seis incrementos de desastre – afeta, diretamente, o nosso país.

A gente, no passado, tinha aquela visão de que o Brasil era um país abençoado por Deus, bonito por natureza... Não tinham grandes desastres acontecendo por aqui. No imaginário popular, o grande desastre era aquele do cinema, o desastre de Hollywood, o furacão, o terremoto, o vulcão, então, aquilo que a gente só via nos filmes, e ficava impressionado com aquilo.

Hoje, não. Hoje, a gente tem um cenário...



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ARMIN AUGUSTO BRAUN – A gente não está acostumado com a campainha ainda, não é? *(Risos.)*

Observem: um aumento de temperatura de 2,5 graus dobra a frequência de ciclones., e isso a gente está vendo no Sul. No ano passado, a gente teve cinco eventos desse tipo, três que afetaram, muito fortemente, o Rio Grande do Sul, e, agora, esse mais devastador que aconteceu.

A gente está tendo agora, um pouco antes da temporada de furacão, um categoria cinco, no Caribe, que já passou lá pelas Antilhas, está chegando lá na Jamaica, vai dar uma lambida, uma passada lá no Haiti, que é um país muito vulnerável, e vai atingir o México, a gente não sabe com que força ainda, mas é um furacão muito acima daquilo que se esperava para esse determinado período.

Então, há a questão de inundação, aumento de nível do mar, e aí nós temos as secas. Com a mudança climática, a gente tende a dobrar o número de pessoas afetadas, em 80 anos. A gente tem uma grande parte da nossa população vivendo no Semiárido, e, mais uma vez, também no passado, a questão da seca, para nós, brasileiros, estava relacionada ao Nordeste. Hoje, já não está mais assim.

Eu me lembro de, no ano passado, ter ido para o Amapá. O Amapá é um estado onde nós sempre trabalhamos com a questão das inundações, assim, como o Norte, de maneira geral, e, andando pelo estado, a gente viu uma ausência daquilo que é mais precioso, do que as pessoas conseguem conviver muito bem, que é a água.

Então, em alguns cenários, você via algumas lagoas, grandes lagoas, só que muito rasas, secando. A gente, sobrevoando, via algumas coisas, dentro dos rios, se debatendo... Eram pirarucus, um grupo de 30, 40 pirarucus, em uma lagoa secando, não tinha mais entrada de água, eles não tinham mais o que respirar e estavam se debatendo... Você via a agonia de 30 peixes grandes mortos lá e quantos outros menores que a gente não via, que estavam morrendo lá.

Eu vi uma outra cena lá em um município chamado Tartarugalzinho e que é muito comum a gente ver no Nordeste. A gente trabalha no Nordeste, com a Operação Carro-Pipa. Em alguns momentos se aumenta a intensidade... A Operação Carro-Pipa é uma operação custeada pelo



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, pelo ministério, pela Defesa Civil, com o apoio do Exército, para se levar água para as populações com caminhões-pipa. Em Tartarugalzinho, que era um município das águas, você vê sete carros-pipas andando pela cidade, com recurso nosso, do Governo Federal, alguns com recurso do próprio estado, mas é uma cena inédita, para nós, imaginar aquilo no Norte, a comunidade sendo abastecida por carro-pipa, no Norte do Brasil.

Então, a gente tem, realmente, uma tendência de intensificação desses fenômenos de seca, e um ponto importante é que nós vamos ter mais extremos. Há uma tendência muito grande.

Falando especificamente da Região Amazônica, ela é caracterizada pela água, e não só para o consumo. A água e os rios são a base das comunidades que lá vivem. E um elemento muito importante é o uso dos rios e dos igarapés como meios de transporte.

É necessária uma ação antecipada lá, porque muitas comunidades ficam isoladas, e as embarcações, com alimento, em alguns casos com combustível para abastecer as termelétricas de determinadas regiões, não conseguem mais passar, porque o rio seca muito. E aí você tem um efeito, durante as chuvas, como é o caso do Acre, em que a gente viu este ano que a chuva trouxe muito sedimento para o rio, então o rio está cada vez mais raso. A chuva que vem aumenta cada vez mais o volume, e a estiagem vem dentro de um rio que está todo assoreado. As embarcações que passavam nessa determinada época, anos atrás, hoje já não conseguem mais passar, e isso traz um prejuízo adicional.

Então, a gente tem, na seca da Amazônia, um potencial de afetação muito grande das comunidades locais, das comunidades tradicionais, das comunidades indígenas, quilombolas, que são as comunidades mais vulneráveis a esse tipo de evento.

Já vou terminar a apresentação aqui, mas, falando um pouco de como o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional trabalha, trazendo o exemplo do ano passado, a gente tem uma capacidade de apoio para ações de socorro e assistência.

No ano passado, nós fizemos a distribuição de recursos que foram enviados para municípios, através da transferência obrigatória. O município decreta a situação de emergência, que é um processo, hoje, bastante rápido, através de meios eletrônicos, e a gente tem a equipe que assessora os municípios para decretarem as situações de emergência. Decretada a situação



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de emergência, o município passa a poder receber recursos para socorro e assistência, para o restabelecimento de serviços essenciais e para questões de recuperação.

No caso da estiagem, a ação mais importante e efetiva é a ação de socorro e assistência. A gente transferiu o recurso para os municípios – e a gente vai trabalhar essa metodologia também numa nova estiagem, e, lógico, surgindo novas ações, a gente atende a essas demandas também –, mas, basicamente, o recurso para comprar alimentos. Muitas populações são afetadas porque a estiagem impacta a produção local dela, a agricultura familiar, em grande parte, ou, em alguns municípios, você não tem mais insumos nos mercados para comprar, porque a balsa não chegou, a embarcação com alimentos não conseguiu abastecer aquele mercadinho, aquele armazém que existe na região.

Uma outra coisa é a aquisição de água, naturalmente. Quando você tem redução da quantidade de água, você tem, além de dificuldade de acesso à água, que muitas vezes sobra de baixa qualidade – o próprio Ministério de Saúde tem ações complementares e fala sobre isso, com essa questão de apoio, com pastilhas potabilizadoras para essa água de baixa qualidade –, também tem a questão de caminhão-pipa para você fazer a distribuição.

Outra ação importante também que a gente desenvolveu no ano passado é uma ação coordenada com o Ministério da Defesa. A gente tem um acordo de cooperação com o Ministério da Defesa, de fazer o acionamento de meios logísticos, e uma grande parte do Ministério da Defesa também nos apoiou com aeronaves, com embarcações, com veículos, na distribuição de todos esses insumos, porque, além desse recurso que nós passamos para o município, o próprio MDS e o Ministério da Saúde têm a possibilidade de distribuir cestas de alimentos; as pessoas desses ministérios vão falar mais adiante sobre isso.

Então, é necessário também uma logística de emprego e distribuição desses insumos. Em resumo, essa atuação do Governo Federal é uma atuação coordenada, não só coordenada entre os órgãos do Governo Federal, a gente já está participando, inclusive, de reuniões.

Hoje a Casa Civil já tem um ambiente de coordenação, já chamou algumas reuniões para tratar desse assunto da estiagem na Região Norte, de forma que o Governo Federal possa apoiar o estado e o município de maneira coordenada entre as agências, então isso é muito importante. Nós estamos conversando o tempo todo – meus companheiros aqui da mesa –, o tempo todo



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nós nos encontramos, seja em desastres, seja em ações preparatórias, de forma que não exista sobreposição entre esse trabalho das agências federais, bem como que a gente consiga identificar muito bem as demandas que lá existem e atendê-las de maneira coordenada.

Além disso, a gente tem também essa coordenação com os estados e com os municípios. Então, todo o nosso apoio que é dado ao município é comunicado e feito de maneira coordenada com o estado. Todo esse sistema de atendimento – que neste momento, agora, vai desde a preparação até o desenvolvimento das atividades de resposta – tem ampla coordenação, ou seja, mais uma vez, entre a agência do Governo Federal ou entre os entes da Federação. São ações humanitárias, ações de solidariedade à população que está sendo afetada por desastre e, assim, elas precisam ser desenvolvidas.

Então, eu encerro aqui a minha apresentação, passando para as outras agências, mas dizendo, mais uma vez, da importância de o Parlamento estar em ambientes como esse, tratando dessa situação. Isso mostra uma ação coordenada, uma ação focada na preservação da vida de pessoas, em elevar ao nível das pessoas, em proteção das pessoas, esse sendo o nosso grande objetivo.

A gente conseguindo trabalhar de maneira coordenada, a gente consegue efetivar de fato essas ações.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado, Armin.

Concedo a palavra ao Sr. Vanderson Gomes de Brito, que é Assessor Técnico do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Antes disso, quero registrar a presença do Deputado Zacharias, do Deputado Ricardo Salles e do Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, o Vanderson.

O SR. VANDERSON GOMES DE BRITO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas presentes.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero falar mais uma vez e reforçar o que o Armin falou; é muito importante; é muito honroso para a gente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Tomo a liberdade de interromper.

O SR. VANDERSON GOMES DE BRITO – Sim, claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu vou ter que sair em seguida por um compromisso que eu assumi, mas quero cumprimentar o Deputado Sidney Leite pela Presidência eventual. Como lembrança deste nosso encontro, eu vou deixar com o senhor, Deputado, um exemplar dos Anais da sessão de debates temáticos sobre El Niño e os desastres naturais que cada vez mais são frequentes no Brasil e no mundo. Foi uma sessão de debates temáticos realizada aqui no Senado, em outubro do ano passado.

Entre outros, eu peço especialmente ao senhor que leia com atenção o depoimento do climatologista Carlos Afonso Nobre, hoje reconhecido mundialmente, o qual, até como valor histórico, em 1983, ele mesmo relata, ele me explicou o que era El Niño. Eu era o Governador de Santa Catarina, na maior enchente que o nosso estado sofreu, e nunca tinha sido apresentado a essa criatura.

Apanhando bastante, fui descobrir que o autor era nada menos do que o El Niño.

Então, até como registro também de natureza prospectiva, com propostas e sugestões, eu tomo a liberdade de lhe entregar em nome da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Senador, eu agradeço-lhe, até porque aqui a gente já está discutindo as causas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Causas e algumas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – ... e aqui tem proposta, mas também o que causa, não é?

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. VANDERSON GOMES DE BRITO – Deixo registrado aqui um pedido de cópia desse livro também, viu, Senador?



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, quero saudar o Parlamento e dizer da importância, que o Armin falou para nós, de estarmos presentes neste espaço como Ministério da Saúde para discutir tanto a preparação quanto a resposta a esses eventos.

Eu sou Vanderson Huni Kuin, sou indígena do povo huni kuin, do Acre. Então, venho para cá como Ministério da Saúde, mas como amazônida também, como indígena e como conhecedor do território para discutir uma pauta que nos é muito cara, para além da saúde, mas como moradores daquele território.

Hoje eu estou na secretaria de atenção, na Secretaria de Saúde Indígena, no Ministério da Saúde. Nós integramos um sistema federal de respostas, como o Armin falou já, que organiza e articula as instituições federais para preparação e resposta a esses eventos extremos nos territórios, e hoje a gente atua de forma muito bem-articulada e muito bem-organizada nessas respostas.

Ainda há alguns desafios, e aí eu falo, especificamente, de 2023, que foi um desafio muito grande para todos nós, porque, apesar de algumas prospecções, não se esperava uma Amazônia como a gente viu, uma seca como nós vimos. Estou falando pessoalmente de um rio em que eu era acostumado a banhar, e passamos por ele a pé, atravessamos a pé devido a uma seca que nos foi muito prejudicial, e a tendência é de que neste ano ela seja ainda mais complexa.

Pensando nisso, no ano passado, ainda em 2023, durante o mês de setembro, na Sesai, nós criamos o Comitê de Respostas aos Eventos Extremos na Saúde Indígena. É um comitê interno à saúde indígena no Ministério da Saúde, mas ele é composto também pelo Departamento de Emergências em Saúde Pública; pelo Via de Desastres, que é uma coordenação específica; pela Força Nacional do SUS; pelos colegas do Cenad; e pela Opas. A gente vem atuando já desde então na preparação para esse evento de 2024, porque a tendência é que ele seja um pouco mais agressivo ainda do que o de 2023, mas a gente já se organiza desde então para poder atuar de forma mais ativa.

No dia 27, agora recente, nós tivemos uma reunião com os distritos sanitários especiais da Amazônia Legal como um todo, sendo que, desses distritos, nove estão na Amazônia, que é o requerimento específico desta reunião, mas são 25 ao todo na Amazônia Legal. A Sesai é organizada em distritos sanitários especiais indígenas e em polos-base, então a gente consegue



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acessar o território de forma mais ativa e mais ágil. E aí, nessa reunião, nós estávamos, do Amazonas, com os Dseis Altamira, Alto Rio Negro, Rio Solimões, Leste de Roraima – apesar de estar com o nome Leste de Roraima, ele pega parte do Amazonas –, Manaus, Médio Rio Purus, Médio Rio Solimões e Afluentes, Parintins, Vale do Javari e Yanomami, que também toca parte do território do Estado do Amazonas.

A gente fez uma reunião bem ativa e bem intensa e ali a gente já iniciou, sendo bem prático com vocês, a mobilização interna tanto na Sesai, no Ministério da Saúde, quanto nesses distritos. Como ponto de imediato, a gente sugeriu a criação de comitês internos nesses distritos, articulados com o estado, com os municípios e com esses outros órgãos federais, para já iniciar os processos de preparação e resposta.

Nessa mesma agenda do dia 27, a gente já solicitou a nomeação de pontos focais nesses distritos. Tivemos uma reunião com a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas também, para organizar essa resposta de forma mais ativa e, institucionalmente, mais ampla, e a gente já começa a elencar esses parceiros estratégicos para essa preparação.

Nesse momento, a gente está discutindo um plano de comunicação tanto interno, no nível da Secretaria de Saúde Indígena, quanto com os demais parceiros, para que a gente possa comunicar as nossas ações com mais celeridade, a fim, principalmente, de não as sobrepôr. A gente está trabalhando de forma fluida, compreendendo as competências e o potencial de cada instituição e, quando possível, apoiando-as.

Para além, a gente está revisitando alguns instrumentos que foram elaborados, como instrumentos de matriz de competência e de matriz de priorização de eventos para que a gente possa dar uma resposta mais efetiva ao território. A gente inicia esse processo de revisita e de adaptação ao que não foi tão ágil no momento de 2023, mas que a gente pode, a partir de então, já começar nesse trabalho. E aí a gente discute alguns eixos específicos que competem ao Ministério da Saúde, especificamente à Sesai, que é o acesso à água potável nos territórios indígenas e a segurança alimentar, mapeando algumas famílias em situação de insegurança; fazendo levantamento sobre informação de desnutrição e acionando os parceiros, quando necessário; discutindo a questão da informação e comunicação; e reforçando as orientações relacionadas à seca e estiagem, que – eu reitero a vocês – não é algo comum para a Amazônia



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legal, é um cenário a que a gente não está acostumado, nem como instituição nem como pessoas que moram no território.

A gente discute também – e aí é um ponto muito relevante que eu trago a vocês – a questão da logística no território amazônica. A gente esteve agora à frente e apoiando a situação de emergência no Rio Grande do Sul, que foi uma catástrofe, está acontecendo ainda e será um período de reestruturação longo. São cenários emergenciais também, mas são totalmente diferentes dos da Amazônia Legal. Na Amazônia, a gente tem os rios como os nossos meios de comunicação, de transporte, de levar alimentação.

O colega Armin falou, especificamente, do Alto Rio Negro, que fica no norte do Amazonas e que, durante um certo período, no ano passado, ficou sem energia elétrica porque não tinha condições de se levar combustível por conta dos rios. Então, a gente precisa estabelecer estratégias muito específicas de transporte, tanto para levar as equipes de saúde quanto para dar garantia de insumos nesse território.

A gente também está discutindo, especificamente, um monitoramento muito amplo da cobertura vacinal, a ampliação da educação e saúde e a identificação de algumas aldeias que estão recebendo alguns tipos de apoio relacionados à vigilância epidemiológica e vigilância ambiental.

Discutimos, também voltado para a questão logística e de forma mais antecipada a esse evento, o mapeamento da necessidade dos níveis de abastecimento dos insumos de saúde também, para garantir que a gente não tenha problemas. No ano passado, felizmente, nos territórios indígenas, nós não tivemos problema com a falta de medicação e de vacinas, mas pensando que, durante esse período, a seca, a estiagem tende a ser mais intensa e mais prolongada, a gente já se prepara, antecipadamente, para abastecer as farmácias e garantir, principalmente, o acesso à saúde nesses territórios, levando em consideração – novamente, reiterando – que a gente perde o acesso ao território, a gente perde a possibilidade garantida de essas comunidades chegarem às cidades e também de as nossas equipes de saúde chegarem ao território, quando os rios estão secos.

Com um planejamento mais estratégico, mais antecipado, a gente consegue se articular, e essa articulação junto aos estados e municípios é muito importante, porque, no mesmo rio em



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente tem população indígena, a gente tem população também tradicional, tem ribeirinhos, tem pescadores, que precisam desse suporte.

Então, acredito que, atuando de forma conjunta nessa articulação que a gente já vem desenvolvendo, nesse processo de organização que a Casa Civil encabeça, organizando essas instituições, colocando-as no mesmo patamar de discussão e compreendendo as competências de cada uma, a gente consegue se antecipar para dar uma resposta mais efetiva durante a seca de 2024.

Nesse primeiro momento, é o que eu tenho a trazer. Agradeço novamente e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado, Vanderson.

Com a palavra o Sr. Erick Moura, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Queria saudar o senhor, representando a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, saudar o Deputado Ricardo Salles, os demais presentes, os que estão nos assistindo pela internet e saudar também os membros aqui da mesa.

É uma satisfação estar aqui falando sobre uma pauta que demonstra uma ação de lições aprendidas com o que aconteceu em 2023 e o que nós podemos fazer agora na estiagem que está se aproximando, em contagem regressiva, em 2024, na Região Norte. Também vou comentar brevemente a questão do Sul.

Sr. Presidente, a gente sabe que está vivendo agora uma realidade de pensar em alterações climáticas extremas – enquanto uma região do país está com seca, a outra está com cheia –, e o Dnit já está se antecipando.

No Rio Grande do Sul, nós tivemos essa tragédia recente. A experiência na Região Norte vai servir de parâmetro para o que a gente passou lá, para poder planejar ações de médio e longo prazo, e, com esse aprendizado da Região Norte, nós temos muito o que poder contribuir para a Região Sul e a gente sabe, ainda, de outras regiões. A gente tem uma previsão de seca no



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pantanal, e, pelo que eu acompanho da Casa Civil e dos órgãos de previsão, em breve também vai ter algum problema no Vale do São Francisco. Então, nós vamos ter uma questão de infraestrutura na área aquaviária, que vai impactar muito as populações ribeirinhas ao longo do tempo. A gente tem que se antecipar, pensar como estado, para ações de médio e longo prazo.

Vou falar rapidamente aqui que a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do Dnit possui alguns programas, para a gente manter as instalações portuárias que nós temos na Região Norte: o Plano de Monitoramento Hidroviário, o Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária, o Programa de Eclusas e o Programa de Sinalização Aquaviária.

O que nós aprendemos de lição? Em relação a esses programas que são técnica e normativamente utilizados lá no Dnit, nós conseguimos, com a experiência do ano passado, meio que numa questão de emergência, juntar alguns desses produtos em um modelo de contrato, cuja licitação a gente está lançando nesses dias agora. Já foi publicado um edital, e nós vamos ter mais três licitações para a Região Norte, em relação a essa questão de prevenção, de que a empresa que ganhar a licitação vai estar no trecho durante cinco anos, para tentar manter o canal navegável durante esse período. *(Pausa.)*

Vou revisitar aqui, rapidamente: nós tivemos emergência, ano passado, na região de Tabatinga e Benjamin Constant. Acho que muitos viram na televisão o que aconteceu, populações... O Presidente da mesa sabe que o estado sofre com essas questões da estiagem. Ali foi uma região que teve um impacto social muito grande de isolamento de população. Nós tivemos um problema na fronteira, porque ali tem a questão... Tabatinga é mais acima, e Benjamin Constant é ali embaixo. A gente navegou pela questão da fronteira. A Marinha peruana teve algum probleminha ali, a gente suspendeu a dragagem, mas a gente fez na parte de baixo do rio, na parte ao sul, e a gente manteve um mínimo de condição, na região de Benjamin Constant, navegável, tentando mitigar essa questão de isolamento da população.

Outro trecho em que nós tivemos problema foi na passagem do Tabocal e na foz do Madeira. Esses dois pontos críticos impactaram diretamente o abastecimento na região. Foi um impacto, um prejuízo muito grande, as coisas aumentaram muito – o seu valor agregado –, enfim, e a navegação não conseguia chegar com os suprimentos da forma mais adequada. Tiveram que



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmontar as cargas para barcaças... Enfim, teve um impacto muito grande na região, e nós atuamos ali também durante o período de emergência.

A gente fez também esse trecho de Coari-Codajás, que impactou na questão do abastecimento na região. Aí foi até uma sala de situação que a Casa Civil estava coordenando junto com o Ministério de Minas e Energia.

Com esse aprendizado de 2023, nós começamos a traçar o Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária para 2024. Então, em todos esses quatro trechos que eu passei aqui para os senhores e para as senhoras, nós começamos agora um planejamento de médio prazo.

O Madeira tem uma questão já contratada, há um contrato vigente, que nós estamos executando desde o dia 24, para o trecho entre Porto Velho e Manicoré. Foi identificado, na experiência do ano passado, um trecho entre Manicoré e a foz do Madeira com mais alguns pontos críticos, que estaria descoberto. É uma licitação que nós já estamos terminando, para lançar ainda neste ano e entrar no modelo de cinco anos também, que é o padrão que nós queremos utilizar. Nesse modelo de contrato, a empresa vai estar mobilizada – mobilizada, não –, ela vai ter um tempo de reação, vai ter como estudar o rio, o que está acontecendo, e ela vai se antecipar, vai se mobilizar mais rápido e evitar o que a gente passou, no ano passado, da melhor maneira possível.

O que nós temos de contratos planejados para o ciclo são estes: na hidrovia do Madeira, entre Porto Velho e a Foz, nós vamos abranger todo esse trecho, não só até Manicoré; no Tapajós, nós vamos fazer o trecho entre Miritituba e Santarém, a licitação já foi encaminhada para o Estado do Pará, já vão licitar; e esses quatro últimos trechos que estão ilustrados aí – no Rio Amazonas, Itacoatiara-Manaus; no Solimões, Coari-Codajás, Tabatinga-Benjamin Constant e o trecho Benjamin Constant e São Paulo de Olivença – já estão com licitações lançadas, e foi até um ato feito lá no Ministério de Portos e Aeroportos, junto com o Diretor-Geral do Dnit, o Ministro Silvio e a bancada do Estado do Amazonas.

Isso aqui ilustra o que a gente está fazendo. Para o investimento total de Porto Velho até a Foz do Madeira, a gente está prevendo, para cinco anos, R\$210 milhões; para Miritituba-Santarém, R\$145 milhões, para cinco anos; para Itacoatiara-Manaus, cerca de R\$119 milhões; para Coari-Codajás, cerca de R\$129 milhões também; para Tabatinga-Benjamin Constant, R\$140 milhões,



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente; e, para o último trecho, de Benjamin Constant-São Paulo de Olivença, R\$112 milhões, aproximadamente.

Isso aqui é o mínimo que se pode fazer com as informações que nós temos de infraestrutura aquaviária no Dnit. É lógico que existem muitos outros trechos. A Região Norte é imensa com relação a isso, e a gente tem muitas outras notícias de trechos ali que vão ser afetados, mas já é uma ação preventiva que nós estamos planejando e inovando aqui para o... É uma situação...

Como eu falei, esse é um programa de Estado. A duração de cinco anos, podendo ser prorrogada por mais cinco, fará com que possamos, pelo menos nesses trechos e nos próximos para os quais tivermos orçamento, fazer outros trechos que vão impactar diretamente as populações tanto na questão ribeirinha de isolamento social quanto também na questão de impacto econômico no transporte dos bens essenciais na região. Então, é um programa com que também a gente quer entrar na questão nacional.

O Rio Grande do Sul também vai ter problemas com dragagem. Nós já vimos que muito do problema da enchente ocorreu em função da questão de assoreamento na Região Sul. O Paraguai agora vai parar praticamente a navegação no Tramo Sul, de Corumbá até a foz ali do Rio Apa. Então, a gente já está vendo outros trechos em que vai ter que atuar fortemente com prevenção para poder atuar.

A grande vantagem é que, nesse contrato, a empresa vai ser demandada e não precisa – vamos assim dizer – receber no susto a informação; ela vai estar lá antes. Entre um ciclo e outro de estiagem ou de seca, ela vai estudar o rio naquele momento, naquele estágio, naquele ciclo hidrológico. É uma forma de a gente antecipar ainda mais os pontos críticos, e nem sempre os pontos críticos se repetem. Na verdade, eles até aparecem em outros lugares. Então, a gente está utilizando esse modelo de contrato e também a sinalização. Fala-se, inclusive, que, no trecho que a gente está contratando entre Manaus e Itacoatiara, ao longo de cinco anos, talvez a gente tenha até uma hidrovia, Deputado. A gente já pensa até em uma situação que se consolide, ao longo desses cinco anos, para poder ter uma hidrovia naquela região e ter realmente alguma coisa mais consolidada, para depois nós podermos ter uma implementação mais forte no estado.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em relação à atuação do Dnit, nós queremos registrar aqui a nossa satisfação de estarmos na Comissão Mista de Mudanças Climáticas e que nós estamos nos antecipando a todos os problemas, na medida do possível, na medida em que o orçamento nos permite.

Colocamos toda a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária aqui à disposição...

(Soa a campanha.)

... da Câmara e do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM. Para interpelar.) – Rapaz, essa sirene é boa. Na Câmara, ela é bem fraquinha. *(Risos.)*

No Senado, é pujante, não é?

Erick, aproveitando – e eu sei que você está fazendo um esforço aqui, porque tem um evento de que participará –, eu só teria dois questionamentos. Primeiro, neste trecho Coari-Codajás, há previsão de se fazer alguma dragagem neste ano? Por quê? Pegando a fala do representante da Defesa Civil aqui, o Armin, os estudos mostram que a vazante neste ano será mais intensa. Nós, por muito pouco, não ficamos – porque aí compromete o abastecimento do Norte todinho – sem gás de cozinha, sem GLP, porque o navio não conseguia passar num trecho ali próximo a Codajás. Essa é uma pergunta.

A outra também é no sentido de que o Brasil quase fica desabastecido para o Natal, em função do isolamento de Manaus e de tirar os produtos da Zona Franca de Manaus. Eu pergunto se, nessas duas localidades – eu me refiro à Costa do Tabocal especificamente, a alguma coisa da foz do Madeira e à outra ali na região de Codajás –, se inicia essa obra e se tem alguma expectativa em relação a isso.

O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS (Para expor.) – Perfeito, Deputado.

Nós publicamos já a licitação do trecho Manaus-Itacoatiara – estou só invertendo a resposta –, e a questão da Zona Franca vai ser atendida já a partir deste ano. Na sexta-feira, é a abertura das propostas. Então, nós temos aí previsão de, tudo correndo bem nessa licitação, entrarmos em agosto já com a contratada. É aquilo que eu falei para o senhor: eventualmente, se aparecer algum



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro trecho, a empresa vai ter obrigação de dragar. A grande vantagem que a gente fez, nesse modelo, é que pode aparecer um trecho que a gente não planejou, então, ela vai ter essa flexibilidade e obrigação de fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS – Essa mobilidade, exatamente. Então, esse é o grande diferencial que a gente planejou, para poder atender lá. Naturalmente, o rio vai assorear em outros pontos. Em um período de cinco anos, você tem, mais ou menos, uma variação. A experiência que a gente vai ter aí é promissora em relação a isso. É lógico que vamos ter outros ensinamentos, mas esse trecho Manaus-Itacoatiara, neste ano, a gente já começa. A previsão é agosto para começar e evitar essa questão do abastecimento da Zona Franca.

O trecho Coari-Codajás a gente acompanhou com muita preocupação no ano passado. A comissão do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil esteve monitorando isso constantemente, o Dnit participou, e nós vimos que foi, realmente, por um triz. Quando a gente chegou lá, a coisa já estava bem perto, conseguimos mitigar alguma coisa. Neste ano, com esse contrato, o calendário é bem parecido. A publicação da licitação desse trecho vai sair nesta semana, e, na segunda quinzena de julho, é a abertura de proposta. Botando aí, na segunda quinzena de agosto, a gente quer já começar esse trecho Coari-Codajás, assim como Benjamin Constant-São Paulo de Olivença e Benjamin Constant-Tabatinga. Essa é a nossa expectativa, agora, para esse modelo de contratação.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado.

Com a palavra, o Sr. Yuri, que aqui representa o Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital do Ministério das Cidades.

Seja bem-vindo, Yuri.

O SR. YURI GIUSTINA (Para expor.) – Obrigado, Deputado.

Muito boa tarde a todas e a todos.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Sidney Leite, eu queria trazer aqui os cumprimentos do Ministro das Cidades, Jader Filho, do Pará, e dizer que é uma satisfação para nós poder estar aqui discutindo esse tema tão importante para o Brasil.

Sem mais delongas, eu gostaria de dar um enfoque um pouco mais ampliado em relação às ações que o Governo Federal tem pensado e tem implementado, para o enfrentamento dessa situação que, hoje, todo mundo vive na pele – mais algumas pessoas do que outras, inclusive – que são ações integradas do Governo Federal, como um todo, para tratar a questão dos eventos climáticos com o foco específico aqui na Região Amazônica.

É importante a gente ter em mente que os eventos climáticos cada vez mais intensos, cada vez mais frequentes não vão ser respondidos por uma política específica. A gente vai ter que ter uma visão um pouco mais ampliada, um pouco mais diferente, um pouco mais integradora, mas o conjunto de políticas é que pode dar uma resposta mais adequada a toda essa situação que hoje nos coloca em cheque.

Então, eu vou falar um pouquinho de como o Governo, como um todo, está pensando em termos de planejamento, para enfrentamento desses eventos climáticos, em especial na Região Amazônica, mas, para isso, precisamos entender um pouco o contexto de como estamos trabalhando hoje, pensando hoje o enfrentamento aos eventos climáticos, como eu falei, cada vez mais intensos, cada vez mais frequentes.

Para isso, existe o instrumento de uma lei lá de 2009, Política Nacional de Mudança do Clima, que é o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Então, nós, desde o início do ano, estamos em articulação com diversos ministérios – daqui a pouco, vou nominar alguns deles –, para trabalhar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. A partir de uma resolução do Comitê Interministerial de Mudança do Clima do ano passado, de 2023, esse plano foi colocado na mesa sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, que integra uma série de ministérios relacionados às suas políticas, que vão trabalhar, que estão trabalhando, na verdade, esse Plano Clima, ou seja, como vamos enfrentar a situação climática daqui para frente. Dentro desse Plano Clima, existem duas frentes, uma de adaptação e uma de mitigação, de que eu vou falar um pouquinho mais para frente, conceituar um pouquinho mais para a gente nivelar esses conceitos. E, em cada um dos ministérios envolvidos, existem diversas configurações: alguns criaram um



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupo de trabalho para trabalhar os seus planos climas setoriais, como a gente chama; outros criaram algumas pequenas comissões; outros criaram alguns grupos informais... Enfim, cada ministério está trabalhando de uma forma, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

Esse Plano Clima, como eu falei, é dividido em duas frentes: um Plano Clima Mitigação e um Plano Clima Adaptação. Cada um desses dois planos climas tem dois documentos que vão sair deles: uma Estratégia Nacional para a Mitigação e uma Estratégia Nacional para a Adaptação, e também os Planos Setoriais de Mitigação e os Planos Setoriais de Adaptação. Aqui eu trago mais especificamente como está o plano de adaptação do Ministério das Cidades, relativo ao enfrentamento dos problemas climáticos nas cidades, Deputado.

Quando a gente está falando aqui de mitigação, nós estamos trabalhando sob o aspecto de diminuição ou de controle da emissão de gases de efeito estufa. Então, é um plano de mais longo prazo, porque a gente sabe que reverter a emissão de gás de efeito estufa não é uma coisa que acontece do dia para a noite, nem da noite para o dia. Se a gente pensar em todas as cadeias produtivas, todo o nosso modelo produtivo, que envolve desde emissão de gases de escapamento de carros, de veículos, até processos produtivos, processos industriais que emitem gases de efeito estufa, então, isso é um plano de mais longo prazo. Mas a gente precisa dar uma resposta imediata, tendo em vista a situação que a gente viu, recentemente, no Rio Grande do Sul, e essa que está por vir também e já veio na Região Amazônica, em passado recente, que é a questão de adaptação. Precisamos preparar nossas cidades para a situação atual. O Plano Clima Adaptação entra nesse contexto, nesse cenário.

Esse Plano Clima Adaptação tem uma série de capítulos, de seções, que estão sendo trabalhados por todos os ministérios – todos, não; mais ou menos 16 a 18 ministérios que têm esses temas aqui, que são impactados por essas mudanças climáticas. Tem agricultura, tem biodiversidade, tem indústria, tem a do Ministério da Integração, da gestão de riscos, recursos hídricos. E ele traz também um olhar de transversalidade, de justiça climática. Afinal de contas, já está mais do que provado que os mais impactados em relação aos eventos críticos mais extremos são justamente a população de baixa renda, a população mais vulnerabilizada. Então, a gente traz este olhar também de justiça climática para dentro da construção desses planos, tanto o de mitigação, quanto o de adaptação.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o plano prevê um contexto setorial, prevê objetivos e prioridades, metas para 2030, para 2035, para 2050, quais são os planos de ação de cada ministério para o enfrentamento dessa situação de eventos climáticos extremos, como é a previsão de revisão e qual é o modelo de governança, monitoramento e avaliação do andamento da execução desses planos.

Nós temos, dentro do Ministério das Cidades, Deputado, um cronograma. Já fizemos um cronograma, em que estamos trabalhando – eu não vou entrar em detalhes, esta apresentação vai ficar aqui para vocês – com uma perspectiva de conclusão desse Plano Setorial Cidades até o final do ano, com um detalhe: cada etapa que nós formos concluindo na construção desse plano nós vamos colocar para consulta pública, para participação social, para contribuições, através da plataforma que nós temos, a plataforma ReDUS.

E aqui eu trouxe este eslaide, em que a gente mostra... A intenção aqui era só mostrar a complexidade que é a construção de um plano desses, a responsabilidade que é a construção de um plano desses, porque nós estamos falando de proteção de vidas. Como eu falei, o ministério, só com a sua política de cidades, não vai resolver, não vai dar todas as respostas para a adaptação das cidades. A gente tem que pensar de uma forma integrada. E esse plano está sendo feito de uma forma coordenada, como eu falei, pelo Ministério do Meio Ambiente, envolvendo todos aqueles ministérios setoriais, cada um com o seu ponto de vista e de uma forma articulada.

Então, o que a gente vai colocar, num primeiro momento – e vamos colocar, provavelmente, em duas semanas em consulta pública, através da plataforma ReDUS, que pode ser acessada através do site do Ministério das Cidades –, é uma cadeia de impactos que envolve ameaça, exposição, vulnerabilidade, quais são as regiões críticas, quais são as tendências, quais são as ameaças e a relação com a justiça climática. Então, esse é o ponto de partida desse plano, sob o ponto de vista do Ministério das Cidades.

E aí eu entro – tendo um pouco em vista qual é a nossa visão para os próximos períodos de enfrentamento às mudanças climáticas, através desse plano, de uma forma coordenada entre...

(Soa a campainha.)

O SR. YURI GIUSTINA – ... todos os ministérios – um pouquinho nas ações que o Ministério das Cidades tem feito especificamente na região da Amazônia. Nós temos uma cooperação Brasil-



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alemanha, com a chamada Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável, que, inclusive, traz aqui uma resposta para isso que o colega Armin colocou no início: nós temos que pensar também no planejamento urbano. Então, nós temos um programa de mentorias de ordenamento territorial para as cidades amazônicas. É um programa restrito e, lógico, pequeno diante da necessidade que nós enxergamos de apoio para esses municípios, mas é um piloto em que nós estamos trabalhando todas as questões de ordenamento territorial e planejamento urbano. Os municípios que têm participado desse piloto são Belém, Brasília, Itapeturu Mirim, Palmas e Porto Velho, cada um com seus focos específicos, por exemplo: Belém, com regularização fundiária; Brasília, com plano diretor; todos eles com essa questão da lente climática incorporada.

Temos, de uma forma articulada com o próprio Ministério do Meio Ambiente, algumas ações específicas para alguns municípios também da Região Norte, como, por exemplo, Tomé-Açu, lá no Pará: estratégia para o enfrentamento de irregularidade fundiária em áreas urbanas ambientalmente sensíveis. Então, sempre a lente climática nós estamos inserindo dentro das nossas políticas dentro do Ministério das Cidades.

Há outros também: fortalecimento institucional, ajudando os municípios a estruturarem órgãos de desenvolvimento urbano com essa questão climática como premissa, e vem outros... Eu trouxe aqui uma série de exemplos e, por causa do tempo, não vou entrar em cada um deles.

E, mais recentemente, também um outro instrumento articulado de atuação para o enfrentamento do clima é o Programa Cidades Verdes Resilientes. Esse programa foi instituído através de um decreto, o Decreto 12.041, de 2024 – ele é bastante recente, agora de 5 de junho de 2024 –, e tem este objetivo "de aumentar a qualidade ambiental e a resiliência das cidades brasileiras diante dos impactos [...] [da] mudança do clima".

Aqui nós trazemos, então, um recorte territorial em relação à atuação, aos objetivos desse Programa de Cidades Verdes Resilientes, que leva em conta: uso e ocupação do solo, áreas verdes e arborização urbana, soluções baseadas na natureza, tecnologias de baixo carbono, mobilidade urbana sustentável e gestão de resíduos sólidos urbanos. Então, existe uma governança por trás desse Programa Cidades Verdes Resilientes, e nós participamos, junto com o Ministério do Meio Ambiente, na implementação desse programa, também.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, para concluir, já indo aqui para a última parte da minha apresentação, nós temos também toda uma preocupação em relação aos problemas atuais, e aí são investimentos de maior vulto proporcionados através do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no qual temos, por exemplo, agora, 138 obras selecionadas na Região Amazônica, dentre elas: abastecimento de água rural; contenção de encostas; refrota, que mira muito na descarbonização, naquela linha da mitigação; a regularização fundiária; e programas integrados de urbanização. Eu vou deixar esse eslaide com esses números para quem quiser consultar.

Temos uma carteira bastante grande para a Região Amazônica em relação às políticas do Ministério. Então, de habitação, o Minha Casa, Minha Vida, com todas essas contratações: de 2023 para 2024, já foram 35 mil unidades habitacionais, via investimentos do FGTS, e 82 mil após a retomada do Minha Casa, Minha Vida, nos anos de 2023 e 2024.

Na política de saneamento ambiental, 179 contratos vigentes, com valores aproximados de R\$5,3 bilhões para a Região Amazônica; 741 contratos de mobilidade urbana, R\$3,6 bilhões, mais ou menos; 268 contratos para desenvolvimento urbano metropolitano, em que são contempladas ações integradas específicas dentro das cidades, R\$561 milhões.

E, finalmente, um foco específico para as áreas periféricas, com ações integradas dentro das áreas periféricas, especialmente com uma lente climática muito forte dentro dessas ações. Já temos 29 contratos vigentes, com R\$1,1 bilhão também. Essa de periferias aqui é uma secretaria recente no Ministério das Cidades. Na recriação do Ministério das Cidades, foi criada a Secretaria Nacional de Periferias, além da de Mobilidade, Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, em que esses valores foram alocados – alguns herdados e outros, sim, novos – para essa secretaria específica, o.k.?

O que eu tinha rapidamente, Deputado, para apresentar era isso.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado, Yuri.

Passo a palavra agora à Cinthia Barros, Coordenadora-Geral do Serviço de Proteção em Calamidade Pública e Emergência no Sistema Único de Assistência.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E registro a presença do Deputado Júnior Ferrari, que é Deputado do PSD, do Pará, e Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

A SRA. CINTHIA BARROS DOS SANTOS MIRANDA (Para expor.) – Olá, boa tarde a todos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CINTHIA BARROS DOS SANTOS MIRANDA – Obrigada. Quero, sim, muito obrigada.

Cumprimento os Deputados, cumprimento a Mesa e também aqueles que estão nos ouvindo.

A gente veio falar um pouquinho sobre a atuação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na perspectiva da atuação em situações de emergência e calamidade pública.

Em novembro do ano passado, a gente fez uma portaria interna de um grupo de trabalho dentro do ministério, numa perspectiva de que todas as secretarias poderiam ter alguma atuação frente a emergência. Esse grupo de trabalho nos possibilitou nos realocar na discussão sobre emergências, porque a gente agora consegue fazer um trabalho coordenado entre todas as secretarias. E aqui eu vou fazer um pouco da apresentação de algumas das atuações dessas secretarias.

Quero dizer também que, a partir desse GT, foi possível, no site do ministério, criar páginas específicas para situações de emergência, que podem dar orientação técnica aos gestores municipais e estaduais de como atuar nessas situações.

A gente também ressalta aqui, como já foi dito pelos membros anteriores, a parceria importante com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, como esse ente agregador da governança entre os ministérios. Então, a gente também, na assistência social, é parte do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e parte do sistema nacional, e a gente reitera, com os estados e municípios, essa função importante do Suas como um agente também de proteção e defesa civil.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, que coordena o Bolsa Família e outros programas também, a gente tem, em relação especificamente ao Bolsa, a liberação da parcela mensal a partir do primeiro dia do calendário do pagamento do programa. Não sei se vocês sabem, mas cada pessoa dentro do Bolsa Família tem um número respectivo e tem uma data certa para receber o benefício. Nos municípios em que tem decretação de situação de emergência ou calamidade pública, essas pessoas podem receber a qualquer tempo, a partir do primeiro dia do calendário, ou seja, elas não vão sacar o dinheiro no momento em que o poder público precisa, mas sim no momento em que o usuário, o beneficiário tem condições de sacar o benefício.

Nós também temos a prorrogação dos prazos de qualificação cadastral para a regularização do cadastro. Nós temos processos internos dentro do Cadastro Único para aquelas famílias que são beneficiárias do Bolsa Família. Então, a gente tem toda uma transformação de logística do Bolsa Família para as pessoas que estão em situações de emergência.

Além disso, tem todo um trabalho junto com as coordenações estaduais e municipais do Bolsa Família, para garantir que o benefício chegue, de fato, ao cidadão. Temos também um processo grande de articulação com a Caixa Econômica Federal, que é quem executa o benefício, para ter a certeza de que o recurso, o dinheiro vai chegar ao beneficiário, independentemente da situação e das questões logísticas que estão implicadas.

Além disso, a gente tem toda uma central do Disque 121 e atendimento via *chat* do MDS, que permite ao usuário e ao cidadão ter informação sobre o seu benefício em tempo real. Então, isso favorece que a gente tenha uma boa comunicação com o usuário.

Além disso, a gente tem o enfrentamento das situações ampliadas de vulnerabilidade, que é uma portaria nova do MDS, que fala também dos municípios que têm alto número de populações em situação vulnerável – aqui na Região Amazônica, isso é muito focado nos grupos tradicionais específicos. Então, os municípios que têm alto número de populações tradicionais já têm também a unificação do calendário e também têm esses requisitos de monitoramento e de gestão do programa diferenciados.

Essa aí é a instrução normativa que nos permite atuar para esses municípios que têm bastante população e comunidades tradicionais específicas. Eu trouxe o exemplo do Amazonas,



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos municípios que tiveram toda essa estrutura diferenciada. Por exemplo, em janeiro, foram 55% – é quase o estado todo – nessa situação, o que gerou um recurso de transferência de renda substantivo para as famílias; ou seja, essas famílias puderam sacar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CINTHIA BARROS DOS SANTOS MIRANDA – É, o estado como um todo.

E aí é só a divulgação, a parte de que eu falei da necessidade de comunicação com o usuário, para ele também saber que tem que sacar o benefício a qualquer tempo.

Em relação à Secretaria Nacional de Assistência Social, da qual a gente faz parte, que é a coordenadora do Sistema Único de Assistência Social, a gente trabalha, nessa parte, em seis eixos de atuação: três eixos de gestão e três eixos de atendimento propriamente dito.

Na parte de vigilância assistencial, que é a parte toda de gestão e formação, ressalto a importância do Cadastro Único também para a identificação de situações de famílias vulneráveis, famílias pobres, famílias extrativistas, famílias de comunidades tradicionais específicas. Há o uso do cadastro para os diagnósticos, toda a questão de gestão legal administrativo-orçamentária, que, na assistência, muda durante as situações de emergência: tem liberação de processos de licitação, esse tipo de coisa... Então, a gente fornece apoio aos municípios nessa parte. E há a parte de articulação e intersectorialidade.

Mas quero focar, então, nos três eixos de atendimento propriamente ditos.

O primeiro eixo é o trabalho social com famílias e indivíduos, que é a parte de a gente fazer uma comunicação ativa com o usuário, na ponta. Às vezes, as famílias que estão ali, no núcleo da seca, não estão sabendo que vão passar pela seca e não estão se preparando. Então, tem toda uma parte da nossa atuação na comunicação com as famílias mais vulneráveis e também uma parte de escuta dessa situação. Muitas dessas famílias têm que passar por situações que são complexas, que mudam o vínculo entre as famílias, que mudam o vínculo com o rio – o rio que era antes o rio de vida, de relação dessas famílias, agora é o rio que está seco. Então, são esses os aspectos subjetivos da escuta qualificada da assistência social.

O eixo de benefício e transferência de renda. Falei agora um pouco do Bolsa Família, mas temos também o benefício de prestação continuada e benefícios eventuais da assistência social



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o benefício funeral, nascimento e de vulnerabilidade temporária –, que também a gente pode acionar durante as situações.

Por fim, as situações de acolhimento, que são quando as famílias precisam de estruturas de alojamento. Eu vou falar um pouquinho quando isso acontece, na seca.

Então, na pré-emergência a gente cuida, junto com os municípios e os estados, na parte da assistência social, de todo um processo de mudança de normativas, de planejamento para a situação, definição e organização prévia dos serviços, e de como os Cras (Centro de Referência de Assistência Social) vão atuar durante as situações. Fazemos adaptações locais dos nossos serviços, trabalhando numa perspectiva da educação permanente para que os profissionais da assistência social entendam e compreendam essa situação que está acontecendo.

Na situação de emergência, a gente atua nesses eixos de que eu falei e no pós-emergência também, depois da situação, na desmobilização dessas ações específicas que a gente fez.

Nós temos também um cofinanciamento específico. Ele, historicamente, é mais adequado para situações de chuva, mas, no ano passado, a gente foi acionado a executar esse benefício em algumas situações específicas. Esse é um recurso que a gente oferece para a constituição de alojamentos provisórios. Então, a gente usou esse recurso em municípios em que, por causa da seca, houve deslizamento de terras, ou seja, as casas foram perdidas, e por incêndios também – muitas casas perdidas por causa de incêndios.

Tivemos também a oportunidade de trabalhar a ideia de comunidades isoladas. Quando elas estão muito isoladas, às vezes, a prefeitura, a gestão, faz um alojamento perto da cidade e traz, temporariamente, essas famílias perto da sede do município para que elas não passem fome em situações de grande isolamento. Esse é um recurso de R\$20 mil para cada grupo de 50 pessoas...

(Soa a campainha.)

A SRA. CINTHIA BARROS DOS SANTOS MIRANDA – ... que precisam ser acolhidas. É um recurso para fazer os alojamentos provisórios. A gente repassa esse recurso de R\$20 mil para cada grupo de 50 até o município acabar com a necessidade do alojamento. Enquanto houver uma



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de ter a instituição de um alojamento, o recurso é repassado também. Esse alojamento é tanto em unidades mesmo... Então, às vezes, é utilizado o espaço, por exemplo, de igrejas, espaços de centros comunitários, ginásios, mas também é possível fazer isso na contratação de rede hoteleira e também na contratação de residências, casas mesmo, para acolher famílias e indivíduos. Então, é passado o recurso. Toda vez em que o município quiser acolher as famílias em uma dessas situações, a gente pode repassar esse recurso para os municípios.

Em relação à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a gente tem toda a questão da mitigação, o programa de cisternas, que é o acesso à água. Tradicionalmente, a gente trabalha mais na Região Nordeste. Então, a gente tem toda uma reflexão da adaptação das cisternas tradicionais da Região Nordeste para a Região Norte, que é diferente: canos mais longos, mais com poço artesianos e menos com água da chuva. Então, tem todas essas adaptações.

A resposta de ação de distribuição de alimentos, como os colegas falaram anteriormente, que é a distribuição de cestas de alimentos, cujo logística foi o grande gargalo, no ano passado, no sentido de como fazer essas cestas chegarem a quem realmente delas precisa, porque, na área urbana, têm um valor as cestas de alimento, mas fazer a logística para elas chegarem no interior da Amazônia é muito mais complexo. Essa Portaria é a 898, de 2023, que regula a ação de distribuição de alimentos.

Temos o apoio ao Cozinha Solidária – tanto ao cadastro dessas cozinhas quanto ao fornecimento de alimentos para elas.

E a questão da recuperação, com o Programa de Aquisição de Alimentos, que é essa propaganda que está aí, que favorece a aquisição da agricultura familiar, e o Programa Fomento Rural também é específico para o fomento do pequeno agricultor.

Então, são R\$47 milhões já investidos em quatro estados para viabilizar o acesso a água de qualidade para o consumo e a destinação adequada de esgoto sanitário a partir de solução estruturante, e R\$173 milhões disponíveis nos sete estados para a execução do PAA, que permitirá a distribuição de mais de 34 mil toneladas de alimentos a serem adquiridos de cerca de 13 mil agricultores.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso.

Obrigada.

Ah, só mais um comentário – desculpa – também para reforçar a atuação da Sagicad (Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único), na produção de diagnósticos e informações qualificadas para prover informações para outros setores, outros entes sobre as populações mais vulneráveis na Amazônia.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Antes de passar a palavra ao Deputado Júnior Ferrari, eu gostaria aqui de fazer algumas colocações e alguns questionamentos, e esses eu colocaria também para o Armin. Reconheço aqui o grande empenho e o avanço que a Defesa Civil tem feito no Brasil todo, inclusive com a agilidade no reconhecimento de calamidades e na utilização do portal de atualização de informações, como também, Vanderson – isso é bom de se ouvir, não é? –, na situação em que a gente está hoje, saber que a Sesai criou esse comitê no sentido do enfrentamento.

Mas tem uma coisa que é igual para vocês do ministério e da Sesai, Deputado Júnior Ferrari: nós temos um problema crônico de falta de água para as populações indígenas e temos um problema crônico de falta de água para a população ribeirinha. E eu vejo o seguinte: você pega o orçamento da Sesai, e o valor destinado para o saneamento é mínimo. Nós precisamos reverter isso, porque sem água a gente não faz saúde, a gente fica ali enxugando gelo. Inclusive, eu vou propor que, quando da discussão da lei orçamentária, a gente possa discutir e implementar isso, porque senão esse recurso vai todo para o custeio e a gente continua enxugando gelo, haja vista que, na questão da saúde indígena, nós não temos problema só na questão da água potável; nós temos outro problema que é a falta de infraestrutura para atendimento.

No meu Estado do Amazonas, a grande maioria das comunidades indígenas não têm um polo base, certo? Fica ali improvisado. Muitas vezes, o medicamento fica ali jogado no chão, numa tapera. Na época do verão amazônico, é a poeira e, na época do inverno, está ele misturado com a lama. Essa é uma questão séria. E a outra é que nós temos regiões que, pelas características...



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, foi citado o exemplo do Rio Negro. O Rio Negro, pela característica da água, pela acidez da água, é um rio considerado por nós como um rio pobre. Então, eu quero aproveitar e deixar esse alerta de que os ianomâmis que estão no Estado do Amazonas... E grande parte da população do alto Rio Negro sofre, sim, com a questão de alimento, com a questão nutricional. E isso é uma coisa muito séria, certo?

Então, vejam bem o seguinte: nós não precisamos esperar só as extremas vazantes para enfrentar essa questão da água. Vou citar o exemplo da região de Campo Alegre, Santa Rita e Vendaval, no Município de São Paulo de Olivença, em torno de 26 ou 28 comunidades indígenas, e eu consegui viabilizar recursos para que a prefeitura pudesse lá resolver a questão da água, mas era um problema assim recorrente. Então, você tem lá o Distrito de Betânia, no Município de Santo Antônio do Itá, em que não é diferente. Agora mesmo, eu estive na maior comunidade indígena do Brasil, segundo eles, chamada Belém do Solimões, lá em Tabatinga, quem tem problema de água, certo? Qual é a preocupação aqui? É que isso, com a vazante, vai ser pior. Então, eu entendo que passou da hora de nós enfrentarmos essa questão da água.

E quero fazer um apelo aqui para vocês dois, juntamente com o Ministério das Cidades, que é o seguinte: na Amazônia, além de nós termos a pior cobertura de internet – e nós aprovamos, neste Parlamento, a utilização do Fust pelo Ministério da Educação, para colocar nas escolas –, que nós pudéssemos priorizar. Por quê? Porque, se nessas comunidades isoladas, ribeirinhas, indígenas, nós já tivéssemos internet em velocidade, nessas escolas, ajudaria muito, inclusive para o monitoramento em tempo real das reais necessidades dessa população, principalmente em momentos como este. A segunda é que nós temos o maior déficit de acesso à energia elétrica do país. Em torno de 1 milhão de amazônidas não têm acesso à energia elétrica. Então, eu quero pedir a ajuda de vocês aqui: lutem conosco, para a gente poder priorizar isso e atender essa população.

E, como foi dito aqui – eu acho que o Yuri colocou isso –, quem mais sofre é o indígena e aquele ribeirinho que está mais distante, mais isolado; ele falou em relação à periferia e às populações de baixa renda. Então, essa é uma preocupação que a gente tem, que eu acho que, já que está tendo essa preocupação – e lamento a ausência da Casa Civil aqui, que seria de



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental importância, até por um assunto aqui que eu vou colocar –, essa seria uma questão importante nesse sentido.

Agora, eu não sei do Estado de Pará, mas, no Estado do Amazonas, foi cometido um erro por parte do Ministério do Desenvolvimento Regional e Defesa Civil. O que fizeram? Pegaram uma média. O Governo Federal tem todos os dados, seja pelo CadÚnico, seja pelas informações do número de estudantes que frequentam a escola e onde está essa população, e nós temos um Censo. Eu sou um crítico do Censo pela qualidade, mas a gente sabe que esse Censo foi feito meio que goela abaixo, porque não havia previsão e vontade do Governo da época, mas não dá para a gente fazer por estimativa. O Governo tem os dados. Então, eu peço que, neste ano – eu faço aqui essa reivindicação –, a Defesa Civil respeite os critérios da população que está lá, e que a gente possa, inclusive, trabalhar diante dessa necessidade.

Eu gostaria de fazer aqui essas colocações e dizer que, independentemente dessa questão da estiagem, nós temos, sim, graves problemas de uso e ocupação irregular na Amazônia, em costas, margens de rios e isso... Nós temos um problema grave e sério de destino de resíduos sólidos e nós somos os piores indicadores de saneamento básico no Brasil. Então, essa é uma discussão – e aqui eu vou até fazer uma colocação, Deputado Júnior Ferrari: no ano passado foi utilizado um recurso do Fundo Amazônia para a segurança pública, e esse recurso está sendo liberado agora.

Eu entendo que, se houver necessidade, tanto na questão da defesa civil quanto na população indígena, a gente possa buscar priorizar essas ações integradas com o Ministério das Cidades para buscar esse enfrentamento. Por quê? Porque como é que a gente quer garantir a sustentabilidade daquela biodiversidade se as populações indígenas não têm acesso à energia, não têm acesso à água? Isso é uma prioridade que não tem como esperar. Não é uma vazante que tem que esperar. Então, eu entendo que a gente tem que unir esforços nessa direção.

E digo que a fala da Cinthia é importante, mas a gente vivenciou isso na Amazônia no ano passado, e é importante entender o seguinte: a solução passa pelo município. Por quê? Porque essa história de dizer: "Não, a partir do Governo do estado, nós vamos chegar com a cesta básica". O valor pela distância logística na Amazônia é tão alto que, se isso for acontecer, uma cesta básica, só o valor da logística, vai custar de cinco a dez vezes mais caro do que a cesta básica, certo?



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso, e eu gostaria aqui de fazer essas colocações antes de passar para o Deputado Júnior Ferrari. Se ele me permitir, vou ler aqui alguns questionamentos, e seria bom dividirmos aqui na mesa para quem vai responder.

A primeira é da Francinni, de São Paulo, a quem agradeço pela participação. Ela pergunta: "Quais [...] medidas emergenciais [...] estão sendo tomadas para combater a estiagem na Amazônia e quais são os desafios enfrentados?".

A segunda é do Matheus, do Rio Grande do Sul – Matheus, receba nossa solidariedade –: "Quais [são] as políticas públicas criadas para abranger as pessoas e/ou moradores locais que sofrem com [...] a estiagem?".

Eu pediria o apoio da mesa, se puder imprimir mais algumas delas, que a gente distribui aqui e depois...

Magno, aqui do Distrito Federal: "Como o Governo Federal está se articulando junto aos governos estaduais e municipais para o enfrentamento desta iminente crise hídrica?".

Rafael, de Goiás: "Quais ações para promover o desenvolvimento econômico de forma sustentável, a fim de diminuir o impacto das intempéries a essa população?".

Solange, do Mato Grosso: "Como o Governo Federal pretende avaliar o uso correto e adequado da água para irrigação das lavouras na região?".

Virgínia, do Distrito Federal: "Como [...] [as comunidades] ribeirinhas e [...] [indígenas] estão participando das discussões e decisões quanto às [...] medidas de mitigação?".

Miriam, do Rio Grande do Sul: "Nas condições [...] [de seca que se apresentam], como serão estimulados os sistemas agroflorestais?".

Victor, do Amapá: "Como garantir a continuidade da complexa rede da cadeia produtiva de produtos da floresta, mobilizada por comunidades que nela vivem?".

Aí, eu só quero dizer uma coisa, aproveitando o que o Victor colocou aqui. Cinthia, lhe garanto uma coisa: se a gente tiver recurso do PAA, isso vai diminuir muito o impacto, porque o PAA, de todos os programas do seu ministério, é o que vejo como algo que costumo dizer que é



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a glicose na veia, porque compra a produção daquele produtor, com preço justo, e coloca na mesa de quem precisa.

Então, esse programa é muito importante. E, se houver esse olhar... Inclusive, eu colocava isso para o Ministro Wellington, que esteve recentemente lá conosco, e ele até colocava também que ia anunciar, dentro dessas coisas, um sistema de tratamento de água. Então, essa é uma questão importante.

Letícia, de São Paulo: "Com a estiagem na Amazônia, o que o Governo está fazendo para proteger recursos hídricos e comunidades? Como [...] [monitorar] e [creio eu] [...] [ajustar] as ações?".

E o último, um comentário da Camila, do Acre: "A estiagem é resultado de más práticas de agronegócio na Região Amazônica. É necessário criar incentivos governamentais à agroecologia".

Eu vou passar esta lista aqui de questionamentos e outros, que estão sendo impressos, enquanto eu passo a palavra ao Deputado Júnior Ferrari, e a gente o ouve.

O SR. JÚNIOR FERRARI (PSD - PA. Pela ordem.) – Boa tarde!

Eu vim aqui registrar também, um pouco, a minha presença. Cheguei já com a palestrante Cinthia Barros fazendo uma explanação. Não tive a oportunidade de ouvir os outros, em virtude de meus compromissos, mas não poderia deixar de vir aqui, como Deputado Federal do Pará, da Região Amazônica.

Quero, primeiro, parabenizar o nosso Deputado Sidney Leite, nosso coordenador da Bancada do Norte, grande Parlamentar, que fala com muita precisão, que defende com muito amor e com muita veemência os interesses da Região Amazônica, mas especialmente os do seu estado, tanto é que o seu *slogan* é "Amazonas na Veia!". Por aí você verifica... Já foi Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal; conhece a nossa realidade, porque ele mora no interior, anda todo aquele interior. Nós temos essa coisa em comum, porque eu sou do Município de Oriximiná, que é do oeste do Pará, na fronteira com o Suriname e com a Guiana, onde tem quilombolas, indígenas... Meu pai e meus irmãos também moram em Oriximiná, então eu não vou para o lado técnico, mas sim para o lado da nossa realidade.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui estão sendo discutidas, em audiência pública, a questão climática e as medidas do Governo Federal em relação à estiagem da Região Amazônica. Como foi muito forte ano passado – vocês acompanharam –, sabemos da luta de vários órgãos do Governo Federal, dos governos dos estados, dos municípios, mas sabemos que tem muita coisa para a gente avançar.

Tirando a estiagem, nós já temos muitas dificuldades. Vamos tirar a estiagem; já temos dificuldades, como falou Sidney Leite, e a gente pode até reforçar algumas questões, como a da internet: hoje, o mundo é globalizado; a internet não é um luxo, mas é uma ferramenta de trabalho, uma porta de entrada para conhecimentos. Você vê as Regiões Sul e Sudeste, onde você tem cobertura de em torno de 90%; o Centro-Oeste tem 85%; aí já vai para o Nordeste, onde são cinquenta e poucos por cento; e, na Região Norte, são em torno de 55% de cobertura. Já começa aí essa nossa desigualdade; nós temos de fazer uma reflexão a respeito disso. Sem contar a questão da merenda escolar e do transporte escolar, porque tudo é unificado, como se fosse um Brasil igual. Você não pode comparar o preço de um transporte escolar lá de São Paulo, onde é tudo asfalto, com a nossa Transamazônica. Estou dando um exemplo aqui; não estou entrando na questão da estiagem, já mostrando que já temos dificuldades na Região Norte – na saúde, na educação, na infraestrutura. E a nossa região compõe a maior área territorial do país. Só citando o Amazonas e o Pará, são 30% do território do Brasil – só o Pará e o Amazonas.

Entrando na estiagem, que ocorre de vez em quando, aconteceu ano passado. E em vários anos está ocorrendo, de forma mais grave em uns anos; e, em outros, mais razoável. Realmente, fica um caos, Deputado Sidney Leite. Por isso, eu quero muito parabenizar essa sua iniciativa. Os nossos rios são nossas estradas. Então, a gente já começa a ficar no isolamento total. E, com isso, os quilombolas, os ribeirinhos sofrem com o isolamento, mas também com um prejuízo enorme. Por exemplo, os pescadores vivem da pesca. Com a estiagem, não tem peixe, não tem pesca; e perdemos vários peixes com isso. E a questão dos ribeirinhos também...

Aí, agrava a saúde. Falou-se aqui em água potável, nós já não temos água potável. Com a seca, é pior ainda a dificuldade. Falou muito bem da logística, que é uma realidade de que falou o Deputado Sidney Leite, porque, se for mandar uma cesta básica – seja de Brasília, ou dos estados, caso de Belém, da capital –, um deslocamento vai ficar mais caro para chegar aos municípios. Realmente, a estiagem afeta muito a nossa região. Então, é muito importante fazer esse trabalho, esse trabalho preventivo, verificar o que deu certo nos anos anteriores, para que a



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente que possa copiar, continuar, e consertar os erros que existem, porque é natural, isso faz parte, a gente está sempre aprimorando.

Como morador – que eu sou do interior, moro ainda no Município de Oriximiná, fico entre Belém, Oriximiná e aquela região –, eu sinto na pele realmente o sofrimento quando chega a seca, quando é severa naquela região. É muito importante este debate, esta discussão.

Nós, como Deputados, como representantes legítimos do povo brasileiro, especialmente do Pará e da região, estamos à disposição para conversar, para discutir. Que possamos somar esforços, que nós possamos também dar nossa contribuição para não deixarmos os nossos irmãos numa situação difícil, porque a informação que a gente tem, Deputado Sidney Leite, vocês são técnicos e devem saber muito melhor que a gente, é de que a estiagem este ano vai ser muito grande também. Isso realmente é uma preocupação nossa e de muita gente, porque afeta o pequeno produtor rural, afeta o pescador, afeta o agricultor, ou seja, afeta todo mundo naquela região.

A questão de energia, como se falou aqui, eu só queria fazer uma retificação em relação ao Deputado Sidney Leite: na nossa região toda, não é 1 milhão, são em torno de 2 milhões de pessoas. Não sei se você se referiu só ao Amazonas, mas, na Região Norte, são 500 mil famílias, o que corresponde a 1,8 milhão de pessoas que estão na lamparina mesmo. Lamparina, não tem energia! Então é outro item, outro assunto que tem de avançar, que é muito importante.

O país hoje... É muito importante, com orgulho, falar que o Brasil, dentre o G20, é o país mais rico em termos de energia renovável, limpa, 90% dessa energia é limpa e renovável, porém, ainda temos esses problemas na Região Amazônica. Então, só ratificando, Deputado Sidney. E parabenizando aí a sua iniciativa. Conte com o nosso mandato!

Parabéns a todos que vieram aqui fazer as suas palavras e dar contribuição nesta audiência!

Meu muito obrigado e até outra oportunidade, se Deus quiser!

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado, Deputado Júnior.

Passo a palavra ao Armin, para que possa fazer suas considerações finais e responder os questionamentos, tanto em nome do ministério quanto da Defesa Civil.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMIN AUGUSTO BRAUN (Para expor.) – Obrigado, Deputado.

Bom, muitas das perguntas aqui já tiveram até suas respostas dadas pelo que foi falado aqui, mas acho que valem alguns comentários, inclusive, também a intervenção, a fala dos Deputados e repercutir em torno de alguns aspectos.

Então, em linhas gerais, a atuação do Governo para a estiagem na Região Amazônica, para a bacia do Rio Amazonas, é antecipada. Então, já prevendo o que está acontecendo com os prognósticos, a gente tem já um movimento de atuação, visto que todos aqui já relataram o que estão fazendo, além do que já tivemos experiências recentes que nos ajudam a melhorar e implementar algumas ações, basicamente em torno de alimento, de fornecimento de alimento, de água potável, de questões logísticas, seja para transportar água, seja para transportar alimentos, seja para antecipar ou melhorar a condição de navegação dos rios de maneira antecipada, além de questões relacionadas à assistência à saúde das populações, um grande foco em cima disto – o Vanderson comentou aqui sobre populações indígenas –, é muito importante. A gente, conseguindo fazer isso de maneira coordenada entre as agências do Governo Federal, do estado e dos municípios... Um comentário que o Deputado Sidney fez da importância de a gente também, muitas vezes, fazer com que o insumo seja adquirido localmente, isso também faz parte da nossa estratégia.

Então, quanto à questão do alimento, a gente tem a possibilidade no Governo Federal, através do próprio MDS, de ter um alimento *in natura*, porque ele é importante, às vezes, você não consegue adquirir o alimento. Então, é importante ter um estoque estratégico, e o Governo Federal, chegando com o alimento. E, muitas vezes, é importante o Governo Federal chegar com o recurso. Além da questão que o Deputado citou de que o custo logístico é muito alto para se comprar uma cesta básica em qualquer local e entregar numa comunidade que está bastante distante – você vai pagar muitas vezes o valor dessa cesta só em logística –, a gente, fomentando que essa aquisição seja local, além de reduzir o custo, tem um componente adicional que é: todo desastre traz dano e prejuízo, e um dos prejuízos que o desastre traz é o prejuízo econômico. Então, aquelas famílias têm, e toda a cidade tem impactada a sua capacidade econômica por conta de um desastre, seja uma estiagem, seja uma inundação, seja... Qualquer tipo de desastre traz um impacto econômico àquela região afetada. Então, a gente conseguir colocar recursos, incentivar o município, o estado, a prefeitura a receber diretamente aquele recurso e conseguir



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

adquirir aquilo no comércio local é muito importante, porque ajuda a retomar a economia, injeta dinheiro no município e dá a capacidade de uma recuperação econômica mais célere.

Deputado Sidney, um ponto que o senhor citou é a questão de a gente usar, às vezes, um custo paramétrico, como foi no ano passado. A gente estipulou um determinado valor para chegar. Aquilo foi uma experiência que a gente fez no ano passado, na tentativa de agilizar esse atendimento, só que a gente comunicou aos municípios que isso seria um atendimento que poderia ser um atendimento inicial.

Então, a gente, quando presta o recurso para ação de assistência, tem que ser muito rápido. Muitas vezes, a gente espera que o município...

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Só para contribuir – e o Deputado Júnior Ferrari viveu isso –, eu vou citar aqui um exemplo – quando a gente olha de fora enxerga melhor.

Quando foi baixada a medida provisória para permitir que os pescadores recebessem parcelas extras, em função de não poderem pescar, o que aconteceu? Quem são os primeiros municípios a serem atingidos pela vazante? Em tese, o Alto Solimões, no Amazonas; o Alto Juruá, no Acre e em Rondônia. Quais vão ser os últimos? Vão ser os Estados do Pará e os do Amapá. Então, os últimos do Amazonas, parte do Pará e do Amapá – e, mesmo assim, nos outros estados ainda teve também problema – ficaram fora da medida provisória e esses pescadores ficaram prejudicados, certo? Então, esse entendimento – e os dados estão sempre disponíveis – é o que tem que se ter, no sentido de não se permitirem estas...

O que aconteceu no passado em relação a isso? Tem município com uma quantidade de rio pequena, com uma população menor, que recebeu mais recursos do que o município com mais pessoas atingidas, entendeu? O objetivo aqui é só corrigir essas distorções, para que esse recurso chegue efetivamente a quem precisa.

O SR. ARMIN AUGUSTO BRAUN – Sim, mas é exatamente isso. A gente, quando transfere o recurso com base... É porque, quando você tem um desastre, a gente tem que ter uma informação do município falando: "Olha, eu tenho tantas pessoas afetadas, eu tenho tantas pessoas atingidas, e eu preciso de um montante, desse valor". Em alguns casos, a gente está tomando algumas ações antecipadas de nem esperar o município pedir. Então, a gente acaba



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

usando alguns custos paramétricos, de população rural e tudo, mas isso não significa que o município, na sequência, não possa pedir um recurso. Então, o município ainda pode pedir recurso adicional. E aí, Deputado, talvez a gente tenha falhado nesta comunicação, de não deixar isso claro para os municípios, mas é isto: esse recurso inicial que é, vamos dizer assim, tabelado daquele valor.

No Rio Grande do Sul aconteceu a mesma coisa. A gente fez, de maneira antecipada, um recurso sem que sequer o município nos solicitasse, para que o município que estava passando pelo desastre não precisasse parar para preencher um documento que é eletrônico, é bastante rápido, mas que, ainda assim, toma tempo. Fazer um relatório, fazer um levantamento demora 24 horas, e 24 horas que sejam é uma diferença importante. Uma pessoa por 24 horas sem alimento.... Essa é uma preocupação importante da gente. Então, a gente fez essa questão, mas já fica, assim, a gente já ter o nosso compromisso de que a gente vai aprimorar para esse ano essa perspectiva, além do que os municípios poderem solicitar recurso suplementar.

Quanto à questão da medida provisória da pesca, aí realmente teve essa questão toda que o senhor citou. E eu cito aqui o empenho do Ministro Waldez Góes, que é da região também, do Amapá, para que a gente pudesse corrigir isso de maneira célere e conseguir incluir os demais municípios. Foi uma luta que ele empreendeu lá também, e uma parte disso a gente conseguiu vencer. Bom, é um aprendizado para essa nova estiação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMIN AUGUSTO BRAUN – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – O nosso representante aqui da Sesai é da região, e o Ministro das Cidades é da região.

E o Erick...

O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS *(Fora do microfone.)* – Eu sou do Rio. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Já está...

Do Rio, que ele fala, é o Amazonas.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMIN AUGUSTO BRAUN – Então, Deputados e Deputadas, tenho certeza de que não só nós, os técnicos, mas as nossas autoridades também, o nosso Ministro têm empenho em vencer, muitas vezes, algumas burocracias que existem aí. Eu sou testemunha do empenho do Ministro Waldez de conseguir atender, de maneira mais rápida, mais célere, não só toda aquela população da Região Amazônica, a região dele, mas do Brasil todo. Ele tem tido um trabalho muito importante. Hoje ele está no Rio Grande do Sul novamente. Ele tem ido para o Rio Grande do Sul mais do que para prestar solidariedade, uma presença institucional, para ir lá verificar o que pode ser feito e como o Governo Federal pode atuar.

Só mais um comentário adicional: há um grande avanço nessas ações, que a gente chama aqui de defesa civil, mas são ações mais amplas, ações de gestão de risco, de resposta a desastre. Essas ações têm tomado corpo no Brasil, porque as agências, eu cito aqui as agências do Governo Federal, mas também isso acontece nos estados, nos municípios, os órgãos do Governo Federal têm incorporado essas políticas dentro de suas agendas e priorizado o atendimento à população. A gente pode citar todos os ministérios presentes aqui, que incorporaram, de alguma forma, essa preocupação com a população frente ao desastre, seja da perspectiva da prevenção, seja da perspectiva da preparação e da resposta, mas incorporaram isso nas suas ações. E, hoje, a gente consegue que os órgãos do Governo Federal tenham, nas suas políticas, nos seus programas, nos seus orçamentos, recursos destinados para essas ações. Isso é muito importante. Isso é uma amostra de maturidade institucional dentro do que é a administração pública federal. Mais uma vez, isso também perpassa o Governo Federal e chega ao Congresso. Nós nunca tivemos, nos últimos anos, um debate tão intenso sobre as questões relacionadas à defesa civil, à gestão de riscos, ao atendimento a desastre, à mudança climática, à adaptação e à mudança do clima, como se está tendo nos últimos anos.

Eu comecei a trabalhar com este tema em defesa civil, em 2002. Nós ficamos até 2010 sem nenhuma lei que desse cobertura para as nossas ações. Era um sistema que era regido por um decreto. E, hoje, tem três leis importantes, como o marco, e tantas outras aí. Agora, uma mudança constitucional, vindo para colocar recurso nessas ações. O senhor comentou da questão da celeridade que a gente conseguiu atingir nos últimos tempos, mas isso também se dá graças a uma atuação do Congresso Nacional, aprovando leis, aprimorando o marco normativo do Brasil. Isso tem permitido.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, este trabalho de proteger as pessoas, de salvar vidas, de levar alívio às populações que sofrem por desastre só consegue ser empreendido se todo o mundo está irmanado, de braço dado e trabalhando junto, nós que somos servidores públicos, trabalhando de maneira conjunta para fazer frente a essa ação.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado.

Passo a palavra ao Vanderson, para que possa se manifestar e fazer suas considerações finais.

O SR. VANDERSON GOMES DE BRITO (Para expor.) – Brevemente, agradeço, mais uma vez.

Um ponto só, além do que o Armin tem falado já, muito bem, por sinal, com relação à presença das comunidades, das organizações indígenas e do controle social nos nossos planos de preparação e resposta. A saúde indígena, de modo geral, já tem, em sua constituição natural, a participação social, a participação das populações indígenas. No que tange a preparação e resposta, a gente também tem atuado de forma muito conjunta, muito ativa. O Condisi (Conselho Distrital de Saúde Indígena), assim como as organizações indígenas, tem participado. E a gente tem observado a importância de os conhecimentos tradicionais estarem presentes nesses nossos planos de preparação e resposta.

Para além, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, sobre o qual o Yuri comentou, no eixo saúde também, está em elaboração. Já está numa fase bem ativa, bem intensa de preparação, de discussões, com a participação também do controle social a partir dos órgãos como Conass, Conasems e Conselho Nacional de Saúde.

Por fim, nossa Ministra Nisia Trindade tem-se comprometido muito intensamente com a saúde da população da Amazônia, muito especificamente com a saúde indígena também. Há esse compromisso. Há um olhar atento e sensível a essas populações.

Eu acredito que a gente tem passos muito importantes e anúncios interessantes a fazer em breve, com relação à saúde indígena na Amazônia Legal e à saúde da população da Amazônia Legal.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente segue acompanhando esses processos de preparação, seguimos compondo o Sistema Federal de Resposta, a partir das nossas secretarias, dos nossos departamentos, mas sempre de forma muito uníssona com o Governo Federal, com o Sistema de Resposta.

Nós nos mantemos sempre à disposição, Deputado Sidney. A gente está aqui para colaborar no que for possível, como falei, como Governo Federal, mas também como amazônida, como acriano e como indígena; a gente tem esse compromisso com essas populações do território.

Dito isso, agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês e me mantendo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. Bloco/PSD - AM) – Com a palavra o Yuri, do Ministério das Cidades.

O SR. YURI GIUSTINA (Para expor.) – Lendo as perguntas aqui e considerando as colocações do Deputado Júnior Ferrari e do Deputado Sidney em relação a toda essa exposição, dá para perceber o quão interconectados são todos os temas que a gente fala aqui quando a gente pensa em mudanças climáticas e no impacto das políticas públicas dentro desse cenário e dentro das dificuldades que foram apontadas.

Eu vejo aqui nas perguntas questões sobre recursos hídricos, questões sobre envolvimento dos moradores, questões sobre irrigação, e o Deputado trouxe questões sobre transformação digital, tecnologia, questão de acesso à internet. O Ministério das Cidades acredita que a construção de cidades é um processo que sofreu um grande impacto nas últimas décadas. Hoje não se imagina uma cidade, por exemplo, sem iluminação pública. Hoje não se imagina mais uma cidade sem internet. A internet é um meio de acesso, inclusive, para a construção do meio ambiente urbano. Então, nós temos essa preocupação.

E, aí, toda essa questão, toda essa discussão de mudanças climáticas envolve, reforçando aquele recado que eu trouxe aqui, uma articulação muito grande entre todos os ministérios. O Plano Clima... Eu não sei se o senhor teve a oportunidade de ouvir quando eu apresentei, Deputado Júnior, mas o Plano Clima busca essa integração de ações: são 16 ministérios envolvidos na construção desse plano de enfrentamento, de adaptação e de mitigação em relação às mudanças climáticas.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. YURI GIUSTINA – Então, ali, eu acho que todos esses ministérios estão empenhados em criar respostas, inclusive para essas perguntas que chegaram aqui via internet: quais são as medidas que estão sendo pensadas? Quais são as medidas que estão sendo tomadas?

Nós estamos no primeiro passo de construção desse Plano Clima. Eu acho que é um *locus* interessante de participação social em que podem ser trazidas contribuições, experiências para se trabalhar na próxima etapa, na etapa seguinte, de quais são as ações que vão estar previstas dentro desse Plano Clima, para enfrentamento a todas essas mudanças.

E aí, vamos dizer, o Ministério de Minas e Energia, por exemplo, com as questões de energia elétrica; o Ministério das Comunicações com relação à internet e a todo esse acesso da população – de toda a população – a esses benefícios, urbanos e não urbanos, levando essas infraestruturas para todas essas populações ribeirinhas, indígenas, que fazem parte da justiça climática, sobre a qual eu comentei durante a minha apresentação.

Então, acho que a gente está adiante de um cenário desafiador, mas, ao mesmo tempo, propício, porque está havendo essa grande articulação em nível federal, que também desce aos estados e municípios, que vai descer aos estados e municípios, para participação também em relação à busca da melhor solução possível.

Bom, devido ao tempo, eu vou encerrar por aqui. Mais uma vez, Deputado Sidney, agradeço aqui o convite, a possibilidade de participação e, mais uma vez, trago aqui os cumprimentos do nosso Ministro das Cidades, Jader Filho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Com a palavra, Erick Moura.

O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Sidney Leite.

Eu queria saudar também o Deputado Júnior Ferrari pela presença, agradecer as perguntas dos que aqui fizeram, à Solange, à Virgínia, à Francinni, ao Matheus, ao Magno, ao Rafael, à Miriam, ao Victor e à Letícia. Fazemos registros aqui que, das nossas perguntas, ficaram



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrados na apresentação da infraestrutura aquaviária pelo Dnit, as medidas emergenciais que nós estamos já planejando para combater essa estiagem. Aquele programa que nós apresentamos aqui é uma política pública já implementada, para o qual a gente espera ter resultados aí o mais brevemente possível. As articulações são constantes, há um diálogo constante do Governo Federal com todos os órgãos envolvidos e a sociedade como um todo e também com as comunidades ribeirinhas, porque elas participam, a gente escuta, principalmente lá em Benjamin Constant e Tabatinga, onde eu fui, pessoalmente, conhecer a dificuldade da população, e quero dizer que essa política pública que o Governo Federal está implementando em nível de infraestrutura aquaviária a gente espera que seja duradoura, de médio a longo prazo.

Então, quero até fazer um registro da comunicação, agradecendo aqui ao Deputado Sidney Leite, de que nós implementamos lá em Parintins, agora, durante o festival lá no nosso porto, a internet gratuita para todos lá, e o acesso lá estava melhor do que o de quem estava na cidade. A cidade também estava cheia em função do festival. Então, o nosso porto lá prestigiou quem precisava de comunicação ali. Então, o Dnit já está até contribuindo com a inclusão social digital. E a gente quer expandir para as outras cidades lá do Estado do Amazonas, e do Pará também, Deputado Júnior, e o senhor pode ficar tranquilo, porque a gente está querendo expandir nossas atividades e experiências.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS – O senhor pode ficar tranquilo, porque nós vamos atender.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ERICK MOURA DE MEDEIROS – Com certeza. A gente está à disposição.

Então, mais uma vez agradeço o convite do senhor, Deputado, e a presença de todos que estão aqui e coloco o Dnit, mais uma vez, à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado, Erick.

Concedo a palavra à Cinthia, que aqui representa o Ministério do Desenvolvimento Social.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CINTHIA BARROS DOS SANTOS MIRANDA (Para expor.) – Novamente, eu creio que uma mesa nesse teor, como o Diretor Armin falou, é importantíssimo que a gente esteja trazendo a discussão para dentro das políticas públicas e também para o Congresso Nacional.

Quero dizer que, como há uma pergunta aí sobre a questão interfederativa, de estados e municípios, no Sistema Único de Assistência Social, a palavra único quer dizer exatamente que a gente atua junto com estados e municípios, com as oportunidades e também com os desafios que toda a comunicação interfederativa traz. Assim que nós sabemos de alguma situação de emergência lá no MDS, a gente já entra em contato com estados e municípios, porque a gente entende que é da ponta que a solução vem.

A perspectiva aqui de novos eventos e de novas dimensões de ocorrência coloca também a necessidade de a gente avançar muito nas políticas públicas. Então, eu acho que o que esta mesa demonstra é que a gente já deu vários passos, mas que ainda há passos grandes a serem dados na perspectiva de a gente realmente criar resiliência nas cidades para que as populações não sejam tão afetadas por situações de emergência e calamidade.

Em relação também à pergunta da água, que me foi posta de forma enfática, a questão da água não é uma solução única de um ministério, novamente é uma solução que perpassa diversos e diversos atores, mas, em relação ao MDS, a gente tem participado dessas discussões que são intersetoriais na perspectiva de uma transformação de uma tecnologia social. A gente, no Nordeste, usa muito a tecnologia social da captação da chuva, e ela não nos cabe tanto na Região Norte. Aí as discussões vão para a criação de poços artesianos, mas, uma vez que a seca diminui, esses poços têm que ser cada vez mais profundos e precisam ter toda uma questão da filtragem, filtros, e da qualidade da água também, que aí tem a ver com a questão do Ministério da Saúde. Então, o desafio da água está posto, em especial, para as nossas comunidades e populações tradicionais, enfaticamente indígenas, e também ribeirinhos e extrativistas, entre os extrativistas, os pescadores.

Então, é um pouco dessa atuação que a gente quer falar, e quero dizer que o PAA é essa oportunidade de colocar insumo local, que nem sempre a gente consegue, nas cestas e em outras estratégias nossas, mas que também existe muita dificuldade por causa da seca de a gente



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir agricultores que possam fornecer alimentos. Então, é um programa importantíssimo, mas que também tem seus desafios.

E lembro que o Bolsa Família também é uma estratégia de segurança alimentar, também é uma estratégia para que as pessoas tenham acesso e coloca recursos nas economias locais. Então, o Bolsa Família também é uma estratégia de fortalecimento das economias, da troca e do comércio local, que é importantíssimo. Então, assim, o Bolsa é mitigação, mas também é resposta a emergências.

Quero dizer que a gente precisa fortalecer, na Região Amazônica, a estratégia das cozinhas solidárias. Nas Regiões Sul e Sudeste, nós temos mais cozinhas solidárias, mas a gente tem que fortalecê-las também na Região Amazônica.

E aí, dou-lhes, então, meus cumprimentos, em nome do Ministro Wellington Dias, que coloca sempre na pauta...

(Soa a campainha.)

A SRA. CINTHIA BARROS DOS SANTOS MIRANDA – ... a questão das emergências – inclusive, no G20, coloca essa pauta – e a importância do MDS de uma forma estratégica. A gente tem no planejamento do Governo Federal três eixos: um eixo é a sustentabilidade, o outro é a questão social e o outro é a governança, daí a importância do MDS em todos esses três eixos de atuação dentro do planejamento do Governo Federal.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado, Cinthia.

Eu só quero aqui – eu e o Júnior Ferrari viemos na mesma linha – reforçar ao Armin e ao Vanderson essa necessidade de dar celeridade à questão de buscar estratégias, aliadas ao que o Yuri coloca, para garantir água potável para essas populações que estão na Amazônia, e dizer que nós estamos trabalhando para instituir o Parlamaz, Deputado Júnior, que, efetivamente, do ponto de vista legal, no Peru existe, que é o Parlamento Amazônico.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir daí, que nós possamos garantir a transversalidade de políticas públicas, não só de um país, mas de outros, e também que possamos aproveitar tudo que está pronto na prateleira, a partir da pesquisa, da ciência e de tecnologias; e, com essa inovação, não só melhorar a qualidade de vida, porque – e eu falei de um outro lado aqui – muitos encham a boca para falar da Amazônia, e outros se dizem doutores, mesmo sem conhecer um igarapé, mas, infelizmente, quando é a hora de definir prioridade, a Amazônia está sempre por último, inclusive em pesquisa, o que é uma baita contradição. Esta audiência pública tem essa preocupação.

E só quero colocar, Amin, que eu entendo a importância de nós darmos a garantia legal para que os recursos cheguem ao fundo. Agora, se houver vontade política, o Governo não tem impedimento para colocar recursos no fundo – isso fica muito claro –, para não precisarmos, como aconteceu ano passado com a Amazônia, como acontece agora com o Rio Grande do Sul, ter que editar medida provisória e ficar votando projeto disso e daquilo.

E aqui, nesta Comissão sobre Mudanças Climáticas, nós já começamos um debate para construirmos um projeto de lei que possa atender às questões de mitigação, prevenção – inclusive, punir essas questões que o Yuri colocava, porque muitas vezes, em áreas de alagações e de enchentes, tem muitas ocupações irregulares que ficam fazendo vista grossa em muitos momentos, inclusive incentivadas outras vezes pelo poder público –, e também no sentido de que nós possamos buscar soluções.

Então, nós estamos construindo aqui um projeto de lei que possa atender aquilo sobre o que foi feito, inclusive, um questionamento – pelo internauta –, do setor econômico, do setor produtivo, e que nós possamos dar aqui a nossa contribuição.

Nada mais havendo a ser tratado, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 45 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9796827311>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas do dia dez de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Deputada Socorro Neri, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Eliziane Gama, Humberto Costa, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaques Wagner, Damares Alves, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Flávia Morais, Dr. Zacharias Calil, Nilto Tatto e Célia Xakriabá, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Marcos do Val e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Wilder Moraes, Tereza Cristina, Luiz Carlos Busato, Meire Serafim, Sergio Souza, Sidney Leite, Gilson Daniel, Zé Vitor, Ricardo Salles e Camila Jara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**.

ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 8, de 2024 que: "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação da "Plataforma Farol Verde", no âmbito da 2ª Edição da "Virada Parlamentar Sustentável"." **Autoria:** Deputada Federal Socorro Neri (PP/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 9, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater projetos de lei que incentivam tecnologias para redução das emissões de metano no Brasil, principal gás de efeito estufa que deve ser mitigado para o cumprimento do Acordo de Paris." **Autoria:** Deputada Federal Socorro Neri (PP/AC). **Resultado:** Requerimento aprovado com a inclusão do senhor Edro Maranhão, Presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA) como convidado da audiência pública. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 10, de 2024** que: "Requer realização de diligência no estado de Mato Grosso, para visitar in loco a situação do Pantanal mato-grossense." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 11, de 2024** que: "Requer a realização de diligência nos estados de Pernambuco e Sergipe, para visitar in loco a situação de áreas atingidas pela desertificação." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatro minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2695560467>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Socorro Neri

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/07/10>

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão.

O item 1...

Nós vamos passar então para a pauta deliberativa apresentando cada um dos requerimentos e, na sequência, colocando em apreciação.

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 8, DE 2024****- Não terminativo -**

Requer a realização de Audiência Pública para apresentação da “Plataforma Farol Verde”, no âmbito da 2ª Edição da “Virada Parlamentar Sustentável”.

Autoria: Deputada Federal Socorro Neri (PP/AC)

ITEM 2

Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2695560467>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº
9, DE 2024****- Não terminativo -**

Requer a realização de Audiência Pública para debater projetos de lei que incentivam tecnologias para redução das emissões de metano no Brasil, principal gás de efeito estufa que deve ser mitigado para o cumprimento do Acordo de Paris.

Autoria: Deputada Federal Socorro Neri (PP/AC)**ITEM 3****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº
10, DE 2024****- Não terminativo -**

Requer realização de diligência no estado de Mato Grosso, para visitar in loco a situação do Pantanal mato-grossense.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº
11, DE 2024****- Não terminativo -**

Requer a realização de diligência nos estados de Pernambuco e Sergipe, para visitar in loco a situação de áreas atingidas pela desertificação.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Coloco, então, em apreciação os quatro requerimentos agora apresentados.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2695560467>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares...

Tem mais um? *(Pausa.)*

Requerimento do Senador Giordano solicitando a inclusão – sobre o Requerimento nº 9, de 2024 – na audiência que vai debater projetos na Comissão, a indicação aqui do Dr. Pedro Maranhão, Presidente da Abrema. O Requerimento nº 9, da CMMC, requer exatamente aquela audiência para debater projetos de lei que incentivam tecnologias para a redução das emissões de metano no Brasil.

Nós, então, faremos aqui, como autora desse requerimento, a concordância para a inclusão da solicitação formulada pelo Senador Giordano, incluindo a participação do Presidente da Abrema, o Dr. Pedro Maranhão.

Em apreciação os quatro requerimentos apresentados.

Em votação os requerimentos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, em bloco, os quatro requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Antes, preciso então submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

(Iniciada às 15 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 05 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2695560467>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Deputada Socorro Neri, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Humberto Costa, Angelo Coronel, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Bene Camacho, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Wilder Moraes, Tereza Cristina, Luiz Carlos Busato, Meire Serafim, Flávia Moraes, Sergio Souza, Sidney Leite, Gilson Daniel, Zé Vitor, Ricardo Salles, Camila Jara, Nilto Tatto e Célia Xakriabá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2024 - CMMC, de autoria Deputada Federal Socorro Neri (PP/AC). **Finalidade:** Debater projetos de lei que incentivam tecnologias para redução das emissões de metano no Brasil, principal gás de efeito estufa que deve ser mitigado para o cumprimento do Acordo de Paris. **Participantes:** Edie Andreeto Junior, Assessor da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME); Érico Rial Pinto da Rocha, Coordenador-Geral de Mitigação e Proteção da Camada de Ozônio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC); Rodrigo Sobral Rollemberg, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); Márcio Rojas, Coordenador-Geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN), Vice-Presidente do Waste to Energy Research and Technology Council (WTERT), Columbia University, USA; André Galvão, Superintendente Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA); e Talyta Viana, Coordenadora Técnica Regulatória da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás). A Presidente concedeu a palavra aos senhores Pedro Henrique Zuchi da Conceição, Secretário de Meio Ambiente da Universidade de Brasília (UNB), e Marcos Juliano Prauchner, Diretor do Instituto de Química da UNB. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Socorro Neri

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/08/26>

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental – e temos –, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater projetos de leis que incentivam tecnologias para a redução das emissões de metano no Brasil, principal gás de efeito estufa, que deve ser mitigado para o cumprimento do Acordo de Paris, em atenção ao Requerimento nº 9, de 2024, de autoria da Deputada Socorro Neri.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 10 minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida a Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo Parlamentares, nós normalmente temos feito a abertura de leitura de questionamentos ou de ponderações dos participantes pelo portal ou, então, de presentes, de modo que se torne, de fato, uma audiência pública o mais interativa possível, como nós temos feito aqui, nesta Comissão.

Devido ao número de convidados para esta audiência pública, faremos duas mesas.

Na primeira mesa, nós temos já aqui conosco, compondo a mesa: Edie Andreeto Junior, Assessor da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Ministério de Minas e Energia; Érico Rial Pinto da Rocha, Coordenador-Geral de Mitigação e Proteção da Camada de Ozônio, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Rodrigo Sobral Rollemberg, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e Márcio Rojas, Coordenador-Geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nós teremos uma mesa com representantes do Governo Federal e uma segunda mesa com a participação dos representantes das associações convidadas.

Convido, então, para dar início às nossas exposições o Sr. Edie Andreeto Junior, representante do Ministério de Minas e Energia, que terá 10 minutos para a sua exposição.

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Nosso objetivo aqui é passar, rapidamente, os números que nós temos do setor e discutir algumas medidas necessárias para este objetivo de redução de emissões de metano. *(Pausa.)*

Obrigado.

Não está passando... Agora passou.

A nossa agenda a gente organizou de tal sorte que falássemos rapidamente sobre dados do setor, emissões de gases de efeito estufa e metano no país, emissões de gases de efeito estufa no setor de energia, gases de efeito estufa e metano no setor de exploração, produção de petróleo e iniciativas para a redução das emissões.

Alguns dados do setor para a gente contextualizar a nossa pesquisa.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem a plena convicção de que nós devemos incentivar as atividades de exploração. Em um cenário de tendência sem nenhuma política ou nenhuma medida para esse incentivo, em 2039, provavelmente, nós voltaremos a ser importadores de petróleo. Nós teríamos uma produção abaixo da nossa capacidade de refino, isso por conta da falta de descobertas comerciais de grande potencial, na Bacia de Santos principalmente, e a necessidade de avançar em novas fronteiras.

Acerca de segurança energética em um cenário de interrupção de investimentos, o que acontece com as participações governamentais? Nós temos essa linha de diferença que significaria a queda crescente dessas participações governamentais na ausência dessas descobertas, comparado com a meta de arrecadação e uma perda acumulada de R\$2,91 trilhões, em 2055, no final do horizonte em que nós temos feito as avaliações.

A evolução da produção *onshore*, *offshore*, pré-sal e pós-sal. Partindo ali daquela parte cinza, que seria a produção *onshore*, que é a produção em terra, o verde é a produção do pós-sal, o vermelho é a produção pré-sal e a produção total do Brasil, mostrando aí a relevância de cada um em relação à produção total.

A gente avaliou, pelo Sirene – que é o sistema de emissões elaborado pelo MCTI –, a participação de cada um dos setores. Aí estão segregados o setor de energia, essa parte em azul, o uso da indústria como matéria-prima desses produtos que geram emissões, a agropecuária, os resíduos e a mudança do uso do solo, que é o verde, o maior ali.

Então, os senhores vejam que, de fato, também a gente teria uma subdivisão entre setores, para ser feita a avaliação em termos de emissões de CO₂.

Com relação a emissões líquidas, também a participação da contribuição setorial em percentual: setor de energia é 23,2%; utilização da indústria é 6,1%; agropecuária é 28,5%; mudança de uso do solo 38%; e resíduos 4,2%. E aí o CH₄ ali seria o metano, que seria o objeto da discussão de hoje.

As emissões totais para o setor de energia, desagregados os subsetores, divididas em atividades de queima de combustíveis e emissões fugitivas, que seriam as que são objeto de busca mais intensa, no caso do setor de E&P.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emissões de CO₂ do subsetor "atividade de queima de combustíveis", por categoria, também mostra que o setor de exploração e produção, que está englobado nas indústrias de energia, também não tem uma participação significativa, e, sim, o transporte e a utilização comercial institucional.

Com relação às emissões de CH₄, por categoria, também a gente percebe essa participação não tão relevante do setor de exploração e produção.

Como conclusões do que a gente avaliou, com os dados que nós temos disponíveis pelos ministérios que desenvolvem as pesquisas e pelos nossos dados também junto à EPE, as emissões de gases e efeito estufa do setor de energia foram de 23,2%, em 2020. Esses são os últimos dados a que a gente teve acesso, no Sirene, com essa segregação.

A mudança de uso do solo e agropecuária são maiores emissores, com 38% e 28,5%, respectivamente. Por outro lado, as emissões de metano do setor de energia foram 3% das emissões totais do país, contra 73% do setor de agropecuária, 16% do setor de resíduos e 7% de mudança do solo.

As emissões fugitivas de petróleo e gás natural respondem por 22% das emissões de metano do setor de energia, falando-se, especificamente, de metano, em 0,7% das emissões nacionais de metano.

A produção de petróleo e gás, no país, ocorre em ambiente *offshore*. Nesse caso específico, o metano é um risco operacional extremamente controlado. Ou seja, a presença do metano, no ambiente de produção – plataforma, FPSO – traz um risco elevado para as operações, então, são alvo de controle, inclusive, essas emissões.

O setor de E&P continua com a meta de ser referência das emissões de gás de efeito estufa no mundo. Nossa média é de 14kg de CO₂ equivalente, por barril de óleo equivalente, contra uma média mundial de 20kg. Os novos projetos de desenvolvimento das atividades *offshore* têm a previsão de emissão de 9kg, menos de 50% da emissão mundial, incorporando as melhores práticas para a redução de gás e efeito estufa.

Não obstante, recentemente, foi aprovado, no CNPE, resolução para tratar, especificamente, hoje, da redução dos gases de efeito estufa do setor de E&P, com um programa de redução de



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gases e emissões. É um setor significativo para a segurança energética do país, gerando renda e emprego, e deve ser cada vez mais sustentável, lembrando que, como dito, nossa produção já é, de plano, uma produção com baixas emissões, nossa matriz também é limpa e nosso consumo e emissão, em toneladas de CO₂ *per capita*, também é uma das menores do mundo. Eu costumo dizer que 10% de redução de um país como Rússia ou Estados Unidos é um Brasil – a gente tem uma emissão *per capita* de em torno de 10% das emissões mundiais.

Sempre há uma oportunidade de aprimoramento, sempre há uma oportunidade de melhoria. A gente busca, com várias cooperações internacionais, como o CMC Pledge e outros acordos...

(Soa a campainha.)

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR – ... cada vez mais a evolução e a melhoria desses índices.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Sr. Edie Andreeto.

Agora, convido para usar a palavra o Sr. Érico Rial Pinto da Rocha, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O SR. ÉRICO RIAL PINTO DA ROCHA (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde a todas e a todos. Obrigado pelo convite.

Na minha apresentação aqui, acho que muitos dos dados que o Edie trouxe eu vou trazer aqui também, mas com uma perspectiva um pouco mais ampla de Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima como um todo, e o Márcio, do MCTI, também, depois, vai poder complementar.

A lógica aqui... e o Edie trouxe um gráfico que faz exatamente isso, divide por setores de emissão, aqui em CO₂ equivalente, ainda, para a gente ter uma noção de quais são os principais setores de emissão no Brasil e como a emissão desses setores evoluiu no horizonte de 2005 a 2020. São todos dados gerados pelo MCTI, dados públicos.

Então, pensando aqui um pouco, até adiantando, a gente sabe que o setor de mudança do uso da terra, que a gente chama de LULUCF, é o principal setor emissor no Brasil, então o nosso



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfil de emissões é bem diferente do resto do mundo, em que a energia é o principal setor de emissões. Aqui ainda é mudança do uso da terra, mas a gente teve uma redução significativa, e muito dessa queda histórica, influenciada pela queda do desmatamento na Amazônia, possibilitou que a gente tivesse uma redução bastante relevante em 2005 e 2020.

E aqui a gente traz também para o setor de resíduos, que tem um maior aumento percentual no período, apesar da baixa participação global, e é um setor em que o metano é algo bastante relevante; o setor de agropecuária, que a gente vê que, apesar da trajetória crescente, se a gente pega, em 2005 e 2020, o quanto a gente teve de aumento de produtividade, crescimento do rebanho, aumento da safra, a gente tem o que a gente chama na literatura de *decoupling*, desacoplamento, que é o aumento da produção com menor intensidade de carbono; e energia, da qual o Edie já trouxe aqui alguns dados também. Então, isso aqui é o geral, e a gente vai descer setor a setor.

Aqui são dados de emissão de agropecuária, acho que ele até antecipou. A gente tem aqui o total de emissões, pensando em emissões CO₂ e não-CO₂. Na agropecuária, o metano é um gás bastante relevante, então no perfil de emissões da agropecuária, o metano é uma questão bastante relevante, ainda que a gente tenha também óxido nitroso e CO₂.

Eu vou passar rápido, são bastantes eslaides, mas a gente vai...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ÉRICO RIAL PINTO DA ROCHA – Ele está ali, olha, emissões CO₂, 2%; ele está com cerca de 30% de não-CO₂.

A gente vai deixar esses eslaides aqui depois para serem disponibilizados. Então, para me ater ao tempo, eu vou passar um pouco rápido.

Então, aqui a gente tem resíduos: participação no total é pequena, mas é uma tendência crescente, porque é isto, quanto mais a gente tem a universalização do saneamento básico, tende-se a aumentar as emissões do setor, então isso é interessante.

Aqui é o setor de energia, que o Edie trouxe com mais detalhes, então não vou me ater, só quero frisar que a gente tem uma alta participação de renováveis na matriz em relação à média



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

global, mas o desafio da descarbonização da matriz de combustíveis permanece válido. Então, a gente vai disponibilizar isso aqui depois para todos.

Esse aqui, como o MCTI é o nosso gerador de dados – foi legal de ver esses eslaides, a gente já trouxe o mesmo, só para vocês terem a noção... Então, focando na coluna do CH₄, que é metano, fica bastante claro que a agropecuária é o principal setor emissor, resíduos têm uma participação relevante e, depois, em ordem o LULUCF, energia e indústria e processos industriais com menos impacto.

Bom, aqui, só para dar uma... A gente trouxe o geral, agora vamos descer um pouco mais para o específico, só para se ter uma noção de quais são as principais fontes de emissão, e depois a gente vai trazer um pouco do que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima tem feito para endereçar essas questões.

Então, no caso do setor agropecuário, e aqui tem categoria do inventário e subcategoria do inventário. Detalhando um pouco mais, no caso de agropecuária, a gente tem quatro principais fontes de emissão: fermentação entérica, especialmente de bovinos de corte; manejo de dejetos animais, especialmente de suínos; cultivo de arroz; e queima de resíduos agrícolas.

Aqui a gente colocou mais para vocês terem a informação depois. São todos dados públicos da sexta edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil, elaborado pelo MCTI.

Só para detalhar um pouco mais, aqui é metano, mas trazendo para CO₂ equivalente, só para deixar os dados de maneira mais organizada, porque é informação pública, mas é sempre importante que a gente possa organizar e trazer aqui com mais detalhes. Então, aqui é fermentação entérica, como já tinha dito, bovinos de corte como a principal fonte; aqui, manejo de dejetos, para suínos a barra é amarela, então é a principal fonte; e aqui, cultivo de arroz, que se mantém estável ao longo do período, tem pouca mudança – acho que agora parou de passar; foi, perfeito – e aqui é a questão de queima de resíduos agrícolas, em que aí, sim, a gente teve uma redução substantiva na subcategoria de cana de açúcar, que é um resultado bastante interessante.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando aqui para resíduos sólidos, a gente tem três grandes fontes de emissão: disposição de resíduos sólidos, em locais manejados e não categorizados; tratamento biológico de resíduos sólidos; e tratamento e despejo de águas residuárias. Então, aqui a gente vai trazer só os dados também, para a gente ver – como eu disse – que, quanto mais a gente tem a instalação de aterros e a melhoria, a gente tende a ter uma crescente aqui, que é um dado interessante.

Bom, e aqui, energia. Como o Edie trouxe na apresentação dele, o metano não é uma grande questão. Até se vocês virem a escala do gráfico, a gente estava em milhares de toneladas de CO₂, e a escala do gráfico de energia está em centenas. É importante deixar isso bastante claro.

Gostaria de, no final do meu tempo, trazer isto aqui: o que a gente está fazendo no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para endereçar essas questões? A gente está, neste momento, no momento de construção do Plano Clima, que tem o horizonte 2024-2035. Então, ele pega três ciclos orçamentários e três ciclos de atualização da NDC, no âmbito do Acordo de Paris. Como todos aqui sabem, a COP 30, no ano que vem, será no Brasil, será aqui em Belém, e todos os países têm o compromisso de apresentar suas novas contribuições nacionalmente determinadas – e o Brasil entre eles.

Então, esse é um trabalho em que o Plano Clima vai ser a soma de todos esses elementos. A gente tem uma Estratégia Nacional de Mitigação e sete planos setoriais de mitigação – é a parte na qual eu tenho trabalhado mais diretamente lá na Secretaria Nacional de Mudança do Clima –, temos uma Estratégia Nacional de Adaptação e 16 planos setoriais de adaptação e temos documentos transversais, que lidam tanto com mitigação quanto adaptação, a parte de transição justa, de impactos socioeconômicos ambientais da transição, meios de implementação, um eixo de educação, capacitação, pesquisa, desenvolvimento e inovação e uma parte de monitoramento, gestão, avaliação e transparência.

Então, no Plano Clima, a gente recebe o mandato e diretrizes do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que foi reestruturado no ano passado com um decreto já no mandato do Presidente Lula, e a gente teve posteriormente, no dia 5 de junho deste ano, uma alteração. É um comitê transversal, tem 22 ministérios, é presidido pelo Ministro Rui Costa, da Casa Civil, e tem a Ministra Marina Silva como Secretária-Executiva.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente recebeu, a partir de uma resolução, o mandato e as diretrizes para a elaboração desses documentos, e é no que a gente tem trabalhado com afinco lá no Ministério do Meio Ambiente.

E é importante frisar que a gente, discutindo o metano, e acho que o Márcio vai entrar um pouco mais no nível de projeto depois, mas três desses planos setoriais vão endereçar e vão discutir a questão de metano. São os três setores de que a gente trouxe aqui dados: agricultura e pecuária, resíduos e energia.

Importante frisar também que lá, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente – eu estou aqui pela Secretaria Nacional de Mudança do Clima –, eles têm a Secretaria de Qualidade Ambiental, do Secretário Adalberto, que é quem lida especialmente com a política de resíduos.

Aqui, só também para deixar em termos de contexto, o que a Estratégia Nacional de Mitigação vai conter. Então, ela dá as diretrizes gerais para que, nos planos setoriais de mitigação, a gente vá mais ao detalhe e, então, aí, sim, a gente discuta eventuais mudanças no marco regulatório, como as ações vão ser financiadas, qual o contexto e a característica de cada um dos setores e como que a gente vai ter a parte da gestão, o monitoramento e a avaliação desses planos.

Então, aqui, só para colocar – ainda tem dois minutinhos, dá tempo – qual é a relação entre a ambição nacional de mitigação e o Plano Clima. Mais uma vez, o gráfico clássico lá das barras por setor de emissão, e aí colocando o que a gente já tem.

Em 2020, último dado público disponível, 1,79, que é a soma de todos os gases de emissão, a gente já tem NDC de 1,32 para 2025, 1,2 gigatoneladas de CO₂ para 2030... Nesse trabalho, estamos construindo a trajetória para definir a de 2035, tendo em vista, e isto é bastante importante, o compromisso assumido pelo Governo brasileiro de neutralidade climática em 2050, de gases de efeito estufa. Isto quer dizer o quê? E o próximo eslaide já traz um pouco isso.

Dado nosso perfil de emissão, existem setores que continuarão com emissões positivas. Então, para que a gente consiga atingir a neutralidade climática em 2050 – e aí, por exemplo, o metano é um desses gases, e a gente vai continuar emitindo metano, muito provavelmente, em



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2050 –, então, a gente vai ter que ter um papel muito forte do setor de mudança de uso da terra e do setor de energia para que a gente tenha medidas de remoção...

(Soa a campainha.)

O SR. ÉRICO RIAL PINTO DA ROCHA – ... de gases de efeito estufa.

Então, acho que esse aqui era o meu penúltimo eslaide.

Tenho 50 segundos.

Só colocar também aqui que o Brasil é um dos signatários do Global Methane Pledge, que é um compromisso internacional pelo qual todos os países signatários se comprometem a reduzir em, pelo menos, 30%, até 2030, os seus níveis de emissão. Então, a gente tem uma agenda de trabalho internacional relacionada às emissões de metano.

Então, era isto. MUITÍSSIMO obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Érico, pelas suas contribuições.

Convido agora Rodrigo Sobral Rollemberg, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O SR. RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todas e a todos!

Cumprimento a Deputada Socorro Neri, Presidente da Comissão Mista, cumprimento o Érico, representando aqui o Ministério do Meio Ambiente, o Márcio Rojas, representando o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Edie, representando o Ministério de Minas e Energia.

Se você me permitir, Presidente, eu vou fazer uma abordagem mais geral desse tema, que eu considero da maior importância.

Primeiro, quero ressaltar um evento que eu considerei muito significativo, que foi a assinatura, na semana passada, do Pacto pela Transformação Ecológica, assinado pelo Presidente Lula, pelos Presidentes desta Casa e da Câmara dos Deputados e pelo Presidente do Supremo



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso. Eu entendo que é extremamente importante porque isso dá uma sinalização de que todos estão comprometidos com uma agenda de Estado, e essa é uma agenda estratégica para o Brasil.

Ainda hoje, o Presidente Lula, depois de uma reunião do Conselho Nacional de Política Energética, junto com o Ministro de Minas e Energia e diversos outros ministros presentes, apresentou o plano de transição energética do Brasil.

Ou seja, nós temos uma oportunidade gigantesca de promover um novo desenvolvimento deste país a partir dessas temáticas que nós estamos discutindo aqui. Primeiro, por uma necessidade inadiável de todo o planeta. Nós estamos todos assistindo a cada dia a fatos cada vez mais graves e mais inusitados na nossa vida. Estamos assistindo o segundo ano consecutivo de uma seca histórica na Amazônia, queimadas no Pantanal, há pouco tivemos as catástrofes no Rio Grande do Sul, nossa cidade está enfumaçada, não se sabe de onde são as queimadas. Então, de fato, nós temos um desafio muito grande, que é um desafio planetário. E o Brasil, em função da sua matriz energética limpa e da possibilidade ainda de expandir enormemente isso, pode ser um ator muito importante no cenário global, trazendo benefícios para o conjunto da nossa população. Daí a importância de termos políticas de Estado que perpassem governos.

E esta Casa e a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, têm uma responsabilidade muito grande, porque neste momento tramitam aqui no Congresso temas que são absolutamente indispensáveis para a definição das regras do jogo, para que investidores do Brasil e de todo o mundo possam decidir os seus investimentos. Está aqui no Senado a regulamentação do mercado de carbono, isso é absolutamente indispensável para mitigar os custos dos investimentos que as empresas vão precisar fazer para redução das suas emissões, mas, ao mesmo tempo, quando você tem um mercado regulado de carbono, você também impulsiona o mercado voluntário, já que, parte das reduções de emissões que as empresas serão obrigadas a fazer, elas poderão compensar no mercado voluntário.

Está aqui no Senado o projeto das eólicas *offshore*. Para demonstrar o interesse nesse tema, existem mais de cem pedidos no Ibama de licenciamento para as eólicas *offshore*.

Tem aqui no Senado o combustível do futuro, que tem um capítulo específico que trata de incentivos para a produção do biometano, mas traz no seu bojo também a regulamentação da



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

captura e estocagem de carbono, da produção do diesel verde, da produção do combustível sustentável de aviação, e o Brasil tem tudo para ser o maior produtor e exportador de combustível sustentável de aviação. Ainda na semana passada, o Vice-Presidente, Ministro Geraldo Alckmin, junto com o Presidente Aloizio Mercadante, do BNDES, o Presidente Celso Pansera, da Finep, lançaram uma chamada de R\$6 bilhões para projetos de combustível sustentável de aviação.

Tem um projeto já aprovado no Senado e que está na Câmara, que é um projeto que regulamenta os bioinsumos, também muito importante para a gente garantir uma agricultura sustentável, e vários outros projetos como o que regulamenta o marco legal da economia circular, da bioeconomia.

Portanto, o Congresso Nacional tem um papel fundamental. Por isso, toda vez em que recebo um convite para ver uma das Comissões do Senado ou da Câmara, eu faço questão de estar presente.

E, falando de metano, a gente percebe ali como é importante o foco nas políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, e que bom que o Márcio vai falar por último, como representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, porque eu quero dar um exemplo. Tem um outro gás que é extremamente potente para o aquecimento global, que é o óxido nitroso. Ele é emitido a partir, especialmente, dos adubos nitrogenados, especialmente a ureia, que é utilizada em larga escala na agricultura brasileira. Pois houve uma pesquisa desenvolvida por uma pesquisadora da Embrapa, Johanna Döbereiner – até tem uma exposição sobre ela neste momento na Câmara; dela e do César Lattes –, e eu tenho certeza de que, se fosse agora, como o nome dela no passado foi sugerido como Prêmio Nobel da Paz, muito provavelmente ela teria condições muito melhores em função do que ela desenvolveu e do que significa uma bactéria isolada por ela, que é uma bactéria fixadora de nitrogênio no solo, que faz com que, além de o Brasil deixar de gastar bilhões de reais por ano importando adubos nitrogenados, faz com que o Brasil evite a emissão de milhões de toneladas de óxido nitroso, que é um óxido muito mais poluente do ponto de vista do aquecimento global do que o dióxido de carbono.

Eu estou dizendo isso porque muitas dessas oportunidades que nós estamos vendo aí são problemas que são resíduos que podem e devem se transformar em verdadeiras riquezas, que é a produção do biometano. Nós estamos falando de resíduos da agricultura, nós estamos falando



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de resíduos dos aterros sanitários – da emissão de metano pelos aterros sanitários – e nós estamos falando da emissão de metano pela fermentação entérica na digestão do gado bovino, ovino, caprino; dos ruminantes. É importante dizer isso porque o Brasil é o maior produtor de carnes do mundo, e é muito importante que parte dos nossos investimentos em ciência e tecnologia seja para desenvolver tecnologias de redução das emissões a partir da fermentação entérica do gado bovino, que no Brasil é o fator que mais emite metano.

Mas eu não poderia perder a oportunidade de falar no Senado para me referir a um eslaide apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente, que foi um cenário desenvolvido pela COP do Rio de Janeiro, que mostra como o Brasil deve priorizar o atingimento dos seus compromissos assumidos no Acordo de Paris, de emissões líquidas zero em 2050. No Brasil, a indústria tem uma participação muito pequena na emissão de gases de efeito estufa: 6%, se formos considerar apenas os processos industriais; 10%, se formos somar também a utilização de energia. E, se a gente quer industrializar o país, muito provavelmente nós vamos precisar aumentar as nossas emissões nos próximos anos, reduzindo a intensidade delas por tonelada de produto produzido, mas, de forma absoluta, nós ainda teremos um espaço para aumentar as emissões da indústria.

No entanto, onde estão as maiores emissões brasileiras, ou seja, no desmatamento, que só tem externalidades negativas, nós temos não apenas uma grande oportunidade de zerar essas emissões, eliminando completamente o desmatamento ilegal e reduzindo drasticamente o desmatamento legal, mas nós temos condições de transformar um setor que hoje é o grande responsável pelas emissões no grande setor responsável pela captura de carbono, que vai contribuir para o Brasil atingir as suas metas. Como? Com grandes programas de restauração florestal.

E, neste momento, um último levantamento do MapBiomas...

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG – ... mostra que nós temos 37 milhões de hectares de florestas secundárias, ou seja, florestas que estão se regenerando e, portanto, capturando carbono, através de grandes projetos de reflorestamento.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Brasil focar no desenvolvimento de tecnologias que lhe permitam fazer isso em grande escala, nós temos condições de ser o primeiro dos grandes países a ter emissões líquidas zero, trazendo grandes oportunidades para o conjunto da população brasileira.

Agradeço muito a oportunidade de estar compartilhando este momento com todos vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada pelas contribuições.

É bom lembrar – e eu sempre lembro isto –, Secretário, que, quando Governador, o senhor atuou muito na área ambiental do Distrito Federal. Eu estava Prefeita da capital do Acre e acompanhei; tive, inclusive, algumas parcerias com a sua equipe nesse trabalho na área ambiental.

Nós passamos agora, então, a palavra ao Márcio Rojas, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. MÁRCIO ROJAS (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Antes de mais nada, Deputada, muitíssimo obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui participando desta discussão e contribuindo um pouco com esta reflexão tão relevante.

Quero cumprimentar os colegas: o Érico, do Ministério do Meio Ambiente; o Secretário Rodrigo, do MDIC; o Edie, do Ministério de Minas e Energia, com quem a gente vem trabalhando intensamente. A gente tem encontrado mais os colegas que estão na mesa, discutindo uma série de questões relevantes, do que as nossas próprias famílias, muitas vezes.

Mas eu vou começar de uma citação do Dr. Rollemberg, que falou da necessidade inadiável do planeta, e eu acho que era importante a gente aproveitar esta oportunidade para fazer um contexto. O IPCC tem nos indicado que o planeta hoje já está 1,1°C a 1,2°C mais quente na média da temperatura da superfície da Terra, quando comparada com a era pré-industrial, e essa é uma média mundial. A gente sabe que, se tem uma média de 1,1°C, alguns pontos do planeta estão esquentando mais, outros esquentando menos; em alguns está chovendo mais, em outros, chovendo menos. E a gente sabe também que, em áreas tropicais e continentais, esse aquecimento tende a ser maior, daí, então, a nossa preocupação. Ainda no contexto internacional, o que a gente tem percebido é que os eventos extremos vêm acontecendo de forma cada vez



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais intensa e cada vez mais frequente. Então, eventos extremos que antes aconteciam a cada cem anos, hoje estão acontecendo em intervalos menores. E antes os eventos eram de uma determinada intensidade – por exemplo, uma chuva intensa que antes era de 300mm, hoje é 350mm, 400mm. Então, os eventos extremos são, concretamente, uma preocupação cada vez maior na nossa realidade.

E a gente sabe também, pelo esforço do IPCC, que, se os países cumprirem com tudo que está prometido pelas suas NDCs, nós vamos chegar a 2100 com uma temperatura aproximadamente 3°C mais quente, quando comparada com a era pré-industrial; ou seja, o que os países estão colocando na mesa como promessas não vai ser suficiente para garantir que nós cheguemos a 2100 com, no máximo, 1,5°C de aquecimento em relação à temperatura da superfície da Terra, quando comparada com a era pré-industrial. Daí a importância – e reforço mais uma vez a necessidade inadiável do planeta, como dito pelo Secretário Rollemberg – de nós, de certa forma, repensarmos uma série de cadeias produtivas, hábitos de consumo e outras questões para que a gente consiga cumprir com o que o planeta está precisando.

Do ponto de vista nacional, a gente pediu para o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) fazer um estudo sobre como o clima no Brasil tinha mudado nos últimos 60 anos, e a conclusão do estudo deixa claro que a realidade da mudança do clima não é uma realidade que nos espera lá na frente, já é uma realidade de hoje, do momento. O que se percebeu foi um aumento de temperatura em todo o território nacional. Alguns pontos do território nacional já têm 2,5°C, 3°C mais quente, quando comparados com a era pré-industrial.

Já tem áreas que estão sofrendo, do semiárido, que estão sofrendo... Mais um pouco e não serão mais semiáridas, serão áridas; do ponto de vista meteorológico, a gente já poderia classificá-las como áridas. Está chovendo 40% menos no semiárido brasileiro, 30% mais no sul, enfim.

As secas e enchentes históricas na Amazônia, que antes tinham um tempo de intercorrência de 50 anos, agora aparecem ano sim, ano também, não é?

Enfim, são questões que precisam estar presentes na nossa realidade de tomadores de decisão e naturalmente nesta Casa tão importante para legislar sobre o nosso futuro.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós entendemos que a nossa missão no Ministério da Ciência e Tecnologia é avançar com a fronteira do conhecimento e trabalhar esse conhecimento de tal forma que ele possa subsidiar a tomada de decisão com base na melhor ciência disponível. Por isso que a gente, em alguns casos, executa alguns projetos específicos.

Foi o caso, ano passado, do projeto Opções de Mitigação. Por meio desse projeto, que foi concomitante à elaboração da primeira NDC, da INDC, a ideia foi estudar cerca de 8 mil opções de mitigação no Brasil, por meio de uma modelagem integrada. Então a gente modelou, de forma integrada, o sistema energético, macroeconomia e Afolu, que é agricultura e uso da terra. E por meio desse projeto, então, nós tivemos condições de apoiar o Governo brasileiro para a elaboração do seu primeiro compromisso internacional no âmbito do Acordo de Paris, a sua INDC, e depois, revisões subsequentes.

O passo seguinte do Opções de Mitigação foi justamente filtrar, das 8 mil opções estudadas, quais seriam as opções tecnológicas. E chegamos a 450 tecnologias de baixo carbono. E por meio de um projeto chamado TNA (Technology Needs Assessment – Levantamento de Necessidades Tecnológicas), o que foi feito foi uma caracterização minuciosa de todas essas tecnologias de baixo carbono e uma avaliação multicritérios, de tal forma que a gente conseguisse priorizar 12 tecnologias de baixo carbono para elaborar planos de ação tecnológica para implementar essas iniciativas.

E nós chegamos, assim, no caso do metano, chegamos a duas tecnologias relevantes. E ambas já foram citadas pelo Secretário Rollemberg e pelos outros colegas. Para a parte de resíduos, aproveitamento de resíduos agrícolas e agroindustriais foi citado como tendo um potencial considerável. E na parte de agricultura e pecuária, melhoramento genético na pecuária bovina e de corte. Essas duas tecnologias, imagino que, enfim, são do conhecimento de todos.

O resultado do projeto já está também disponível na página do MCT, assim como um guia eletrônico de opções de financiamento para esses planos de ação tecnológica. Então, a gente não tinha muitas condições de avançar implementando os projetos que dariam origem a determinados pilotos, mas a gente disponibilizou tudo publicamente, não só o plano de ação tecnológica, mas também o caminho para obtenção de financiamento para que os planos de ação tecnológica fossem implementados.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento, nós estamos atualizando esse esforço de modelagem. Então, como o professor, o Secretário Rollemberg e o Érico já mencionaram, nós estamos numa parceria com os colegas da GIZ, da União Europeia, contratando os colegas da Coppe e da UFRJ para atualizar esse esforço de modelagem. E a ideia é que esse esforço de modelagem então subsidie não só a elaboração do Plano Clima de Mitigação, mas igualmente a elaboração de uma nova NDC e também outras questões importantes, como, por exemplo, espaço para negociação de aprovação de Itmo, no âmbito do Artigo 6º do Acordo de Paris.

Então, acho que isso ilustra um pouquinho a relevância dessa preocupação que nós estamos refletindo, neste momento, com relação a emissões de metano, mas também de outros gases, igualmente; e ilustra também, de forma bem objetiva, o nosso esforço em apoiá-los de novo, de tal forma que as decisões sejam tomadas com base na melhor ciência disponível.

Nesse sentido, mais uma vez, agradecemos a nossa oportunidade de estar contribuindo e nos colocamos, continuamente, perenemente, à disposição. Temos colegas da equipe absolutamente empenhados: o Ricardo Araújo está aqui me acompanhando hoje, trabalha no final de semana e feriados... Enfim, contem conosco.

Muitíssimo obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC) – Muito obrigada, Márcio.

Registro aqui a presença do Sr. Pedro Henrique Zuchi, Secretário de Meio Ambiente da Universidade de Brasília, representando a Profa. Márcia Abrahão, Reitora da UnB; e do Sr. Marcos Juliano, Diretor do Instituto de Química da UnB.

Eu pergunto aqui, consulto o Secretário Pedro Henrique se ele deseja fazer, agora, alguma fala, algum questionamento aos nossos participantes desta primeira mesa.

O SR. PEDRO HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO (Para expor.) – Agradeço o convite que foi formulado à Universidade de Brasília para participar do evento, e, em nome da Profa. Márcia, estou aqui representando-a.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o tema é sensível a todas as pessoas, a todo o planeta, a toda a comunidade acadêmica também, na busca de soluções, na busca de eventos tecnológicos que a gente possa começar a trabalhar, e efetivamente reduzir a emissão de gases no nosso planeta.

Eu só coloco aqui um desafio em que nós temos que pensar: é a transformação e o apoio à transformação de áreas degradadas com a pecuária ou com qualquer outro tipo de cultura, e como montar um programa intensivo de recuperação dessas áreas, para redução sob a pressão de outros biomas, como a gente tem feito dentro do Cerrado Brasileiro, dentro da Caatinga, e assim sucessivamente. A gente começa a ter que pensar em programas de incentivo à recuperação de áreas degradadas com o uso de tecnologia, como foi feito em alguns estados, como a tecnologia desenvolvida pela Esalq, em que se traz o pasto rotacionado como a melhor qualidade de crescimento de pecuária.

São questões que a gente coloca aqui para reflexão de como, efetivamente, a gente trabalha esse programa, reduzindo a pressão sobre áreas e sobre florestas, para que a gente possa utilizar... Para que áreas antes utilizadas com determinada produtividade voltem a ter produtividade.

É um desafio, é um desafio sobre o qual a Embrapa está debruçada, está trabalhando; mas eu acho que é necessário a gente pensar nisso.

Fica só uma fala, que não é necessariamente uma fala da universidade, mas é uma inquietação minha, de como fazer essa transformação, como acelerar essa transformação no uso da terra. Isso foi identificado como um dos grandes fatores de emissão, foi apresentado e está nos dados do MCTI.

Então, um programa que vai além do Programa ABC, que vai além de um programa efetivo de regeneração de áreas, de recuperação de áreas degradadas, de que muito bem falou o Secretário Rodrigo.

Obrigado. Obrigado pelo espaço de fala.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC) – Nós é que agradecemos, de fato, a presença dos senhores e a gentileza da Reitora Márcia Abrahão de tê-los designado para este momento. Pedimos que permaneçam conosco.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Secretário Érico vai fazer um comentário acerca da reflexão que o senhor nos trouxe e, na sequência, nós daremos início à segunda mesa, para deixarmos o debate maior para o final.

O SR. ÉRICO RIAL PINTO DA ROCHA (Para expor.) – Obrigado, Deputada, quero só fazer um comentário rápido, acho que, na apresentação, acabou não dando muito tempo, mas foi ótimo porque o Márcio trouxe esse comentário.

A gente está fazendo, para a definição da NDC e para a definição dos cenários mais compatíveis com a neutralidade climática, em 2050... A gente está trabalhando com a equipe da Coppe, da UFRJ, do laboratório Cenergia, do Prof. Roberto Schaeffer, André Lucena e outros, e a gente tem, nessa trajetória, exatamente alavancas de mitigação, como a gente chama, e essa é uma delas.

Eu sou egresso do Tesouro Nacional, então tirando aqui o chapéu do Ministério do Ambiente e colocando um pouco o chapéu no Ministério da Fazenda, a gente tem feito todo um trabalho – o Secretário Rollemberg trouxe isso – em parceria com o MMA e o Ministério da Fazenda, além do Mdic, do MCTI, do MME.

A gente tem o Plano de Transformação Ecológica, que o Ministro Haddad lançou no ano passado, e tem muitas iniciativas do plano que conversam com o que a gente trouxe aqui. Então, a gente teve uma reformulação do Fundo Clima que, na sua modalidade reembolsável, passou de cerca de 400 milhões para mais de 10 bilhões em possibilidade de financiamento. É um recurso operado pelo BNDES, como agente financeiro, e boa parte das tecnologias que surgiram aqui como viáveis são financiáveis no âmbito do Fundo Clima.

Então, quero só comentar sobre – além do Eco Invest – outros programas em que a gente tem trabalhado. O Governo Federal também tem se esforçado não só em modelar e buscar as melhores tecnologias, mas também... O Márcio trouxe o exemplo do TNA de apresentar possibilidades. Agora, a gente já tem boa parte dessas possibilidades dentro da própria casa, em programas e em políticas do Governo federal.

Então, era só para trazer esse comentário.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC) – O Secretário Rodrigo Rollemberg também vai fazer um comentário, até porque vai precisar se ausentar, sair da nossa reunião, para cumprir um outro compromisso oficial.

O SR. RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG (Para expor.) – Eu quero, provocado pela pergunta do Pedro... Fiquei muito interessado, porque um dos compromissos assumidos pelos países é o de triplicar o uso de energias renováveis até 2030.

Na iniciativa de bioeconomia do G20 – nós vamos ter agora em setembro as últimas reuniões –, chamou-me muito a atenção a apresentação de uma professora da USP. Ao final, eu achei até que eu tinha ouvido errado. Eu fiz questão de ir ao Ministério da Agricultura e confirmei a informação. Ela mostrou um estudo em que a gente, apenas com 5% das áreas de pastagens degradadas, pode dobrar a nossa produção de biocombustíveis.

É por isso que eu digo que o Brasil é um país, realmente... Nós estamos diante de uma oportunidade, se a gente tiver capacidade de focar, de se unir enquanto país, enquanto nação, e de utilizar todos os instrumentos que nós temos de política pública, de pesquisa e desenvolvimento... E aí o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Finep, estão cumprindo um papel extraordinário, a partir de uma decisão do Presidente Lula de descontingenciar os recursos do FNDCT. São R\$13 bilhões para este ano, metade reembolsável, metade não reembolsável.

A última chamada estratégica da Aneel são R\$2,7 bilhões para 24 projetos de hidrogênio, ou seja, o Brasil tem, de fato, uma oportunidade fantástica. E, neste caso específico, transformando uma área de pastagem degradada, que acaba contribuindo muito para a emissão de gases de efeito estufa, a partir da regeneração dessas áreas, seja por sistemas agroflorestais, seja por produção de combustíveis, como, por exemplo, com o projeto que a Acelen, na Refinaria de Mataripe, tem na Bahia, de produzir SAF a partir da macaúba, em regiões inclusive do Semiárido, e com as pesquisas já avançadas para a produção de SAF através do agave...

Então, assim, são várias oportunidades que o Brasil tem de transformar um problema numa solução, como, aliás, já o vem fazendo. Vocês lembram que a vinhaça até um tempo atrás era um grande poluente e hoje através da vinhaça se faz o biogás. Sendo que hoje, com essas tecnologias de fermentação de alta precisão, nós, o país, com essa biodiversidade fantástica, a maior do mundo, e com a disponibilidade de biomassa, temos condições de substituir todos – todos – os



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos de origem fóssil, todos os bioprodutos, toda a cadeia de químicos por produtos a partir da biomassa. É claro que isso exige investimento em ciência, em tecnologia e em inovação, mas lembrando que o petróleo é uma biomassa fossilizada.

Então, acho que, se a gente tiver essa capacidade de ter essa percepção, unificar o país em torno disso – e o Congresso tem um papel fundamental nos marcos regulatórios, que são o ponto de partida para o investidor ter segurança jurídica para investir –, o Brasil pode, sim, se transformar num grande líder global dessa transformação ecológica.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Agradeço a participação dos senhores, as contribuições valiosas.

Convido-os a se sentarem aqui no plenário para darmos início, então, à segunda mesa.

Já convidando para a segunda mesa o Yuri Almeida Belchior, o André Galvão, e teremos também a participação remota da Talyta Viana, Coordenadora Técnica Regulatória da Associação Brasileira do Biogás. *(Pausa.)*

Mantendo as mesmas regras já informadas, cada expositor terá dez minutos para sua exposição e, na sequência, faremos, de forma um pouco mais ampliada, comentários, questionamentos, reflexões, para que todos aqueles que estão assistindo, por via remota ou aqui presencialmente, possam também participar.

Nós vamos agora iniciar essa segunda mesa com a participação do Yuri Almeida, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos e Vice-Presidente do Conselho de Pesquisa em Tecnologia de Geração de Energia a Partir de Resíduos da Universidade de Columbia, Estados Unidos.

O SR. YURI SCHMITKE ALMEIDA BELCHIOR TISI (Para expor.) – Obrigado, Deputada. É uma satisfação enorme estar aqui colaborando com o conhecimento, com o debate tão importante para a geração de energia a partir de resíduos, que a gente sabe que vai mitigar principalmente as emissões de metano. Hoje, as emissões de metano são um dado alarmante no Brasil e no mundo.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora a gente pense que o metano tem uma participação de 22% no total de gases de efeito estufa, segundo o MCTI, imagens de satélites que estão monitorando essas grandes emissoras de metano apontam que essas emissões chegariam a quase 30%. E mais: qual é a grande questão do metano, que a gente não conversou aqui, pessoal? O metano é um gás de baixa persistência. Se eu cortar o metano hoje, daqui a 5 anos, 10 anos, ele sai da atmosfera. O CO₂, não; se eu cortar hoje, ele demora décadas. E nós estamos falando de uma questão urgente.

O Rio Grande do Sul, as queimadas nos últimos dias, e o céu de Brasília, neste domingo e hoje também, mostram claramente que nós vivemos uma urgência climática, e ela só vai ser bem endereçada se nós conseguirmos entender qual é o problema e direcionarmos recursos para resolver a raiz do problema.

Então, fizemos algumas contas esses dias: as emissões evitadas do biogás e do biometano são 11 a 15 vezes maiores do que as de outras renováveis. Por que essa renovável não tem um destaque maior no plano de descarbonização, que é o que a gente fala de transição energética? Então, a verdadeira transição energética tem que passar pelo biogás e biometano.

Não é à toa que a União Europeia nos contratou para implementar o European Union Climate Dialogues, o projeto de EUCD de descarbonização para cumprimento do Acordo de Paris, por meio da produção sustentável de biogás e biometano a partir de resíduos da agropecuária e urbanos, que representam 90% das emissões de metano no Brasil.

A nossa agenda está em todos esses ODS. O tempo é curto, eu não vou poder colocar, mas depois a gente pode... num segundo momento. Esse projeto previu três *workshops* no Brasil, relatórios comparativos, relatórios de recomendações ao Governo Federal. Dia 16 de setembro faremos o evento final na Embaixada da União Europeia.

E aqui, nós temos a viagem que foi feita com o Senador Zequinha Marinho, Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; também com o Diretor de Clima, o Osvaldo, do MCTI; o representante da EPE; a Câmara dos Deputados, com o Zivaldo, assessor do Arnaldo Jardim, que é um grande defensor do biogás e do biometano no Brasil.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Visitamos a usina de CopenHill, que é de incineração e combustão de resíduo não reciclável. Tem uma pista de esqui em cima da usina; ela fica do lado de bairros residenciais, assim como as mais de 4 mil usinas que tem no mundo.

Aqui, nós temos a usina de biometano, que, através de hidrogênio, ele é *net zero*. Ele pega todo o CO que seria liberado, CO₂, e, combinando com o hidrogênio, gera mais metano. E você tem, então, uma metanização completamente *net zero*. Então é Copenhague, pessoal, inovação.

Aqui nós temos as emissões do Brasil. É um gráfico um pouco diferente, mas são os mesmos dados. A gente pode ver que a fermentação inteira de metano é de 67%, mas, segundo dados que a gente verificou esses dias, há pelo menos quatro grandes publicações acadêmicas do mundo que colocam que o boi é carbono neutro, ou pelo menos muito menor do que a gente imagina, porque o capim que a gente planta para o boi comer faz fotossíntese.

Toda essa pegada de carbono envolvida, todo o ciclo do boi faz com que o boi seja negativo, que seja neutro, ou pelo menos que a emissão seja muito menor do que a gente considera hoje.

Então, isso precisa ser calculado. A gente tem que proteger a nossa agropecuária, porque é uma grande fonte de sustento para o Brasil. Trabalhar com o dado incorreto não é importante para o nosso desenvolvimento econômico sustentável.

Depois, nós temos ali a questão dos outros resíduos, de metano, manejo de dejetos, tudo isso aí pode virar biogás, biometano. Cultivo de arroz, a gente pode pegar os resíduos do arroz. A questão de disposição de resíduos sólidos, isso pode virar biogás, biometano. E depois, também, a questão dos processos industriais, resíduos da indústria. Então, tudo isso pode ser capturado. Águas residuais e o lodo do esgoto podem gerar biogás, biometano.

Olhando aqui o compromisso global do metano, o Brasil é o quinto maior emissor, com 5%. Houve um aumento de 51% das emissões de 1990 a 2019. Na agricultura, 14 milhões de toneladas de CH₄ anuais; resíduos 3,17%.

Para a COP26, como foi dito, a meta é reduzir 30% para 2030.

E, na COP28, o Stocktake Outcome diz: "Reduzir especialmente o metano". O metano, então, é o principal gás de efeito estufa hoje, com o compromisso obrigatório do Governo brasileiro –



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é mais voluntário. Reduzir, então, 605 mil toneladas até 2030. É quase, praticamente, a quantidade que a gente gera nos resíduos, pessoal. Tudo isso podia ser eliminado por meio da biodigestão anaeróbia e da incineração do que não é reciclável. É isso que o mundo desenvolvido faz.

Então, se a gente tratasse os resíduos, a gente eliminaria, mas se a gente olhar esse dado aqui, nos últimos 15 anos, o setor de resíduos participou com 52% do potencial de aumento; fermentação entérica, 26%; seguido de incineração, queima a céu aberto, 22%. Esse realmente é um dado que mostra justamente onde a gente pode mais reduzir nessas emissões de metano, 52%.

Depois, nós olhamos aqui o potencial de biogás no Brasil. Nós olhamos ali biodigestão a partir de bagaço, vinhaça, torta de filtro, a gente pode gerar biogás e biometano, palha também, lodo de esgoto, aterro sanitário, 3%. Depois, laticínios, milho, soja, abatedouro, dejetos animais, ou seja, a agropecuária, pessoal, está com 92% do potencial, 92%, só que tem que ter um biodigestor, o biodigestor tem um custo de implementação mais elevado. Então, isso precisa ser atendido.

A gente olha aí o potencial, o Brasil só atende 3,4% do potencial.

Olhando para o biometano, é um cenário mais ou menos similar, só que ele vai para 95% do potencial. Nós temos só 1,4% do potencial sendo atendido, com seis usinas, com 21 em estágio de autorização.

A União Europeia produz 21 bilhões de metros cúbicos; o Brasil produz 3,5. Nós temos aí uma área parecida com a Europa, poderíamos produzir até mais biogás.

A meta da REPowerEU é 35bcm para 2030, mais do que triplicar a produção de biometano através do Biometano Industrial Partnership. A meta para 2050 é 40% de gás renovável, biometano; e, de energia renovável, 45%.

O Brasil não tem meta nenhuma, pessoal, isso que me entristece. Nós não temos metas como eles estão definindo. Isso é importante, nós precisamos estabelecer metas.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem um potencial de 85bcm de biogás, quatro de biometano. Podemos substituir 40% da eletricidade ou 70% do consumo de diesel através do biometano, investimento de R\$300 bilhões.

O combustível do futuro vai trazer uma adição obrigatória de 1% a 10%, e é muito importante que ele seja aprovado aqui no Senado nos próximos dias. O combustível do futuro, de modo geral, incluindo SAF, diesel verde, etanol, vai trazer R\$1 trilhão de investimentos para o Brasil.

E aí nós temos o Certificado de Origem, que é criado com esse combustível do futuro, que é um sucesso na Dinamarca, onde hoje 30% do gás é renovável; CBIOs que já estão operando do RenovaBio; I-REC – você tem a possibilidade de energia renovável elétrica –, *green bonds*, títulos verdes, que já estão funcionando bem no Brasil, e crédito de carbono, que precisa aí da aprovação de um mercado regulado.

Então, esse aqui é o resultado que a gente falou, R\$ 300 bilhões, não é?

E, olhando para a recuperação energética, a gente tem 4.106 usinas no mundo, esse dado que a gente atualizou hoje. Um dado atual é de que a China chegou a 2.132 usinas, e o Brasil só tem uma em construção. Pessoal, isso realmente é um atraso muito grande. Tem usina na Etiópia, tem usina no Vietnã, no Irã tem cinco usinas e no Brasil só tem uma em construção.

Qual é o problema que nós temos? Falta de contratos e de um instrumento de contratação dessa energia. São justamente os países que mais incineram os que mais fazem um tratamento térmico do que não é reciclável, os que mais reciclam. Vejam esse gráfico: nós temos aí compostagem em azul; a incineração, em vermelho, e o aterro, em amarelo. Ou seja, onde mais tem aterro, menos tem reciclagem, é muito claro. Isso prova que essas indústrias de incineração...

(Soa a campainha.)

O SR. YURI SCHMITKE ALMEIDA BELCHIOR TISI – ... não vão queimar o reciclável, pelo contrário.

Aqui, da União Europeia o dado diz a mesma coisa: reciclagem com *waste-to-energy* complementando essa atividade. Ou seja, não há inimizade entre as atividades.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no Brasil, 40% do lixo vão para lixão. A gente só aumentou de 25 para 30 milhões de toneladas/ano de 2010 para 2021, é um problema endêmico. Acabou o prazo para encerramento dos lixões e eles não foram encerrados. E todo esse lixo pode gerar energia limpa e renovável através do tratamento. Três usinas ficam no centro de Paris. Estão lá há mais de 20 anos, Deputada, e nunca causaram problema de câncer a ninguém. É energia limpa, todas as emissões são tratadas – sai vapor de água praticamente das chaminés –, e se faz o aquecimento da cidade de Paris inteira.

E aqui nós temos Copenhague, como eu mostrei na foto.

Essas aqui são as metas do Planares. Nenhuma delas está sendo cumprida, pessoal. Nós temos ainda que viabilizar 250MW de gás de aterro, 69MW de biodigestão e 994MW de incineração. Então, tudo isso precisa de um cumprimento.

E nós apresentamos, para concluir, Deputada, a Emenda 01 ao Paten. Ela traz a compra direta, possibilidade de compra por ano, com impacto de 0,06% na tarifa de energia elétrica, são só 66MW por ano. A gente está gerando 220 mil megas por ano, é muito pouco para resolver esse problema.

E o impacto: o preço seria R\$ 750/MWh. Vocês veem ali que as térmicas, hoje, 20% delas, em abril, custaram mais que R\$750/MWh. Então, o impacto é negativo no preço. A gente vai baratear o custo da energia para o país, Deputada.

Então, encerro aí.

Esses são os benefícios. A gente pode gerar R\$180 bilhões de investimentos, R\$200 bilhões de tributação em 40 anos, reduzir 86 milhões de toneladas de CO₂ equivalente/ano, 200 mil empregos, 800 mil toneladas de metais recuperados e, claro, economizar R\$220 bilhões no meio ambiente e na saúde pública. Ou seja, o valor que a gente economiza de custo evitado é maior do que o custo das usinas – chamo a atenção.

Muito obrigado, doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Yuri, por sua apresentação e suas contribuições.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido agora André Galvão, Superintendente-Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente.

O SR. ANDRÉ GALVÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Inicialmente eu queria agradecer a Deputada Socorro Neri e parabenizá-la pela iniciativa de discutir a questão das emissões, especialmente as vinculadas ao setor de resíduos sólidos urbanos.

Olha, dentro da Abrema, a gente tem um *range*, um leque de atividades, dentro do setor de resíduos sólidos urbanos, muito grande. A Abrema é uma associação que nasceu de outras quatro associações do setor, associações e sindicatos, que decidiram se juntar nessa associação maior – hoje com 140 titulares ali, empresas –, para que a gente conseguisse ter uma voz mais unívoca no setor. Então nós temos empresas desde a limpeza urbana, passando pela coleta, passando pela destinação final, reciclagem, valorização energética, etc. O que isso significa? Que nós defendemos todas as tecnologias que sejam ambientalmente adequadas. Ou seja, a ideia que a gente às vezes vê em discussões, às vezes no Parlamento – não é, Deputada? –, mas muitas vezes na mídia de que "Precisamos proibir a tecnologia X", por exemplo, de incineradores...

A gente fez uma audiência pública no Senado, presidida pelo Senador Zequinha Marinho, que tinha uma associação de catadores de materiais recicláveis. Em sua apresentação, aquele representante falou: "Da incineração a gente defende a proibição imediata, porque, a partir da incineração, não vai ter mais reciclagem." Essa era a ideia do orador lá, naquele momento. A Abrema defende todas as tecnologias ambientalmente adequadas – aterros sanitários, incineração, compostagem, biodigestão, etc, etc –, desde que licenciadas e adaptadas ao local, porque, se a gente tentar transformar o Brasil inteiro em um local onde só tenha a geração de energia oriunda de resíduos, talvez tenhamos algum tipo de dificuldade, especialmente nas regiões que têm uma renda menor e uma capacidade de pagamento menor. Então, há custos diferentes a depender da tecnologia.

Nos Estados Unidos, por exemplo, países que têm grandes áreas tendem a utilizar esse valor venal de imóvel menor para testar tecnologias que precisam de grandes áreas, para implementar essas tecnologias. Então, por exemplo, nos Estados Unidos, você vai perceber uma presença maior de aterros do que no Japão. No Japão, a incineração, ou seja, reduzir o volume daquele resíduo é muito mais importante do que nos Estados Unidos. Então, o primeiro ponto é: todas as



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias de resíduos licenciadas são adequadas. A gente precisa ver onde podemos e devemos utilizá-las.

Então, para falar um pouco sobre a agenda de resíduos do século XXI, das emissões do hidrogênio verde, da geração de energia, da geração de combustível, a gente precisa antes falar um pouco da agenda do século passado. E a agenda do século passado, no Brasil, são os três mil lixões que a gente tem no nosso território. A gente produz no Brasil 80 milhões de toneladas de resíduos por ano, e mais ou menos 40% vão para locais inadequados.

O que significa local inadequado? É um local aberto, clandestino, longe das cidades, onde a gente não vê, ou seja, a gente joga nosso lixo fora da nossa casa, ele some e aparece em algum lugar.

E 40% dos resíduos vão para um lugar que é um local aberto, uma clareira, muitas vezes ao lado de matas ou rios, são lançados ali... Não sei se todos aqui já visitaram um lixão, mas quando o caminhão chega, começa a disputa, então, pelo resíduo mais valioso. Os catadores, aquelas pessoas que estão ali catando, correm e, claro, há uma certa disputa entre si. E tem animais ali, tem crianças... Então, a situação é muito, muito degradante.

Estou falando da situação social, mas, claro, você está jogando lixo no meio do nada. Então, tem uma questão muito óbvia de poluição do solo, de poluição dos rios... Tem muitos lixões ao lado de rios. Se você pensar, por exemplo, na região amazônica, tem pouquíssimos aterros e nenhum incinerador. Então, qual é a destinação final daqueles municípios ali da Amazônia? Se eles não têm aterros, não têm incineração e não têm outros mecanismos ali de destinar, eles estão levando para lixões.

No meio da Amazônia, e eu falo Amazônia porque é um ícone, mas claro que isso está na Mata Atlântica, na Caatinga...

Por que estou falando isso e o que isso tem a ver com emissões?

Ora, se você tem um lixão, que é um lugar aberto, onde você lança lixo de qualquer forma, você não tem controle nenhum do que é lançado. Ali vai o material que a gente chama no setor de indiferenciado, ou seja, vai orgânico junto com plástico, junto com madeira, com tecido, vai



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo junto. E a partir da decomposição, do apodrecimento daquela matéria, começa a surgir metano.

Eu não sei se vocês já tiveram a curiosidade de colocar no Google, assim: "Incêndio, lixão"? É o tempo inteiro. Se você tem um lixão, claro que não tem controle operacional, porque não tem operação, aquilo entra em ignição o tempo todo.

O mais recente, de que eu vi as imagens – a gente tem uma região no Rio Grande do Norte chamada Seridó, é o Sertão, em que a umidade muito é baixa, e aí entra em ignição muito rápido... Aquilo queima, e a fumaça preta vai, claro, para os municípios vizinhos, oriunda do lixão. Estou falando desse caso do Seridó, mas tem em Corumbá, em Mato Grosso do Sul, e em vários outros locais. Então, aquele metano é usado para quê? Aquele metano, que está ali no lixão, é usado para quê? Para nada, gente. Aquilo ali vai cru para a atmosfera, além, claro, de poder gerar acidentes no local, onde se tem pessoas ali, ou seja, tem um incêndio onde tem gente trabalhando, catando aquele material.

Se a gente transporta essa realidade das emissões de metano para um aterro sanitário, e aí eu acho que o Congresso Nacional fez um trabalho muito inteligente no projeto de lei dos combustíveis do futuro, que é o seguinte: olha, temos os aterros, já tem matéria orgânica ali; por que a gente não estimula a utilização do biometano? Já está lá, o metano já está saindo. Por que não tratar aquele biogás e gerar combustível?

Dentro da Abrema, a gente está, em parceria com a Fiesp, estudando a cadeia de biometano no Estado de São Paulo. E essa cadeia, do lado dos fornecedores de biometano, é formada basicamente pelo agro e pelos resíduos.

A nossa capacidade de geração de biometano é 10% da do agro, a do resíduo é 10% da do agro. No entanto, o agro precisa transportar aquela matéria orgânica daquelas regiões rurais, portanto espalhadas, colocá-la num ponto específico, ou seja, numa planta ali para a biometanização, e, depois, vender esse biometano. No caso do setor de resíduos, esse transporte, esse custo logístico já foi realizado, o resíduo está no aterro. Portanto, a produção de biometano dentro do setor de resíduos é muito mais barata do que dentro do setor do agro. Então, esses frutos de baixo esforço, vamos dizer assim, para o amadurecimento do mercado de biometano



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil estão no setor de resíduos muito mais do que no setor do agro, porque, no agro, apesar de ter um potencial muito grande, o nível de investimento necessário para transportar...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ GALVÃO – ... e para implementar essas plantas de biometano é muito maior. Então, no setor de resíduos, nós temos realmente oportunidades de baixo custo para a produção e venda do biometano.

Então, é claro que o setor de resíduos é um ponto, é um segmento da economia fundamental para a descarbonização da economia brasileira. Se nós temos um custo barato; se nós, os aterros, estamos perto das indústrias, que é quem compra o biometano; se a gente pode vender, inclusive, para descarbonizar ou desfossilizar a frota pesada, substituindo o diesel pelo biometano, ora, o setor de resíduos precisa ser visto mais como uma oportunidade de descarbonização do que como uma ameaça. Então, isso é muito importante.

Sempre que a gente vem discutindo, seja aqui, no Congresso, mas também junto ao Governo, a gente vem trazendo esta tese: "Olha, enxergue o setor de resíduos como uma grande oportunidade de baixo custo para descarbonizar a economia".

Como eu vou utilizar aqui 30 segundos, se a senhora me permitir, e aí a questão da incineração. A gente defende, claro, todas as tecnologias adequadas. Inclusive a planta de incineração em construção, que o Yuri comentou, é de um associado nosso, da Orizon, em Barueri, São Paulo, e vai ter, acho, uma potência de 20MW ou alguma coisa assim – não é, Yuri? – , mas é fundamental que ela seja, claro, levada à frente. Ela foi oriunda de um leilão de energia da Aneel, cujo custo por megawatt da energia era bem maior do que o custo médio do leilão. Para vocês terem uma ideia, o custo da energia de resíduos naquele leilão foi de cerca de R\$600 e o custo médio do leilão foi de R\$240. "Ah, então você está defendendo que não tem que fazer?". Pelo contrário, acho que tem que fazer, acho que o Governo tem que entrar, realmente estimular e entender quais são os critérios que possibilitam a implementação daquela tecnologia. É uma região muito adensada? É uma região com capacidade de pagamento elevada, dado o custo da energia, por exemplo? É isso? Então, onde a gente tiver esse tipo de situação é bom colocar um *waste-to-energy* ali ou em todo o local. Então, é esse tipo de análise que a gente vai ter a partir prática.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, desculpe. Eu acabei me excedendo aqui no tempo. Queria agradecer e fico à disposição para as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Nós que agradecemos, André.

Agora, nós vamos para a palestra por via remota da Talyta Viana. Está pronto já?

Ela é Coordenadora Técnica Regulatória da Associação Brasileira do Biogás.

A SRA. TALYTA VIANA (*Por videoconferência.*) – Olá, boa tarde a todos e todas. Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Sim, sim.

A SRA. TALYTA VIANA (*Por videoconferência.*) – Pode reproduzir a minha apresentação; ou eu a reproduzo aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Pode reproduzir. Isso!

A senhora mesma reproduz a sua apresentação.

A SRA. TALYTA VIANA (*Por videoconferência.*) – O.k.

Vocês conseguem ver?

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Sim.

A SRA. TALYTA VIANA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito!

Bom, boa tarde a todos.

Eu acho que é uma excelente oportunidade. Os colegas anteriores falaram já bastante do biogás e do biometano, mas a gente sempre tem essa oportunidade aqui de trazer à tona o quanto ele pode contribuir com o assunto desta audiência aqui, que é discutir o aproveitamento do metano que é emitido na atmosfera.

Bom, primeiramente gostaria de apresentar a associação a qual eu venho representar, que é a Abiogás (Associação Brasileira do Biogás), e nós temos o objetivo, então, juntamente ali, de representar nossos associados, que são hoje cerca de 160, representando todos os elos da cadeia



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do setor de biogás e biometano. Desde o produtor de equipamento até o consumidor final, a gente leva essa missão de aumentar o uso do biogás na matriz energética brasileira.

Bom, como alguns colegas também já falaram anteriormente, o biogás é a mistura dos gases produzidos a partir do processo de decomposição biológica desses resíduos orgânicos. Então, a partir do processamento do biogás, a gente tem uma mistura de CO₂ e de metano, e, quando você faz essa separação, você consegue o biometano, que hoje, regulatoriamente, é um gás considerado equivalente ao gás natural, chamado de gás natural renovável. Então, ele é proveniente desse processo de purificação.

Bom, aqui é para ilustrar um pouquinho de como a gente obtém o biometano, que é aproveitando esses resíduos, tanto o metano quanto o CO₂, que iriam para a atmosfera naturalmente, ou seja, que já é um problema que precisa ser enfrentado, e anteriormente já foram apresentados todos esses grandes números de emissão do país, e não só do país, mas do mundo como um todo, se você olhar os relatórios do IPCC, sobre os quais foi falado anteriormente também.

A partir desse processo, dessa geração desses resíduos orgânicos provenientes do setor de proteína animal, do setor agro, de cana-de-açúcar e também do setor de saneamento, a gente passa pelo processo de decomposição anaeróbica, que é a ação dos micro-organismos na ausência de oxigênio, e ali a gente faz a captura do metano, a partir de tubulações, no caso de aterros sanitários, ou do próprio biodigestor, no caso desses outros tipos de resíduos.

Então, temos, a partir daí, o biogás, e, a partir desse processo, a gente consegue obter o biometano, que é esse energético que pode ter diversas aplicações.

Hoje, na matriz energética, se a gente for olhar os dados do último BEN (Balanço Energético Nacional), vem crescendo a participação da utilização do biogás, mas ela ainda é tímida, representa pouco menos de 1,5% da oferta interna de energia do país.

Se a gente for olhar hoje para o cenário do biometano, que hoje parte desse biogás que está sendo enxergado dentro do BEN, é para geração de energia elétrica. Quando a gente olha para o biometano, que é esse novo mercado que vem expandindo e se abrindo aí nos últimos anos, a gente tem seis plantas autorizadas pela ANP para comercialização do biometano hoje e



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

25 em processo de autorização, ou seja, que estão aguardando ou estão na metade do processo para poder comercializar. Dentro dos associados da Abiogás hoje, a gente fez um mapeamento que até 2029 a gente vai ter cerca de 97 plantas. Esse número, inclusive, está sendo atualizado pela associação internamente, porque ele pode ser muito maior ainda do que a gente chegou em agosto de 2023, chegando aqui, com base nesses números, em quase 7 milhões de metros cúbicos/dia de biometano.

Para termos de comparação, isso é mais de 10% da demanda de gás natural hoje que a gente chegou no país em 2023. A demanda média foi de 63 milhões de metros cúbicos/dia aproximadamente, na média; então, a gente chegaria ali, em 2029, com quase 7 milhões de metros cúbicos/dia somente a partir do biometano.

Se formos olhar aqui as plantas de biogás que a gente tem no país hoje, elas são 1.365 plantas, correspondendo a 11,2 milhões de metros cúbicos/dia. A maior parte hoje é utilizada para geração de energia elétrica e muito na figura do autoconsumo. Se a gente for olhar para o biometano, temos essas seis plantas autorizadas e 25 também na figura de autoconsumo, o que resulta em 1,6 milhões de metros cúbicos/dia da utilização do biometano como um energético.

Esse potencial é muito maior para crescer. De acordo também com dados internos da Abiogás, a gente tem um potencial teórico do biometano de até 120 milhões de metros cúbicos/dia distribuídos entre todos esses setores. Destaque maior do setor de sucoenergético, considerando toda a nossa formatação de país hoje, mas, dentro das plantas autorizadas para comercialização hoje, cinco das seis são do setor de saneamento, ou seja, a gente ainda tem um potencial gigantesco a ser explorado dentro desses outros setores.

E aqui, de forma resumida também, é importante destacar o quanto o biometano é uma fonte madura. Ele tem o potencial de descarbonizar setores chaves em relação à utilização do biogás para geração de energia elétrica, ele é uma fonte que traz segurança e flexibilidade para o sistema – que é o que mais o setor elétrico precisa atualmente, o aproveitamento desse passivo ambiental – e promove a economia circular, resultando em um caminho, então, para a independência energética do país.

Temos também uma estimativa da geração de 800 mil empregos se a gente for aproveitar todo o potencial do biogás hoje no país, com a redução de mais de 600 milhões de toneladas de



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

CO₂ equivalente, o que resultaria em mais de 120 bilhões de investimentos para o país, resultando em emprego e renda para o país.

Dentro das aplicações também do biometano, a gente tem o setor de combustível, que é a utilização, principalmente – o que a gente vê como potencial ganho –, para substituição de diesel para a frota pesada, então, a substituição de ônibus e caminhões para GNV e biometano, que são o gás natural veicular em biometano, para energia térmica, para abastecer também a indústria e outros processos produtivos e energia elétrica também.

Então, dentro dessa descarbonização, a gente vislumbra também um caminho para essa independência energética e para gerar maior valor agregado a esses produtos que são produzidos no país e à redução, principalmente por meio do biometano, das emissões do setor de transporte pesado, que hoje corresponderiam a mais de 53% das emissões do setor de transportes no país hoje.

Em relação a todo o potencial que o metano tem de emitir, que é 28 vezes maior do que o do CO₂, e porque ele tem potencial, nos próximos 20 anos, de ser 86 vezes mais forte do que do CO₂, a gente fez um cálculo, fez um exercício interno, aqui, de por quanto biometano o potencial brasileiro seria responsável. A gente estimou que as emissões de metano resultariam em mais de 4,2 milhões de metros cúbicos ao ano pelo setor de resíduos. Se a gente fosse traduzir isso para a produção do biometano, hoje, a gente teria, então, um número dez vezes maior, ou seja, a gente tem um potencial de gerar 43 bilhões de metros cúbicos de biometano ao ano.

Por fim, para não fugir também do tópico da discussão de hoje, que são os projetos de lei que incentivam... Porque é isto: eles se traduzem, a gente tem os números, a gente tem esse potencial gigante, mas como traduzir isso na prática? Como levar essa transformação da indústria, transformação através do uso do biogás e do biometano...

(Soa a campanha.)

A SRA. TALYTA VIANA *(Por videoconferência.)* – ... para a sociedade e para todos os setores produtivos? Através da política pública.

A gente destaca a necessidade de uma política pública estruturante para o biometano, que vem sendo discutida, inclusive, no âmbito do Senado, no PL 528, sobre o combustível do futuro.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro dele tem um programa de descarbonização do setor de gás natural e incentivo ao biometano.

Nós vislumbramos, aqui, que ele é uma chave essencial e somos totalmente a favor da aprovação do projeto de lei, na forma como foi aprovado na Câmara dos Deputados, pois entendemos que ele pode impulsionar ainda a descarbonização desse setor e traduzir também um aumento de mercado para o setor de biogás e biometano.

Temos o PL 4.861, de 2023, que também fala sobre a substituição, principalmente, de veículos movidos a diesel para GNV e biometano.

O PL 182, sobre o mercado de carbono também, está em discussão no Senado, é vital para o investimento e para deslanchar todas as tecnologias, hoje, que têm potencial de descarbonização.

Por fim, o PL 1.202 também, que institui o Programa Nacional da Recuperação Energética.

A gente os vê como boas oportunidades para impulsionar esse mercado do biometano e reduzir, então, as emissões de metano da atmosfera.

São essas as contribuições.

Agradeço bastante a oportunidade, mais uma vez, em nome da associação. Estamos também à disposição para qualquer dúvida.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Talyta Viana, por suas contribuições.

Nós retomaremos, agora, fazendo, o fechamento, convidando o Márcio Rojas, o Edie Andreeto e o Érico Rial, para estarem aqui, conosco, novamente, para garantirmos, então, a participação desta mesa nas respostas de perguntas e de comentários que nos foram feitos por cidadãos brasileiros por meio do e-Cidadania. *(Pausa.)*



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou pedir que os senhores prestem atenção aos comentários e às perguntas, e, na sequência, faremos uma rodada com cada um dos senhores, em que os senhores farão as considerações finais, abordando as perguntas dos nossos internautas.

A Paula, do Paraná, fez um comentário para propor o aumento de fiscais ambientais para monitorar emissões atmosféricas nos ambientes urbanos, visto que o número atual é insuficiente.

O Deraldo, de São Paulo, propõe que a frota de ônibus e caminhões urbanos em cidades com mais de 100 mil habitantes seja movida a gás natural, eletricidade, etc.

Então, nós temos esses dois comentários e temos algumas perguntas.

Da Giulia, de Rondônia: "Quais tecnologias mostram maior potencial para reduzir as emissões de metano na agropecuária?".

Do Dionathas, do Distrito Federal: "Como contornar a baixa eficiência na recuperação energética de resíduos sólidos? Qual tecnologia pode otimizar a redução de metano?".

Do Christian, de São Paulo: "Quais incentivos poderiam ser criados para que as indústrias e os grandes centros adotem tecnologias para gestão de resíduos?".

Da Lurdes, do Rio Grande do Sul: "Quais os incentivos aos produtores rurais para aumentarem ou preservarem áreas verdes em suas propriedades, favorecendo a fauna e flora nativas?".

Da Danielly, de Rondônia: "Como os projetos de lei garantirão incentivos eficazes para tecnologias de redução de metano alinhados ao cumprimento do Acordo de Paris?".

Do Felipe, do Paraná: "Quais os planos do Governo caso a adesão aos incentivos seja menor que o esperado? Planejam rever os incentivos ou fomentar a adesão?".

Da Ruth, do Distrito Federal: "Quais são os desafios técnicos e econômicos associados à implementação de sistemas de biogás e biometano no Brasil?".

Do Filipe, de Mato Grosso do Sul: "A redução rígida de metano na agropecuária pode comprometer a segurança alimentar e a capacidade produtiva do Brasil?".



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, começando, faremos essa rodada iniciando aqui, seguindo a sequência mesmo em que os senhores se encontram sentados, começando pelo Márcio.

O SR. MÁRCIO ROJAS (Para expor.) – Bom, mais uma vez, obrigado pela oportunidade.

De uma forma geral, eu gostaria de deixar claro que o Ministério avança com a fronteira do conhecimento, e, uma vez avançada a fronteira do conhecimento, trabalha esse conhecimento, hierarquiza ou faz novos estudos, de tal forma a colocá-los à disposição do tomador de decisão setorial.

Nosso papel é muito focado em monitoramento, em investir em transparência, entendendo que transparência, nessa agenda climática... Talvez seja uma ideia importante para deixar registrada aqui que transparência, nessa agenda climática, em que pese o fato de muitos ainda a entenderem como um problema, acaba sendo... Quando a transparência não é suficiente, aí, sim, ela se torna um problema, torna-se um custo, torna-se um entrave. Então, é nesse sentido que a gente vem trabalhando.

Acho que é bom deixar registrado também que o esforço para a elaboração do inventário nacional é um esforço coletivo, é um esforço de construção. A gente trabalha de forma muito próxima, por exemplo, com os colegas do Ministério de Minas e Energia, os dados da EPE, o Balanço Energético Nacional, essas são as referências para a gente elaborar as emissões de gás de efeito estufa para o setor energético, por exemplo, com os colegas do Ministério do Meio Ambiente, na parte que cabe, relacionada à recomposição de cobertura florestal, o combate ao desmatamento e outras questões, enfim... Então, reconhecer que é um esforço coletivo.

E queria... Eu sei que a gente está com um tempo apertado, mas não queria deixar de registrar aqui que as universidades têm um papel muito importante nesse contexto. O MCTI tem a Rede Clima, que é a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas, instituída 15 anos atrás. Ela está organizada em 16 sub-redes, e uma das sub-redes é liderada por uma pesquisadora da Universidade de Brasília. E daqui fica o nosso registro, o nosso agradecimento por essa parceria também.

Foi falado em Embrapa, foi falado em Esalq, foi falado em outras instituições.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Universidade de Brasília tem a Profa. Mercedes Bustamante, que é uma das pesquisadoras mais reconhecidas internacionalmente, autora do IPCC e nossa parceira, minha ex-professora... Eu sou aluno da UnB. Então, não poderia perder essa oportunidade para fazer esse registro, não é?

Enfim, eu acho que, de forma geral, estou vendo uma série de outros comentários e provocações que estão sendo feitos, mas eu acho que os outros colegas têm condições de lidar com mais propriedade com algumas perguntas específicas, e, nesse sentido, mais uma vez, agradeço pela oportunidade e naturalmente permaneço à disposição.

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Obrigada, muito obrigada, Márcio.

Agora então com a palavra o Érico Rial, que representa o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O SR. ÉRICO RIAL PINTO DA ROCHA (Para expor.) – Obrigado, Deputada.

Bom, também vou tomar a liberdade de fazer uma fala mais geral, porque tem muitas perguntas específicas. Seria excelente que a gente pudesse responder uma a uma, mas acho que, assim...

Primeiro, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui no debate e nos colocar à disposição para eventuais interlocuções futuras.

Acho que é isso, acho que é importante trazer ao mundo da perspectiva do Plano Clima, porque aqui a gente tem várias questões em debate, e ressaltar esse trabalho que a gente tem feito de maneira participativa, construtiva.

A gente está com a plataforma Brasil Participativo para o Plano Clima *online*, para a gente ter subsídios. A Ministra Marina, junto com outros ministros de Estado, tem feito o que a gente está chamando de caravanas por bioma, do Plano Clima. Então, a gente tem debatido o tema em âmbito nacional.

E aí, pensando especificamente na parte de mitigação, que é a parte que me compete diretamente, que eu tenho tocado, a gente está nesse processo ainda do desenho da estratégia nacional de mitigação, da discussão junto à COP das trajetórias mais custo-eficientes, das



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias – se eu entrar com tecnologia, ficaria um pouco longa a exposição –, e aí a gente está fazendo essa discussão não só das tecnologias mais custo-efetivas para a gente conseguir atingir os compromissos em 2050, mas também vamos ter um debate muito específico nos planos setoriais.

Então, quero reforçar o convite para todos. A gente vai ter uma série de oficinas setoriais dos planos, já tivemos eventos da estratégia em geral, mas o convite para a gente, em específico, aqui, a gente discutindo o metano, nos planos setoriais de agricultura e pecuária, de resíduos, de energia, que participem desse debate de maneira qualificada.

Acho que é importante também frisar, e isso acho que é algo com certo grau de ineditismo que a gente está fazendo na construção do Plano Clima, a questão de que, dessa vez, a gente quer, efetivamente, ter um olhar muito direto para meios de implementação.

Então, aqui tem uma pergunta sobre incentivos econômicos, como que a gente desenha os melhores incentivos econômicos, como que a gente desenha... Obviamente, isso está casado com um desenho que o André trouxe muito bem, na fala dele, do marco regulatório adequado, e esse diálogo é importante, mas também essa parceria com o Ministério da Fazenda, para ter instrumentos econômicos efetivos para que a gente consiga catapultar e ampliar a adesão das tecnologias e dos setores que a gente considera relevantes. Então, acho que seria um pouco isso.

E é um tema que, enfim, tem uma agenda transversal. Isso se vê aqui pela participação desses ministérios, mas tem várias competências setoriais específicas que a gente vai endereçar nessa construção.

Então, neste momento era isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC) – Muito obrigada.

Nós vamos agora ouvir as contribuições, as considerações finais, melhor dizendo, deste momento, do André Galvão.

O SR. ANDRÉ GALVÃO (Para expor.) – Bom, eu tirei aqui, selecionei uma pergunta e faço diretamente minhas considerações finais.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ruth, do Distrito Federal, perguntou um pouco sobre os desafios da implementação, os desafios técnicos e econômicos da implementação de biogás e biometano, de plantas de biogás e biometano no Brasil, e eu vou responder pela área de resíduos.

Eu vou fazer uma comparação, uma analogia do que se discute muito, por exemplo, no segmento de tratamento de esgoto. Algumas pessoas perguntam assim: "Por que a gente não faz reuso da água do esgoto?". É porque a gente só trata metade do esgoto; a outra metade vai para o rio *in natura*. Então, a principal limitação para as plantas de biogás e biometano é exatamente o fato de que boa parte do nosso resíduo, quase metade, vai para lixões. Então, ali não tem como fazer biogás e biometano, não tem como aproveitar nada.

Ainda assim, com o que a gente tem – e a Talyta, da ABiogás, trouxe um dado muito importante –, das seis plantas de biometano que estão autorizadas na ANP, que estão no banco de dados da ANP, cinco são na área dos aterros sanitários, uma é da área do sucroalcooleiro.

Então, a gente tem as oportunidades, a gente pode aumentar as oportunidades, mas a gente tem um grande limitador, que é: boa parte dos nossos resíduos estão indo para locais inadequados, onde a gente não tem controle operacional nenhum. Então, esse é um limitador.

Um outro limitador que está sendo corrigido, que está sendo trabalhado pelo Congresso Nacional, é o desenvolvimento e o amadurecimento desse mercado de biometano.

Ora, tem muitas empresas que gostariam de consumir um gás que não fosse fóssil. E, se ela puder utilizar um passivo ambiental, ou seja, aquele lixo que poderia ir para um lixão, se ela puder usar aquilo para gerar um combustível renovável, não fóssil, esse será o melhor dos mundos, ou seja, um duplo ganho: por um lado, você já não tem mais o passivo; por outro lado, você gerou um ativo ambiental renovável, não fóssil. Então, isso é o perfeito e é o que a gente espera ansiosamente, com a aprovação, aqui no Senado, do projeto de lei dos combustíveis do futuro.

Então, indo para minhas considerações finais, eu gostaria de agradecer e parabenizar os participantes aqui do painel, mas também de agradecer à Deputada Socorro pelo convite, pela iniciativa de propor esta audiência pública, e quero deixar a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema) à disposição para discussões futuras, para construções conjuntas, diálogos, etc.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC) – Muito obrigada, André.

Nós passamos a palavra agora ao Yuri, para suas considerações finais e também para resposta aos nossos internautas.

O SR. YURI SCHMITKE ALMEIDA BELCHIOR TISI (Para expor.) – Deputada Socorro, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui mais uma vez.

Cumprimento os colegas aqui de mesa.

A primeira consideração que eu queria fazer é sobre as colocações do André.

Trata-se do PL 4.462/19, que está pautado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, agora, quarta-feira, dia 28, e que traz uma série de obrigações que inviabilizam completamente a incineração – por isso é que a gente o tem chamado de PL que proíbe a incineração. Por exemplo, ele diz que não pode ter um assentamento humano num raio de 20km. Ele vem de uma Deputada de Minas Gerais. E, em Belo Horizonte, tem um aterro sanitário no meio da cidade. Ninguém proibiu aquele aterro sanitário. Por que a incineração não pode, sendo que, segundo dados da EPA, ela emite até menos elementos que a gente pode considerar que têm potencial cancerígeno?

Então, veja bem, na cidade tem muitas fuligens. Dioxinas e furanos de carros representam 35% do total, nem por isso a gente proíbe carros de andarem na rua; uma churrascaria emite mais dioxinas e furanos do que uma usina de incineração, e a gente não proíbe churrascarias. É um contrassenso.

Veja bem, 0,2% das dioxinas e furanos no ar das metrópoles da Europa vêm das usinas *waste-to-energy*, de incineração, e 35% de veículos – é um número marginal.

São argumentos completamente fantasiosos e errados. Inclusive, está se disciplinando o licenciamento ambiental dentro de um projeto de lei, sendo que Barueri já foi licenciado com EIA/Rima, passou por uma análise de impacto ambiental, um relatório. Há uma legislação, a Portaria 274, que disciplina o licenciamento dessas usinas, sistemas de intertravamento, sistemas,



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente, para evitar que haja um aumento expressivo de produção dessas toxinas. Então, isso, realmente, não faz sentido. O centro de Paris, como eu mostrei, tem três usinas operando.

Ele impõe também reciclar 50%, separar em três frações. Que lugar do mundo faz isso? Os índices mais altos de reciclagem chegam a 32%, na Alemanha, só que lá, a separação... a fração orgânica é 20%, aqui é 50%, se você fizer uma regra de três, o máximo que a União Europeia, na verdade... a média é 25%, aqui é 14%, então, a gente vai reciclar no máximo 14%. Como é que a gente quer impor uma lei em que se recicle 50%? Não faz sentido nenhum isso daí.

Também, as mesmas obrigações não são impostas para as outras atividades de gestão de resíduos, como o aterro – então não faz sentido isso. Na verdade, as opções não concorrem entre si, elas são complementares – todas as opções de gerenciamento de resíduos. Cada local, cada realidade vai ter uma tecnologia adequada.

A gente defende a incineração somente para as regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes. São aquelas regiões que têm uma capacidade contributiva elevada e têm falta de espaço; então, é justamente onde a gente defende e foi o que a gente apontou ali na nossa apresentação.

Depois é perguntado aqui sobre a questão da eletromobidade. É possível você fazer estruturas de concessões com biogás, biometano, recuperação energética, com autoprodução, em que você pega esse combustível, essa energia elétrica, e abastece trem, metrô, frotas de ônibus, caminhões elétricos, caminhões a biometano, tudo isso funcionando com o combustível renovável. Então, basta, realmente, a ação do poder municipal.

Foi dito que há uma baixa eficiência da recuperação energética. A recuperação energética tem uma alta eficiência, altíssima, tanto que, na União Europeia, as usinas de incineração que têm baixa eficiência não são nem permitidas. Você tem o critério R1 que é acima de 60% – esse é um cálculo que é feito –, e a gente defende nossos associados às plantas que estão acima do critério R1, então, elas têm alta eficiência na geração termoeletrica através da cogeração, porque, por meio da combustão, você gera calor e aí você gera, então, energia elétrica com vapor.

Depois, foi perguntado aqui se o Governo não tem plano para a produção de biometano. Realmente, esse plano não existe, a gente tem que ter uma meta. Na verdade, existe o combustível



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do futuro, a adição obrigatória, mas qual é a meta para 2030? Quantos bilhões de metros cúbicos nós vamos produzir? Nós precisamos dessa meta. Então, isso a gente precisa exigir do Governo.

Nós temos um Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), o Planares tem metas: 1 giga de potência instalada até 2040, 66 megas de biodigestão, 994 seriam de incineração e gás de aterro, biogás, 250 megas. Então, isso é uma meta, nós precisamos seguir essa meta – e é obrigatória, inclusive –, mas não temos instrumentos econômicos, por isso que, no Paten, está sendo discutida justamente essa obrigatoriedade de o Governo contratar essa energia para que se cumpra a meta.

Depois, nós temos outra pergunta aqui: como que os projetos de lei garantirão o Acordo de Paris? É bem simples, nós temos, basicamente, quatro grandes projetos de lei. O mercado de carbono vai trazer uma receita acessória que vai reduzir o custo do Opex e do Capex de uma planta de recuperação energética, de biogás e biometano no Brasil. Nós temos também o Paten, que garante o financiamento através de créditos de precatórios que somam quase R\$750 bilhões no Brasil; então, esses créditos podem ser utilizados para a estruturação de projetos num fundo chamado Fundo Verde, que vai ser gerenciado pelo Governo. Então, nós temos a possibilidade de ter muito dinheiro para lastrear o financiamento desses projetos.

Depois, nós temos também o Plano Nacional da Recuperação Energética de Resíduos, que traz diversos instrumentos econômicos para viabilizar a geração de energia a partir de resíduos, como o próprio certificado que a gente está apresentando no Substitutivo do Deputado Ricardo Salles, que é o PL 924, de 2022, que está apensado a outros quatro projetos de lei e que cria o Programa Nacional da Recuperação Energética (PNRE). Então, lá, por exemplo, tem o certificado Metano Zero, que é um certificado de origem semelhante ao certificado de origem do Combustível do Futuro, em que você garante a origem do renovável e um crédito para quem produz esse combustível renovável.

Depois, nós temos também incentivos a produtores rurais. Isto realmente não tem sido discutido: o que o produtor rural recebe de incentivo para realmente pegar o resíduo e estruturar um biodigestor? Não tem incentivo. Então, nós precisamos estudar isso, Deputada. Até me coloque à disposição para a gente construir um projeto de lei específico para garantir um incentivo, por exemplo, para a pessoa que planta arroz, planta soja, planta milho – que incentivo ele vai ter, na



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade-fim dele, para gastar um valor adicional para tratar esses resíduos? –, ou para o criador de suínos, de frangos, ou até de bovinos; para o bovino, teria que ser uma criação intensiva para poder recuperar as fezes e produzir biogás e biometano. Então, tem que ter um incentivo, Deputada. Isso não acontece no Brasil; e, na União Europeia, isso acontece.

O nosso relatório, e aqui eu finalizo a minha fala, de recomendações com base nas políticas públicas da União Europeia e do Brasil, que vai ser apresentado dia 16 de setembro, na Delegação da União Europeia – eu convido, inclusive, toda a mesa aqui presente a estar com a gente lá nesse evento –, traz justamente alguns instrumentos econômicos da União Europeia em que o Brasil pode se espelhar para implementar.

Então, eu resumo aqui a minha fala, Deputada. Ficamos à disposição também, eu e a Abren, o nosso canal de comunicação, para que, se vocês tiverem alguma dúvida, alguma pergunta, contem com a gente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Yuri, por suas contribuições. Inclusive, a Eliane já anotou a sugestão da elaboração do projeto de lei. Vamos tratar disso.

Convido, então, para as suas considerações finais e resposta às perguntas, que nos foram feitas, Edie Andreeto.

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado.

Depois da fala do Yuri aqui, restou muito pouco, mas, ainda nesse pouco, eu faço questão de ressaltar o esforço da instituição, a qual eu pertenço com muito orgulho, o Ministério de Minas e Energia. As políticas têm mostrado os primeiros resultados, como foi dito, essa planta da Acelen, para a produção de SAF, a partir da macaúba, recuperando áreas degradadas, é um projeto muito importante. Hoje, nós aprovamos a resolução de descarbonização das atividades de exploração e produção de petróleo, que é um aprimoramento em relação a já baixa emissão das nossas atividades.

O RenovaBio – aqui foi feita uma pergunta também sobre um dos instrumentos que pode viabilizar o RenovaBio –, na sua análise de ciclo de vida, considera e pondera as emissões. Então,



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer redução, seja em termos de fertilizante, seja em termos de resíduo, vai ter um impacto no cálculo do número de CBIOS gerados pelos produtores de biocombustíveis. Lembrando que essa é uma política que se mostra extremamente positiva no sentido de descarbonização da matriz de transportes.

E a regulamentação da lei que transforma o biometano num gás equivalente ao gás natural é importantíssima para dar resiliência à infraestrutura de movimentação do gás nesse processo de transição energética. Nós consideramos, nos planos, apesar de até hoje nós não termos um número para lançar no plano – e nós debatemos muito sobre isso –, mas consideramos nos planos esse aporte do biometano na matriz como algo relevante, capaz de reduzir a nossa própria dependência externa de gás natural.

O Gás para Empregar, que é um programa cujo decreto foi assinado hoje pelo Presidente Lula, considerou também a integração, a transição energética e a utilização do biometano como parte da matriz e como parte do gás a ser movimentado nas infraestruturas.

A indústria automobilística, perguntaram aqui sobre frota, já tem produzido caminhões que utilizam gás natural. Então, o biometano, por via do processamento, se torna um gás também apto a ser utilizado nesses caminhões, de forma que o ministério tem trabalhado, tem considerado e acompanhado de perto as potencialidades dessa importante fonte de energia e ponderado como um importante elemento na estratégia de implementação das NDCs que têm sido modeladas, alinhados de uma forma sinérgica a essas políticas de descarbonização.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Edie Andreetto.

E agora nós vamos passar para o Zoom novamente, para a participação da Talyta Viana, que representa a ABiogás.

A SRA. TALYTA VIANA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, os colegas também foram brilhantes ao responder aí a maior parte. Eu consegui anotar algumas, mas vou focar em um dos pontos que pode responder a outros vários, que é a questão do atributo ambiental.

Hoje o biometano tem equivalência ao gás natural e energeticamente é igual, pode ser aplicado nas mesmas aplicações, seja a utilização para abastecimento da frota pesada, seja para a utilização nos gasodutos. A diferença do biometano é que ele trata um problema, e o problema



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente chama do atributo ambiental. Às vezes, é uma palavra até um pouco mais difícil de a gente entender, mas é um selo verde, aquilo que ele está fazendo pelo meio ambiente e pela sociedade. Diferente da molécula do gás natural, ele não vem só com o energético, mas vem com esse atributo ambiental positivo e ele precisa ser enxergado.

Como eu falei na minha apresentação, a questão do PL do combustível do futuro, em que você enxerga e dá um tratamento ali, por meio de um certificado de garantia de origem, ou seja, um selo verde para a produção do biometano, é um sinal bastante positivo para o produtor de biometano. E seja ele numa escala maior, pensando numa indústria, ou numa escala menor, porque, com a figura do certificado de garantia de origem, você não precisa de fato ter uma injeção no duto, o que vai facilitar bastante a questão de logística para a utilização do biometano.

Pensando nos outros PLs também, da utilização dessa questão da eletromobidade, caminhão a GNV ou biometano, existe um ponto também bastante sensível que precisa ser tratado, que é o estabelecimento de infraestrutura para incentivar que se produzam ali, desde incentivos fiscais na produção desses equipamentos – desses caminhões, desses ônibus – como também a utilização e implementação de corredores sustentáveis, para que esses caminhões e esses ônibus tenham uma rota, um corredor onde eles consigam abastecer. Isso vai incentivar ainda mais que essa frota aumente e que a gente consiga descarbonizar ainda mais esse setor, que vem com uma pegada de carbono tão alta ainda atualmente.

Bom, eram essas as minhas considerações. Também me coloco à disposição para contribuir com o aperfeiçoamento legal regulatório do setor e ajudar na promoção da utilização do biogás e do biometano.

Um abraço e tenham uma boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC) – Muito obrigada, Talyta, por suas contribuições e por se colocar à disposição. Certamente, nós manteremos contato e utilizaremos os conhecimentos da ABiogás.

Convido agora para uma participação, também aqui conosco, o Prof. Marcos Juliano, Diretor do Instituto de Química da UnB, agradecendo a sua presença, que muito nos honrou.



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS JULIANO PRAUCHNER (Para expor.) – Boa tarde, Deputada Socorro Neri. Boa tarde a todos aqui presentes.

Eu estava doido para fazer esta manifestação, amplamente favorável – entusiasmada – às falas do Yuri e do André, porque eu acho inconcebível nós estarmos ainda tão atrasados nessa questão do biogás e do biometano.

Eu ouço falar tanto, são tantos projetos e tanto dinheiro investido no hidrogênio verde, quando, com o hidrogênio, verde nós estamos pegando energia elétrica e água para armazenar essa energia na forma de um gás. E, no caso do biometano, nós estamos pegando lixo para gerar a energia: a energia é gerada. Não é como no caso do hidrogênio, em que você precisa da energia elétrica para gerar o hidrogênio.

Então, o Brasil precisa andar. Nós temos uma capacidade enorme e um problema enorme a ser resolvido, que é o problema do lixo. Se você não o utiliza, esse lixo vai ficar aí e vai gerar metano, que, como a Talyta colocou, tem potencial 28 vezes maior para causar o efeito estufa.

Então, parabéns pelo trabalho de vocês.

Obrigado pelo convite. E, se a Universidade de Brasília puder colaborar de alguma forma, estamos à disposição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC) – Muito obrigada, Prof. Marcos Juliano, por suas contribuições neste momento e também por se colocar à disposição para aprimoramento e estudos no futuro.

Quero aqui agradecer, em nome da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, a colaboração de cada um dos senhores, que aqui trouxeram conhecimento, informações, sugestões, análises extremamente importantes para compreendermos o tamanho desse desafio que nós temos pela frente e da atenção que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal precisam dar aos projetos legislativos que estão tramitando, de modo que possamos, como representantes do povo brasileiro, contribuir, o quanto antes, com a legislação, com o ordenamento necessário para que essas ações aconteçam e para que a gente possa, de fato,



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

celebrar a redução de emissão de gases de efeito estufa. No caso do biogás, do biometano, que possamos celebrar não só a redução, mas também a possibilidade real que nos traz o biometano de fazermos a transformação do lixo, de resíduos sólidos, em riqueza, em energia renovável para o nosso país.

Agradeço, penhoradamente, a presença dos senhores e as contribuições que os senhores e a Sra. Talyta nos trouxeram.

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1715919109>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Nilto Tatto, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Humberto Costa, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Wilder Moraes, Rosana Martinelli, Dameres Alves, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Socorro Neri e Flávia Moraes, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Ciro Nogueira, Plínio Valério, Marcos do Val, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Bene Camacho, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Luiz Carlos Busato, Meire Serafim, Sergio Souza, Sidney Leite, Gilson Daniel, Zé Vitor, Ricardo Salles, Camila Jara e Célia Xakriabá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2024 - CMMC, de autoria Deputado Federal Nilto Tatto (PT/SP). **Finalidade:** Audiência Pública preparatória para 29ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP29). **Participantes:** Ana Toni, Secretária de Mudança Climática do Ministério do Meio Ambiente; Embaixadora Liliam Beatris, Diretora do Departamento do Clima do Ministério das Relações Exteriores; Ceiza Pitaguary, Secretária Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas; Letícia Leobet, Representante do Geledés - Instituto da Mulher Negra; Sarah Darcie, Representante do Instituto Clima de Eleição; Mariana Guimarães, Representante do Comitê COP30; Thuane Nascimento, Representante da Coalização Negra por Direitos; Camila Moreno, Representante do Grupo Carta de Belém; Jarê Aikyry, Representante do Engajamundo; Marcello Cabral, Diretor da Associação Brasileira de Energia Eólica; Stela Herschmann, Especialista em Política Climática do Observatório do Clima; e Marcele Oliveira, Representante da Coalizão Clima de Mudança. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será publicada no Diário do Congresso Nacional.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Nilto Tatto

Presidente Eventual da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/10/15>

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública preparatória para a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 29), em atenção ao Requerimento nº 3, de 2024, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, de minha autoria.

Devido ao número de convidados para esta audiência pública, faremos três mesas de debates.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu já antecipo aqui que tem Parlamentares que vão entrar de forma *online*. Aqui isso é comum, nas audiências públicas, em função da própria agenda dos Parlamentares, que têm outras atividades. Então às vezes a gente não espera até o final para ceder a palavra e, assim, enriquecer o debate, também com a participação de Parlamentares.

Para compor a primeira mesa, eu convido as seguintes expositoras, que representam órgãos do Poder Executivo.

Deixem-me só, antes de chamar...

Eu concordo. A própria mesa fez uma proposta, e eu vim até nesse sentido de trabalhar, porque, quando da apresentação do requerimento para fazer esta audiência pública, a gente fez, no intuito, justamente, de dar uma balizada no conjunto de informações, em especial para os Parlamentares que pretendem participar do processo da COP e também para a sociedade civil, e aí eu estou falando dos setores da sociedade, sejam ONGs, movimentos, setores empresariais, enfim... Então, a gente pretende, aqui, hoje, na verdade, no intuito, um pouco, de dar uma balizada nas informações.

A gente tem até a oportunidade, e eu já de antemão peço, se for possível – a gente organizou inclusive a primeira mesa, para trazer pessoas do Governo, quem está à frente da responsabilidade de organizar – , se puder ficar até o final, porque é um jeito de a gente ir construindo... Evidentemente, os expositores vão estar colocando as suas visões, perspectivas e dúvidas, mas, às vezes, até para poder contribuir naquilo que é possível em termos de tirar dúvida, para a gente balizar bem todos aqueles que estão empenhados em participar e acompanhar de perto o processo da COP. Então, é um pouco isso, é dessa forma que foi pensada a própria montagem da mesa, está bom?

Para o início, nesse sentido, para a primeira mesa, gostaria de convidar a Ana Toni, Secretária de Mudança Climática do Ministério do Meio Ambiente.

Obrigado, Ana Toni, por aceitar o convite. (*Palmas.*)



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lilium Beatris, Embaixadora do Ministério das Relações Exteriores e Diretora do Departamento de Clima. (*Palmas.*)

Obrigado, Lilium.

Ceição Pitaguary, Secretária Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas. (*Palmas.*)

Obrigado, Ceição.

Então, sem muitas delongas, já vamos começar. Podemos?

Com a palavra, a Secretária Ana Toni, representante do Ministério do Meio Ambiente. São dez minutos, Ana Toni, mas, se precisar, no caso das pessoas que estão falando pelo Governo, como é importante o conjunto de informações, é sempre necessário ultrapassar. Os outros, depois, eu vou pedir para ficar dentro dos dez minutos, senão a gente vai sair só amanhã, pela quantidade de nomes que tem aqui, está bom?

Ana Toni.

A SRA. ANA TONI (Para expor.) – Bom, primeiro gostaria de agradecer o Deputado Nilto Tatto. É um prazer estar aqui. É fundamental este debate para a preparação da COP 29. A Embaixadora Lilium e eu acabamos de voltar da pré-COP; então, tem muitas novidades – não é Lilium? –, que a gente acabou captando lá. Veio esta reunião em um momento muito importante, porque acabamos de voltar e estamos aí a menos de quatro semanas da COP 29.

Eu vou falar um pouquinho sobre os temas principais que foram discutidos na pré-COP e, obviamente, estão indo para a COP e, depois, gastar um pequeno tempo também para falar do pavilhão do Brasil, que o Ministério do Meio Ambiente, o Itamaraty e a Apex estão ali organizando com um grupo da sociedade civil, setor privado e outros.

Em relação aos temas, Deputado, os temas dessa COP são diversos, mas tem alguns principais. Então, os dois temas principais que estão na agenda, para os quais se espera que tenha acordo para a COP 29 – e é fundamental para a nossa COP 30 que haja esse acordo –, são aquela sopa de letrinhas que se chama NCQG, que é a nova meta quantitativa a ser acordada, ou seja, é quanto de apoio vai ter para os países em desenvolvimento a partir de 2025.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como todos nós sabemos, a meta hoje anual, de 2020 a 2025, é 100 bilhões. Essa meta foi atingida pela primeira vez só em 2022. Agora, já estamos debatendo quanto mais de recurso, a partir de 2025, vai ser dado para os países em desenvolvimento implementarem as suas NDCs, fazerem as transições e financiarem também coisas de adaptação.

O debate sobre financiamento é, logicamente, o mais *caliente*, o que está com mais controvérsia. Eu diria que, na pré-COP, a gente conseguiu pelo menos entender o posicionamento dos diversos países, mas ainda não tem nenhum documento, nenhum acordo sobre quais são as opções que estão na mesa. Então, a gente está, no momento, ainda bem atrasado nesse debate, porque a COP já está chegando. E quais são os grandes temas de controvérsia? E não é só quanto de dinheiro, de 100 bilhões para que número.

Segundo tema: quem é que paga? Se são só países desenvolvidos ou se entram também para os contribuidores dessa meta outros países que se tornaram ricos, como, por exemplo, Arábia Saudita e China. E vocês podem imaginar muita resistência desses países ao serem considerados nessa conta.

O terceiro tema dentro da área de financiamento é sobre se vai ser uma meta para cinco anos, como foi a antiga, ou uma meta de financiamento para dez anos, que daí se juntaria com as NDCs. Então, é uma meta para 2030 de financiamento ou uma meta para 2035 de financiamento?

Então, esses são os grandes temas ali colocados.

Eu acho que a Embaixadora Liliam pode contar, mas a posição que o Brasil tem defendido é a de que tem um artigo para vocês olharem com cuidado no Acordo de Paris, que é o Artigo 9. No Artigo 9, já dá um pouco o caminho das pedras da posição do Governo brasileiro. No Artigo 9.1, fala que é dinheiro dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. No Artigo 9.2, fala que pode ter apoios voluntários de outros países, ou seja, na relação Sul-Sul, mas é voluntário, não é obrigatório. E, no Artigo 9.3, sugere que pode ter outros mecanismos de financiamento.

Mas esse debate, como eu falei, está pouco maduro ainda e tem dois países que estão facilitando esse debate, que são a Austrália e o Egito. A Austrália e o Egito são dois países que



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão ajudando a Presidência da COP, os Ministros da Austrália e do Egito estão ajudando a facilitar esse tema.

O segundo grande tema que a gente realmente espera que saia de acordo nessa COP é a finalização do acordo sobre mercado de carbono, Artigos 6.2 e 6.4. A gente recebeu a notícia de que o grupo de trabalho técnico do mercado de carbono conseguiu chegar a resoluções de metodologias para serem aprovadas. Isso foi no grupo técnico, que não é o grupo político, mas, no grupo político, vai haver um debate grande nessa COP sobre três temas do mercado de carbono, que são: registro, então, quando os países quiserem fazer e comercializar o mercado de carbono vai haver um registro único nas Nações Unidas ou podem ser registros nos países, que depois informam o registro único; o segundo é autorização, quem é que autoriza e como, qual o papel dos governos nacionais e um possível papel internacional, quem dá essas autorizações; e o terceiro é o nível de transparência que é pedido para quem quiser comercializar internacionalmente, qual o mínimo de transparência para o mercado de carbono. Então, são esses três temas os que estão em disputa ainda lá.

O terceiro tema em termos de conteúdo, que vai ser muito importante para nós no Brasil, é o tema de adaptação. No tema de adaptação, o que é esperado da COP 29 é que eles avancem no processo de consenso para que a gente termine o debate na COP 30, que será sobre as metas e os indicadores das metas de adaptação. Então, já tem todo um debate sobre quais serão as metas dos objetivos globais de adaptação. Isso começou na COP 28, tem a COP 29 agora, finaliza na COP 30, mas a gente espera ter uma importante atuação no debate sobre a adaptação nesse encontro.

E, por fim, o último tema que eu queria mencionar, que foi discutido na pré-COP, é sobre o que acontece com o grupo de mitigação. Tem um grupo que está debatendo a mitigação. Esse grupo normalmente fica pensando em novas metas, em NDCs mais ambiciosas, e tem todo um debate agora em que esse grupo talvez devesse dedicar o seu tempo para implementação das metas que foram acordadas na COP28, em particular, o §28, que é sobre energia, e o §34, que é sobre restauração florestal, desmatamento, biodiversidade. Em vez de criar novas metas, teria que ver como é que a gente implementa essas metas.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema transição justa, que também terá um grupo de trabalho na COP 29, não foi debatido na pré-COP um pouco porque ainda está se estabelecendo o que se debater. Isso vai ser debatido na COP 29 e não na COP 30. Então, digamos que esses são os grandes temas de conteúdo que nos esperam para a COP 29 em termos de negociação.

Em termos do Pavilhão Brasil, mudando totalmente de assunto, como eu falei, um grupo de ministérios e com a ajuda da sociedade civil, do setor privado e de governos subnacionais, nós recebemos mais de 480 propostas para eventos no Pavilhão Brasil.

(Soa a campanha.)

A SRA. ANA TONI – Infelizmente, este ano – vocês devem ter visto –, a Presidência da COP diminuiu muito o tamanho dos pavilhões. O nosso pavilhão vai ser metade do tamanho do que era na COP 28; então, a gente tem um problema de espaço, não só a gente, mas todos os outros países. O Brasil conseguiu até um pouco mais do que os outros países. A gente tinha 400m² e agora serão 200m²; os outros países, 150m². Ou seja, a gente só tem um auditório; então, a gente vai ter muito menos capacidade para ter eventos no Pavilhão Brasil. Então, de 480, a gente teve que selecionar esse grupo de 60, e aí eu já peço desculpas, de antemão, aos que não foram contemplados.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ANA TONI – Foram 480 propostas e 60 eventos. Então, muita gente não foi contemplada. Aqui do Senado e da Câmara foram três que já estão aqui contemplados, a gente pode entrar em detalhes.

Então, acho que eu fico por aqui. Depois, se tiverem mais perguntas...

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Obrigado, Ana Toni.

Quero anunciar aqui a presença da Deputada Carla Ayres, do PT de Santa Catarina. Obrigado!

E já convido a Liliam Beatris, Embaixadora do Ministério das Relações Exteriores e Diretora do Departamento de Clima, por dez minutos.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA (Para expor.) – Muito obrigada, Deputado Nilto. Muito obrigada pelo convite da Comissão. É sempre uma grande satisfação participar dos debates aqui nas Comissões do Congresso brasileiro.

Eu vou tentar não repetir as ênfases que a Secretária Ana Toni já apresentou e trazer outros aspectos de informação sobre a COP 29.

A COP 29, que se realiza em Baku, capital do Azerbaijão, uma região do Cáucaso, vai acontecer de 11 a 22 de novembro, e, no início dela, nos dias 12 e 13 de novembro, é a sessão dos Chefes de Estado. O Presidente brasileiro já confirmou presença, e nós já negociamos que ele terá um momento de fala na abertura da COP, a exemplo do que acontecerá no ano que vem. E isso se deve também pelo fato de o Brasil já ter sido confirmado como hospedeiro de uma conferência, da COP 30, e também pela liderança que o Presidente Lula exerce nessas negociações.

Bom, eu queria só começar dizendo que essa Conferência das Partes – eu sempre gosto de repetir – é uma reunião internacional de negociação. E a base dessas negociações são três acordos internacionais: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, de 1992; o Protocolo de Quioto, de 1997; e o Acordo de Paris, de 2015. Então, o conjunto de obrigações e de princípios que contém nesses acordos são os guias para que os países elaborem suas políticas de combate à mudança do clima.

Então, ela é uma conferência internacional, é considerada hoje a maior reunião da ONU, ultrapassando, em volume e movimento de pessoas, inclusive a semana da Assembleia Geral em Nova York. Então é o maior processo multilateral, do multilateralismo político existente hoje no mundo – são as COPs.

E nós chegamos agora nessa próxima, na 29, num contexto internacional bastante desafiador. Como se sabe, existem conflitos, existem guerras no mundo, e isso gera um estresse, gera uma tensão adicional sobre os países, porque essas negociações envolvem decisões econômicas, decisões da política de energia, da política de manejo dos recursos naturais dos países, questões de políticas industriais e também políticas fiscais e financeiras. Então, para que os países possam se comprometer mais e consigam fazer essa transição do que é chamado uma economia marrom para uma economia verde, um cenário menos conflitivo seria muito mais



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

positivo, ele ajudaria que os governos e os países, e mesmo o terceiro setor, pudessem fazer essa transição mais rápida.

Mas este é o mundo que vivemos, e então a gente chega a Baku. E é importante porque esse cenário mundial pode afetar as negociações. Então, isso a gente deve sempre manter em mente.

Também o que caracteriza este momento aqui de novembro é que os países, dentro desses acordos, estão numa fase fundamental do processo, porque os países estão revisando e elaborando as suas novas políticas climáticas, que no regime do clima ganham o nome de NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada). O Governo brasileiro está aqui também ativamente criando as condições para que o Brasil possa fazer e apresentar a sua NDC até o final do ano, possivelmente ainda em novembro. O trabalho do ministério, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente para a elaboração do Plano Clima, tem sido de fundamental importância para que o Brasil possa fazer essa segunda NDC.

Então, nós estamos assim num momento de chegar a uma COP no mesmo momento que os países estão trabalhando internamente as suas próximas políticas climáticas. E, por determinação dos acordos, essa próxima NDC precisa ser mais forte, mais robusta do que a anterior, de 2015.

Então, estamos trabalhando com estes dois cenários: o cenário internacional desafiador, e processos internos, dentro dos países, de elaboração da sua nova fase de política climática, necessariamente mais ambiciosa do que a anterior.

Em função disso, então, a COP de Baku terá, como sempre, a sua agenda negociadora. Eu só a coloco aí, não vou entrar nos detalhes porque a Secretária já mencionou. O principal assunto será a determinação desse novo montante de financiamento climático – a sigla em inglês é NCQG –, que é o novo objetivo coletivo de financiamento climático.

As negociações estão avançando, faz dois anos que os países discutem como chegar a esse novo montante, mas é importante reconhecer que a gente chega a essa nova negociação sem que o objetivo anterior tenha sido plenamente atingido. Então, a obrigação dos países desenvolvidos de colocar no sistema do clima US\$100 bilhões por ano, de 2020 a 2025, não foi



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

atingida na sua plenitude. Em 2020, em 2021, esse valor ficou muito aquém dos 100 bilhões; em 2022, os países doadores, os países desenvolvidos dizem que chegaram a esse montante; e em 2023 e 2024 a gente ainda vai ver o que vai acontecer. Mas, de uma base de não cumprimento, nós chegamos a um momento de negociar o novo montante, as novas condições de acesso aos financiamentos, a facilitação de conseguir usar os recursos disponíveis nos fundos. Então, vai ser uma negociação parlamentar bem difícil que nós estamos nos preparando para enfrentar.

Sobre isso também queria dizer que um dos grupos negociadores do sistema, que é o G77/China, é um grupo de países em desenvolvimento e reúne 134 países. Eles fazem dois terços das partes nesses acordos. E o G77/China está unido nessa discussão, até agora, vamos ver o que acontece nas próximas semanas lá em Baku. Mas até agora o grupo está unido porque ele entende, os países em desenvolvimento querem que o novo objetivo seja bastante superior aos US\$100 bilhões e que ele venha com regras de acesso mais claras, de transparência mais claras: o que é afinal o financiamento climático? Quem tem que reportar? Ele pode reportar o que para valer como financiamento climático e trazer mais segurança, mais certeza de que esses recursos estarão disponíveis para os países em desenvolvimento financiarem as suas transições?

Então, essa vai ser a negociação mais difícil, mais importante e é o que está levando as partes a entenderem que a COP 29 será a COP das finanças.

O segundo elemento, como a Secretária Ana Toni já falou, é o Artigo 6, trata de regulamentações adicionais àquelas já existentes no Acordo de Paris.

(Soa a campanha.)

A SRA. LILIAM BEATRIS CHAGAS DE MOURA – O terceiro – não está na ordem de importância, mas será muito importante – é o mecanismo de implementação de tecnologia. O regime passa de um momento em que os países apenas diziam qual eram as necessidades em termos de transferência de tecnologia e acesso a tecnologias de baixo carbono para um mecanismo de implementação, inclusive com previsões financeiras.

A pauta de adaptação é uma pauta que só está crescendo, a Secretária já explicou, e ela está crescendo porque os eventos extremos climáticos estão trazendo muitas dificuldades para as cidades e regiões inteiras. Então a pauta de adaptação vai continuar e vai crescer nas próximas



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

COPs em função da realidade de que a mudança do clima está vindo muito rápido, ou mais rápido do que era esperado.

Perdas e danos vão ser outro elemento que deve ter decisão também, porque, sobre perdas e danos, há um mecanismo de capacitação para que os países possam se estruturar e passar a usar os recursos do Fundo de Perdas e Danos, que é um novo fundo, e também para que os distintos mecanismos sobre perdas e danos não sejam competitivos entre si, mas que eles possam evoluir de uma maneira colaborativa. Deve ter uma decisão sobre o programa de trabalho de gênero e deve ter uma discussão sobre como implementar o balanço global do Acordo de Paris, que foi a grande decisão da COP 28, em dezembro de 2023.

Paralelamente às negociações, que são as negociações oficiais e são as decisões que obrigam os países, elas são decorrentes dos acordos internacionais, então elas se tornam obrigatórias, em paralelo a essas negociações, cada Presidência de COP traz uma série de assuntos que a Presidência entende serem os assuntos importantes de avançar naquele momento. Peço desculpas aí porque está em inglês, não deu tempo de traduzir, mas a Presidência do Azerbaijão está oferecendo 14 iniciativas. Essas iniciativas podem se traduzir em declarações ou em eventos, seminários, reuniões, a COP reúne chefes de estado, ministros, parlamentares, cientistas. Então, os temas que o Azerbaijão está propondo são: um novo fundo de ação climática, que é o Azerbaijão que vai lançar nessa COP; uma iniciativa sobre finanças, investimento e comércio, está aumentando muito o nexo entre comércio e clima, então essa é uma das novidades do regime em que eles estão jogando luz; uma iniciativa sobre zonas de energia verdes e corredores verdes, que tem a ver com a própria experiência do Azerbaijão em desenvolver essas zonas verdes; o nº 4 ali é questão de armazenamento de energia e *grids*; uma declaração sobre hidrogênio; o nº 6 também é uma novidade, em função deste momento do mundo, a Presidência da COP 29 está tentando lançar uma iniciativa de trégua climática, isso se inspira na trégua olímpica, que durante as olimpíadas, se há conflitos, se há guerras, elas devem ser suspensas até o final do evento Olímpicas, e eles estão tentando fazer agora semelhante para a COP, que, durante o período da COP, os conflitos fossem suspensos para que as negociações se desenrolem num clima de paz; uma iniciativa sobre água, água e ação climática; uma declaração sobre uma agenda digital verde relacionada às tecnologias digitais; uma iniciativa sobre resiliência; uma iniciativa, a nº 10, para agricultores; uma iniciativa de relação entre redução do gás metano com resíduos orgânicos; a



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 12 é sobre cidades e urbanismo; a nº 13 também é uma novidade, é sobre a ação climática relacionada ao turismo; e a última é uma plataforma de transparência, que o tema de transparência também vai estar em evidência na COP 29, porque os países estão preparando os seus primeiros relatórios bianuais de transparência conforme a estrutura definida no Acordo de Paris.

O Acordo de Paris, que é o mais recente, mudou, ele trouxe inovações, ele simplificou um pouco como os países devem reportar à ONU as suas emissões, e os primeiros relatórios, então, o prazo é 31 de dezembro. Então, essa também se pode dizer que será a COP da transparência. Então, o tema de finanças e transparência será o que irá nos ocupar em Baku.

A Secretária já falou sobre o pavilhão do Brasil, só vou acrescentar que ele estará numa das melhores localizações, ao lado dos anfitriões, Azerbaijão, e dos Emirados Árabes Unidos, em função de o Brasil já estar trabalhando na *troika* de presidências de COP, numa série de atividades para motivar um ambiente propício para mais ação climática. Em função disso, a *troika*, o nosso pavilhão estará numa das melhores localizações, um dos primeiros ali após as salas de reunião na Zona Azul.

Junto, nessa agenda de ação – que, repito, não é uma agenda que obriga os Estados, ela é uma agenda para o setor privado, para as corporações, para os institutos científicos, para as universidades, para todos aqueles que precisam se mobilizar também para que o combate à mudança do clima seja mais efetivo –, haverá dias temáticos: 12 e 13 serão os dias dos chefes de Estado; 14, finanças, investimento e comércio; 15, energia, paz, recuperação; no dia 16 de novembro, ciência, tecnologia, inovação e tecnologias digitais; dia 17 é o único dia livre em 15 dias de negociação; dia 18, desenvolvimento humano, crianças, juventude, saúde, educação; dia 19, alimentos, água e agricultura; no dia 20, urbanização, transporte e turismo; e, no dia 21, povos indígenas, gênero, natureza, biodiversidade, oceanos e zonas costeiras. Então, muitos dos brasileiros que vão a Baku se envolvem neste segmento das COPs, que é a agenda de ação e os dias temáticos, nos quais os interlocutores tentam buscar entender o que pode ser feito, o que funciona, troca de experiências, qual é o estado da arte de políticas para que as cidades, que os sistemas de transportes, que a agricultura sejam mais resilientes e se desenvolvam de uma maneira de baixo carbono.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o meu resumo aqui do que deve acontecer em Baku.

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito obrigado, Liliam.

Já convido a Ceiça Pitaguary, Secretária Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas.

Dez minutos, Ceiça.

A SRA. CEIÇA PITAGUARY (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Secretária Ana Toni, Embaixadora Liliam.

Vou me deter aqui a descrever aqui um pouco do que a gente está trabalhando no MPI, já pensando... A Secretária Ana fez a fala e a Embaixadora Liliam mais do que está trabalhando para a COP 29. E nós ali, no MPI, estamos pensando e trabalhando essa transição da COP 29 para a COP 30, essa COP que a gente está chamando de COP da Democracia. Então, uma das primeiras missões, objetivos que a Ministra Sonia nos delegou é uma missão: precisamos organizar e garantir uma maior participação indígena na história das negociações internacionais, já que a COP 30 vai ser em Belém e nós temos uma grande quantidade de indígenas se preparando para chegar nessa COP.

Nesse sentido, estamos trabalhando em diversas frentes, buscando garantir a efetiva inclusão e acolhida para os povos indígenas, uma participação mais qualificada dos líderes indígenas, proporcionar um credenciamento específico junto à UNFCCC para os indígenas de todo o mundo, avançar no diálogo dos temas da COP para agregar as posições indígenas, trabalhar a formação de novas lideranças no curso Kuntari Katu, um curso em parceria com o MRE, em que a gente está formando lideranças indígenas para incidir nessas discussões e nessas negociações. Esse é um nome indígena que significa aquele que fala, aquele que fala de um povo, aquele que fala para um povo. Criar espaços de articulação e diálogo permanente em nível brasileiro, com atenção para os biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa e Mata Atlântica, e também em nível mundial. Incidir para que a COP não seja apenas um evento, mas que traga legados reais para os povos e territórios indígenas e para as políticas indigenistas.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa construção, reforçamos que a participação indígena é fundamental em todo esse processo, pois somos responsáveis pela proteção dos mais de 80% da biodiversidade do planeta. Nós, povos indígenas, recebemos menos de 1% do financiamento ambiental mundial. É importante destacar que os territórios indígenas, por serem os mais bens conservados do país e do planeta, também são os responsáveis por boa parte do estoque de carbono, revelando-se atualmente como um dos caminhos efetivos para a mitigação e o enfrentamento às mudanças climáticas.

Nesse ponto, nós, povos indígenas, também reforçamos que não podemos seguir sozinhos, segurando a queda do céu, fazendo uma referência a Davi Yanomami, mas toda a humanidade e a sociedade não indígena precisam se sentir responsáveis e envolvidos nessa busca por soluções para as mudanças climáticas que hoje atravessamos e pela garantia da justiça climática que se faz urgente.

As mudanças climáticas têm afetado profundamente os territórios indígenas e as nossas formas de nos relacionar e de viver. E, além das violências históricas e constantes que ainda sofremos em nossos corpos e territórios, hoje temos também que encontrar estratégias de sobrevivência, resistências e atenção às mudanças climáticas, que estão cada vez mais nos atingindo. Só conseguimos fazer isso com qualidade porque nossos costumes, tradições e ciências, profundamente ligados à natureza, nos ajudam a perceber os efeitos das mudanças climáticas de forma bem qualificada, já antecipando, muitas vezes, as soluções que posteriormente serão encontradas pela ciência ocidental não indígena.

Por isso, as COPs precisam reconhecer a relevância fundamental dos povos indígenas nesses debates globais e acolher melhor as vozes indígenas. O movimento social costuma dizer corretamente que não temos planeta B. Os cientistas apontam que não podemos ultrapassar 1,5 graus. Ouso dizer que, se a COP até agora não achou os melhores resultados, é porque ainda pouco ou nada escuta a sociedade, os povos indígenas e tradicionais – e isso precisamos mudar.

Considerando todo esse cenário, é urgente que se aumente o volume e o compromisso dos países centrais. É necessário também avançar no grupo de trabalho de transição justa.

Escuta-se muito nestas Casas que é necessário flexibilizar o licenciamento, as audiências públicas e as regras de consentimento livre, prévio e informado. Nós defendemos que não se trata



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de flexibilizar, mas, sim, de atualizar todos os procedimentos licitatórios às mudanças climáticas. Sem uma transição justa, ganharão ainda mais força os setores negacionistas, porque suas *fake news* chegam com mais força em quem é impactado.

Estamos vendo esta realidade já nos territórios brasileiros, atingidos pelas secas e enchentes, profundamente ligados a má gestão ambiental e à ganância pelo lucro fácil e inconsequente. A natureza já nos impõe uma transição: ou fazemos de forma justa ou os impactos serão ainda maiores. E a COP, na qualidade de espaço de diálogo internacional, precisa considerar isso verdadeiramente.

Finalmente, gostaria de lembrar alguns projetos que estão em discussão no Congresso Nacional e que seria muito importante que avançassem de maneira célebre, inclusive porque a aprovação da Lei 14.701, da tese inconstitucional do marco temporal, representa um retrocesso na imagem do Brasil e do Congresso e na sua capacidade real de apresentarmos boas soluções às mudanças climáticas para o mundo. O Congresso precisa mostrar que de fato está comprometido com o enfrentamento das mudanças climáticas com respeito à sua rica sociobiodiversidade.

Concluindo, chamo a atenção para os seguintes projetos: PL 4.347, de 2021, que versa sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Pngati); PL 3.025, de 2023, e PL 836, de 2021, rastreabilidade do ouro; PL 1.594, de 2024, deslocados climáticos; Mensagem 209, de 2023, Acordo de Escazú; e a PEC 31, de 2021, segurança climática.

Assim, faz-se urgente unirmos esforços e compromissos dos mais diversos países, nações, setores, organizações, parlamentos, parceiros e segmentos para propormos políticas e ações efetivas para o enfrentamento das mudanças climáticas. Convido todos e todas aqui para seguirmos de mãos dadas para construirmos ações concretas aos desafios que são realidade hoje, tendo como horizonte que o futuro é ancestral.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. Bloco/PT - SP) – Obrigado, Ceixa.

Agradeço as exposições e convido a retornar aos seus lugares, no Plenário, para que possamos compor a próxima mesa.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já convido, para a próxima mesa, a Camila Moreno, representante do Grupo Carta de Belém. Camila. *(Pausa.)*

Sarah Darcie, representante do Instituto Clima de Eleição. *(Pausa.)*

Mariana Guimarães, representante do Comitê COP 30. *(Pausa.)*

E nesta mesa ainda, de forma remota, a Stela Herschmann, especialista em Política Climática, do Observatório do Clima. *(Pausa.)*

Com a palavra, Camila Moreno, representante do Grupo Carta de Belém.

A SRA. CAMILA MORENO (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos e todas. Então, eu represento o Grupo Carta de Belém, que é uma organização, uma articulação da sociedade civil criada a partir de um seminário que aconteceu em Belém, em outubro de 2009; por isso esse nome, que agora, depois de 15 anos, ficou tão ao espírito do tempo. Nossos integrantes são movimentos sociais, organizações de base, ONGs, pesquisadores, sindicatos, enfim.

Nós viemos, durante esses 15 anos, talvez mantendo uma visão, assim como nós acompanhamos as negociações internacionais de clima, e como elas reverberam, e como elas se encaixam e se acoplam no ordenamento nacional, talvez com um discurso que possa parecer anacrônico. Mas eu gostaria realmente de trazer para vocês, porque nossa análise é de que vivemos numa junção crítica desses processos profundos de transformação das estruturas econômicas e sociais, em que esse processo, esse grande processo multilateral da COP nos informa e qual a atenção que nós, aqui, no Parlamento e na sociedade civil, temos que ter em relação a isso.

Esse regime que foi mencionado aqui, em que foram feitas bastante referências detalhadas pela secretária e pela embaixadora, trata de uma empreitada sem comparação na história da humanidade, que é a ideia de que é possível governar o clima. Ou seja, a partir de informações geradas com a produção do conhecimento científico, utilizar o poder da palavra, o poder da lei, para criar um acordo para gerirmos juntos os atmosféricos comuns, os bens comuns da atmosfera.

Na leitura que nós acumulamos no Carta de Belém, ao longo desses 15 anos, não é possível pensar o processo em curso, que está sendo materializado nas COPs, sem pensar que ele é uma



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tríade. O que a gente chama de descarbonização é absolutamente, materialmente indissociável da profunda, veloz e brutal transformação digital que tem redefinido todas as áreas da nossa vida e da nossa economia, assim como também do aprofundamento da financeirização como processo estrutural que orienta este momento do capitalismo. A gente tem um exemplo, acho que bastante gritante, da financeirização da vida cotidiana e todos os reveses e a comoção nacional, por exemplo, que a gente tem em torno disso e dos endividamentos, como também, cada vez mais, o paradigma da financeirização das próprias políticas públicas e, cada vez mais, tornar como novo normal e como obsoleto já a ideia do orçamento público tal como a gente conhecia.

Pois bem, esse regime começa a ser construído então. Ele tem antecedentes de várias reuniões, mas com a histórica reunião no Rio, em 1992, onde as três grandes convenções que já foram referidas aqui foram assinadas, depois o Protocolo de Kyoto. Eu estou dando grandes saltos aqui, porque essa linha de tempo ficou bem encurtada, mas, com o Plano de Ação de Bali, que na COP, em dezembro de 2007, introduz a ideia de trazer as florestas para dentro das negociações, que hoje parece uma coisa tão comum. Isso causou comoção em algum momento, sobretudo lá atrás, em 1992, quando o discurso do clima ainda era uma responsabilidade dos países ricos, dos países desenvolvidos e de uma ideia de transição tecnológica.

A partir de 2008, a gente tem um período em que é um *boom* dizer que não vai haver um novo estágio do regime. Já se antevia que aquele período, o primeiro período de compromisso de Kyoto, principalmente de validade do esquema de comércio de emissões da Europa, de 2008 a 2012, logo seria sucedido por um regime universal, que vai ser o que, depois, o Acordo de Paris vai trazer. Mas, neste momento de chamado anterior, o Brasil era instado a colocar a Amazônia na roda de negociação. Por isso o Carta de Belém se funda.

A nossa carta de fundação tem um posicionamento claro, estrutural, que é contra florestas e mercados de carbono e, depois, contra mercados de carbono em geral. Nós abrimos, com isso, um diálogo muito bom com o Itamaraty, porque o Itamaraty sempre teve uma visão muito forte, muito soberana e muito altiva de Estado em relação a isso – não de Governo, de Estado.

Pois bem. Durante 2008 e 2012, o Brasil sofre e presencia o maior debate contemporâneo sobre propriedade, que é o debate da reforma do Código Florestal. Na nossa leitura, o processo



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de acomodação do novo Código Florestal brasileiro simplesmente responde a essa arquitetura internacional que está sendo colocada, em que é preciso acomodar e criar uma nova segurança jurídica para esse novo momento, esse novo momento do capital natural, que é celebrado na Rio+20, que acontece, em 2012, no Rio de Janeiro. E uma das coisas muito importantes que saem dessa reforma é justamente o CAR, que foi um tema em que o Carta de Belém trabalhou durante muitos anos, que deu as condições não somente de a grilagem passar para o plano digital, mas também de a gente ter uma série de sobreposições e conflitos de terra que seguem sendo vendidos por uma certa tecnocracia como um exemplo. Eu acho que aqui já é bastante conhecida – inclusive, o Ministério Público Federal tem sido bastante vocal sobre isso – a enormidade dos conflitos relacionados ao CAR, as sobreposições e, ao mesmo tempo, essa demanda de que o Brasil traga, sobretudo para a COP30, uma grande plataforma de terras e assim resolva digitalmente a nossa questão estrutural de estabelecimento da democracia, que é o acesso à terra no Brasil.

Bom, o Acordo de Paris já passa para um outro momento, o momento das NDCs, que já foram faladas aqui, que também, no nosso entender, muito mais do que Contribuições Nacionalmente Determinadas, vêm se configurando como uma espécie de plano negócios-país, em que países, cada vez mais sob o regime de austeridade, cada vez com menos capacidade de arrecadar e de manter a máquina pública funcionando, vão criando portfólios investíveis, *investible portfolios*, em que o setor de energia, o setor de transporte, a agricultura, as atenções aos serviços básicos vão trazendo não só parcerias público-privadas, que já existiam, mas aprofundando esse processo financeirizado e com a ideia de parceria público-privada comunidade, com um assédio muito grande lá na ponta.

A gente também tem a Agenda 2030, com os ODSs, enfim, todo um processo que, ao longo, agora, de quase dez anos, vem se consolidando dentro das negociações sob essa tarja, que são credenciais distintas, que chamam de ação climática, *climate action*. *Climate action* junta não apenas os estados nacionais e os observadores, a sociedade civil e os organismos multilaterais, mas toda essa nova categoria multi *stakeholder*, em que, cada vez mais, o setor privado, sobretudo as grandes empresas transnacionais, sobretudo as *big techs*, vão entrando e se legitimando nesse processo.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque uma coisa que ficou bastante claro para nós, sobretudo a partir de 2020 e 2021, quando nós realizamos o mapeamento dessas iniciativas, é que o mundo pós-covid – o mundo pós-pandemia, o mundo dentro de um contexto de restrição e de austeridade – cada vez mais fortalece como solução a entrada dos acordos verdes, os *green deals*, que se baseiam fundamentalmente na emissão de títulos verdes. O Brasil tem muitas iniciativas nesse ponto, o que não é algo somente do Brasil, é um processo internacional, mas que vê essa década como uma década crítica para a eletrificação e para a transformação digital.

Então, eu botei aquele pontinho vermelho ali para a gente tentar dialogar com essa COP de Baku, que vai acontecer agora – assim como a COP de Biodiversidade também, que começa na semana que vem em Cali, que é muito importante, porque são processos de natureza que estão convergindo –, mas que a gente enxergue esses processos como o grande espaço articulador e negociador dessa grande transformação econômica, energética, que passa por uma verticalização. Aqui foi falado pela Embaixadora sobre os nexos da agenda clima e comércio, que desde o início estavam ali, a agenda que a gente antes criticava da Alca. Cada vez mais os grandes corredores de exportação, a integração das cadeias, a rastreabilidade, enfim... Eu botei ali o CBAM, que é o Carbon Border Adjustment Mechanism, da União Europeia, que vai começar a taxar a entrada de *commodities* a partir do conteúdo ou não de carbono; a reforma das IFIs. Enfim, é um processo que a gente vai ver nessa próxima COP, e a gente já está vendo ao longo desta década.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. CAMILA MORENO – E, agora, a Cúpula do Futuro também, que aconteceu em Nova York, deixa bastante claro este processo de trazer a inteligência artificial, trazer a governança algorítmica, *blockchain*, *web3*, *internet of things*, que é uma coisa gritante no espaço das COPs. Na última COP, em Dubai, a gente entrava no grande saguão de negociações, e era Google Artificial Intelligence por todos os lados. As iniciativas, sobretudo dos países do Golfo, mas obviamente também dos Estados Unidos, também da China, propagando a inteligência artificial nos colocam no cenário onde este grande Excel do clima e do carbono, onde os países vão registrar as suas unidades de mitigação, que também foi referido aqui como registro, ele precisa de nuvens, e essas nuvens são nuvens privadas.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para concluir, eu queria trazer aqui que o Brasil tem experiência inédita em termos de participação social na política externa e nos processos democráticos em geral, e a gente deveria fortalecer mais do que nunca essa experiência e levar isso para a COP 30. Há uma grande expectativa com relação à Cúpula dos Povos na COP 30, também como espaço de aglutinação, um horizonte de lutas, mas também de uma crítica. A gente está diante, sim, da crise climática, da emergência climática: eu sou gaúcha – não é? – e presenciei coisas inimagináveis, mas a gente também não pode fechar os olhos a que existe uma superestrutura que está se acoplando nos territórios, que está "estrangeirizando" o território e que está erodindo a nossa soberania.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito obrigado, Camila. Percebi: é gaúcha também, tá?

Só para avisar que não sou eu que faço esse "triiim" aqui, tá? Mas ele é bom de vez em quando para dar uma... Não é?

Com a palavra, Sarah Darcie, representante do Instituto Clima de Eleição.

A SRA. SARAH DARCIE (Para expor.) – Obrigada, Deputado.

Boa tarde a todo mundo.

Meu nome é Sarah Darcie, eu sou Coordenadora de Advocacy do Instituto Clima de Eleição, que é também a organização responsável pela Secretaria Executiva do GT Clima da Frente Parlamentar Ambientalista, que também apoiou a coordenação e realização desse evento.

Como uma organização que atua na área do *advocacy* climático, tanto na frente de relações governamentais como na frente de fortalecimento da participação social, a gente entendeu que seria interessante trazer a nossa contribuição em três partes para esse seminário. Então, a gente vai falar um pouco do panorama da participação parlamentar nas COPs, depois fazer uma reflexão sobre qual é o papel do Congresso Nacional dentro da nossa política climática e aí, por fim, eu vou apresentar alguns dos caminhos que a gente, enquanto Clima de Eleição, tem buscado para promover ainda mais essa participação parlamentar nesses espaços internacionais.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, começando com esse panorama da participação parlamentar nas COPs, um fato que a gente precisa primeiro evidenciar é que realmente tem crescido o interesse das Lideranças do Legislativo em fazer parte desse espaço internacional, mas a gente precisa questionar que tipo de participação que está sendo dada, que geralmente é uma participação muito difusa e pouco estratégica. E aí para a gente discutir isso é interessante trazer, primeiro, um panorama de quais são as formas de se participar de uma COP. E aí a gente traz, de uma forma simples, as três principais vias para essa participação: a primeira é a delegação brasileira, que é essa delegação oficial que faz parte das negociações, que geralmente é composta pelos órgãos do Executivo federal, o próprio Ministério do Meio Ambiente, o Itamaraty, que é quem realmente vai representar a gente nesse espaço de negociação internacional; a outra forma é por meio dos grupos da sociedade civil, que são os grupos que são chamados de *constituencies*, que são os grupos oficiais de representação da sociedade reconhecidos pela UNFCCC, então a gente tem as *constituencies* de juventude, de mulheres, os próprios grupos de povos indígenas e comunidades tradicionais, sindicatos, enfim, que têm também espaços de participação dentro dessas negociações, ainda que espaços geralmente curtos de fala, mas tem algum momento ali de incidência; e a terceira via é a via das organizações observadoras, que são aquelas organizações que são credenciadas, cadastradas dentro do sistema da UNFCCC e que não têm esse espaço de fala dentro de um espaço de negociação. E aí, quando a gente está falando da participação parlamentar, já fica desafiador definir, dadas essas opções, porque geralmente essas Lideranças do Legislativo não são integradas às delegações oficiais dos países e a gente também não tem hoje uma *constituency* oficial para Parlamentares dentro da UNFCCC, embora a gente tenha um grupo reconhecido dos Governos locais e subnacionais, mas geralmente quem compõe esse grupo são os representantes do Executivo municipal, do Executivo local.

E o que a gente tem, então, afinal, para os Parlamentares participarem? O que existe hoje são alguns grupos informais, então a gente tem um grupo que é o Parliamentarians, que é hoje secretariado pela Globe Legislators – o Clima de Eleição faz parte também desse grupo –, e outras organizações internacionais, como é o caso da própria IPU, que é a União Interparlamentar, que são grupos que buscam promover essa atuação parlamentar. Então, o Clima de Eleição tem tentado aproximar os Parlamentares brasileiros também desse grupo Parliamentarians. E aí vale mencionar também que a própria Globe tem feito um processo de incidência junto da UNFCCC para que esse grupo Parliamentarians seja também reconhecido como uma *constituency* oficial e



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí, portanto, também tenha esse espaço de participação direta dentro da negociação. Quem sabe a gente não veja isso acontecer na nossa próxima COP, mas ainda não é o caso da COP 29.

Além disso, existem outros espaços estratégicos para a atuação dos Parlamentares dentro da COP, como, por exemplo, o pavilhão dos Parlamentares, que teve a primeira edição no ano passado, ele segue existindo agora para as próximas COPs. A gente também, enquanto Clima de Eleição, foi parceiro da Globe, a Globe que organiza esse espaço, e é um espaço de incidência para realmente debater qual é o papel dos Parlamentares no combate à crise climática e também promover momentos de cooperação internacional entre os Parlamentares de diversos países, para que possam trocar suas experiências ali dentro.

E por que então a gente tem que ficar falando sobre a importância da participação Parlamentar nas COPs? Qual é a importância desse debate? Por que a gente está trazendo isso? Porque, de fato, a gente precisa reconhecer que o Congresso Nacional tem um papel fundamental em conseguir traduzir tudo isso que a gente está trazendo dos compromissos do Brasil a nível internacional, que são concretizados na nossa NDC, para a construção de políticas nacionais e locais de mitigação e adaptação.

Então, existe uma responsabilidade que é compartilhada entre os três Poderes de conseguir avançar nessas pautas. E, nesse sentido, é muito contraprodutivo a gente ter, por exemplo, o Executivo trazendo diversas medidas para adaptação, mitigação, enquanto a gente tem um Congresso Nacional avançando pautas ambientais aqui dentro desta Casa, como a gente vê no caso do pacote da destruição, que é um conjunto de vários projetos. E aí até reforço a fala da Secretária Ceíça, que trouxe uma série de projetos que são prejudiciais para os direitos socioambientais e que estão avançando aqui nesta Casa.

E qual é o caminho que a gente acredita ser possível para promover uma melhor participação parlamentar na COP e que se traduza também nessas políticas? A gente realmente conseguir capacitar os Parlamentares aliados dentro dessa agenda, para que eles consigam também participar da COP, tendo esse entendimento de quais são os caminhos dessa participação, quais são os grupos que estão promovendo a participação parlamentar dentro desse espaço internacional, para que, assim, eles consigam também aproveitar aproveitar essas



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiências internacionais, entender essa lógica do que a gente está prometendo a nível internacional para conseguir construir as políticas públicas aqui dentro desta Casa.

E a gente sabe que isso é possível porque a gente vê alguns exemplos positivos aqui dentro. A gente teve recentemente, em junho, o projeto que foi aprovado com as diretrizes para a construção dos planos locais de adaptação. A gente tem o projeto dos deslocados climáticos, que também foi citado na fala da secretária. Temos outros exemplos, como o projeto que está trazendo o reconhecimento da emergência climática no Brasil; e não só o reconhecimento, mas também a necessidade de direcionar recursos para o combate à crise climática. Além disso, tem o projeto da Erika Hilton, que traz a necessidade de reconhecer a resiliência climática dentro do Estatuto das Cidades, por exemplo.

Então, a gente vê que existe uma possibilidade. A gente tem Parlamentares que estão se preparando para incidir, de fato, nesses espaços e conseguir aproveitar essa incidência para também trazer o fortalecimento das políticas para dentro do Congresso, do nosso país e das outras localidades.

E aí, por fim, para compartilhar de forma mais prática o que a gente tem feito nesse caminho até a COP 29, a gente, no dia 4 de novembro, vai realizar um encontro virtual da nossa rede de Parlamentares pelo clima. Hoje, a gente faz a Secretaria da Mandatos-C, que é uma rede de Parlamentares multinível, com representantes municipais, estaduais e federais, e a gente vai fazer com o tema de preparação para a COP. Essa rede está sempre aberta para a entrada de novos Parlamentares, então é uma possibilidade de construirmos esse diálogo.

A gente também está começando a articular alguns momentos estratégicos de troca dessa cooperação internacional entre os Parlamentares brasileiros e os Parlamentares estrangeiros. A gente vai estar na COP 29 com esse propósito de conseguir facilitar esses momentos e promover essas reuniões bilaterais, então podem contar com o nosso apoio para isso.

E a gente também vai fazer a construção de um documento – mais no nosso chapéu de GT Clima –, resumindo as principais informações que vão sair deste evento, que a gente está com vários representantes aqui.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente até trouxe aqui... A Ana está com mais versões da nossa cartilha de adaptação climática nos territórios, que foi uma experiência parecida. A gente fez seminários sobre adaptação aqui, na Casa, e a gente resumiu os principais pontos nesse documento, que, embora esteja disponível virtualmente, a gente tem algumas versões físicas. E a ideia é fazer uma cartilha semelhante com os resultados deste evento de hoje.

Então, acho que é isso que a gente gostaria de trazer como contribuição. A gente agradece a oportunidade e esperamos que a participação parlamentar na COP seja cada vez mais estratégica, visando a transição climática justa no Brasil e no mundo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. Bloco/PT - SP) – Muito obrigado, Sarah.

Já convido a Mariana Guimarães, representante do Comitê COP 30.

A SRA. MARIANA GUIMARÃES (Para expor.) – Boa tarde a todas, todos e "todes".

Eu sou Mariana Guimarães, sou Diretora-Presidente da Mandi, uma organização que é liderada por mulheres e baseada em Belém. Nossas principais pautas tentam alinhar o debate de saneamento básico dos rios urbanos da Amazônia e a questão de adaptação climática, e nós somos uma das organizações que compõem o núcleo executivo do Comitê COP 30. O Comitê COP 30 é uma coalizão da sociedade civil brasileira que pretende fortalecer a incidência das organizações, em nível de América Latina, para que a COP 30 seja uma COP das pessoas, norteadas a partir de uma perspectiva socioambiental.

Eu sou de Belém e eu sempre comento que, desde que a nossa cidade foi anunciada como sede da COP 30, em 2022, nós começamos a viver esse evento intensamente. A cidade virou um canteiro de obras e muito se fala sobre esse momento, ainda que pouco se fale sobre o que acontece dentro das conferências de clima. Por isso, eu acho este seminário também muito importante, porque a gente vai poder discutir as conferências do clima também como um processo. O Governo tem se proposto a fazer entregas robustas durante a COP 30, mas a gente precisa construir esse caminho, essa jornada até lá.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi falado aqui sobre o tema da adaptação e como ele tem ganhado relevância. A gente tem esse grupo de trabalho, que é Emirados Árabes Unidos e Belém. Então, até Belém, a gente vai ter que definir quais são esses indicadores para acompanhar se esses países estão se adaptando mesmo ou não. E é importante a sociedade civil estar nesses espaços para que as nossas especificidades territoriais possam também contar lá.

E, por exemplo, como a gente pode pensar nisso? A agência de águas da ONU soltou um relatório que diz que 90% dos problemas climáticos estão relacionados à água, seja inundação, seja seca, ou seja a deterioração da qualidade dos recursos hídricos. E se, em nível internacional, quem sofre mais com esses problemas são os países do Sul Global, no Brasil, a Amazônia é uma das regiões que mais sofre e sofrerá com a crise climática, especialmente em relação à questão da água.

Entre outras dificuldades com as quais a nossa região sofre, são nas cidades da Amazônia que nós temos os piores índices de saneamento básico do país. Segundo o Instituto Trata Brasil, no *ranking* dos 20 piores municípios em relação ao saneamento básico, sete estão na nossa região, mesmo a gente fazendo parte de uma das mais importantes bacias hidrográficas e reserva de água doce no mundo.

Então, eu acredito que o primeiro ponto seja qualificar essa discussão sobre a Amazônia, já que a COP 30 também é reconhecida como a COP da Amazônia, para a gente ter uma visão crítica sobre a região e não homogênea, como se tudo fosse a mesma coisa e que a gente pudesse colocá-la como uma moeda de troca nas negociações.

É importante que os Parlamentares também conversem e façam articulações para que essas especificidades possam ser refletidas nas negociações, nos acordos bilaterais e também nos programas de cooperação internacional.

Nós precisamos garantir a demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação, parar o desmatamento e salvar o direito dos povos tradicionais e seus modos de vida, mas também precisamos dar visibilidade à Amazônia urbana, até porque a maior parte da população vive em cidades.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Comitê COP 30 surge com a vontade de poder falar da Amazônia em primeira pessoa, seja do singular ou do plural, mas, como a célebre frase de Chico Mendes diz, a gente acabou descobrindo que a luta era muito maior, essa luta pela humanidade, especialmente das pessoas que são mais vulnerabilizadas. Isso implica defender também todos os biomas, porque a Amazônia e seus povos não conseguem sozinhos salvar o mundo.

Hoje, a nossa coalizão tem cerca de cem organizações de diferentes regiões do Brasil, tem uma organização também da Argentina, e nossas frentes de atuação se dividem em infraestrutura, para compreender como as políticas públicas urbanas têm funcionado, especialmente neste momento de obras para a COP 30; as negociações, que têm acompanhado os itens de agenda de sistemas alimentares, transição justa e adaptação; a comunicação, que tem pensado em como podemos ampliar o debate climático, trazendo isso para o cotidiano das pessoas e explicar, afinal, o que é uma conferência do clima; e, por último, a frente de trabalho de NDC, que são essas metas com que os países signatários do Acordo de Paris se comprometeram para manter o aquecimento bem abaixo de 2 graus e fazer esforços para não ultrapassar 1,5 grau em relação aos períodos pré-industriais. E, neste ano, a partir de novembro, começa o período de submissões, que serão debatidas e analisadas na COP 30.

Nós acabamos de lançar, há pouco, a nossa proposta de NDC, que se chama "Nossa Chance: uma NDC ambiciosa para adiar o fim do mundo", e ela parte, principalmente, de cinco temáticas que acreditamos ser prioritárias para uma transição ecológica justa e que combata as desigualdades territoriais. Essas cinco temáticas são: adaptação climática, restauração ecológica, sistemas alimentares, demarcação territorial e governança climática, porque a gente acredita que é preciso ter participação social desde o início do processo de construção de políticas públicas e que essas especificidades territoriais e fragilidades que a gente tem, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, precisam aparecer.

A nossa geração aprendeu sobre o aquecimento global vendo imagens de geleiras polares derretendo, mas agora estamos sendo confrontados com uma realidade diferente e muito próxima a nós. Nossa casa, família, amigos, crenças, modo de vida e tudo o que conhecemos e que ainda queremos conhecer estão em risco de serem destruídos em uma escala de tempo muito mais curta do que imaginávamos. Precisamos de planos e ações mais ambiciosos e ousados para lidar com a urgência que o tempo exige. Esta é a nossa chance de adiar o fim do mundo.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito obrigado, Mariana Guimarães.

Agora, Stela Herschmann, Especialista em Política Climática do Observatório do Clima, que vai participar de forma remota.

Está por aí, Stela?

A SRA. STELA HERSCHMANN (*Por videoconferência.*) – Estou por aqui.

Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – "Bora" lá.

Todos estamos ouvindo.

A SRA. STELA HERSCHMANN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Deputado Federal Nilto Tatto. Obrigada pelo convite.

Cumprimento as minhas colegas de mesa.

Meu nome é Stela Herschmann, sou especialista em política climática do Observatório do Clima. O OC é uma rede de 119 organizações da sociedade civil brasileira que atuam na agenda de clima e têm como objetivo contribuir para a gente ter um país mais justo, próspero e descarbonizado.

Pediram para eu começar aqui a minha fala falando um pouquinho da nossa participação na COP. Então, eu queria compartilhar que a gente acompanha as principais negociações nas COPs. Neste ano, obviamente, a gente vai estar muito atento ao tema de financiamento, como foi colocado na mesa anterior. Daqui a pouco, eu vou falar um pouquinho sobre os nossos principais pontos para isso. E a gente participa de redes internacionais de sociedade civil, que influenciam as negociações, como foi falado da *constitucency* de organizações de sociedade civil ambientalistas.

E todos os anos – para falar um pouquinho do trabalho do OC, porque a gente faz preparatório para a COP –, às vésperas de a COP começar, a gente lança os dados do Seeg, que é uma iniciativa que faz a estimativa de emissões de remoções de gases de efeito estufa do Brasil,



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

então compreende as estimativas anuais de emissões no nível nacional, estadual e municipal, segue as diretrizes internacionais do IPCC e se baseia em dados públicos, e a gente faz isso dando uma diferença de apenas um ano. Então, agora em 2024, antes da COP 29, a gente vai ter o perfil de emissão do Brasil para 2023 e, com isso, a gente consegue avaliar se o país está indo na direção correta tanto de cumprir sua meta, como também de avaliar as emissões por setores, a implementação de políticas públicas.

Neste ano, a gente também fez um trabalho técnico intenso em rede para elaborar uma proposta de uma NDC para o país que estivesse de fato alinhado à meta de 1,5 e atendendo ao chamado do GST, que também foi mencionado aqui, o balanço global do ano passado, com várias orientações para a próxima rodada de metas climáticas dos países. Então, uma delas, por exemplo, é que os países se afastem dos combustíveis fósseis e aumentem a ambição da meta já de 2030 enquanto planejam suas metas e apresentam metas para 2035.

Então, a gente fez esse trabalho neste ano. Isso não é inédito, é a terceira vez que o Observatório do Clima faz esse exercício. A gente fez em 2015 para a meta que o Brasil submeteu antes da assinatura do Acordo de Paris e que foi confirmada quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2020, e agora. E o nosso cálculo partiu da premissa, que é um pouco diferente – na verdade, é a premissa que deveria ser adotada –, de o que a atmosfera precisa que seja feito. Depois, a gente viu qual a responsabilidade do Brasil, qual seria a contribuição justa do Brasil, levando em conta a capacidade do país, as suas riquezas, a sua capacidade, a sua riqueza também de Produto Interno Bruto, de quanto cada pessoa no país tem acessível e também levando em conta, pela primeira vez, os dados históricos de desmatamento, que é o maior fator de emissão de gases de efeito estufa do país, mas que normalmente, nessas calculadoras internacionais do que eles chamam de *fair share*, que é a contribuição justa de cada país, não são contabilizados. E a gente fez uma adaptação, a gente fez uma customização dessa ferramenta para conseguir levar em conta e, de fato, ter um olhar de qual seria a contribuição justa do país.

Em posse desse número, que era já uma meta bastante ambiciosa, a gente fez uma outra estratégia com o Seeg, com esse grupo que faz o cálculo das emissões, que foi uma abordagem que a gente chamou debaixo para cima, vendo qual contribuição cada setor poderia dar para atingir aquele número, e a gente conseguiu construir uma proposta de limitar as emissões brasileiras a 200 milhões de toneladas de CO₂ equivalente em 2035 – isso é uma redução de 92%



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em relação aos níveis de 2005 –, ela é bastante ambiciosa, mas eu queria deixar aqui registrado que ela não é uma coisa de outro mundo, impossível, porque todas as medidas que a gente sugeriu na nossa NDC são factíveis, são escaláveis e são baseadas nas tecnologias que existem. É claro que elas envolvem escolhas, escolhas que, às vezes, são caras, são difíceis de ser feitas, mas que são necessárias, e que todos os países deveriam estar fazendo.

E eu quis trazer isso aqui porque, como foi falado também no painel anterior, a gente está no momento em que os países vão apresentar suas novas metas climáticas. A partir de agora, eles deveriam estar apresentando. O Brasil prometeu apresentar sua nova meta nesta COP. E o Brasil também faz parte, também foi mencionado pela Embaixadora, da Troika, dessa tríade de países cuja missão é realmente reunir esforços de cooperação para manter a meta de limitar o aumento da temperatura do mundo, limitar a 1,5°. Então, o Brasil e os seus pares que estão nessa Troika se colocaram como guardiões dessa meta de 1,5°.

E a gente está vendo, desde o fim do ano passado, desde que a gente esteve na COP 28, é uma vitória superimportante, que foi a primeira menção, no balanço global, à necessidade de se afastar dos combustíveis fósseis, de eliminar os combustíveis fósseis, a gente tem visto uma espécie de amnésia coletiva dos países, ataques a esse resultado. E o que a gente gostaria de ver da Troika e da liderança brasileira é que realmente eles fizessem, que fossemos os guardiões do 1,5 e realmente lutassem pela implementação desses resultados, já que o balanço global foi uma avaliação de como a gente estava indo na implementação do Acordo de Paris e determinou, baseado na ciência, e foi de acordo de todos os países, o que precisaria ser feito na próxima rodada das metas.

Então, agora que a gente vai apresentar as metas, a gente tem que cumprir o que a gente acabou de dizer que é necessário. E o Brasil, que está na Troika e que já falou que vai liderar pelo exemplo, vai ser visto como um exemplo a seguir.

Então, a nossa proposta de NDC, eu deixo aqui o *link* depois para quem quiser conhecer, é um belo exemplo do que o Brasil poderia e deveria fazer. Então, eu deixo essa referência.

Um outro ponto que eu queria tocar, que também já foi mencionado, é sobre como esta Casa, os Parlamentares que vão à COP precisam, podem se envolver. E a Sarah, que falou antes de mim, disse toda a dificuldade que tem de se encaixarem os Parlamentares nessa delegação,



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas eu queria trazer o papel, que foi lembrado também pela Secretária Ceiça e pelas pessoas antes de mim, de como é importante que esta Casa, que o Legislativo se insira integralmente no enfrentamento da crise climática. A implementação do Acordo de Paris se dá em casa, se dá nas legislações nacionais, nas políticas que o país vai adotar. Assim como os impactos, a gente também sente os impactos localmente.

Então, é essencial que a gente entenda que o enfrentamento da crise climática também passa pelo Legislativo, que deve frear qualquer tentativa de ataque à legislação ambiental climática, qualquer jabuti que contrate a emissão futura de gases de efeito estufa e que aprove os marcos regulatórios que a gente precisa para conseguir atingir as metas. Então, não vou repetir, já foi mencionado, a Ceiça fez um ótimo apanhado, e a gente manter em mente que o custo de mitigação vai ser muito menor do que o custo de adaptação de perdas e danos.

E aí, só para deixar um exemplo aqui para vocês, na NDC que o OC preparou como base, como barra de ambição, de referência para o Governo, as duas medidas mais ousadas, as que teriam mais impacto nas emissões, são mero cumprimento de promessas e de leis que o Brasil já assumiu. Então, é zerar o desmatamento e recuperar 21 milhões de hectares de floresta, o que está no Código Florestal. Então, é só para vocês terem uma ideia de que, se a gente cumprir as nossas leis, os nossos compromissos, a gente já vai ter um bom caminho percorrido na ambição climática que o Brasil precisa.

E, rapidamente, sobre expectativas para negociações, eu quis trazer aqui os principais pontos em relação ao principal assunto do ano, que é a nova meta coletiva de financiamento climático, que já foi falado também, principalmente no primeiro painel, sobre a sua importância, a sua urgência, e alguns parâmetros que nós, sociedade civil, sociedade civil internacional, temos usado como o que seria um financiamento climático justo, transparente, não predatório. E o principal ponto que se tem pedido é que haja uma provisão de financiamento público, ou seja, um componente que seja muito claro e ambicioso, dentro de uma meta de mobilização, mas que tenha uma meta de financiamento público que os países desenvolvidos vão destinar aos países em desenvolvimento e que ele seja em doações ou empréstimos altamente concessionais – e, aí, a gente está falando de algo na casa dos trilhões. Esse valor teria submetas de mitigação, adaptação e perdas e danos também.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu teria outros pontos para tratar sobre transparência, sobre aspectos qualitativos da meta, mas eu vi que o meu tempo acabou. Então, eu vou deixar só a referência de duas publicações que o OC preparou também. Todo ano, a gente tem uma publicação que a gente atualiza chamada *Acordo de Paris: um guia para os perplexos*, que dá um panorama histórico das negociações, do que está na mesa, de como a COP funciona – é bacana para quem estiver indo. E, neste ano, especificamente sobre financiamento climático, a gente preparou uma publicação chamada *Guerra dos Trilhões*, que também está disponível para quem quiser usar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito obrigado, Stela.

Sim, manda depois aqui para a Comissão para a gente partilhar com todos esse material que vocês produziram no âmbito do Observatório do Clima.

Agradeço as exposições. Convido a retornarem aos seus lugares no Plenário para que possamos compor a próxima mesa.

Antes, eu quero registrar e agradecer aqui a presença do Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal, nesta reunião; também do Tenente-Coronel Joceli, em nome do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Quero convidar, para a próxima mesa aqui:

Jarê Aikyry, representante do Engajamundo. O Jarê está aí? *(Pausa.)*

Marcele Oliveira, representante da Coalizão Clima de Mudança;

Marcello Cabral, Diretor da ABEEólica;

De forma remota, Letícia Leobet, representante do Geledés – Instituto da Mulher Negra;

Thuane Nascimento, representante da Coalizão Negra por Direitos;

Lucely Pio, representante da Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

O Mário dos Santos está por aí? Coordenador Executivo da Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos (Conaq). *(Pausa.)*



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é *online*, só para ver.

E o Kleber Karipuna, Diretor da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que também está previsto participar. Não, o Kleber participar aqui... Não conseguiu vir.

Vamos andando aqui, tá?

Então, com a palavra... É Jari?

O SR. JARÊ AIKYRY – É Jarê.

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Jarê Aikyry, representante do Engajamundo.

O SR. JARÊ AIKYRY (Para expor.) – Boa tarde a todos, todas e “todes”.

Em primeiro lugar, queria agradecer pelo convite. Muito feliz em estar aqui com vocês, nesse diálogo superimportante. Eu me chamo Jarê, Jarê Aikyry. Estou um dos diretores executivos do Engajamundo, atualmente, que é uma organização de jovens que atua dentro de pautas socioambientais. E, além disso, sou um dos coordenadores do Miriã Mahsã, que é o Coletivo de Indígenas LGBT do Amazonas.

Eu já acompanho a COP tem uns três anos, e tenho incidido, principalmente, dentro da agenda de adaptação, que é a agenda prioritária para o Engaja. E aí trouxe algumas percepções que eu tenho tido dentro desse espaço, onde eu enxergo os principais desafios para a gente também.

Eu acho que, dentro da agenda de adaptação, ano passado na COP, e este ano também em Bonn, a gente teve poucos avanços; apesar de ter alguns avanços que foram muito importantes, a gente teve pouquíssimos avanços dentro da agenda de adaptação. E a gente aqui no Brasil sabe a importância dessa agenda.

Eu sou lá do Estado do Amazonas, um estado que, atualmente, está lidando com uma seca severa, extrema, a maior seca com que a gente já lidou dentro do Estado do Amazonas, que deixa a nossa população, principalmente a população não urbana, completamente ilhada. Diferente de muitos outros estados, a gente não tem estradas dentro do Amazonas que percorram todo o estado, por ser um estado muito grande. A nossa locomoção é, basicamente, através dos rios.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um estado que está sendo muito impactado com as secas. A gente ainda tem pouquíssimos – quase nenhum – mecanismos e ferramentas para lidar com essa seca. E, assim como o nosso território, muitos outros.

Então, este debate de adaptação é muito importante para a gente, e acaba que está sendo pouquíssimo encaminhado. Ainda assim, os diálogos que falam sobre adaptação são muito focados na cidade.

A gente pensa muito pouco também na adaptação nas zonas rurais, a adaptação nas aldeias, a adaptação nos quilombos; como esses outros territórios, além da cidade, também vão se adaptar às mudanças climáticas, mas eu acho que o nosso principal desafio, como um todo, enquanto sociedade civil mesmo, é esse processo de democratizar a COP.

A COP ainda é um lugar, sempre vai ser, provavelmente sempre vai ser, não democrático. Se à universidade pública, que é pública, nem todo mundo tem acesso, quem dirá uma COP. Ainda assim, é importante a gente democratizar esse espaço, popularizar o que ele é, para além de levar os territórios até a COP, levar a COP até os territórios.

Então, a gente tem negociações que são muito importantes, que afetam diretamente os nossos territórios e a vida das pessoas, e como a gente leva isso como retorno também para esses territórios. E aí eu acho que é um ponto interessante para fazer esse *link* com os Parlamentares.

Sarah fez uma fala perfeita em relação ao que os Parlamentares podem fazer dentro desse espaço. E eu acho que a parte principal é fazer essa troca de experiências com outros países, principalmente países da América Latina, que têm cenários econômicos, políticos e sociais um pouco mais parecidos com o nosso aqui no Brasil, e que já têm políticas públicas, projetos de lei que funcionam. Então, que os nossos Parlamentares, dentro desses lugares também, dentro da COP, consigam fazer trocas com outros Parlamentares de outros países, para que a gente tenha referências, referências que consigam ser usadas dentro dos nossos territórios, e, para além disso, conseguir usar também os conhecimentos dos nossos territórios.

Dentro da agenda de adaptação, a gente pouco ainda discute sobre as tecnologias e ferramentas populares, tecnologias e ferramentas ancestrais de adaptação para os nossos territórios. Então, os nossos povos estão historicamente se adaptando às mudanças climáticas,



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes de chegar ao nível que está hoje, através de cisternas, por exemplo, que foram uma adaptação que os povos do Nordeste criaram para lidar com a seca. Então, como a gente olha para essas tecnologias populares, essas ferramentas ancestrais e também as leva para os territórios, devemos adaptar essas ferramentas para os nossos territórios, porque eu sinto que essa tem sido a nossa maior dificuldade, popularizar esse espaço da COP, os diálogos da COP, que são diálogos muito difíceis, entender o que as nossas comunidades entenderam, o que os nossos povos estão dialogando e como eles precisam estar também dentro desse espaço.

Algumas pessoas já trouxeram a importância de a sociedade civil estar presente dentro desse espaço, mas, para além de estar presente, que a gente consiga ter uma incidência, de fato, eficaz e conjunta, já que a gente está tendo Parlamentares indo cada vez mais para dentro desse espaço e, para além de Parlamentares, a gente tem diversas organizações da sociedade civil, coletivos, articulações, empresas, hoje em dia, dentro desse espaço também. Como a gente faz para que esse trabalho seja coletivo, cooperativo, conjunto, eu acho que é o nosso maior desafio enquanto sociedade civil.

E é importante a gente pensar esse caminho, inclusive, para a COP 30. A COP 30 vai ser uma COP em Belém, na Amazônia, com o cenário que a gente tem hoje em dia da seca, essa seca que provavelmente estará muito pior no ano que vem. Como a gente prepara esse território para receber o que é uma COP e, para além disso, participar também, levar suas próprias demandas para dentro desse espaço.

Mari falou um pouco sobre como está a situação de Belém desde que foi anunciado que Belém seria a sede dessa COP. Infelizmente, a gente não consegue fazer com que esse impacto não exista dentro da população, mas como é que a gente reduz isso também, para além desse impacto. Já que essa população vai ser reduzida, que ela pelo menos consiga estar presente dentro desse espaço?

E aí eu acho que, para finalizar, olhando muito mais para os Parlamentares também, acho que é importante que se olhe para a COP, para além da COP. Para além das negociações e do espaço mais diplomático do que a COP, existe um espaço que é mais voltado para a sociedade civil, um espaço onde a sociedade civil está dialogando, está colocando suas demandas. Então, é importante esses Parlamentares também ouvirem o que a sociedade civil está levando para esses



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugares, levando para dentro das discussões da COP, e fazer com que essa política internacional consiga chegar até aqui, consiga atravessar os nossos territórios, que a gente consiga fazer com que os nossos territórios tenham esse entendimento de que a COP é um espaço extremamente importante, que, em nível internacional, está decidindo e está encaminhando também nossas políticas domésticas, nossas políticas no Brasil.

Então, é importante a gente fazer esse processo de popularização, colocar esses diplomatas, esses Parlamentares para dentro da COP, mas também para fora. No ano que vem, na COP 30, a gente vai ter a Cúpula dos Povos, por exemplo, que é um espaço fora da COP, que ainda dialoga sobre a COP, mas que é um lugar da sociedade civil, um lugar mais amplo, em que a gente vai levar as nossas recomendações, também, para dentro dessas agendas. E é importante que os nossos Parlamentares estejam presentes, ativos e contribuindo com essas decisões.

É isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito obrigado, Jarê.

Quero anunciar que está aqui, entre nós, a nossa Presidenta, Deputada Socorro Neri, à qual agradeço pelo belo trabalho que vem fazendo frente a esta Comissão, abrindo espaço.

Muito obrigado, Deputada, Presidenta.

Seguindo adiante, convido Marcele Oliveira, representante da Coalizão Clima de Mudança.

A SRA. MARCELE OLIVEIRA (Para expor.) – Olá! Boa tarde.

Agradeço pelo convite para estar aqui neste espaço, assim como também almejo que tenham mais mulheres negras, como eu, ocupando-o diariamente.

Eu me chamo Marcele Oliveira. Sou uma mulher negra, periférica, jovem, cria de Realengo, que é na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, estou como Diretora Executiva de uma organização chamada PerifaLAB, que é uma aceleradora de líderes periféricos que, entre outros projetos, constrói, junto à Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, o programa Jovens Negociadores pelo Clima, que acaba por ser uma referência de educação climática e incidência para a juventude periférica.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Coalizão Clima de Mudança, que compõe o GT Clima, o GT Racismo Ambiental e outras frentes de incidência política para adiar o fim do mundo, pela nossa perspectiva, pela perspectiva dos territórios periféricos, é uma coalizão que o PerifaLAB compõe e que, nos últimos meses, se dedicou a pensar sobre um projeto chamado RJ não é Disney, que, apesar da piada, tem muita seriedade no sentido de pensar sobre o descaso e a negligência com a política de adaptação climática no Estado do Rio de Janeiro, algo que a gente percebe pelas falas que são compartilhadas com todo o Brasil.

Então, a gente vai receber uma COP, que aterriza em um dos maiores estados mineradores do nosso país. Quando a gente fala de mineração, a gente pensa numa ideia de mineração sustentável, que está se sustentando em cima de pedidos de socorro que são invisibilizados pelo *lobby* climático e pelo que a gente chama de *greenwashing*, que é essa lavagem verde, que fala que está tudo bem desmatar se você depois compensa com carbono. Mas será que está tudo bem mesmo? Essa é a nossa pergunta.

Não existe transição de verdade sem a voz dos atingidos amplificada. A gente entende que a gente está aqui pensando um pouco sobre representação, mas representação também é muito difícil, porque a gente está indo para 30 anos de conferências.

Eu tenho 25 anos, e são 30 anos de pessoas discutindo. Só no Brasil, nós somos 215 milhões de pessoas. No Rio de Janeiro, a gente tem 1 milhão de casas em áreas de alto risco só na região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o mapa da Casa Fluminense. Esses números são absurdos, e é para assustar mesmo, porque estamos assustados. E esse susto vem também com propostas, porque a gente acredita que pressão não acontece sem proposição.

Então, a gente, com a campanha RJ não é Disney, começou a pensar sobre um plano verão de adaptação para o nosso estado, mas também replicável, porque a gente precisava que as pessoas que estão nos territórios construíssem junto com a gente o que a gente está chamando de cultura de risco.

Eu sou produtora cultural e venho aqui também para falar um pouco desse cenário. E falar de cultura de risco é falar de um horizonte em que a gente compartilha o número da defesa civil, os pontos de apoio e de abrigos para cada município. Uma forma de a gente conseguir



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

compartilhar entre mais pessoas quem vai se voluntariar com o carro na hora do evento climático extremo e quem vai emprestar o barco ou o *jet ski*.

São cenários que a gente nunca viveu antes, mas em vista do que aconteceu no Rio Grande do Sul e em vista do que ainda pode acontecer, no sentido de enchente e deslizamento, como a gente se organiza para construir uma cultura de risco é o nosso debate.

Eu trago aqui também uma experiência que a gente vem tendo, no Rio de Janeiro, chamada Resenha Climática. É muito bom falar da Resenha Climática em espaços extremamente formais, porque parece que falar de resenha é falar só de brincadeira e, nesse caso, não é. Na Resenha Climática, a gente fala de uma mudança de percepção sobre a crise climática através da cultura, onde a gente consegue conscientizar as pessoas, conscientizar a juventude, conscientizar as mulheres negras que estão na base da nossa sociedade, sobre a importância de falar de adaptação. Isso é falar do dia a dia delas, do dia a dia deles.

A Resenha Climática já está indo para a sua quarta edição e nela a gente conversa sobre coisas que são muito simples como separar o lixo. Se a coleta seletiva passasse hoje em todas as casas do Brasil, a maior parte das pessoas não saberia como separar o seu lixo. Então, não é só um debate de política pública e implementação, é também um debate de conscientização, e a maior plataforma que a gente tem para a conscientização é a cultura.

Eu não sei por que a gente ainda parece surpreso quando fala isso, mas cultura é ciência e não só entretenimento. Quando a gente fala de adaptação, a gente está falando de adaptar a cultura também. Então, nesse cenário, a gente começou a pensar um pouco, enquanto Coalizão Clima de Mudança e uma rede de parceiros que hoje estão espalhados, não só no Rio de Janeiro, no estado, mas também pelo Brasil. Eu vejo aqui alguns desses parceiros juntos. A gente começa a conversar sobre como cultura e adaptação aparecem no Plano Nacional de Cultura, como aparecem na Lei Aldir Blanc, como aparecem nos corredores dos departamentos públicos e privados que continuam usando copo plástico... A adaptação começa também na gente, no dia a dia, e pelos corredores aqui do Senado.

A Ministra Margareth Menezes copreside o grupo de ação climática baseada na cultura. A gente tem poucas reportagens oficialmente falando desse assunto, mas a *troika* – a COP que passou, a COP de agora e a COP que virá – tem uma missão muito importante para a cultura. A



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai ter o encontro ministerial do G20 para a cultura, em Salvador, que vai falar sobre cultura e sustentabilidade, então existe um compromisso que vem para falar sobre essa sustentabilidade que estão dizendo, mas que é muito diferente da sustentabilidade em que a gente acredita, que se aproxima muito mais do que o Nêgo Bispo chama de biointeração do que desse lugar de *ecobag* ou "copo eco" como sustentabilidade.

Eu estou falando desse cenário um pouco mais cultural, porque falar de adaptação, às vezes, parece que é falar só da infraestrutura e não é. Falar de adaptação é falar também da construção dessa cultura diferenciada para discutir sobre descarbonização do financiamento, para discutir valorização das tecnologias ancestrais, para discutir que o que a gente está fazendo agora, no sentido de resistência e de resiliência, precisa ser olhado amplificadamente, porque, na COP, não tem cadeira para todo mundo... Nem teria, porque não tem espaço para todo mundo ao mesmo tempo, mas quem são as nossas representações lá? Como é que a gente faz com que as nossas representações aqui desta Casa estejam lá defendendo o que a gente precisa? Porque a gente entende que é um desafio garantir Presidentes das Câmaras Legislativas que sejam sensíveis à agenda de enfrentamento ao racismo ambiental e de promoção da justiça climática.

Tão difícil quanto isso é garantir uma representatividade que perceba o valor da juventude como agente de mudanças reais através da criatividade, através da mobilização e, muitas vezes, através da cobrança também, porque é o nosso papel, mas ninguém mora em ODS. A gente mora em cidades.

A campanha Vote pelo Clima, por exemplo, foi uma forma de a gente olhar para um cenário de muitas pessoas se comprometendo com a agenda climática e, ainda assim, não é nem metade da quantidade de pessoas disputando as campanhas municipais que a gente precisaria eleger para que os planos de adaptação fossem uma prioridade dentro dos Plenários. Então, a gente precisa preparar as Câmaras de Vereadores, os Prefeitos e a população.

A gente tem muitas expectativas, enquanto Clima de Mudança, enquanto PerifaLAB, expectativas sobre as quais a gente tenta dialogar junto com a Secretaria Nacional de Juventude, junto com a Youngo, que é a constituinte de juventude da ONU, porque a gente entende que, se uma COP vem para cá, ela precisa ter a cara e ter a cor do Brasil, e isso não é simples de ser feito, mas isso é necessário neste momento, para a gente proteger todos os nossos biomas, para a



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente proteger todas as formas de cuidar do chão em que a gente pisa, que estão espalhadas pelo nosso país e que funcionam, e que funcionariam e seriam ampliadas ainda mais se tivessem respeito, se tivessem espaço para estar em Casas como esta aqui em que a gente está hoje.

Eu sei que o Brasil, representado pelos trabalhadores e trabalhadoras que estão dentro da política, vai continuar pressionando as negociações, falando sobre a implementação, sobre financiamento, sobre o diálogo com a sociedade civil, a participação social, que é muito importante, mas o tempo, esse tempo que fica rodando ali no relógio, é o nosso bem mais precioso, porque a gente está sem muito tempo e a gente está, todo mundo, muito cansado. E o que a gente vai fazer com esse cansaço? Porque a gente precisa que esse tempo possa ser reservado para a escuta, para a proposição e para a implementação, porque são 30 anos de conferências e a gente segue com os mesmos problemas, problemas ainda piores, e a fumaça, a seca, a fome não se disfarçam ao longo dos dias.

Então, um evento nunca vai ter cadeira para todo mundo, e é importante que quem nos represente lá entenda o tamanho que este país tem, as dificuldades, mas também as belezas e a criatividade que os territórios periféricos, favelados, os territórios amazônidas estão trazendo para lidar com a crise climática.

Um artista que a gente gosta muito, enquanto juventude, o Emicida, diz que: "Viver é partir, voltar e repartir", e é esta última parte que está faltando, a parte que a gente reparte o conhecimento, reparte os espaços de poder, reparte formas de pensar sobre a crise climática, porque a cara e a cor do Brasil não estão dadas, estão em disputa. E essa cara e cor do Brasil são a cara da COP 30 e a cara...

(Soa a campanha.)

A SRA. MARCELE OLIVEIRA – ... das COPs que virão depois.

Então, eu encerro falando sobre planos de adaptação e políticas públicas que são transversais e que vêm das margens e chegam às capitais, chegam aos centros, e que precisam ser implementados já.

É por isso que a gente tem uma campanha chamada "RJ não é Disney", que é uma gíria no Rio de Janeiro, mas que também é uma denúncia, porque a gente realmente acredita que, através



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da arte, através da cultura, é possível salvar a vida das pessoas que estão sofrendo com a crise climática. E a gente também acha que, através da arte, é possível fazer algumas pessoas ficarem com a cara de pau talvez ardendo com a quantidade de políticas não ambientais sendo colocadas, aprovadas, como se o fim do mundo não estivesse diante dos nossos olhos, e ele está.

Por isso é que o tempo é precioso, porque o que a gente tem agora é o tempo e a gente precisa aproveitá-lo bem. Então, o clima é de mudança, não por acaso.

Já terminei.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Obrigado, Marcele. Não fui eu, tá, Marcele? (*Risos.*) É automático aqui.

Convido agora, com a palavra, o Marcello Cabral, Diretor da ABEEólica.

O SR. MARCELLO CABRAL (Para expor.) – Obrigado, Deputado.

Boa tarde a todos os presentes aqui nesta audiência pública.

Quero parabenizar aqui a Casa por trazer um debate tão rico e tão diverso. A Marcele usou muito bem o tempo, falou no tempo, usou muito bem os dez minutos e deu uma aula para nós aqui sobre a importância desse assunto no mundo. Que bom ter pessoas como você aqui nesta mesa. Parabéns!

A ABEEólica é uma associação que congrega cerca de 150 associados na cadeia toda de geração eólica, tanto fabricantes quanto geradores, comercializadores, investidores em energia eólica. A gente cresceu muito nos últimos anos.

A energia eólica hoje, no Brasil, é a segunda maior, só perde para a fonte hidráulica, e traz bastante desenvolvimento, emprego e, obviamente, expansão de energia por meio de uma fonte limpa, renovável, como é a eólica.

A gente já participou também... Nas últimas dez COPs, a ABEEólica esteve sempre presente, sempre levando essa visão importante de conseguir desenvolver, levar energia, mas, sempre, com



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito ao meio ambiente, à sociedade, à inclusão, à diversidade de gênero. Esses assuntos sempre estiveram na pauta da ABEEólica.

Mas um ponto que eu gostaria de ressaltar aqui, nesse tempo que eu tenho, Deputado, é o seguinte: a gente fala em transição energética justa, a gente fala em alcançar metas que estão em acordos, e, muitas vezes, a gente até tem, sim, boas intenções, boas metas. Só que, às vezes, a gente tem uma distância muito grande entre uma boa meta e o que a gente está fazendo para atingir aquela meta.

A gente pode observar que os relatórios, ultimamente, têm divulgado que, não obstante o crescimento de energias renováveis no mundo, elas ainda estão muito, mas muito aquém daquilo que é necessário para conseguir cumprir as metas de descarbonização. E, quando a gente fala em reparação, adaptação, expansão, financiabilidade para essas reparações, perdas e de danos, é impossível falar – como já foi falado aqui bastante, eu não vou chover no molhado – se não tiver financiabilidade, se não tiver recurso para que isso seja feito.

Eu queria dar um bom exemplo, que teve aqui no Brasil. Esta Casa também aprovou, recentemente, – ainda falta, se não me engano, voltar para a câmara – o Paten, um programa de transição energética que prevê a utilização de um volume bastante alto de recursos para garantir investimentos em energia renovável. É importante isso. Só que o Paten, que é um programa inteligente, que vai usar recursos que estão em poder da União – de créditos fiscais, dívidas, precatórios que estavam praticamente esquecidos – para garantir o financiamento... Mas, olhem a diferença: "garantir o financiamento", não é financiar. Então, ainda falta recurso para o financiamento. Não adianta eu ter garantia se eu não tenho recurso para financiar.

Por que eu estou falando isso? Porque a gente tem feito, neste ano, especialmente, Deputado, diversas aprovações, aqui no Congresso Nacional, extremamente relevantes, como a Lei do Hidrogênio, que foi publicada; a do combustível do futuro, que foi sancionada recentemente; o Paten, que eu acabei de mencionar. Só que elas, por si só, não são suficientes – você, ali, tem uma trilha para percorrer. Sem os recursos necessários, sem documentos infralegais que vão fazer com que essas leis tomem uma relevância maior ou se concretizem com os objetivos para os quais elas foram publicadas ou sancionadas, a gente ainda fica numa distância muito grande.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mercado de carbono, por exemplo, é um assunto extremamente importante, e tem uma lei que está andando a passos muito lentos aqui, ou seja, não tem tido talvez a relevância que outras leis tiveram aqui nesta Casa.

E por que isso é importante? Isso está atrasando bastante o desenvolvimento, por exemplo, de um mercado de carbono regulado. Sem dúvida nenhuma, isso atrairia, de novo, mais investimentos e seria, de novo, mais uma fonte de recursos para que a gente conseguisse expandir essas fontes de energia renovável, descarbonizando a economia e eletrificando ainda mais a economia.

Dois pontos para eu terminar aqui também.

A gente tem um projeto que está tramitando aqui no Senado, na verdade, que é um projeto que é um grande marco para o Brasil. O Brasil já mostrou que tem um potencial gigantesco para a energia eólica. Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia têm 80%, 90% de todos os parques eólicos do Brasil. É impressionante como o fator de capacidade, a qualidade dos ventos do Brasil são bons na terra. Só que, em *offshore*, no mar, eles são ainda melhores. Eles são de fazer inveja a qualquer qualidade de vento no mundo inteiro. E o Brasil está discutindo um marco legal para permitir que investidores interessados em estudar esse potencial eólico possam começar a fazer esse trabalho, porque isso não é simples. Não é como em uma área em que eu negocio com o privado e falo: "Eu posso estudar aqui? Posso colocar um medidor aqui para poder medir o vento e fazer um estudo?". Você negocia com o privado e consegue isso. Não, o mar é domínio da União. Então, tem que ser uma cessão onerosa; não é tão simples.

Mas esse projeto está travado. Mas está travado, e por uma razão muito simples. Não é pela questão da discussão sobre se é importante, ou se não é importante, se é bom, ou não é bom, porque tem matérias alheias a esse projeto que foram nele incluídas, os famosos jabutis. E essa discussão o tem atrasado bastante.

Por que isso é importante? Porque, quando a gente está falando de energia eólica no mar, a gente está falando em agregar energia renovável, barata, de baixo impacto ambiental, capaz de atender a essa demanda crescente de energia ou a essa demanda por energéticos importantes, como, por exemplo, o hidrogênio verde, que demanda bastante energia, com uma expansão renovável. Senão, daqui a pouco, a gente vai estar expandindo ou atendendo com combustíveis



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fósseis ainda, porque a demanda atual não é capaz de atender a isso. A gente não consegue hoje fazer mais usinas hidroelétricas com reservatórios grandes, que seriam grandes baterias.

Então, esse é um ponto que eu acho que é bastante importante a gente ter em mente. Ninguém está falando em colocar geradores no mar sem estudo. Não. A lei não fala em nenhum momento sobre isso. A lei fala apenas em estudar. Fala que os interessados deverão estudar. Depois que estudarem o potencial, eles terão, então, o direito de receber uma outorga de energia para futuramente terem, então, um projeto.

A gente falou aqui bastante de tempo. Se hoje fosse aprovada essa lei, a gente demoraria aqui pelo menos uns sete a dez anos para ter o primeiro parque, se estivesse em operação.

Então, cada dia que a gente perde é mais um ponto.

Teria outro ponto para falar, mas é bastante técnico. Eu só vou dar uma pinceladinha. É sobre a questão de armazenamento de energia. Essa também está sendo uma discussão bastante importante, de se associar baterias à energia renovável.

Isso também é uma união que tem dado bastante certo, mundo afora. E espero que aqui o Brasil também abra os olhos para essa potencialidade que o Brasil tem de trazer... A gente não consegue mais armazenar...

(Soa a campainha.)

... como eu disse, grandes reservatórios, mas a gente consegue armazenar em baterias, hoje tem tecnologia para isso.

O ideal é que as baterias sejam armazenadas, sejam alimentadas com energia renovável, e as eólicas *offshore*, por exemplo, ou as eólicas, ou as solares, podem fazer isso também de uma maneira bastante eficiente.

Termino aqui deixando, mais uma vez, Deputado, os parabéns por este debate amplo, debate diverso.

Que nós tenhamos uma COP 29 bastante rica, em que todos tenham voz, e que o Brasil seja um protagonista, dada a sua diversidade, dada a sua capacidade, o seu rico potencial social, potencial energético, potencial econômico.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito obrigado, Marcello.

Com a palavra, Letícia Leobet, representante do Geledés Instituto da Mulher Negra, de forma remota.

Letícia, está por aí?

A SRA. LETÍCIA LEOBET (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estou aqui. Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito bem. Vamos lá.

A SRA. LETÍCIA LEOBET (*Por videoconferência.*) – Maravilha.

Então, boa tarde a todas as pessoas, gostaria de agradecer, na pessoa do Deputado, a todas as autoridades, o convite para esse importante espaço de discussão.

Agradeço em nome de Geledés Instituto da Mulher Negra.

A gente vem muito com o objetivo de trazer à tona algumas questões que são fundamentais para a gente sobre as mudanças climáticas, e a importância de uma abordagem inclusiva e antirracista na construção de soluções para a crise ambiental global, pactuando com muitas pessoas que falaram antes de mim e que trouxeram considerações importantes em relação a isso.

Eu gostaria de iniciar posicionando a nossa atuação em Geledés.

Então, nós temos reforçado cada vez mais a nossa interlocução com o Governo brasileiro, por meio de envio de recomendações para os processos de negociação, com o intuito de garantir que esses processos se tornem cada vez mais inclusivos e que, de fato, alcancem a todas as pessoas, principalmente as pessoas que estão historicamente marginalizadas e que, consequentemente, têm sido as principais impactadas pelas crises climáticas.

Além de fazer essa interlocução e essa pressão junto ao Governo, via Itamaraty, a gente também tem enviado recomendações aos processos de submissão da própria UNFCCC, com o intuito de ampliar a visibilidade das comunidades afrodescendentes mais especificamente, na



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

governança climática; e garantir que as nossas prioridades sejam visibilizadas e alcançadas consequentemente.

Nesse sentido, é importante compartilhar alguns dos nossos posicionamentos. Nós somos uma organização da sociedade civil que defende os direitos das mulheres e da população afrodescendente. A gente parte dessa premissa, porque esses dois grupos sofrem historicamente com desvantagens e discriminações que são resultado do racismo e do sexismo presentes na nossa sociedade.

A partir desse panorama, a gente entende que justiça climática não pode ser discutida sem que a justiça racial esteja no centro dessa agenda. E é com base nessa intersecção que nós apresentamos essas recomendações, para que elas sejam consideradas como prioridades para a COP 29 e, consequentemente, para a COP 30.

Eu aproveito para informar que essas recomendações que nós fizemos estão disponíveis no Portal Geledés e vocês podem acessar facilmente pelas nossas redes sociais. Então, convido todas as pessoas a acessarem essas informações e aproveito também para agradecer a minha colega Mariana Belmont, que está presente aí na audiência, pela condução da construção das recomendações tão significativas.

Nós também destacamos a importância de que a agenda climática, num âmbito de estratégia, acompanhe outras agendas da ONU que têm avançado em termos de linguagem que dizem respeito ao compromisso de enfrentamento ao racismo. Aqui eu cito, por exemplo, a agenda de desenvolvimento sustentável e resgate, o compromisso assumido pelo Brasil, que foi proposto pelo Brasil a partir da construção de uma estratégia para que fosse consensuado, na última declaração política do Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável, a adoção de um parágrafo em que os Estados-membros assumem o compromisso com o combate ao racismo, com todas as formas de discriminação, xenofobia, intolerância correlata e outras, e esse é um compromisso assumido no nível global.

Então, nesse sentido, a gente entende que esse é um marco entre tantos outros que já existem no que diz respeito à linguagem racial e que deve ser fortalecido e ampliado em todos os documentos e pactuações globais, especialmente na COP 29, mais uma vez, eu repito, como um caminho para a COP 30.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também destaco a importância de a gente lembrar – acho que tem muitas falas que trazem isso – que essas agendas, embora extremamente técnicas, embora a gente fale em siglas numa dimensão mais técnica, são agendas sobre a vida das pessoas, e nós não podemos perder o foco da necessidade dessa humanização dentro dos processos de negociação, inclusive.

Também aproveito para compartilhar com vocês algumas das experiências que a gente teve em Bonn, na Conferência de Mudança do Clima, agora em junho, no que diz respeito à construção de linguagem, ao avanço de linguagem, em que nós tivemos a pactuação, no documento de Bonn, da utilização do termo "raça" no documento de adaptação referente ao GGA (Objetivos Globais de Adaptação) e no documento de gênero. E isso foi um exemplo de como articular uma das principais recomendações que nós temos feito, que é a utilização do binômio raça e gênero. Então, considerar onde há menção a gênero nos documentos de negociação, que seja colocada, incluída também a menção à raça nessa perspectiva do enfrentamento dessas desigualdades sistêmicas.

Dentro da nossa perspectiva de recomendações para o financiamento climático – e acho que vale a pena chamar atenção –, é uma discussão que tem se construído e que tem muitas questões norteadoras para serem definidas. A gente entende a complexidade de discutir isso, a gente entende o cenário complexo da adoção de novos compromissos numa perspectiva em que os antigos não foram assumidos, mas a gente também faz a reflexão de que, se algumas questões não forem priorizadas neste momento, quando elas serão? Então, a gente também entende que agora é o momento de disputar essas linguagens dentro das negociações sobre financiamento. E aí a gente recomenda a criação de novos instrumentos e mecanismos de financiamento climático, voltados prioritariamente para a adaptação de grupos vulnerabilizados, e ampliando esse montante de recursos para a doação e subvenção.

A gente também recomenda a institucionalização da participação da população afrodescendente, especialmente das mulheres afrodescendentes, nas instâncias de governança climática, tanto nacional quanto globalmente. Sabemos o quanto isso é desafiador e também extremamente necessário. Uma outra experiência que a gente teve em Bonn foi, em alguns processos de negociação, a tentativa de retirada das menções a populações indígenas. Então, a gente vê um cenário de dificuldade de avanço e ainda de possibilidade de retrocessos. Nesse sentido, a gente insiste com o Governo brasileiro sobre a necessidade da criação de ações



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

articuladas – fiquei muito feliz de ouvir a Embaixadora hoje falar que há uma unidade no G77 + China –, então, aproveitar essa unidade também para avançar agendas como essas.

Outra recomendação, e acho que essa é uma das fundamentais. Quando estava preparando os itens da minha fala aqui, a gente recebeu uma recomendação para esse seminário e uma delas é: sempre que possível apresente dados para sua exposição. Eu realmente gostaria muito, mas essa é uma das principais lacunas que nós, comunidades afrodescendentes, indígenas, comunidades tradicionais, temos, a condição de apresentar as disparidades no acesso às políticas climáticas atualmente. Não há dados, não há dados desagregados.

Nesse sentido, na perspectiva de financiamento, a gente também tensiona para a necessidade de desenvolvimento de indicadores que permitam monitorar melhor, permitam monitorar os impactos. E aqui também, olhando para as perspectivas de transição energética – depois eu gostaria de falar um pouco mais sobre isso –, em que todos esses indicadores tenham como base raça, gênero, renda, território e outros marcadores sociais, para que a gente possa assegurar dessa forma uma inclusão produtiva dessas comunidades nos mais variados assuntos de discussão dentro da agenda climática.

Olhando mais especificamente para as questões de adaptação, para a agenda de adaptação, como eu falei anteriormente, para nós, a premissa é integração de raça e gênero, e isso é fundamental nos planos de adaptação. Para nós, as mulheres afrodescendentes precisam estar na linha de frente desses processos, com acesso a recursos econômicos e recursos políticos, para garantir a sua participação efetiva. Então, quando se discute lá, nas negociações, a questão da construção de capacidades, que a gente consiga detalhar e visibilizar as comunidades afrodescendentes dentro desse processo. Para isso, é imprescindível reconhecer os impactos diferenciados das mudanças climáticas em termos de raça e gênero, a partir dessas coletas de dados e da elaboração de relatórios periódicos, que não se limitem às médias globais ou nacionais. Então, a gente precisa expandir isso.

A gente também reforça, e acho que o Jarê trouxe isso de uma maneira muito potente na fala, a necessidade de dar protagonismo aos conhecimentos tradicionais resilientes, que são desenvolvidos nas comunidades periféricas – a Marcele também falou sobre isso –, nos territórios quilombolas, nas comunidades de terreiro e, mais do que dar essa visibilidade, entender isso como



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte da solução para a adaptação climática. São essas as comunidades que historicamente têm sido marginalizadas e, por outro lado, que são as guardiãs dos saberes essenciais para que a gente possa enfrentar a crise ambiental de forma justa e sustentável.

Acho que, para finalizar, como já passei um pouquinho do tempo, eu vou aproveitar o gancho da fala anterior sobre a questão eólica. Acho que é importante a gente lembrar, nas próximas votações que estão por vir – como a exemplo do PL das eólicas *offshore* que foi citado –, que nós precisamos garantir no texto o planejamento espacial marinho, para garantir áreas de exclusão, como as de povos e comunidades tradicionais, e a retirada dos jabutis de carvão e gás. Então, a gente precisa, de fato, olhar para isso com bastante atenção, pensar essa perspectiva de transição energética com muito cuidado, de maneira culturalmente sensível e com responsabilidade com as nossas comunidades tradicionais e com as nossas comunidades que já estão historicamente marginalizadas.

Então, essas são as nossas recomendações, as recomendações do Geledés, para que a gente possa construir uma agenda climática justa, inclusiva e que enfrente, de forma estrutural, as raízes do racismo e promova uma transição verdadeiramente justa para populações afrodescendentes e para outros grupos vulnerabilizados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito obrigado, Letícia.

Convido, agora, também de forma remota, a Thuane Nascimento, representante da Coalizão Negra por Direitos.

A SRA. THUANE NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Fala! Vocês conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) – Muito bem. "Bora"!

A SRA. THUANE NASCIMENTO (*Por videoconferência.*) – Obrigada pelo convite. Agradeço a convocatória.

Já me apresento. Prazer. Meu nome é Thuane Nascimento. Alguns de vocês me conhecem pelo meu vulgo, como a gente chama aqui no Rio de Janeiro, que é Thux. Eu faço parte da



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coalizão Negra por Direitos, que é hoje a maior organização que junta movimentos negros do país e também sou Diretora-Executiva do PerifaConnection, que é uma plataforma de conexão e confluência entre as periferias brasileiras.

É um prazer estar aqui. Eu vou saudar todos na pessoa da Letícia, parceira de movimento negro que me antecedeu e facilitou bastante a minha fala. Na verdade, bastantes contribuições já foram colocada, então, como eu fiquei por último, acho que eu tenho uma missão mais tranquila do que o resto da galera.

Eu queria pegar o gancho, aproveitando que é um preparatório para a COP 29, e me ater a esses debates, obviamente falando a partir da perspectiva das pessoas negras e pessoas de periferia, do que nós esperamos com a COP 29, e, é claro, como foi citado aqui também, a perspectiva para a COP 30.

Nós precisamos pensar que essa meta global que tem sido dialogada sobre a adaptação tem que vir com viés de gênero e raça. Então, isso já foi algo que foi colocado aqui, mas eu queria reforçar, porque pouco ainda o Governo, ao citar adaptação, tem explicitado sobre uma implementação de uma adaptação antirracista e que tenha um viés de gênero. Tudo o que nós temos, como estamos aqui em uma conversa, em diálogo, são palavras, são trocas. A gente supercompreende que, para as coisas serem efetivadas, leva tempo, mas tudo se inicia com a palavra, tudo se inicia com o formato de conseguir publicizar a vontade política do Governo e, óbvio, das Casas, como é o caso desta Casa Legislativa. Então, acho que é muito importante nós nunca esquecermos que a adaptação – como cada vez é uma política que vem sendo frequente e pensada frequentemente quando a gente pensa em cidades e com os eventos a partir das mudanças do clima – é uma adaptação que, se não vier ao lado de palavras como "antirracista", marcada pelo viés de gênero e pensando nos territórios, vai ser uma adaptação que vai ser feita pela metade ou vai ser incompleta. Então, ouvindo aqui muito também as contribuições da Rede por Adaptação Antirracista, de que nós fazemos parte, queremos trazer essa perspectiva de que o viés de gênero e raça tem que estar em todas as dimensões quando a gente debate adaptação.

E aí eu vou passar também para outra agenda que é muito importante quando a gente fala de COP, especialmente, agora, nessa COP 29. Nós vimos isso na COP de Dubai também, sobre fundos de perdas e danos, mas a agenda de perdas e danos precisa continuar sendo



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

impulsionada. A agenda de perdas e danos é uma agenda que afeta as comunidades negras e as comunidades de periferia, porque normalmente nossos territórios precisam dessa agenda para que a gente consiga minimamente estabelecer essas correlações quando os eventos climáticos chegam aos nossos territórios. E a gente precisa cobrar também pela celeridade do recurso, porque, quando esses eventos chegam aos nossos territórios, não dá para pensar no formato da burocracia. Os eventos são emergentes, são urgentes, e as soluções e as respostas também precisam seguir essa pauta da urgência. E, além disso, é preciso pensar no controle e na fiscalização desse recurso que vai ser repassado para o Estado. E aí a gente pode trazer aqui que a pauta de que o Fundo Clima precisa ter mais flexibilidade, precisa ser mais disponível financeiramente para poder apoiar os municípios na reconstrução, com o controle social, obviamente, das organizações da sociedade civil dos territórios na execução desse recurso. Então, isso é muito importante de ser dialogado.

A gente tem visto muito aí o Governo Lula, o próprio Presidente, muitas lideranças do Governo falando, usando a pauta do Sul Global, cobrando, sim, que o Sul Global tem que receber... A Ministra Ana Toni... Ministra, não; Secretária – talvez esteja profetizando aí. A Secretária Ana Toni já falou aqui sobre essa demanda, segundo o Acordo de Paris, e a visão que o Brasil tem sobre a contribuição, tanto a parte do NCQG, e outras perspectivas dos países ricos, países do Sul Global, mas também é muito importante... Vamos supor que deu tudo certo: lindas as negociações, o dinheiro chegou. Quando esse dinheiro chega ao Brasil, que é um país do Sul Global, é importante pensar em como esse dinheiro vai ser aplicado, porque não adianta nada falar sobre Sul Global e o dinheiro chegar até o Brasil, e, quando chegar esse dinheiro ao nosso país, esses recursos chegarem ao nosso país, essa agenda chegar ao nosso país, a gente não aplicar a quem deve. Porque o termo do Sul Global é um conceito geográfico e político. Se a gente for reaplicar para além do planeta, para além de todos os países, se for aplicá-lo no nosso Brasil, a gente vai perceber que nós podemos traduzir o Sul Global como as periferias dentro. Então, se o Sul Global é periferia do mundo, os territórios periféricos, territórios marginalizados dentro do Brasil têm que ter a mesma proporção e a devida atenção.

Então, todas as comunidades negras, indígenas, periféricas e marginalizadas têm que ser alvo da política de adaptação, das perdas e danos, e, é obvio, o financiamento climático tem que passar por essas comunidades. Então, isso é algo que a gente precisa falar para não ficar só numa



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrança dessa dimensão internacional, mas, quando isso chegar ao nosso país, saber como a gente vai aplicar para as pessoas que realmente precisam. Então, para isso, a gente precisa pensar um financiamento climático que seja proporcional para populações específicas, que são as comunidades, os povos tradicionais, os povos indígenas, as organizações de territórios, as pessoas negras, entre outras.

E, também, eu acho que, seguindo nessa perspectiva, no âmbito brasileiro, o Plano Clima ainda não apresentou nada muito consistente em relação às metas e ações, e não tem também se apresentado uma transversalidade necessária à altura do tema que merece, tanto da justiça climática, como isso vai se dar na prática, como também do debate do racismo ambiental. Então, a gente olha com preocupação, também, a como o Legislativo consegue nos ajudar, e o próprio Governo, nessa contribuição para essa meta global de adaptação.

Então, a gente tem uma preocupação que vem do movimento negro, que tem uma agenda muito clara para o Brasil, óbvio, pela contribuição que a população negra deu para o país, forçada ou não, mas que continua dando até hoje com muitas *expertises*, com muitas metas, com muitas experiências, para poder contribuir com o avanço da agenda climática. E também falta ambição ao Brasil. Nós temos visto o Governo se esforçar muito e nós ficamos felizes com isso, mas ainda falta ambição, e falta ambição, porque falta mais diálogo, falta colocar, na verdade, mais em prática o que nós da sociedade civil, dos movimentos negros, dos movimentos de periferia temos passado como linha política e linha estratégica para a agenda de adaptação, para a agenda de combate aos eventos extremos. Também tivemos aqui a presença do Itamaraty, então precisamos que os negociadores estejam do nosso lado, do lado da sociedade civil, ao negocia. Nas últimas COPs, nós tivemos também as rodas de diálogo entre os negociadores e a sociedade civil, mas isso precisa ser ainda mais aproximado e também temos que levar a agenda da sociedade civil para essas negociações.

E o papel... eu queria aqui, acho que o meu tempo já está se encerrando, pensar como nós devemos considerar esses riscos climáticos em todos os planos para pensar o investimento público e os gastos públicos. É muito importante que qualquer coisa que o Governo faça a partir de hoje, ou que já deveria estar fazendo, em qualquer lei que se promulgue, que se pense os riscos climáticos. A transversalidade com a pauta climática precisa ser feita em todas as agendas. Hoje a pauta climática é congruente com todas as agendas dentro do poder público. E toda vez



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que uma política pública é colocada na rua, que é levantada alguma lei em que não se pensa sobre a pauta climática – e, é claro, a pauta climática com a interseccionalidade de raça, gênero e território –, nós estamos, mais uma vez, perdendo uma oportunidade de fazer uma incidência de verdade quando a gente está falando de clima e de meio ambiente.

E aí quero encerrar com essa possibilidade que as Casas Legislativas têm, qual o papel da legislação para esse avanço dessa agenda efetiva. A gente poderia falar de iniciativas públicas das próprias organizações, iniciativas populares, como a defesa das florestas públicas, que é o caso da Amazônia de Pé, poderia falar de algumas iniciativas estaduais, como é o caso da Lei Babaçu Livre, um esforço conjunto de movimentos como o próprio Miqcb, para poder pensar a lógica do extrativismo, do diálogo com a natureza e a economia. E a gente precisa se unir para fazer esse esforço conjunto, para viabilizar as leis, colocando a sociedade civil e o movimento negro à disposição desta Casa Legislativa, desta Comissão, deste grupo de trabalho, para que nós, juntos, consigamos fazer um esforço maior para viabilizar legislações que estejam em concordância com o debate do clima e do meio ambiente. E precisamos também de mais ações imediatas, novas estruturas de governança, para conseguirmos avançar no debate do meio ambiente, no debate das mudanças climáticas, a partir das perspectivas do movimento negro, das populações periféricas e dos povos e comunidades tradicionais.

Então, isso é um pouco do que eu queria trazer a partir da Coalizão Negra por Direitos, a partir do PerifaConnection e outras redes que já foram citadas, Cúpula dos Povos, Rede por Adaptação Antirracista, pensando que não há a possibilidade de avançar em nenhuma agenda para a COP 29 sem ter o diálogo – e não só o diálogo –, sem ter a proposição das agendas de todos esses movimentos e todas essas categorias que foram colocadas aqui. Então, é isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. Bloco/PT - SP) – Muito obrigado, Thuane.

Na sequência, seria a Lucely Pio, representante da Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, mas ela não está conseguindo se conectar, não é? (*Pausa.*)

É isso.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegando aqui já ao encerramento, nós recebemos aqui, pelo e-Cidadania, algumas perguntas. Em respeito a quem fez a pergunta, eu vou ler. Boa parte delas seria para os representantes, tanto do Governo, como também do Ministério das Relações Exteriores, que não puderam ficar até o final, com o compromisso de a gente encaminhar lá depois, via Comissão, para que respondam às pessoas.

Kaio, do Mato Grosso, pergunta: "Quais ações podem ser tomadas para preparar o Brasil para a COP 29, focando no financiamento climático e na transição energética?".

André, de Goiás, pergunta: "Os espaços urbanos têm grande impacto nas mudanças ambientais. [...] [há um plano] em conjunto com os municípios para expandir as áreas verdes?".

Bruno, aqui do Distrito Federal: "[...] [Quais] medidas estão sendo consideradas para garantir que a transição energética no Brasil ocorra de maneira inclusiva [...]?"

Giancarlo, da Paraíba: "Seguindo o avanço das tecnologias de CCUS [captura, utilização e armazenamento de carbono], o Brasil vê potencial em uma economia de carbono negativo? Quais setores seriam priorizados?"

Clério, de Minas Gerais: "Como a Comissão pretende incorporar as demandas e preocupações das comunidades vulneráveis e impactadas pelas mudanças climáticas?"

Poliana, do Distrito Federal: "Como sabemos, o setor privado ainda investe de forma tímida na ação climática. Quais seriam as propostas para alcançar esses investimentos?"

Gustavo, de São Paulo, faz um comentário: "[...] [Devemos] criar opções para a regeneração de áreas queimadas ou degradadas [...] [utilizando] agroflorestas financiadas pelo Governo".

Nicole, do Ceará, também faz um comentário: "Reforçar a estrutura dos órgãos públicos fiscalizadores, de forma a garantir a prevenção de danos e a punição dos infratores, é essencial".

Rafaelle, do Ceará, pergunta: "Quais iniciativas a longo e curto prazo podem minimizar o impacto das mudanças climáticas e [da] poluição na saúde da população?"

Mariana, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Sobre parcerias público-privadas, existem projetos [...] [para] instalação de postos de abastecimentos de carros elétricos em grandes centros?"



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo, de Minas Gerais, pergunta: "Que medidas [...] [podem ser adotadas] para garantir transparência e integridade nos investimentos climáticos [...]?"

E um comentário da Cassiane, de São Paulo: "É preciso fazer da COP 30 a chave de mudança da nossa sociedade. Sugiro que o foco seja na conscientização e educação ambiental".

Era isso, não é? Chegou? *(Pausa.)*

Eu quero aqui, então, agradecer a participação de todos os expositores. Espero que o intuito deste seminário, desta audiência pública, como falei na abertura dela e na própria proposição, no requerimento, era a gente dar uma balizada nessas informações, haja vista principalmente que nós, boa parte, não só o Distrito Federal, mas o país inteiro saiu de um processo eleitoral, alguns municípios ainda estão em processo eleitoral. Portanto, o acompanhamento do próprio debate, por parte da sociedade civil, de muitos atores da política pública, estou falando inclusive de Parlamentares que ficaram com a cabeça voltada para o processo eleitoral... E a COP está aí, não é? Na verdade, daqui a duas semanas, tem a COP de biodiversidade e, logo na sequência, a COP do clima, que são dois temas muito casados e muito importantes para acompanhar.

Evidentemente seria importante a gente ter noção do que vai estar em jogo nesta COP, na COP 29, lá em Baku, saber o que está em debate, como os negociadores, de forma oficial, por parte do Brasil – aí eu estou falando Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, enfim, aqueles que negociam –, como eles estão construindo o próprio posicionamento do Brasil, do Governo brasileiro, do povo brasileiro frente a este debate no acordo do clima. Tem uma agenda evidentemente, já em andamento, por parte do Governo, dialogando, mas seria fundamental que esta Casa, as duas Casas, a Câmara e o Senado, se apropriassem desse debate e abrissem também a possibilidade de ter esse espaço. Nós vamos, até a COP, provavelmente ter outros debates aqui. Eu digo, porque lá, na própria Comissão de Meio Ambiente na Câmara, também está prevista uma outra audiência pública.

Evidentemente, naquela perspectiva de que nós precisamos, cada vez mais, aprofundar e de que o Brasil, de certa forma, sempre foi referência nesse debate no âmbito global, nós sabemos que todos nós temos responsabilidade, todos nós precisamos fazer algo para enfrentar a crise climática, que cada vez está mais presente no cotidiano da população e que atinge, de forma especial e mais dramática, os mais pobres e, entre os mais pobres, evidentemente o povo preto.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vê quem morre, quem perde os seus bens com os eventos extremos. Quanto a esses eventos extremos, a própria ciência planejava, ou melhor, vislumbra que, em 2050, 2070, iriam acontecer; depois em 2030... Nós estamos em 2024 e estamos assistindo àquilo que se previa que iria acontecer lá em 2050, podemos dizer assim. E vieram para ficar, vieram para ficar! Aí, o país não está preparado, o mundo não está preparado, as cidades não estão preparadas do ponto de vista da própria adaptação.

Por outro lado, há aquilo que cada país precisa fazer para poder cumprir aquilo com que se comprometeu. Não conseguem fazer muitos deles, porque não têm capacidade interna do ponto de vista de recursos e de tecnologia. Aqueles que se comprometeram não fizeram. E, por isso, essa COP é fundamental para que se avance do ponto de vista de criar a capacidade de investimento necessário para fazer aquilo que se precisa tanto para mitigar como também para adaptar, nesse debate.

E nós precisamos ter clareza daquilo que o Brasil sempre defendeu: ninguém pode ficar para trás. Do ponto de vista das relações internacionais, da responsabilidade diferenciada e do ponto de vista da inclusão, este "ninguém pode ficar para trás" não é só nas relações entre os países, entre as nações, mas também no debate necessário dentro de cada país. Aquilo que a gente projeta, aquilo que a gente defende no âmbito do debate internacional, do próprio acordo global, nós queremos que aconteça aqui dentro, quer dizer, nada sem os povos indígenas, nada sem os negros, nada sem os quilombolas, nada sem os extrativistas – nada sem eles estarem junto no processo –, nada sem as mulheres e os LGBTQIA+ e assim por diante. Então, nós precisamos trabalhar naquilo que a gente defende lá fora – também trabalhar. E é um pouco nesse parâmetro que a gente vai debatendo, trazendo para cá esses desafios.

Nós sabemos que esta é uma agenda que nos coloca, para o Brasil, não como uma agenda só para enfrentar um problema; ela é uma agenda de oportunidade que se coloca para o Brasil, por tudo aquilo que nós temos da sua diversidade étnica e cultural, da sua diversidade biológica, pela sua extensão territorial, pelo clima... Enfim, por tudo aquilo que nós temos no país, ela se coloca de forma diferente do ponto de vista de potencialidade para enfrentar os desafios como oportunidade, como oportunidade, inclusive, para oferecer para o mundo todo. Para isso, evidentemente, nós precisamos encarar e resolver os desafios que nós temos aqui, internamente.



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando eu falo aqui internamente em especial, isso rebate na sociedade, porque a gente tem, por cima, que a maioria do povo brasileiro não é negacionista com relação às mudanças climáticas, mas não se expressa isso no voto, na hora de escolher os seus representantes. E, aqui dentro do Congresso Nacional, nas votações, na ação concreta, na hora de votar os projetos de lei, a grande maioria dos Parlamentares demonstra claramente um negacionismo com relação às mudanças climáticas – eu falo na prática, apesar de terem um discurso, para fora, de forma diferente.

São desafios que a gente precisa enfrentar também aqui dentro, para que o Brasil se organize e se prepare para fazer a lição de casa dentro dessa perspectiva de uma agenda de oportunidade. Portanto, vamos fazer mais debates até a COP e vamos chegar até lá.

Aqui, evidentemente – para quem está acompanhando –, vários Parlamentares estão interessados em participar da COP, mas é importante saber que se depende da autorização da Presidência de cada Casa – isso está num processo ainda de construção aqui dentro –, e, portanto, hoje, a gente não tem a certeza de nenhum Parlamentar participando da COP, mas vamos construir isso aí até os próximos dias.

Muito obrigado, mais uma vez, por tudo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6843048126>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Deputada Socorro Neri, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Leila Barros, Humberto Costa, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaques Wagner, Damares Alves, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Flávia Moraes, Gilson Daniel, Ricardo Salles, Camila Jara e Nilto Tatto, e ainda dos Senadores Magno Malta, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Nelsinho Trad, Weverton, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Astronauta Marcos Pontes e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Zequinha Marinho, Cid Gomes, Eliziane Gama, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Wilder Moraes, Tereza Cristina, Luiz Carlos Busato, Meire Serafim, Sergio Souza, Sidney Leite, Zé Vitor e Célia Xakriabá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Deliberativa - emendas PLOA 2025. Finalidade:** Deliberar sobre as emendas a serem apresentadas pela CMMC à CMO, referentes ao PLN 26/2024 (PLOA 2025). Relator: Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Alessandro Vieira, que passa a constituir parecer favorável às 4 emendas de apropriação sugeridas pela CMMC ao PLOA 2025. São aprovadas as seguintes emendas de apropriação: **Emenda nº 1-CMMC:** UO 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ação 214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias, valor R\$ 100.000.000, que contempla as sugestões dadas pelos parlamentares Dep. Célia Xakriabá, Sen. Wilder Moraes, Dep. Flávia Moraes, Dep. Socorro Neri, Sen. Alessandro Vieira, Dep. Ivan Valente e Dep. Duda Salabert; **Emenda nº 2-CMMC:** UO 53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, ação 2378 - Operação da Rede Hidrometeorológica, valor R\$ 100.000.000, que contempla a sugestão dada pela parlamentar Dep. Socorro Neri; **Emenda nº 3-CMMC:** UO 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, ação 20Y6 - Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária, valor R\$ 200.000.000, que contempla as sugestões dadas pelos parlamentares Sen. Márcio Bittar, Sen. Tereza Cristina, Sen. Esperidião Amin, Sen. Jussara Lima e Sen. Humberto Costa; **Emenda nº 4-CMMC:** UO 44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta, ação 21A9 - Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental, valor R\$ 100.000.000, que contempla as sugestões dadas pelos parlamentares Sen. Alessandro Vieira, Dep. Flávia Moraes e Sen. Leila Barros. **2ª Parte - Deliberativa - requerimentos. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 12, de 2024** que: "Requer a realização de diligência no estado do Mato Grosso



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7672255049>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul para visitar *in loco* a situação do Pantanal sul mato-grossense." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas nº 13, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública com o intuito de debater a tipificação do crime de ecocídio, na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas" **Autoria:** Deputada Federal Célia Xakriabá (PSOL/MG) e Deputado Federal Nilto Tatto (PT/SP). **Resultado:** Aprovado. O Deputado Ricardo Salles manifestou voto contrário ao Requerimento nº 13/2024-CMMC. **3ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 7/2024 - CMMC, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Finalidade:** Debater políticas públicas que integrem os compromissos climáticos internacionais a estratégias que garantam a justiça social e a sustentabilidade, com atenção especial à proteção e aos direitos dos povos e comunidades indígenas. **Participantes:** Maria Aldete Fonseca, Assessora Técnica de Agrobiodiversidade, Emergências Climáticas e Transição Energética do MDA; Karina Mitleg Bayerl, Assessora do Meio Ambiente, Mudança Climática e Mobilidade Humana (representante de: Defensoria Pública da União); Antônio André do Nascimento, representante da Reserva Extrativista do Alto Juruá; Maria Joelma da Silva, representante do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá; Samsara Nukini, representante da Terra Indígena Nukini; Miguel Scarcello, Diretor-Executivo do SOS Amazônia; Aldalúcia Ferreira Carvalho Santos, Coordenadora de Programa da Comissão Pró-Indígena do Acre; Anaís Cordeiro, Membro do Comitê Chico Mendes; Josias Pereira Maná, Agente Agroflorestal Indígena da AMAAIAC; e Francisca Arara, Secretária Extraordinária de Povos Indígenas do Estado do Acre. A Presidente, Deputada Socorro Neri, passa a palavra para os seguintes indígenas: Txai Terri Aquino, José Batista Siqueira e Paulo César de Oliveira Silva. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião e das atas das 5ª, 7ª e 8ª Reuniões, que são aprovadas. As Atas serão assinadas pela Senhora Presidente e publicadas no Diário do Congresso Nacional. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos.

Deputada Socorro Neri

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/12/04>



Assinado eletronicamente, por Dep. Socorro Neri

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7672255049>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião está dividida em três partes: na primeira, apreciação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2025; na segunda, apreciação de requerimentos; e, na terceira, uma audiência pública interativa.

Iniciaremos pela deliberação das emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024 (Projeto de Lei Orçamentária para 2025).

Foram recebidas 53 sugestões de emendas de membros desta Comissão. De acordo com a legislação, as emendas de Comissão poderão ser em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento.

As sugestões foram apreciadas pelo Relator, Senador Alessandro Vieira, a quem passo a palavra para a leitura de seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Como o relatório já foi disponibilizado, eu peço licença de V. Exa. para ir diretamente à análise.

Foram apresentadas indicações de emendas em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas de apropriação reservadas a esta Comissão. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação de regência.

As emendas de Comissão devem atender aos seguintes requisitos regimentais e legais: i) exibir caráter institucional; ii) manter estrita relação com as competências da Comissão; e iii) apresentar interesse nacional ou regional.

Todas as emendas apresentadas cumprem as referidas condições.

Todas as indicações exibem grande mérito, contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção das emendas consistiram em programações orçamentárias alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão, bem como na





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

verificação das sugestões que apresentaram objetos coincidentes ou similares, e, mais ainda, naquelas sugestões que não têm contemplação em outras Comissões das duas Casas parlamentares, de sorte a contemplar os interesses representados por um número maior de Parlamentares federais.

Dessa forma, as sugestões das quatro emendas de apropriação que acolhemos encontram-se discriminadas no quadro a seguir, a serem convertidas em emendas de apropriação de autoria desta Comissão, classificadas como RP 2, conforme o art. 12 da Instrução Normativa nº 1, de 2024, da CMO.

Visando à prevenção e ao controle de incêndios florestais, foi escolhida a Ação 214M - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias, executada pelo Ibama, na forma da sugestão de nº 34, no valor de R\$100 milhões. Essa ação tem por objetivo a proteção das áreas federais prioritárias por meio da implementação do manejo integrado do fogo com vistas ao controle de incêndios florestais. Nesse diapasão, serão atendidas também as sugestões nºs 6, 7, 17, 24, 48 e 51.

Será também acolhida a sugestão que se refere à Operação da Rede Hidrometeorológica, a Ação 2378, respectivamente à sugestão 45, a cargo da ANA, indicada no patamar de R\$100 milhões, atendendo... Ela está descrita na sugestão 45.

Eu estou apenas confirmando o número dela. É 45, não é, Presidente?

Propomos também a aprovação de emenda na Ação 20Y6 - Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária, da Embrapa, na forma da sugestão nº 1, no valor de R\$200 milhões. A ação se destina ao financiamento de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas à geração de conhecimento e viabilização de soluções tecnológicas para os pequenos, médios e grandes produtores rurais e para a agricultura familiar, contribuindo para as políticas públicas relacionadas aos setores agropecuário, agroindustrial e florestal. Dessa forma, estamos atendendo também às sugestões nºs 20, 27, 33 e 36.

Por fim, propomos a aprovação de emenda na Ação 21A9 - Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental, que contempla os seguintes temas: resíduos sólidos; meio ambiente urbano; áreas verdes urbanas; áreas de risco e sensíveis; proteção





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mananciais; mobilidade urbana; soluções baseadas na natureza; soluções tecnológicas com vistas à redução de gases de efeito estufa e de resíduos; energias limpas; economia circular; agricultura urbana, agricultura orgânica e agroecologia; adaptação dos ambientes urbanos à mudança do clima; prevenção, controle e monitoramento da poluição; qualidade do ar, da água e do solo; áreas contaminadas; substâncias químicas e produtos perigosos.

Propomos a aprovação dessa emenda na forma da sugestão de nº 26, com ajuste de valor para o patamar de R\$100 milhões, atendendo nesse diapasão às sugestões nºs 12 e 37 e também incluindo a ação de Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que constava nas sugestões 38 e seguintes.

Este é o voto, Sra. Presidente, conforme tabela já apresentada.

Peço o acompanhamento, ao tempo que agradeço pela intensa colaboração de todos os Parlamentares, particularmente do Deputado Nilto Tatto e de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – O relatório, conforme lido, será encaminhado à Secretaria da Comissão.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Deputado Ricardo Salles.

O SR. RICARDO SALLES (NOVO - SP. Para discutir.) – Sra. Senadora, meu caro Senador Alessandro Vieira, meu caro Nilto Tatto, são medidas importantes, todas elas muito relevantes – uma delas, inclusive, vem de uma sugestão da época em que eu era Ministro, que é o último item aqui elencado; vem do ministério da nossa época. Muito boa colocação.

Eu só queria fazer uma pergunta, na verdade: no primeiro item, que diz respeito a prevenção e controle de incêndios florestais, o Prevfogo é do Ibama, mas as áreas de implementação de unidades de conservação são do ICMBio. Então, eu só faço aqui um pedido de esclarecimento, porque, como são unidades orçamentárias distintas – e estratégias, até, por sua vez, também distintas –, pergunto se, no bojo do que foi aprovado – esse recurso dos R\$100 milhões, aqui na sugestão 34 acolhida –, nós estamos prevendo a utilização compartilhada e, se prevendo, em que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporção, porque são realidades distintas e formas de aplicar distintas. Em unidades de conservação, o ICMBio tem a prevalência; em áreas protegidas de outras naturezas, o Ibama.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (MDB - SE. Como Relator.) – A Sra. permite, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (MDB - SE) – É uma observação muito oportuna. Inclusive, peço oralmente que a Consultoria faça a inclusão, na justificativa, da colocação feita pelo Deputado Ricardo Salles para que a gente tenha a clareza disso.

De fato, o objetivo é esse. Nós sabemos que as etapas do processo legislativo ainda serão cumpridas, com o Relator Setorial, depois o Relator-Geral, mas é importante que já conste que nosso objetivo, como Comissão – e isso é unanimidade –, é justamente o atendimento pleno através dos dois órgãos de execução.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Alessandro Vieira.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas aprovadas pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Orçamento após os ajustes necessários, conforme o relatório.

Passamos agora à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº
12, DE 2024**

- Não terminativo -





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de diligência no estado do Mato Grosso do Sul para visitar in loco a situação do Pantanal sul mato-grossense.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Os Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

2ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº
13, DE 2024**

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública com o intuito de debater a tipificação do crime de ecocídio, na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Autoria: Deputada Federal Célia Xakriabá (PSOL/MG) e outros

Os Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

Deputado Ricardo Salles; Deputado Nilto Tatto.

O SR. RICARDO SALLES (NOVO - SP. Para discutir.) – Sra. Presidente, veja: em que pese a audiência pública ser um ato legislativo parlamentar da atividade regular, e nela não se incluir nenhum juízo de valor sobre a matéria a que se está submetendo, quer me parecer, pela própria definição de crime, que essa matéria é absolutamente estranha à discussão de mudança climática e, portanto, na minha opinião, deveria ser discutida em outro foro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A discussão de formulação de política penal, de enquadramento de crime e de qualquer outro tipo de figura penal não se enquadra nesse papel nosso de alteração e de supervisão de questões de mudança climática. Não me parece que seja tema pertinente a esta Comissão, e nós temos vários outros assuntos muito mais pertinentes e urgentes para debatermos aqui.

Então, se me permite a sugestão, acho que esse tema refoge a nossa missão aqui na Comissão Mista.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para discutir.) – Primeiro, eu queria subscrever o requerimento da Deputada Célia Xakriabá.

Evidentemente, ações daquilo que conceitualmente se classifica como ecocídio são ações que contribuem para o aquecimento global e, portanto, para intensificar a crise climática. Só para rebater – e não para me aprofundar nisso, aqui, neste momento –, ele é pertinente, sim, de a gente debater numa Comissão que tem em seu objetivo específico pensar e estruturar políticas públicas para o enfrentamento da crise climática.

Eu gostaria de subscrever também o requerimento já aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Deputado Ricardo Salles, eu gostaria de pedir aqui a sua compreensão no sentido de que esta Comissão tem aprovado todos os requerimentos de audiência pública, considerando ser este o instrumento para o debate de matérias afetas a esta Comissão.

Embora a tipificação em si não seja um tema afeto, trata-se de um suposto crime, a ser tipificado ou não na legislação brasileira, relacionado ao meio ambiente, de modo que é sempre salutar abrir o espaço para o debate.

O senhor pode apresentar a indicação de participantes nessa audiência pública, mas eu gostaria de pedir a sua compreensão para o fato de que nós temos aprovado aqui, de forma indistinta inclusive, considerando o interesse do Parlamentar em abrir o espaço para o debate, que é do que se trata uma audiência pública, não é?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES (NOVO - SP) – Sra. Presidente, com toda vênia, eu entendo o argumento trazido, mas é que eu entendo que a matéria é estranha ao objeto da Comissão; e, sendo estranha ao objeto da Comissão, só vai se prestar a debate político, e não a construção de política pública de mudança climática e matérias correlatas, razão pela qual eu entendo que nós não devemos aprovar um requerimento dessa natureza, porque nós vamos abrir um leque para um âmbito de discussões que não vão agregar nada ao tema.

Nós temos uma oportunidade enorme de discutir ações, sejam de mitigação ou de adaptação, as suas origens de recursos, a forma de colaboração entre os entes federativos; enfim, uma série de medidas que são efetivamente medidas tangíveis de mudanças climáticas, e me parece, há toda evidência de que o requerimento proposto tem apenas o único e exclusivo objetivo de politizar uma matéria... E, diga-se de passagem, internacionalmente já foi refutada, meu caro Nilto Tatto, a discussão, o enquadramento de questões como essa.

Então, respeitando a opinião de todos os colegas, eu entendo impertinente essa propositura e peço que isso seja objeto de deliberação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Não havendo mais quem queira discutir o tema, coloco, então, em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pergunto se o senhor quer que seja consignada na ata a sua ponderação.

O SR. RICARDO SALLES (NOVO - SP) – Agradeço; agradeço. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Nós vamos passar agora para a terceira parte desta reunião, que é uma audiência pública interativa.

Quero convidar, inclusive, os nossos convidados desta audiência pública, para que tomem assento aqui no Plenário.

Sejam muito bem-vindos a esta Comissão Permanente sobre Mudanças Climáticas!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomem assento e fiquem certos de que esta audiência pública tratará com muita seriedade do tema, que visa debater políticas públicas que integrem os compromissos climáticos internacionais a estratégias que garantam a justiça social e a sustentabilidade, com atenção especial à proteção e aos direitos dos povos e comunidades indígenas, em atenção ao Requerimento nº 7, de 2024, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários. *(Pausa.)*

Nós vamos, agora, convidar para compor a nossa mesa de trabalho os nossos participantes, palestrantes desta audiência pública.

Nós vamos convidar, então, a Maria Aldete Fonseca, que é Assessora Técnica de Agrobiodiversidade, Emergências Climáticas e Transição Energética do MDA; a Karina, que é Assessora do Meio Ambiente, Mudança Climática e Mobilidade Humana. *(Pausa.)*

Vamos acrescentar. Isso.

Convido o Miguel Scarcello, que é Diretor-Executivo da SOS Amazônia; o Antônio André do Nascimento, representante da Reserva Extrativista do Alto Juruá; a Maria Joelma da Silva, representante do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá; e a Roberlene Nukini, representante da Terra Indígena Nukini.

Tínhamos convidado também a coordenadora da CPI (Comissão Pró-Indígenas do Acre); a Francisca Arara, que é Secretária Extraordinária de Povos Indígenas do Estado do Acre; o Josias Pereira Maná, que é Agente Florestal Indígena, também relacionado a uma entidade no Acre; a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anaís Cordeiro, Membro do Comitê Chico Mendes; e a Aldalucia Ferreira Carvalho Santos, Coordenadora de Programa da Comissão Pró-Indígenas do Acre, mas eles, infelizmente, não conseguiram chegar a Brasília.

A SRA. ANAÍS CORDEIRO (*Fora do microfone.*) – A gente conseguiu.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Você está aqui?!

Como assim estão aqui...?

Como assim...?

Paula, minha amiga, me ajude aqui. (*Pausa.*)

Quem é que ainda não está aqui conosco?

A Aldalucia está presente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Já está aqui.

Eu vou pedir, então, o seguinte: nós faremos as exposições em duas mesas, está bom? E peço aqui, penhoradamente, desculpas. Peço a compreensão de vocês por esse erro nosso, aqui, de não ter identificado as presenças de todos.

Eu vou pedir que permaneçam aqui à mesa: a Maria Aldete Fonseca; a Karina; o Miguel Scarcello; o Antônio André do Nascimento; a Maria Joelma; e a Roberlene.

Na sequência, faremos a segunda mesa, está bem?

Contando, então, com a compreensão de todos, nós vamos, agora, dar início a esta audiência pública.

Sílvia, eu queria a minha pasta. (*Pausa.*)

Agradeço a todos os nossos convidados que aqui se fazem presentes e agradeço aos que também se fazem presentes para participar conosco deste momento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Presidente desta audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, é com grande satisfação que conduzo este encontro, fruto de uma articulação conjunta com o projeto implementado pela Comissão Pró-Indígena do Acre (CPI-Acre), SOS Amazônia, Comitê Chico Mendes e a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.

Essa iniciativa, intitulada Aliança entre Indígenas e Extrativistas pelas Florestas no Acre, demonstra a força do trabalho coletivo em prol da justiça social e ambiental.

No contexto deste projeto, recebemos em Brasília 20 representantes de povos indígenas e extrativistas das reservas extrativistas Alto Tarauacá, Alto Juruá e Riozinho da Liberdade; bem como de seis terras indígenas do Acre: Arara do Rio Amônia, Jaminawa/Arara do Rio Bagé, Nukini, Nawa (Apinawa), Kampa Primavera e Baixo Jordão.

Essas lideranças trazem as vozes das florestas, das populações que não apenas protegem nossos recursos naturais, mas que também enfrentam, na linha de frente, os impactos das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade.

As recentes discussões da COP 16, da Convenção sobre Diversidade Biológica, ocorrida em Cali, e na COP 29 do Clima, no Azerbaijão, reforçam o papel fundamental dessas comunidades na preservação ambiental global; no entanto, essas conferências também deixaram claro que ainda há muito a se fazer para transformar os compromissos em políticas públicas que promovam a equidade, a sustentabilidade e o respeito aos direitos humanos.

O objetivo desta audiência é integrar esses debates globais às ações locais. Queremos construir políticas públicas que conectem a preservação ambiental e climática à garantia dos direitos legais dos povos indígenas e das comunidades extrativistas, alinhando os compromissos internacionais à justiça social e à sustentabilidade.

Por fim, reitero que este espaço é uma oportunidade única para promovermos um diálogo produtivo e transformador. Precisamos garantir que as demandas trazidas por essas lideranças indígenas e extrativistas sejam traduzidas em ações concretas: tanto no âmbito das políticas públicas quanto no fortalecimento de nossos compromissos climáticos e com a biodiversidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos os presentes pela participação e contribuição. Que possamos juntos construir caminhos que garantam a preservação das florestas, o respeito aos direitos dos povos originários e tradicionais e a proteção do meio ambiente para as futuras gerações!

Um bom encontro, um bom debate para todos nós.

Quero aqui, então, iniciar esta nossa audiência pública convidando a Maria Aldete Fonseca, que é Assessora Técnica de Agrobiodiversidade, Emergências Climáticas e Transição Energética do MDA.

Lembrando a todos que o tempo máximo de exposição é dez minutos.

A SRA. MARIA ALDETE FONSECA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Estou aqui representando o Ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Eu sou originalmente pesquisadora da Embrapa, com atuação há 22 anos na conservação, uso sustentável e fortalecimento da conservação feita pelos agricultores familiares e povos em comunidades tradicionais, com foco em metodologias participativas. Atualmente, eu estou como assessora na Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais do MDA.

Gostaria de iniciar lembrando que, desde a Convenção da Diversidade Biológica, em 1992, os povos e comunidades tradicionais e os povos e comunidades indígenas são reconhecidos mundialmente como os principais, os melhores e maiores conservadores da biodiversidade como um todo.

Eu fiz uma apresentação e gostaria que passasse, por favor.

Pode ser básica para algumas pessoas, mas a gente vai falar um pouco das mudanças e emergências climáticas, dos compromissos climáticos internacionais e nacionais, e políticas públicas para povos e comunidades tradicionais no âmbito das mudanças climáticas.

Pode passar, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali, um pouco explicando como ocorre o efeito estufa. Então, a gente tem a luz solar, ela atravessa a atmosfera – esse número um da imagem – e aquece a Terra. Então, a luz solar atravessa a atmosfera e aquece a terra. A radiação infravermelha é refletida pela Terra. Boa parte dessa radiação infravermelha escapa para o espaço exterior, permitindo que a Terra resfrie; mas parte da radiação infravermelha é absorvida pelos gases estufa presentes na atmosfera, incluindo o CO₂, o gás carbônico, mantendo a terra aquecida o suficiente para sustentar as formas de vida. Até aí, tudo normal.

A ampliação dos níveis de gás carbônico, CO₂, e de outros emissores aumentam o quê? A quantidade de calor, fazendo com que a atmosfera e a superfície terrestre aqueçam. É por isso que a gente tem o efeito estufa e, em consequência disso – pode passar –, as mudanças climáticas.

Mudanças climáticas são transformações significativas no clima da Terra, principalmente impulsionadas pelo efeito do homem, da ação humana, como desmatamento, queimadas, a queima de combustíveis fósseis, práticas agrícolas inadequadas – o que leva a eventos climáticos extremos.

Então, o evento climático em si, como a chuva, por exemplo, é normal, é esperado, e é benéfico; mas, por conta das mudanças climáticas, ele se torna extremo e causa danos, como as inundações ocorridas lá no Rio Grande do Sul, a seca, que antes não existia, no Pará, no oeste do Pará e em outras regiões da Amazônia e do Pantanal também

Então, esse aumento da frequência dos eventos climáticos acima do normal e da intensidade provoca esses eventos climáticos extremos. E eis aí o nosso grande problema: hoje no Brasil a gente já tem a ocorrência desses eventos climáticos extremos causando as emergências climáticas. É uma situação de crise, não só ambiental, mas também social, econômica. A gente então precisa se preparar para as novas emergências, mas também, com novas políticas públicas, ter ações não só de mitigação, mas de adaptação, principalmente das comunidades indígenas e dos povos comunidades tradicionais, que são os principais guardiões da biodiversidade, para esses eventos climáticos extremos e essas emergências climáticas.

As consequências a gente já sabe: aumento da temperatura, derretimento do gelo e aumento do nível do mar, eventos climáticos extremos, impacto na biodiversidade, desafios para a agricultura, impactos na saúde humana, entre outros.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, o que se fala como principais ações seriam a mitigação, ou seja, reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, através da transição para fontes de energia renovável, eficiência energética e práticas sustentáveis.

A adaptação a essas mudanças climáticas: preparar as comunidades tradicionais e os povos e comunidades tradicionais e ecossistemas para os impactos dessas mudanças climáticas; preparar as comunidades como todo, mas especialmente os povos e comunidades indígenas e tradicionais, através da infraestrutura, infraestrutura resiliente, estratégias de gestão de recursos, entre outros meios de adaptação.

Educação e conscientização: aumentar a conscientização sobre as mudanças climáticas e suas consequências, promovendo ações individuais e coletivas, e as políticas e acordos nacionais e internacionais. De fato, implementar essas políticas de forma eficaz e participar dos acordos globais em nível internacional, como o Acordo de Paris, focados na ação climática.

A gente tem como compromissos climáticos internacionais a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, e aí a gente tem as COP. Essa comissão proporciona essa estrutura necessária para as negociações climáticas e nível global e a implementação de acordos.

O Protocolo de Quioto, que é de 1997, é o principal acordo no qual os países industrializados se comprometeram a reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa. O protocolo entrou em vigor em 2005 e estabeleceu metas de redução para períodos específicos.

O Acordo de Copenhague, estabelecido na COP 15, foi um importante passo em direção à luta contra as mudanças climáticas, embora não tenha sido um tratado vinculado, mas previa a limitação do aquecimento global, redução das emissões, transparência e monitoramento, financiamento climático e o reconhecimento da importância da ciência.

Então, a gente vê o conjunto de compromissos internacionais que o Brasil assinou e com os quais se comprometeu, mas a gente ainda verifica que, para muitos desses compromissos, não só o Brasil, mas muitos outros países não conseguiram atingir as suas metas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o Acordo de Paris é um compromisso global para combater as mudanças climáticas, digo que é um dos principais, porque ele é um vinculado – e quase todos os países se comprometeram – a metas.

O Brasil, por exemplo, com o objetivo de quê? De manter o aumento da temperatura global abaixo de dois graus, em relação aos níveis pré-industriais; e esforços para não ultrapassar um grau e meio. Então, a gente vê que, por exemplo, no Brasil, isso em algumas regiões já foi, infelizmente, ultrapassado. E cada país definiu as suas contribuições nacionalmente determinadas, as NDCs.

O Pacto de Glasgow, de 2021, um pouquinho mais recente... Quer dizer, o Acordo de Paris, que é um dos principais, é de 2015, ou seja, há quase dez anos.

A COP 29, a mais recente, que aconteceu agora em 2024, em Baku, no Azerbaijão, e aí você vê que, mesmo há quase dez anos, a implementação do Acordo de Paris ainda está em negociação pelos países. Isso demonstra que, de fato, muitas das metas estabelecidas ainda não foram, infelizmente, alcançadas – não só pelo Brasil, mas pelos outros países também.

Em Baku, foi definido o roteiro...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA ALDETE FONSECA – Acabou o tempo, gente! E tinha bastante coisa.

A gente tem uns compromissos nacionais, a gente tem vários compromissos nacionais. O mais recente deles é o Plano Clima, liderado pelo Ministério do Meio Ambiente, mas que tem planos setoriais. Então, de adaptação, a gente tem o Plano Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais, Igualdade Racial e Combate ao Racismo também, entre outros; a gente vai ter o da agricultura familiar também.

Agora, para os principais desafios para os povos e comunidades tradicionais, as comunidades indígenas, eu coloco aqui o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, que está em elaboração pelo Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como desafio, rapidamente, eu gostaria de colocar a dificuldade de reconhecer os 28 segmentos de povos e comunidades tradicionais definidos no Decreto de 2007; o mapeamento de todos os territórios tradicionais, a gente precisa saber onde eles estão, onde estão localizados, inclusive para se preparar para as emergências climáticas; a demarcação e regularização dos territórios tradicionais; a consulta livre e pré-informada, baseada na OIT 169; o etnodesenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento, a inclusão produtiva, social e econômica; o acesso à energia renovável e rentabilidade.

Nesse ponto, eu gostaria de colocar aqui que, por exemplo, a gente não quer que nossos povos e comunidades tradicionais tenham apenas energia renovável para autoconsumo. A gente já tem povos e comunidades tradicionais empreendedores, que inclusive são exportadores e que têm capacidade, em uma parceria pública ou comunitária, de estarem em seus territórios gerando energia, mas sendo rentabilizados por isso; que tenham uma repartição também financeira disso, ou seja, vendendo essa energia para gerar renda para as comunidades tradicionais. A gente tem algumas demandas dessas que chegaram ao Ministério relacionadas à transição energética, e a gente tem se empenhado nessa luta para fazer isso factível.

Educação, capacitação e assistência técnica. A assistência técnica não é qualquer assistência técnica, ela tem que ser contextualizada dentro das realidades, considerando os conhecimentos tradicionais, os modos de vida, respeitando a cultura, inclusive os cultos... Ai, gente, esqueci.

É isso aí, gente. De modo geral, a gente queria colocar isso. Tem outras coisas, mas a gente se coloca à disposição para estar fazendo essa construção conjunta com vocês.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Maria Aldete, pela excelente colaboração com esta audiência pública. (*Palmas.*)

Convido agora, para a exposição, a Karina, que é Assessora do Meio Ambiente, Mudança Climática e Mobilidade Urbana.

A SRA. KARINA MITLEG BAYERL (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Deputada, pelo convite. Sou Defensora Pública Federal, representando aqui a Defensoria Pública da União. Então, nesse contexto, a Defensoria Pública da União se sente agradecida pelo honroso convite desta Comissão e, ao mesmo tempo, se sente cobrada e exigida, não apenas pelo Congresso Nacional, mas por toda a população brasileira.

O tema que nos reúne hoje – a integração dos compromissos climáticos internacionais às estratégias nacionais de justiça social e sustentabilidade – é mais do que uma pauta de debate, é uma convocação para que todos os agentes públicos e a sociedade brasileira ajam com objetividade e assertividade.

Hoje, estou falando em nome da Defensoria Pública da União, uma instituição que, nas últimas décadas, tem se consolidado como um pilar de apoio para aqueles que mais precisam. Nós somos chamados não apenas nos momentos de calma, mas, sobretudo, nas horas difíceis, quando as tragédias expõem as vulnerabilidades do nosso povo.

Como todos sabemos, a história recente do Brasil tem sido marcada por desastres que abalaram toda a nação.

Nos lamentáveis episódios do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, fomos pioneiros. Não hesitamos em enviar equipes multidisciplinares compostas por defensores e defensoras públicas, assistentes sociais, servidores e antropólogos para atuar diretamente nas comunidades atingidas. Nossa prioridade foi dar voz às vítimas, garantir o acesso à Justiça, requerer o pagamento das indenizações, cadastrar pessoas que até então não eram identificadas, requerer a recuperação das áreas atingidas e degradadas, e minimizar os impactos sociais, econômicos e culturais nas tragédias.

Nossa atuação nessas ocasiões revelou ao país a verdadeira essência da Defensoria Pública da União, uma instituição que não apenas defende direitos, mas que se coloca ao lado daqueles que sofrem. O trabalho desenvolvido não se limitou a ações jurídicas, mas também a atos de acolhimento e humanidade.

Mais recentemente, nós tivemos a pandemia, covid, que pôs à prova inúmeras estruturas do nosso tecido social. A Defensoria Pública da União novamente respondeu de forma ágil e eficiente, firmando acordos com o poder público que aceleraram o processamento de mais de 40





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de pedidos de auxílio emergencial. Mais do que saber se a população teria direito, ou não, aos benefícios requeridos, era preciso garantir que tivessem direito a pedir.

A DPU não deixou de trabalhar um dia sequer. Sendo desafiados pelo trabalho remoto ou à distância, nos reinventamos e mantivemos nossos atendimentos por telefone, pela internet. Estivemos presentes nos momentos de incerteza e dor, garantindo que milhões de brasileiros pudessem ter acesso ao mínimo necessário para sobreviver.

Agora em 2024, diante das devastadoras enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, mostramos mais uma vez a nossa capacidade de agir com celeridade. A força operacional mobilizada pelo Governo Federal em conjunto com a Defensoria Pública da União atendeu mais de 50 mil famílias em tempo recorde, realizando mais de 90 missões em apenas 4 meses.

Estivemos presentes nas áreas mais remotas e nos locais mais afetados, não apenas oferecendo apoio jurídico, mas também sendo um ponto de referência para aquelas pessoas que perderam tudo. Levamos assistentes sociais, antropólogos, psicólogos, com o intuito de acolher as mais diversas demandas e necessidades. Era preciso desenvolver a escuta qualificada e o correto encaminhamento dos reclames da população gaúcha.

As audiências que este Senado conduz para acompanhar a reconstrução daquele estado têm reconhecido e testemunhado o papel da Defensoria Pública da União nesse processo; mas é preciso progredir no trato dessas tragédias, que nos trouxeram aprendizados que nos fortalecem e nos desafiam.

Sabemos que eventos como esse se tornarão cada vez mais frequentes, infelizmente, em razão das mudanças climáticas e da negligência histórica com questões ambientais e sociais. Nossa experiência nessas fatalidades nos ensinou que as instituições públicas precisam desenvolver uma *expertise* que dialogue com a complexidade crescente desses fenômenos.

O mundo enfrenta hoje uma escalada de eventos extremos, consequência das mudanças climáticas, da ocupação desordenada do território e da ausência de políticas preventivas robustas. Essas situações exigem do Estado brasileiro algo mais do que respostas pontuais, exigem inteligência, planejamento, coordenação para resolver entraves, reduzir danos e proteger vidas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, estamos desenvolvendo um protocolo de pronta resposta a atendimento das populações atingidas por desastres ambientais e climáticos – buscando nas experiências acumuladas com Brumadinho, Mariana, a pandemia e agora com o Rio Grande do Sul.

O que propomos vai muito além de um modelo reativo. Queremos criar uma estrutura de atuação que integre diferentes áreas do conhecimento, combinando direito, assistência social, antropologia, economia e meio ambiente, para garantir que as respostas sejam rápidas, eficazes, sensíveis às necessidades reais da população atingida.

Esse protocolo será um instrumento para que o Estado brasileiro esteja preparado para agir em três frentes principais: reduzir danos e evitar perdas de vida humana; recuperar áreas degradadas e reconstruir comunidades; desenvolver soluções preventivas e sustentáveis.

Nossa atuação se pautará na busca de medidas que reduzam a exposição de populações vulneráveis aos riscos ambientais e climáticos; isso inclui articulações para a implementação de políticas públicas voltadas à habitação segura, ao ordenamento territorial e ao fortalecimento de sistemas de alarme precoce.

Esse protocolo será um marco para garantir que as ações sejam rápidas, coordenadas e eficazes, priorizando sempre o atendimento humanizado e a promoção dos direitos das populações afetadas. O legado desse protocolo não será apenas uma ferramenta técnica, mas, sim, um compromisso com o futuro, fruto das lições aprendidas, como mencionado anteriormente, em Brumadinho e Mariana, com a pandemia e, recentemente, com o Rio Grande do Sul.

E, como mencionado anteriormente também, vai além de um modelo reativo: queremos criar uma estrutura que integre as áreas do conhecimento.

Senhoras e senhores, nossa atuação nos momentos mais críticos da história recente do Brasil demonstrou que a Defensoria Pública da União não se limita a ser uma instituição jurídica. Somos defensores da pacificação social, da igualdade e da dignidade. Atuamos ao lado dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos ribeirinhos, pescadores, marisqueiros e agricultores de subsistência, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos respeitados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reconhecemos que as políticas públicas são responsabilidade e atribuição daqueles que foram eleitos para ocupar cargos dos Poderes Executivo e Legislativo, mas reafirmamos aqui que a Defensoria Pública da União estará sempre pronta a colaborar, a somar esforços e atuar como um elo entre as ações do Estado e as necessidades da sociedade.

Excelências, a cada tragédia a DPU não hesitará e tampouco se omitirá, não recuará, porque sabemos que a cada pessoa atendida, estamos dando um passo em direção a um Brasil mais justo, solidário e sustentável.

As cicatrizes de Mariana, Brumadinho, da pandemia e das enchentes do Rio Grande do Sul nos lembram da nossa responsabilidade, mas elas também nos inspiram porque na dor vem a força do nosso povo e a capacidade da Defensoria Pública da União de fazer a diferença.

Seguiremos trabalhando com coragem e determinação para que nenhuma voz fique sem resposta; nenhum direito, sem defesa; e nenhuma vida, sem esperança.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Defensora Karina.

Convido agora para sua exposição Aldalucia Ferreira Carvalho Santos, Coordenadora de Programa da Comissão Pró-Índígena do Acre.

A SRA. ALDALUCIA FERREIRA CARVALHO SANTOS (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa da Deputada Socorro Neri.

Eu me chamo Alda Carvalho, sou acriana, neta de seringueiro, filha de pescador, hoje indigenista e Coordenadora do Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional da Comissão Pró-Índígena do Acre.

A CPI-Acre, fundada em 1979, liderada por um antropólogo, junto com outras lideranças indígenas e extrativistas, Terri Aquino, foi fundada com a missão de apoiar os povos indígenas no Acre, não apenas na conquista, mas no exercício dos seus direitos, exercício esse no qual até hoje nós encontramos desafios, haja vista a uma hora de atraso para esta audiência em que os indígenas foram proibidos de entrar com seus maracás nesta Casa. Isso reflete um pouco do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque as coisas andam tão devagar neste país. Então, só para registrar aqui a nossa indignação em relação ao ocorrido.

E quero dizer que a CPI-Acre tem investido esforços voltados para apoiar a luta principalmente pela terra, mas também pela saúde, pela educação e, ao mesmo tempo, para que essas lutas fortaleçam as associações de base para o exercício de direitos culturais, de línguas.

Desde a década de 80 a CPI desenvolve e implementa ações principalmente de formação, responsável naquele momento pela formação de monitores indígenas, de agentes de saúde, e, posteriormente, de professores e hoje, muito fortemente, na formação dos agentes agroflorestais indígenas, que são guardiões dessa floresta viva do Acre, juntamente com outros povos tradicionais das reservas e parques nacionais, que representam 48,9% de todo o território acriano.

Então, hoje a gente tem praticamente 50% do território do Acre considerado... Considerado, não, regulamentado como área natural protegida. Isso é um marco, e isso também demonstra o serviço ambiental prestado por esses povos para toda a sociedade.

E, num cenário em que ainda são constantes as ameaças à manutenção de direitos, principalmente os territoriais, que continuam sendo ameaçados por vários projetos de lei, mas principalmente por um marco temporal que hoje se quer implementar ainda como uma emenda constitucional para tirar direitos de indígenas que já habitam esses territórios há muitos séculos, a CPI-Acre defende não apenas a conservação da floresta, mas o bem-estar das populações que nelas habitam. As florestas só estão como estão porque existem guardiões dentro delas. Então, num contraponto de que é muita terra, a gente tem hoje que, onde tem população tradicional, tem preservação, tem conservação, tem manejo, tem uso consciente, apesar do número gigantesco de pessoas dentro delas. Hoje, em contraponto, a gente vê que em outros formatos, outros usos de terra, um dono é capaz de utilizar uma terra muito maior do que os indígenas, um único dono consegue devastar muito mais, e os indígenas, com o seu modo de uso, com o seu estilo de vida em harmonia com essa natureza, são os que mantêm essa floresta em pé.

Então, nós defendemos que os compromissos internacionais possam dar conta de financiamentos suficientes, realistas e desburocratizados, porque eu acredito que esse seja o maior desafio hoje. Muito se discute, mas os recursos ainda são insuficientes ou não são realistas,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou são muito burocráticos e de difícil acesso. Então, nós defendemos essa triagem para desenvolver ações concretas dentro dos territórios.

Já está na hora, os planos foram feitos, eles vêm sendo feitos há muito tempo com participação – nós estamos num momento muito positivo de participação –, mas nós queremos avançar para além dos planos. Nós queremos concretude, nós queremos que as ações aconteçam concretamente dentro dos territórios.

Então, a CPI-Acre vem trabalhando e desenvolvendo junto aos povos indígenas, trabalhando com e para os povos indígenas do Acre na implementação dos planos de gestão territorial. E vale aqui ressaltar que a CPI-Acre é pioneira nessa ação e que, no contexto amazônico, o Acre foi o único a tornar esses planos uma política pública.

Nós defendemos ainda um maior investimento também na produção sustentável, principalmente na ampliação de SAFs, que trazem e comprovadamente reforçam a segurança e a soberania alimentar nessas áreas.

E quero dizer que o caminho em que nós acreditamos e que já apresenta resultados concretos é o território garantido e segurança dentro desses territórios, o reconhecimento pelos serviços ambientais prestados por esses povos.

E é para dizer isso que nós estamos aqui, para estender o convite para seguir esse caminho, junto com os indígenas, com os extrativistas, com os povos da floresta, que ao longo dos anos se somaram, e com aqueles que ainda virão. Insisto que o único caminho possível para a reversão da mudança climática que assola todo o país é o reconhecimento do serviço prestado por esses povos e batalhar por justiça social com e para as pessoas da floresta.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. Bloco/PP - AC) – Muito obrigada, Alda Carvalho.

Eu vou aprendendo aqui como é que cada um prefere ser identificado para ir também fazendo esse devido respeito ao direito de cada um de ser nominado.

Então, eu já mudei aqui, viu, Aldalucia?

A SRA. ALDALUCIA FERREIRA CARVALHO SANTOS (*Fora do microfone.*) – Está bom.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Alda Carvalho.

Convido agora o Miguel Scarcello, que é Diretor-Executivo da SOS Amazônia, que, para mim, é uma das grandes referências nesse tema no nosso estado e na Amazônia. Que bom que ele está aqui conosco hoje para contribuir com esta audiência pública.

O SR. MIGUEL SCARCELLO (Para expor.) – Deputada, muito obrigado. É um prazer estar aqui do seu lado, na Câmara dos Deputados... Aqui é o Senado, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – É o Senado.

O SR. MIGUEL SCARCELLO – E poder estar com todas as pessoas que vieram do Acre, muitos representantes dos povos indígenas e das reservas extrativistas.

Para a gente é muito importante estar aqui porque nós estamos passando por uma situação bastante grave, não só no planeta – em todo o planeta –, que atinge diretamente nós lá no Acre.

A nossa realidade aponta para as áreas protegidas, que são quase 50% do estado, sem as atenções necessárias. Os órgãos responsáveis muito ausentes. A gente sabe dos esforços que eles fazem, os profissionais que trabalham tanto na Funai quanto no ICMBio e também no Ibama, mas isso é insuficiente para a crise que nós estamos vivenciando, e cada um aqui vai poder expor um pouco sobre o que cada um tem enfrentado nas suas terras indígenas e também nas suas reservas extrativistas.

Tendo um olhar mais amplo para todos esses territórios, além da ausência que esses órgãos acabam apresentando na região pela falta de ações, como é que a gente pode imaginar num parque nacional uma só pessoa para administrar 800 mil hectares? A mesma coisa para as reservas extrativistas, é um número muito pequeno, e a demanda das populações que vivem nesses territórios é imensa.

A ausência de políticas públicas tanto na área da saúde como na da educação é muito grande. Há uma atuação, mas é insuficiente, e nós vimos que, para que esses territórios sobrevivam e essas populações tenham uma condição de vida cada vez melhor, é necessário que o poder público cumpra um papel mais efetivo e haja mais investimentos públicos para que essas políticas públicas aconteçam.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso específico de conservação da floresta dentro de unidades de conservação de uso sustentável como as reservas extrativistas, carecem muito as políticas de investimento para a produção tanto florestal quanto agroflorestal, há ausência de assistência técnica contínua. Isso só acontece quando algum ministério lança algum edital em algum período, que é algo descontínuo e que acaba afetando muito o processo de produção dessas famílias, porque elas acabam tendo um corte em tudo que vinham fazendo, o acesso ao mercado é complicado, é difícil.

Então, é preciso que haja um investimento contínuo e já pensando numa adaptação ao que crise climática já tem causado. E isso significa não só assistência técnica, mas apresentação de tecnologias que possam enfrentar as secas extremas, ausência de chuva – em períodos em que se pensava que iria chover não chove mais, tem chovido bem menos –, ou água em excesso, causando um estrago medonho em todas as áreas plantadas.

Há uma carência também grande de pensar juntos com as comunidades que vivem nesses territórios, como fazer a gestão desses territórios a partir dos interesses e das demandas que as famílias possuem, algo que possa fortalecer as organizações que são cogestoras dessas unidades de conservação, no caso específico das reservas extrativistas. As associações de moradores não têm toda aquela estrutura necessária para poder compartilhar com o órgão gestor as suas preocupações e fazer as cobranças necessárias para a continuação das políticas que não ocorrem, ou que deveriam acontecer ou que acontecem insuficientemente.

Então, é uma situação que acaba levando essas populações a terem poucas opções para poderem passar pelos momentos que estamos vivendo.

Nós tivemos quatro anos de total abandono, de 2019 a 2022, de gestão pública nesses territórios. A gente viu o quanto esses territórios foram enfraquecidos, e essa retomada que está havendo nos últimos dois anos é lenta. A gente precisa ver um orçamento um pouco mais robusto para ser investido nesses territórios, seja nas terras indígenas, para que possam ser atendidas as famílias, como também para resolver os seus problemas fundiários, seja também para as unidades de conservação. E aqui, no caso, além das de uso sustentável, como as reservas extrativistas, a gente tem áreas de proteção integral que carecem muito de presença física, com atividades para que elas possam funcionar plenamente, e também de que se possa fazer a proteção desses territórios, devido a todo esse clima de ameaças que as facções andam causando no nosso estado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles penetraram as áreas rurais, estão com muita força, acabam atravessando as fronteiras. O tráfico de drogas e o uso de armamentos são algo que as forças de segurança constatarem sempre.

Então, quanto mais a gente puder vir aqui pedir à Sra. Deputada e aos seus pares para que eles invistam nessas estruturas, nesses territórios... Porque isso vai garantir que os efeitos da crise climática sejam menores.

A gente já vê a cidade de Rio Branco sofrendo para o abastecimento da sua população, a captação de água a cada ano encontra dificuldades, a gente tem a Bacia Hidrográfica do Rio Acre com quase 50% da área desmatada. E, da nossa parte, junto nessa aliança com a Comissão Pró-Índio, com o Instituto Catitu e com as lideranças das terras indígenas, a gente tem tentado desenvolver ações mais concretas.

Além de a gente ter que fazer as cobranças contínuas que a gente faz junto aos Parlamentares para a opinião pública, a gente tem capacidade de ação. Mas, infelizmente, nós agimos em locais, em territórios delimitados. Então a gente tem um esforço medonho hoje para produzir mudas. Nós estamos com um viveiro hoje em Capixaba para a produção de 450 mil mudas/ano, com mais de 50 viveiros comunitários espalhados no estado para a produção, somando, de quase 500 mil mudas/ano, no sentido de recuperar as nascentes, recuperar bacias hidrográficas.

E a gente vê que esse esforço tem sucesso, tem resultado. A gente vê famílias hoje, depois que já tiveram esses tipos de serviços e assistência, já com seus quintais muito mais produtivos e trabalhando, assistindo políticas públicas como o Pnae, abastecendo as escolas com alimentos saudáveis e frescos com que seus filhos podem se alimentar com segurança, substituindo os alimentos ultraprocessados, que habitualmente é o que se compra com mais rapidez.

Então ter investimento nessas políticas é fundamental para que a gente possa enfrentar essa crise por que a gente está passando hoje. A gente sabe que as tentativas de fazer as ações de mitigação não foram suficientes até agora. São necessárias, mas a gente já está numa fase de adaptação. A leitura que a gente faz é que nós precisamos ter uma capacidade muito maior.

E a gente viu, na COP 29, agora, o resultado pouco positivo dos investimentos que poderão ser feitos pelos países desenvolvidos nos países em desenvolvimento como o Brasil. O recurso vai





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser bem menor. Então nós precisamos buscar internamente os esforços para que essas áreas recebam o investimento de que precisam.

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL SCARCELLO – E estar aqui é fundamental, não só com a senhora e com a Câmara dos Deputados e os Senadores, mas agora, sabendo da Defensoria Pública da União, mas com o ministério, a gente tem que ter essa aliança cada vez mais fortalecida.

Muito obrigado por estar aqui.

Espero que a gente possa avançar na nossa conversa aqui. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Miguel.

É interessante observar como a gente tem ainda muito a melhorar, inclusive do ponto de vista das normas, das instituições, para evitar o que aconteceu agora há pouquinho, quando convidados nossos, convidados desta audiência pública, indígenas, tiveram que deixar artefatos seus, extremamente importantes, para poder entrar neste Senado, entrar nesta Casa do povo.

Então eu quero aqui manifestar a minha solidariedade aos senhores e às senhoras e dizer que nós faremos o devido registro à Presidência deste Senado Federal, para que as normas aconteçam com a segurança devida com todos que frequentam este ambiente público, respeitando a cultura, respeitando os nossos convidados indígenas, para que eles possam, os senhores possam entrar nesta Casa com toda a segurança necessária e devida também, mas, ao mesmo tempo, com todo o respeito que devemos ter com a cultura dos povos indígenas. Então aqui a minha solidariedade, o meu pedido de desculpas pelo acontecido.

Quero fazer o registro também da presença do Terri Aquino, que tem muita história, tem muita contribuição, tem um legado na defesa dos povos indígenas, na defesa da Amazônia, na defesa do nosso estado e que merece sempre o nosso reconhecimento.

Convido agora para fazer a sua exposição Anaís Cordeiro, membro do Comitê Chico Mendes.

A SRA. ANAÍS CORDEIRO (Para expor.) – Boa tarde. Muito boa tarde a todos e a todas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pelo convite, Deputada. Esses espaços são muito importantes para a nossa democracia, e eu vejo que o Acre está aqui em peso. Então, é muito bom nos ver falando também.

Meu nome é Anaís Cordeiro, eu sou de Rio Branco, Acre, sou membro do Comitê Chico Mendes e vou pedir licença para ler para também não ultrapassar o tempo aqui.

Ser jovem na Amazônia hoje é conviver com inúmeras contradições, e uma delas é assistir o mundo falar da COP 30, sobre a importância da Amazônia e o papel fundamental da nossa região, enquanto enfrentamos a realidade de territórios e populações vulnerabilizadas por uma violência física e simbólica, que destrói a floresta, culturas e comunidades.

Quem vive na nossa região encara um projeto de destruição da floresta tanto física quanto simbolicamente. Mesmo nas cidades, somos bombardeados diariamente com a narrativa de que a nossa falta de acesso a direitos e a infraestrutura é consequência do atraso causado pela preservação ambiental.

Em Rio Branco, por exemplo, poucos sabem que a preservação da Reserva Extrativista Chico Mendes garante a existência do Rio Acre, essencial para o abastecimento de água da nossa cidade. Essa falta de conhecimento é resultado de narrativas bem financiadas, que marginalizam a preservação ambiental. E combater isso exige recursos e esforços para conectar tanto a floresta quanto a cidade, promovendo justiça climática de forma integrada.

É crucial ouvir as comunidades e cocriar soluções, além de instrumentalizar quem está na linha de frente da crise climática. Um exemplo disso é o projeto Fluentes, realizado pelo Comitê Chico Mendes, em parceria com o Programa Vozes pela Ação Climática Justa e com a Correnteza. O projeto oferece aulas de inglês para jovens da Reserva Extrativista Chico Mendes e de contexto urbano no Acre, focando em incidência climática internacional.

Nessa experiência, o aprendizado do inglês tem como centro o território e as vivências desses jovens. O grande objetivo é proporcionar uma jornada de aprendizado que seja acolhedora e encorajadora, fortalecendo a luta para que essas pessoas possam acessar esses espaços de poder e decisão sobre clima. São espaços que esses jovens não só podem, mas devem ocupar não como ouvintes, mas como especialistas que são.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em uma das nossas aulas, uma das nossas alunas que vive na Reserva Chico Mendes disse que o nosso papel como extrativistas não é servir de plateia nas decisões globais. E, quando ela disse isso, como professora e como companheira de luta dela, eu fiquei profundamente tocada e muito emocionada pelo senso de missão que as palavras dela transmitiram. Jovens como ela, que carregam o legado do Chico Mendes, merecem todo o apoio e o incentivo necessários para atuar de uma forma cada vez mais livre, autônoma e segura.

As reservas extrativistas foram criadas não somente para proteger os territórios, mas para proteger modos de vida das populações tradicionais e também para garantir o acesso a políticas públicas. Então o nosso dever é garantir que as políticas cheguem para essas populações.

Quatro meses antes do assassinato do Chico, em 1988, ele escreveu uma carta endereçada aos jovens do futuro. A carta fala de uma sociedade mais justa e da união que teria ocorrido para chegarmos a esse grande sonho ideal dele. Ao endereçar essa carta às juventudes, o Chico manifesta uma profunda confiança nas próximas gerações que viveriam depois dele, que somos nós e que estamos hoje enfrentando a crise climática.

Com isso, inspirados nesse gesto do Chico, que possamos nos comprometer a confiar no trabalho que já está sendo realizado e ainda pode ser cada vez mais intensificado nos territórios. Sem essa confiança, nós vamos seguir disputando espaço, nos enfraquecendo e não avançando o tanto que nós podemos e até o que nós merecemos.

Eu não estou aqui sozinha. Estou acompanhada de juventudes amazônicas que compõem o Comitê COP 30, que é uma coalizão nacional conduzida por organizações da Região Amazônica, que visa garantir que a COP 30 seja uma conferência centrada nas pessoas e nas especificidades dos territórios. E aí nós entendemos que o centro do debate precisa ser as nossas vidas. É isso que está em jogo.

Então, a partir desse debate, nós construímos coletivamente esse documento que reúne 39 propostas para a implementação de soluções climáticas que estejam realmente conectadas com as necessidades e com as potencialidades do Brasil. O nome do documento é Nossa Chance: uma NDC ambiciosa para adiar o fim do mundo. Construindo essas propostas, nós tivemos ainda mais forte a certeza de que é não olhando para fora, mas olhando para dentro, para os nossos territórios, para as soluções que já estão sendo construídas e aplicadas pelas populações





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tradicionais, originárias, pelos moradores das periferias, que nós vamos conseguir construir soluções climáticas que sejam verdadeiramente efetivas, participativas e eficazes.

Então eu agradeço muito a abertura desse espaço para que a gente possa seguir conversando, estreitando laços e criando cada vez mais confiança.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Nós é que te agradecemos, Anaís Cordeiro.

Quando a gente vê uma jovem tão altiva protagonizando um debate que coletivamente deve ser assumido por todos, mas que não tem sido, e fazendo isso com tanta altivez, com tanto conhecimento de causa, como missão de fato de vida, com esse senso de missão, esse senso de urgência, de fato a gente vê que há esperança, há chance para que a gente adie o fim do mundo, para que se adie o fim da vida humana na terra.

Eu quero agora agradecer as exposições de cada um dos senhores e das senhoras desta primeira mesa, convidá-los para que retornem aos seus assentos e já convidar os próximos da segunda mesa.

Nós vamos fazer participação de convidados que estão aqui na plenária após a apresentação da segunda mesa.

Então, eu convido agora: Josias Pereira Maná, Agente Agroflorestal Indígena; Antônio André do Nascimento, representante da Reserva Extrativista do Alto Juruá; Maria Joelma da Silva, representante do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá; Roberlene Nukini, representante da Terra Indígena Nukini.

Vai ser possível que a Secretária Francisca Arara participe remotamente? (*Pausa.*)

Ela está *online*?

Então, vai ser possível.

Nós teremos, então, o fechamento dessa segunda mesa com a participação da Secretária Francisca Arara, Secretária Extraordinária de Povos Indígenas do Estado do Acre, que fará sua participação remotamente. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro aos nossos convidados dessa segunda mesa que o prazo regulamentar da Comissão para a exposição é de dez minutos. Então peço que, assim como os nossos convidados da primeira mesa, os dessa também organizem sua exposição para o cumprimento nesse tempo.

Convido, então, para iniciar com a primeira exposição desta segunda mesa, o Josias Pereira Maná.

O SR. JOSIAS PEREIRA MANÁ (Para expor.) – Olá, boa tarde! Eu agradeço à mesa, com a Deputada Socorro Neri.

Como não me permitiram com o maracá, eu vou na voz.

(Procede-se à saudação em língua indígena.)

O SR. JOSIAS PEREIRA MANÁ – Então boa tarde. O meu nome é Josias Pereira Maná Huni Kuĩ, do Acre. Sou agente agroflorestal, representando a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. No Acre, existem 200 agentes agroflorestais, contando com 34 terras indígenas, abrangendo o Acre como um todo. Nós temos 76 agentes agroflorestais formados. Então nós somos lideranças de filhos, netos e sobrinhos, da família dos nossos antepassados, somos escolhidos e indicados pela nossa liderança.

Nós agentes agroflorestais estamos participando de um curso presencial, de uma oficina, de um intercâmbio, através da escola Centro de Formação dos Povos da Floresta, onde nós aprendemos a prática como técnicos culturais. Nós também temos que facilitar essa prática técnica de como plantar. A gente vem trabalhando com o nosso modo de viver, de proteger as nossas florestas. Estamos trabalhando com produção, com os viveiros, com sementeira, com os quintais, no roçado, nas capoeiras, na recuperação de capoeira, em área degradada, na preservação das matas ciliares e da nascente do olho d'água. Então é nisso que a gente está trabalhando.

O trabalho foi iniciado em 1996, com três povos, e cada vez vem aumentando. O trabalho é muito importante. Nós aprendemos também o tamanho do nosso território. Trabalho com mapeamento, com etnomapeamento, para conhecer o tamanho do nosso território, a nossa biodiversidade, a nossa floresta, as nossas águas, a nossa caça, pesca, floresta, e também elaboramos material, que não é lei, é de acordo com o plano de gestão territorial das terras





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas, de onde nós levantamos todos os nossos recursos naturais – a nossa caça, a nossa floresta, a nossa madeira, a nossa cultura –, mantendo a floresta em pé, a tradição do nosso artesanato e da nossa medicina. Com isso estamos fortalecendo o trabalho importante de cuidar, de preservar a natureza e a biodiversidade.

Então nós parentes indígenas do Acre, com muito interesse – porque nós conhecemos o nosso entorno, os nossos parentes, irmãos, moradores –, estamos num trabalho importante de acompanhar e fortalecer. Então, mantendo o nosso conhecimento e tradição para fortalecer, através de proteção territorial, trabalhamos com geotecnologia de mapeamento, de monitoramento, de proteção territorial. Quem conhece somos nós que vivemos, que conhecemos e aprendemos. Quero fortalecer o que os nossos velhos deixaram e atualizar e implementar os nossos planos de gestão. Então é para isso que nós estamos prestando serviço para a comunidade, através de segurança alimentar, de manter a floresta em pé, da preocupação com a biodiversidade, com a natureza, tanto no Acre, no Brasil quanto no planeta como um todo. É por isso que nós queremos ter o nosso reconhecimento de categoria profissional.

Então o projeto de lei tem que movimentar, tem que andar. Já tem um projeto de lei de reconhecimento de categoria profissional. Então nós somos guardiões da floresta e queremos não acabar com a natureza, mas fortalecer cada vez mais, porque é um trabalho muito importante, e trabalhar com vizinhos, com o entorno. São os parentes. Onde tem a floresta são a terra indígena, Resex e parque nacional. É com isso que estamos preocupados. Chegamos nesta Casa para implementar o projeto de lei (PL), que não pode ficar engavetado, guardado, tem que se movimentar. Nós somos um grupo de jovens lideranças participando, acompanhando e fortalecendo.

Nós somos contra o marco temporal, contra a PEC 48. Então dar continuidade a esse trabalho é importante, é para isso que nós estamos querendo ter reconhecimento e garantir a nossa luta, porque nós estamos trabalhando. Dos órgãos que fazem parte, os que sabem somos nós. Quem sabe, quem luta somos nós. Por isso é que nós queremos fortalecer cada vez mais. É para isto que nós estamos aqui, chegando a esta Casa: para nos fortalecer e acompanhar. E queremos garantir o contrato permanente. Nós não queremos trabalhar de graça. Nós estamos sustentando, mantendo a Amazônia, segurando e mantendo de pé a floresta com o conhecimento tradicional.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula aqui e nós lá! Nós lá e Lula aqui!

Então demarcação já!

Haux, haux!

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOSIAS PEREIRA MANÁ – Haux, haux!

Sei que o tempo é muito limitado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Tem aí, Silvia, a informação? *(Pausa.)*

Então é isso.

Vou lembrar aqui – por ser pertinente ao que o Josias acabou de falar – que nós estamos elaborando um PL, em parceria com a CPI-Acre, e a equipe técnica pediu para fazer alguns ajustes no texto. É um PL para regulamentar a profissão dos agentes agroflorestais indígenas. *(Palmas.)*

Então essa é uma luta que o nosso mandato vai empreender nesta Casa, buscando articular a aprovação nas Comissões e depois fazer chegar ao Plenário para aprovação, por ser uma luta justa. Então nós precisamos, de fato, garantir, o quanto antes, que os agentes agroflorestais indígenas tenham uma profissão regulamentada e devidamente remunerada, dada a sua importância, de fato, para a preservação da natureza, para o equilíbrio climático da nossa região e também do mundo.

Então quero aqui fazer esse registro, tá, Josias? Estamos juntos. *(Pausa.)*

Vai ser pedido também o registro na Classificação Brasileira de Ocupações, não é, Silvia?

Muito bem. Já foi feito o pedido, não é? *(Pausa.)*

Então aqui é a colinha da Silvia Brilhante, que quem é do Acre conhece muito bem. Ela foi Secretária de Meio Ambiente, na prefeitura da nossa capital, por seis anos, e depois Secretária Adjunta de Planejamento, quando eu tive a oportunidade de conhecer a Silvia. Depois disso, a gente não se largou mais, não é? E, antes disso, sete anos na SOS Amazônia.

De fato, o sobrenome da Silvia é muito apropriado: Brilhante. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa ficar vermelha, não, Silvia! Só fica brilhante assim, não é?

Bom, convido agora o Antônio André do Nascimento, representante da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

O SR. ANTÔNIO ANDRÉ DO NASCIMENTO (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde a todos e a todas.

É uma honra estar aqui no gabinete da nossa Deputada Socorro Neri.

Então, aqui, estou como jovem protagonista, estudante universitário e representante da Reserva Extrativista do Alto Juruá. A gente vai repassar para vocês a reserva extrativista e seus desafios.

As reservas extrativistas são áreas protegidas que contribuem diretamente para a manutenção da vida de quem mora lá, para o processo de regulação do clima, através da manutenção da floresta em pé, abrigando centenas de milhares de familiares que vivem em um estado de vulnerabilidade e algumas, em alguns casos, de pobreza extrema.

Aqui representando três delas – a Reserva Extrativista do Alto Juruá, Riozinho da Liberdade e Tarauacá –, eu gostaria de falar para vocês sobre os desafios que estamos enfrentando nos nossos territórios e que, por isso, precisamos de alternativas de geração de renda que levem em consideração a realidade desses locais e sejam uma alternativa de vida viável, garantindo a conservação e a segurança alimentar para quem está nesses territórios.

Hoje, em toda a responsabilidade de gestão das unidades ICMBio, sabemos que as organizações de base em comunidades, também conhecidas como concessionárias, também tem esse papel, mas hoje se encontram tão enfraquecidas que não conseguem exercê-lo, e, por isso, precisam de investimentos para o fortalecimento.

A luta para a criação da Resex contou com a participação de vários seringueiros, principalmente por entenderem que necessitavam estar inclusos nas políticas públicas que o Estado ofertava e não podiam acessar algumas dessas políticas por conta de o território em que residiam ser privado. No caso, pertenciam aos seringalistas e fazendeiros. Contudo, a reserva ainda necessita de muitos apoios para se tornar um lugar melhor para viver.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A educação tem sido um sério problema, pois o Estado é muito insuficiente, assim como os apoios necessários para os extrativistas e pequenos agricultores, principalmente no escoamento da produção, pois, às vezes, faltam os transportes necessários, como barcos e caminhão.

Outro grande problema enfrentado na reserva é referente ao acesso aos meios de comunicação e à segurança pública. São necessários mais projetos voltados para a aquisição de pontos de internet nas comunidades e fiscalização da política para manter a ordem. Dessa forma, é possível ofertar mais cidadania para um povo que preserva parte da Amazônia para o mundo.

E é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito bem, Antônio.

Muito bem. (*Palmas.*)

Agora eu convido a Samsara Nukini, representante da Terra Indígena Nukini.

A SRA. SAMSARA NUKINI (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas e a todes que se encontram aqui na sala.

Eu quero agradecer o convite da Deputada Socorro Neri.

Eu sei que ela fez o pedido de desculpa para a gente pelo que aconteceu ali na entrada. E a gente desculpa. A gente tem ela como uma grande apoiadora das nossas causas indígenas também. Mas, assim, eu não poderia começar essa plenária sem falar do que aconteceu. Sei que a Alda também falou. Mas o que isso significou para a gente? É a minha primeira vez no Senado, e a primeira impressão é a que fica. Então o que ficou gravado em mim, na minha alma e na alma dos meus parentes que aqui estão – porque somos de etnias diferentes, mas somos uma só nação, somos povos indígenas – é que a gente pode sentir na pele o preconceito. Eu, pela primeira vez, senti na pele o preconceito por um maracá, que não é uma arma. Como eu posso falar para vocês brancos o que isso significa para a gente? A gente entra, vai vestido com a nossa pintura, com a nossa roupa, com os nossos cocares, com as nossas tiaras e com os nossos maracás, porque a gente não ia balançá-los aqui, se não fosse autorizado, porque a gente é indígena, mas a gente sabe respeitar, sabe entrar nas salas e respeitar as regras.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, eu fiquei muito magoada por ela mandar não sei se um motorista ou um assessor dela pegar os maracás para a gente poder entrar nessa sala. Ele os pegou para colocar no carro, porque não foi permitido colocar no gabinete dela. E aí ele teve que por no carro e tirar o carro do estacionamento. Veja só o tamanho do preconceito! Tirou o carro do estacionamento porque não pôde ficar o maracá dentro do carro. Então o carro dele está estacionado fora do estacionamento aqui do Senado. E isso é um absurdo!

A gente pode ver que as políticas públicas... Eu falo que os nossos direitos indígenas estão sendo tratados em Brasília, mas não, hoje eu pude ver que não. Pude ver que há retrocesso. Há retrocesso contra as nossas histórias, porque, se o branco pensasse... Não estou falando de todos, porque a gente tem muito apoio de organizações que foram fundadas, como, por exemplo, pelo Txai Terri ali, e temos Deputados a nosso favor, uma Deputada só, porque eu acompanho também a legislação do Acre, a nosso favor. E a gente é muito grato. Mas, aqui em Brasília, pude perceber que o preconceito é muito forte, ao ponto de não se poder deixar um carro estacionado porque tem dois maracás lá dentro. E isso me entristece. A minha fala aqui era sobre emergências climáticas, dentro do meu território, mas não poderia começar antes de falar sobre essa situação.

Então a gente quer proteção aos nossos direitos e quer ser respeitado da mesma maneira que os cabos eleitorais de Deputados Federais e Estaduais, de Presidentes entram dentro dos nossos territórios com o que tiverem. A gente não está lá na portaria, onde começa o nosso território, dizendo: "Você não pode entrar com isso, você não pode entrar de paletó, você não pode entrar de gravata...". A gente respeita e recebe com muita alegria, assim como o Governador do Acre foi ao nosso território e foi recebido com muita alegria, com danças e cantos.

E aqui eu posso ver que não é uma Casa pública, não é a Casa de todos, porque, se fosse de todos, haveria o respeito – e hoje a gente não foi respeitado.

Então, como a Alda falou, imaginem se as coisas no Brasil andassem ligeiro? Porque andam devagar. Para entrar aqui, a gente demorou mais de uma hora e meia. Por conta de um maracá, não permitiram a nossa entrada. E eu deixei, mas eu não queria entrar, porque eu falei assim: "Se o meu maracá não entrar, eu também não entro". Mas a Alda conversou e a galera aceitou. Beleza, eu respeitei e vim, mas vim com meu coração cheio de tristeza, porque... Como eu vou entrar numa sala sem a caneta? Vocês entram sem a caneta de vocês ou sem o computador numa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião? Como é que eu vou entrar? Trago uma armadura, a deixo e me sinto protegida? Não. Então, assim, eu estou consternada, indignada, com essa situação.

Quero pedir aqui proteção realmente para os povos indígenas, para os nossos direitos. Não, ao retrocesso! Não, ao marco temporal!

Para barrar a crise climática precisamos demarcar territórios, precisamos manter os territórios demarcados. Não se pode mais ampliar, porque a tese do marco temporal, que virou uma lei infernal na nossa vida, não nos permite falar mais em ampliação, mas vamos criar novas terras, vamos ter compromisso com os territórios tradicionais e com os povos indígenas. Por quê? Porque, mesmo tendo isso, a gente vê que os guaranis estão sofrendo, estão sendo assassinados, jovens de 23 anos – quem acompanha as redes sociais vê –, e isso mata a gente por dentro; mata. É como se fosse uma árvore sendo derrubada por vez.

A floresta não joga carbono para a atmosfera, ela é a nossa base de oxigênio. Nós soltamos gás carbônico, a árvore absorve e transforma em oxigênio. Só a bancada ruralista da pecuária que não consegue enxergar isso. Quero ver: quando eles conseguirem derrubar a última árvore de cada lugar do Acre ou de cada lugar do país, onde é que vão achar oxigênio? Mas, enquanto houver um indígena vivo, a gente vai estar lutando, derramando a nossa última gota de sangue.

Eu queria estar aqui? Eu não queria estar aqui, queria estar em casa, dentro da minha floresta, lutando e cuidando das minhas filhas, mas estou aqui pedindo proteção aos nossos direitos, pedindo proteção aos nossos anciões, às nossas crianças. A nossa geração passada e a nossa geração futura dependem dos nossos direitos. E a gente não tem medo de enfrentar ninguém que fale que não temos direito, porque, antes do Brasil da coroa, existia o Brasil do cocar. E hoje eu posso ver, e pude ver, o quanto a gente precisa ser resistente.

Então, parentes, não ao marco o temporal e, sim, à demarcação! Precisamos lutar para demarcar os nossos territórios, lutar por novas terras indígenas e respeitar.

Só peço, por favor, que respeitem os nossos direitos.

Eu saí do rumo, porque não estou bem por conta dessa situação. Era outra situação que eu ia trazer aqui, sobre a questão das emergências climáticas que nós povos indígenas do povo nukini estamos passando. Estamos precisando de água potável dentro das aldeias, que não têm





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

saneamento básico, estamos precisando de banheiro... Queria falar tudo isso, mas hoje só quero pedir isto: demarcação já e não ao marco temporal.

Vamos avante! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Convido agora a Maria Joelma da Silva, para a sua exposição.

A SRA. MARIA JOELMA DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde.

Sou a Maria Joelma da Silva, representante do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Dando continuidade à fala do André sobre as reservas, outra questão que se faz necessário pautar é a segurança do território, dessas áreas. Isso porque essas populações extrativistas vêm sofrendo, há anos, com grandes desafios, entre os quais podemos destacar: invasão, caça e pesca ilegal. Além disso, são as pessoas mais afetadas pelas emergências climáticas, que vêm nos assolando, como grandes secas e cheias.

Esses territórios, em sua grande maioria, têm grandes dificuldades de acesso. Sendo assim, essa população não tem acesso à água potável e à segurança alimentar e nutricional. E, por falta de alternativa, essas famílias estão migrando para a cidade, superlotando esses centros que, no nosso caso também, não têm infraestrutura e saneamento básico para atender a todos.

Por isso, como extrativistas, estamos aqui pedindo assessoria para ajudar a mitigar esses desafios. Ajudem-nos e busquem soluções que nos garantam a gestão de recursos naturais, com uma agricultura de base sustentável, infraestrutura, educação e conscientização.

Obrigada, Deputada, por estar tirando este pequeno momento para nos ouvir.

É muito importante para nós, como representantes do povo da reserva, estar aqui trazendo as questões, porque, quando estamos lá dentro, sabemos o que sofremos e o que passamos. O bom seria que as pessoas que tomam as decisões aqui nas mesas passassem pelo menos um mês do que a gente passa lá dentro, não é? Por quê? Porque quando a gente está lá é mais fácil entender o que está se passando, porque muitas vezes são tomadas decisões aqui que não condizem com o nosso cotidiano.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Joelma.

Vamos, agora, passar para a exposição da Secretária de Estado, Secretária Extraordinária de Povos Indígenas do Estado do Acre, que fará sua exposição remotamente, a Secretária Francisca Arara.

A SRA. FRANCISCA ARARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, boa tarde. Boa tarde a todos e a todas.

Queria aqui, primeiramente, agradecer à nossa Deputada Socorro Neri pelo convite.

Não foi possível estar aí presente para participar desta 9ª Reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que a nossa Deputada coordena, mas, hoje, com essa nova tecnologia de podermos participar virtualmente – porque eu estava participando do fórum participativo sobre a construção da metodologia da estratégia de repartição de benefícios, que a gente está construindo aqui no Estado do Acre; e, hoje, ainda estamos com agenda, e não foi possível estar presencialmente –, fiz questão de estar aqui de forma remota, virtual.

Então, estava ouvindo aqui atentamente nossos colegas, a Comissão Pró-Indígenas do Acre; o Josias, representando os agentes agroflorestais; nossa parenta Nukini, colegas da reserva extrativista, mas queria focar e dizer que, nesses últimos dois anos, de 2023 a 2024, estamos sofrendo situações extremas, não só no Estado do Acre, mas na Amazônia, e em alguns países.

A gente sabe que isso tudo são efeitos das mudanças climáticas, e agora a discussão é enfrentamento e adaptação, porque a gente estava discutindo para as mudanças climáticas não chegarem, e elas chegaram mais cedo do que a gente esperava.

Então, como todo mundo sabe, aqui no Estado do Acre, temos 36 terras indígenas. Essas 36 terras indígenas sofreram seca severas neste ano de 2024; 30 terras indígenas foram afetadas com a seca; 17 TIs sofreram seca severa; 14 terras indígenas com secas extremas, e isso deve ocorrer por dez a vinte anos, pelo caminho que vai.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente percebe que, por mais que nós, os povos indígenas, tenhamos um papel fundamental na preservação das florestas e das populações tradicionais, a gente está vivenciando isso, sofrendo esse impacto, direta ou indiretamente dentro do nosso território.

Em 2023, tivemos uma alagação muito grande, e a gente, junto com outras instituições, como a Comissão Pró-Indígenas do Acre, a Funai e o Governo do Estado do Acre, pudemos fazer vários atendimentos nos territórios, com alimentos, com insumos, *kits* de higiene e limpeza, e, para os indígenas no contexto urbano também demos todo o apoio, com abrigos que nós construímos. Aqui em Rio Branco temos cinco bairros que têm indígenas, também, no contexto urbano. Então, o estado deu todo esse suporte com alimentação, com saúde e o acolhimento nesse abrigo.

Para além disso, a gente também visitou alguns territórios indígenas entregando os insumos, e foi muito preocupante o que a gente viu, porque ali eles entregaram o documento nas mãos do Governador; à época, o Governador foi em algumas, e, em outras, eu pude ir, como Secretária dos Povos Indígenas.

Hoje a gente tem um trabalho de cinco eixos, no qual a gente pôde diagnosticar a situação da seca severa. Nós tivemos, em 2023, alagação e agora, em 2024, nós tivemos uma seca severa, e foi muito mais preocupante, porque aí também veio a questão da fumaça. E, em cima desses documentos que os povos indígenas entregaram nas mãos do Governador e nas nossas mãos, a gente pôde trabalhar cinco eixos. Esse eixo está baseado na água potável, na segurança alimentar e na infraestrutura. Mas como assim infraestrutura? É porque muitas aldeias foram invadidas pela água e perderam sua produção, suas hortas, sua criação, seu sistema agroflorestal. Então, é preciso que a gente faça esse diagnóstico de como apoiar esses territórios, porque, quando tem esse sinal de que nós vamos viver de dez a vinte anos nessa oscilação, isso requer recurso.

Então, a política do Estado do Acre dos territórios indígenas está baseada na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental, mas hoje é muito importante que a gente insira dentro dessa política os eventos extremos.

Em todas as discussões, em todas as captações que nós estamos fazendo, seja do Governo Federal, dos parceiros internacionais e municipais, das emendas parlamentares, temos que estar lembrando também o aporte do recurso e inserir em todos os debates e discussões os eventos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremos, para nós darmos resposta aos pedidos que os territórios estão solicitando para o Governo do Acre através da secretaria, que são muitos. Todos os dias chegam pedidos de poços, pedidos de reconstrução do seu sistema agroflorestal. E, agora, recentemente, por conta desses impactos dos eventos extremos, nós ainda estamos vivendo em situação muito pior, porque as pragas também estão invadindo as produções nos territórios. Então, para fazer manutenção das florestas e apoiar quem vive nelas, é um custo muito alto.

Em cima disso, hoje nós temos essa Política de Gestão Territorial. Nos territórios indígenas, temos os planos de gestão territorial e os agentes agroflorestais, como bem abordou o nosso agente agroflorestal Josias Maná. É muito importante – a nossa Deputada já está falando disso – essa ideia de pensar o reconhecimento da categoria dos agentes agroflorestais, porque eles têm um papel importante em tudo isso que nós estamos falando aqui, mas a gente precisa urgentemente, tanto no Plano de Adaptação do Governo Federal, nessa discussão dos fundos climáticos como na discussão do estado no plano de adaptação e de enfrentamento Acre Resiliente, ter aporte de recursos para atender a essas demandas, porque o que a gente tem é muito pouco.

Agora, recentemente, nós estamos com uma comissão de trabalho aqui no Acre, um GT, que está discutindo a construção dos poços nos territórios. Nós temos hoje 2 milhões para atender 246 aldeias. É muito pouco para fazer os poços, construir as cacimbas, fazer os reservatórios de água.

Então, nós estamos falando de enfrentamento e adaptação, mas nós estamos falando de muito recurso que precisa chegar para atender esses territórios, para que os povos indígenas e as populações tradicionais venham viver nos seus territórios com dignidade, com justiça social, com fortalecimento das suas culturas. Se não tiver água, não vai ter nem floresta, porque não vai ter produção, não vai ter comida.

Agora, recentemente, até amanhã, a gente está fechando aqui o processo que a gente produziu, junto com a Funai, no distrito sanitário especial indígena, a Comissão Pró-Índigenas do Acre e a Amaaiac, para construir esses poços nos territórios, mas é uma força-tarefa de todos nós.

Tem que estar amarrado dentro das políticas nacional e internacional o apoio para os eventos extremos. Quem sofre mais com isso são as mulheres, os jovens e as crianças. Nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos também vivendo situações muito caóticas de problema de saúde por conta da fumaça, que também assolou a Amazônia.

Então, urgentemente, dentro do plano de adaptação do nosso estado, em que já estão lá os cinco eixos – nós trouxemos dos territórios os cinco eixos que o Acre precisa desenvolver –, para o Acre dar resposta a isso, nós precisamos de recursos, e tem que estar também dentro do plano do Governo Federal. Então, nós estamos trabalhando tudo isso. É muito importante que nós tenhamos agilidade e que os recursos cheguem para atender a essas demandas, que são muitas, dos territórios indígenas e das populações tradicionais.

Deputada Socorro Neri, eu queria agradecer-lhe. Eu queria muito estar aí presente, mas nós estamos aqui com uma força-tarefa muito grande para nós atendermos a construção desses poços e trabalharmos agora a questão da produção. Para além de alguns territórios que perderam a sua produção, agora as pragas estão acabando também com as roças. E isso é tudo problema vivenciado devido à mudança do tempo, mudança de calendário, como chamam os nossos povos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Secretária Francisca Arara.

Parabéns pelo excelente trabalho que a senhora vem desenvolvendo! Sei que os desafios são imensos, mas nós precisamos reconhecer o papel fundamental que a secretaria tem tido no posicionamento desses desafios na agenda pública do nosso estado.

Quero agora fazer, na ausência de Parlamentares presentes nesta Comissão, um pouco dessas considerações a partir da visão de alguns de vocês que aqui estão conosco.

Então, eu quero abrir para a participação, por até três minutos, de três dos nossos convidados do Plenário.

Eu queria começar, desses três, indicando a participação do *txai* Terri Aquino. (*Pausa.*)

O SR. TERRI VALLE DE ALQUINO (Para expor.) – Eu estava querendo fugir dessa conversa, mas, enfim... (*Risos.*)

Obrigado Deputada Socorro Neri, que é uma mulher valorosa da nossa terra, que está aqui no Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem muito respeito pela senhora e gostaria que a senhora fique por muito tempo nesta Casa.

Pois bem, Deputada Socorro Neri, eu estou fazendo 50 anos que eu estou trabalhando com os povos indígenas do nosso estado. É uma data... Eu já estou me aposentando, bendizer, porque eu já estou com problema de vista, quase não consigo mais ler nem trabalhar em computador; enfim, estou virando, como chamam, aquele que tem deficiência visual.

Mas acho que, em 50 anos, eu fui testemunha da luta desses povos indígenas do nosso estado. Eu os acompanhei, eu estive junto com eles. Nós estivemos batalhando juntos, e eu vi o esforço e a luta dessas pessoas mais velhas, dessas lideranças mais velhas – a maioria delas já passaram, já fizeram a sua viagem para a espiritualidade. Elas deixaram um legado bonito no nosso estado. Nesses 50 anos, 36 terras indígenas foram reconhecidas no nosso estado, a maioria delas já demarcadas e regularizadas.

E agora ficou um problema fundiário muito grande no Acre: dessas 36, talvez seis ou sete terras ainda faltam ser demarcadas e regularizadas no estado; e, por incrível que pareça, são as terras em que os indígenas tiveram...

(Soa a campainha.)

O SR. TERRI VALLE DE ALQUINO – ... as suas terras tradicionais sobrepostas pelas unidades de conservação, seja parque nacional, seja reserva extrativista, e por outras unidades. Então, eu acho que isso seria muito importante. A terra é do Brasil, a terra é da União. Então, seria fácil que os órgãos, como a Funai e o ICMBio, se entendessem e fizessem essas demarcações finais que ainda faltam por questões de sobreposição. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Excelente! Excelente a participação do Txai Terri Aquino, inclusive trazendo essa demanda urgente que se tem de demarcação ainda de cerca de seis ou sete terras indígenas.

Vou pedir a Silvio que busque com Terri Aquino mais informações a respeito e de que modo nós podemos, pelo mandato, articular essa questão.

Convido agora outros dois que queiram fazer uso da palavra. Apresentem-se, utilizem da palavra e se manifestem, por até três minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ BATISTA SIQUEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu quero dizer para vocês que eu sou José Batista Siqueira e sou representante geral de uma organização local do nosso povo, Associação Indígena do Povo Jaminawa Arara, do Rio Bagé, no Município de Marechal Thaumaturgo.

Então, eu estou aqui como uma liderança representando cinco comunidades dentro do meu território, mas estou aqui para falar em nome não só do meu território, mas também em nome da Reserva Extrativista do Alto Juruá, porque essa crise climática de que estão falando aí, que o Josias colocou e que sempre está sendo tratada afetou todos nós, essa mudança afetou todos nós, apesar de não sermos culpados por isso, porque nós estamos fazendo a nossa parte como indígenas, como defensores daquela terra. Como o Txai Terri falou aí, é uma terra da União e deveria ser respeitada por todos, desde os Parlamentares, porque nós estamos fazendo a nossa parte como indígenas. Precisam os Parlamentares também respeitar e conhecer, porque merecemos esse respeito tanto como Resex quanto como terra indígena, porque estão lá a nossa sobrevivência, a nossa proteção, a nossa biodiversidade. Precisamos salvar este planeta, porque a nossa floresta está sofrendo, a nossa floresta está passando por essa decepção.

Nós, os povos indígenas e os moradores da Resex, estamos preocupados, mas os outros não.

Então, como liderança, eu quero dizer que queremos ajustar essa parceria, queremos que os Parlamentares entendam isso como vida humana, não como vida escrava, porque o tempo do escravo já passou. Nós estamos aqui como liderança para somar. A gente não veio aqui pedir favor, mas cobrar os nossos direitos, aquilo que a gente tem por direito e aquilo que tem que ser garantido, segundo a Constituição brasileira.

Era isso.

Meu muito-obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, José Batista.

É isso mesmo. Nós estamos aqui, e este é o espaço, de fato, para cobrar direitos, apontar quais são os desafios, buscar e encaminhar soluções. O espaço da audiência pública é para isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu convido o terceiro, o Paulo, para fazer aqui...

O SR. PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA SILVA (Para expor.) – Boa tarde.

Muitas pessoas já falaram, e eu não quero repetir.

Eu quero reforçar mais, na parte de mudanças climáticas, sobre a parte da segurança do povo da floresta, que nós não temos. Da parte do ICMBio, são poucos funcionários para um parque muito grande, e a Funai também tem poucos funcionários – na minha região, se não me engano, tem dois para quase todo o Estado do Acre, e é onde a gente fica inseguro hoje. Como nós podemos fazer essas mudanças climáticas se hoje os órgãos responsáveis não têm realmente servidores para o trabalho?

Então, eu vejo que as mudanças climáticas têm de andar junto com a fiscalização, com o povo da floresta e também com o próprio Governo dando a segurança a esse pessoal que mora na floresta, que é uma área de fronteira, onde realmente nós não temos segurança. É uma área aberta, então não tem fiscalização, não tem nada. Então, a "desmatagem" continua, o tráfico continua. Nós precisamos disso para podermos também estar inseridos dentro das mudanças climáticas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Socorro Neri. PP - AC) – Muito obrigada, Paulo, por sua participação.

Por meio do e-Cidadania, recebemos algumas manifestações de cidadãos, que gostaríamos de compartilhar com vocês.

Foram muitas perguntas – todas elas pertinentes –, e eu vou pedir à Secretaria da Comissão que busque encaminhar respostas a essas perguntas, sobretudo àquelas que tratam mais de questões mais formais: qual é a legislação, qual é a política que está sendo encaminhada para a proteção dos povos indígenas.

Eu vou aqui mencionar dois comentários.

A Carla, do Pará, comentou: "[É preciso garantir] [...] a segurança na terra aos povos originários [porque isso é a maneira mais eficaz] [...] de proteger [...] [os recursos] naturais e [promover] [...] a justiça social".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pedro, de Rondônia, compartilha conosco: "Em Rondônia, existem projetos focados na sustentabilidade e geração de renda para povos indígenas, [com foco] [...] no beneficiamento de sementes". Quer dizer, em Rondônia, existem esses projetos.

Então, a gente agradece a participação de todos aqueles que nos acompanharam e que, por meio do e-Cidadania, encaminharam perguntas, demonstrando o interesse e o compromisso com o tema desta audiência pública.

Agora, eu quero agradecer, de fato, a presença de todos e agradecer aos nossos convidados, que vieram aqui, nesta tarde: representante do MDA; representante da Defensoria da União; Miguel Scarcello, do SOS Amazônia; e todos que foram convidados para esta audiência na condição de palestrantes, que contribuíram com este debate e deixaram reflexões, sugestões, desafios, que nós precisamos continuar buscando superar.

Faço aqui um compromisso...

O nosso mandato, no ano passado, destinou ao Orçamento da União deste ano três emendas parlamentares mais específicas em relação aos povos indígenas do Acre.

Uma emenda, por meio da Embrapa, está sendo desenvolvida pela Embrapa. Uma outra, por meio da Associação Cultural Yawanawa, vai ser desenvolvida e executada agora, porque estava suspensa, como todas as outras emendas, a partir da decisão do STF. Agora, com a liberação dessas emendas, nós teremos os recursos liberados, e, certamente, a Associação Cultural Yawanawa fará a sua execução. Trata-se de emenda voltada para a questão da segurança alimentar daquela terra indígena. Além disso, tivemos também uma emenda por meio da CPI (Comissão Pró-Índigenas do Acre), que também, de igual modo, poderá começar a execução à medida que agora será liberada.

Nós estamos no penúltimo dia – amanhã se encerra o prazo – para a apresentação de emendas parlamentares, as individuais, no caso. Para este ano, nós estaremos lá e trataremos também da destinação de emendas para os povos indígenas do Acre.

Eu tenho algumas preocupações, que aqui foram corroboradas na fala do Miguel e na de vários outros, no que se refere a quais são os principais desafios, as principais demandas, as





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridades para intervenção, por meio de políticas públicas e de emendas parlamentares, para melhorar as condições de vida dos povos indígenas do nosso Estado do Acre.

Eu tenho uma preocupação muito grande relacionada, pelo que eu tenho escutado, à segurança alimentar e nutricional.

Eu tenho uma preocupação muito grande, em razão também do que escutei aqui hoje, relacionada à falta de água potável, e aí não apenas nas terras indígenas, mas também no nosso estado já quase como um todo; essa é uma realidade de grande parte do nosso estado. É preciso que a gente passe a atuar com poços artesianos, enfim, com soluções para ter água potável.

Eu tenho uma preocupação muito grande no que se refere à questão mesmo da oferta, de ter assistência técnica para a produção, para garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos povos indígenas.

Eu tenho uma preocupação com a oferta regular e adequada de uma política de educação indígena que, de fato, considere e leve em conta a cultura indígena. A gente sabe que há muito a avançar nesse sentido.

Eu tenho também recebido demandas – e me preocupa muito – com relação à questão da saúde indígena. Há uma preocupação muito grande hoje do mandato. Até temos uma audiência pública também já aprovada na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais – e queremos fazê-la no Acre –, para tratar da questão da mortalidade infantil, que tem sido muito crescente e de forma muito acentuada nesses últimos dois anos. É preciso que a gente identifique causas e busque trabalhar as soluções.

Então, compartilho o que eu tenho assimilado do que tenho ouvido e o que tenho buscado trazer para o nosso mandato, para encontrar junto com vocês e com os órgãos executivos das três esferas de Governo as soluções adequadas.

É claro que o nosso gabinete, que é chefiado pela Silvia Brilhante, está à disposição para acolher as demandas, para acolher as sugestões, para buscar articular parcerias. Enfim, o nosso gabinete está à disposição de todos os senhores e de todas as senhoras. Sintam-se à vontade para terem no nosso gabinete esse espaço de acolhida das demandas e da busca de encaminhamento das soluções necessárias, seja por meio de um projeto de lei, seja por meio de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma relatoria, seja por meio de articulação com os órgãos do Governo Federal e do Governo do estado; enfim, órgãos que tenham competência para solucionar as demandas que os senhores apresentem.

Eu agradeço imensamente a participação de todos nesta reunião.

Senti-me muito em casa numa reunião, basicamente, com acreanos, com amazônidas, com conterrâneos que somos e também com essa participação de órgãos, como a Defensoria da União e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Antes de encerrar os trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião e das Atas da 5ª, da 7ª e da 8ª Reuniões.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 07 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Nilto Tatto, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Efraim Filho, Leila Barros, Eliziane Gama, Humberto Costa, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaques Wagner, Damares Alves, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Coronel Chrisóstomo, e ainda dos Parlamentares Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Carlos Zarattini, Paulo Paim, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Romário, Professora Dorinha Seabra, Weverton e Bia Kicis, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Zequinha Marinho, Cid Gomes, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Wilder Moraes, Tereza Cristina, Luiz Carlos Busato, Meire Serafim, Socorro Neri, Flávia Moraes, Sergio Souza, Sidney Leite, Gilson Daniel, Zé Vitor, Ricardo Salles, Camila Jara e Célia Xakriabá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 7/2024 - CMMC, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Finalidade:** Debater soluções legislativas e administrativas que garantam a proteção e uso sustentável das Florestas Públicas Não Destinadas. **Participantes:** Marcelo Mateus Trevisan, Diretor do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA; Lívia Laureto, Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM; Marcos Woortmann, Diretor Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS; e Leandro Mitidieri Figueiredo, Coordenador do Grupo de Trabalho Unidades de Conservação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - MPF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Nilto Tatto

Presidente Eventual da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/12/11>



Assinado eletronicamente, por Dep. Nilto Tatto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8901756407>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Leila Barros, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Mecias de Jesus, Flávia Moraes, Jack Rocha e Camila Jara, e ainda dos Parlamentares Nelsinho Trad, Weverton, Izalci Lucas, Giordano, Paulo Paim, Gisela Simona, Zenaide Maia, Wilder Moraes e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Jorge Seif, Magno Malta, Tereza Cristina, Fernanda Pessoa, Silvyne Alves, Ana Paula Leão, Elcione Barbalho, Delegada Katarina, Silvia Waiãpi e Maria Arraes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apresentação do relatório de atividades da Comissão e encerramento dos trabalhos. **Resultado:** Relatório de atividades da Comissão aprovado. A Presidência submete ao plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. A presente Ata, após assinada pela Senhora Presidente, será publicada no Diário do Congresso Nacional. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos.

Senadora Augusta Brito

Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/12/18>



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9554612180>

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

